

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE ECONOMIA

**Quando *Desemprego* se Escreve no Feminino:
Estudo de Caso em Vila Nova de Gaia**

Ana Isabel Teixeira

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado em Sociologia, *As Sociedades Nacionais Perante os Processos de Globalização*, para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia do Desenvolvimento e da Transformação Social.

Orientador: Prof. Doutor Pedro Hespanha

2009

Palavras de apreço...

O processo de trabalho inerente à elaboração deste exercício académico alicerça-se em rostos, em palavras e em silêncios que concorrem de forma decisiva, embora diferenciada, para a concretização de um projecto que, não raras vezes, se vive e se sente como extraordinariamente solitário. Aqui, procura-se acomodar as palavras para destacar e exprimir a gratidão para com todos os que contribuíram para a produção e conclusão deste trabalho.

Pela experiência, pelo estímulo e pela maturação intelectual e pessoal promovida, o meu agradecimento aos responsáveis pelos seminários temáticos do programa de mestrado, Prof. Doutor Boaventura de Sousa Santos, Prof. Doutor João Arriscado Nunes, Prof. Doutor José Manuel Pureza e Prof. Doutora Maria Ioannis Baganha. Para a Prof. Doutora Maria Ioannis Baganha, com quem lamentavelmente não é já possível partilhar este momento, uma especial palavra de reconhecimento pela sagaz indicação do Prof. Doutor Pedro Hespanha para orientar esta dissertação.

Ao Prof. Doutor Pedro Hespanha um forte agradecimento pelo voto de confiança concedido ao aceitar orientar-me neste périplo de investigação. Cultivando uma atitude de rigor científico com uma postura de apoio e de fomento da autonomia de que os percursos de aprendizagem carecem, manifestando-se sempre disponível para analisar e comentar de forma arguta e perspicaz os diferentes estados de maturação em que este trabalho lhe foi sendo apresentado.

Na directa operacionalização das diferentes fases desta pesquisa, destaco: a experiência de trabalho proporcionada pela Agência Piaget para o Desenvolvimento; a disponibilidade de Pedro Araújo e de Catarina Frade na interlocução vaga e confusa que lhes solicitei num momento de maturação inicial dos objectivos desta investigação e, sobretudo, as mulheres que acederam a serem entrevistadas e a partilharem com uma *desconhecida* uma parte das suas vidas, sonhos, frustrações e desejos.

Ao Hugo e Alexandra, com quem a participação nas actividades curriculares do mestrado se traduziu em veículo para o fortalecimento e para a criação da amizade que nos une. À colega de trabalho, *parceira* de mestrado e amiga Sofia Maia que, nunca desmoralizando, me inspirou a determinar um fim para um trabalho que nunca parece estar concluído. Ao Lino, pela amizade genuína e ampla que quotidianamente ousamos construir. Ao João, pelo sorriso que me espelha sempre mais bonita e forte do que aquilo que, às vezes, acredito ser.

Finalmente, uma especial palavra de apreço para a minha irmã, Joana, e, sobretudo, para os meus pais, Zé e Isabel, baluartes de afecto, confiança, firmeza e persistência, por não terem desistido de me perguntar “então, quando é que entregas a tese...”.

Os contornos da actual morfologia das desigualdades sociais também se traçam com o *risco* do desemprego. Trata-se de *linhas* que engrossam, na exacta medida em que as taxas de desemprego aumentam; de *sulcos* que se vincam, com especial incidência junto de grupos sociais específicos; de *traços* progressivamente assumidos como estruturais para a actual arquitectura económica e, portanto, de *riscos* desenhados a *tinta* que (ameaça) ser permanente. A análise quantitativa do fenómeno do desemprego permite compreender a sua distribuição selectiva, a partir da qual emerge uma primeira evidência: o sobredesemprego feminino. Este desemprego caracteriza-se, face ao seu homólogo masculino, pela sua preponderância quantitativa, mas também pela sua tendencial permanência e durabilidade, aliada a uma certa invisibilidade e tolerância social. A intensificação da entrada das mulheres no mercado de trabalho gera um amplo leque de expectativas sobre as modalidades dos padrões de inclusão das mesmas. Por comparação ao trabalho doméstico não remunerado, este processo poderá constituir um indicador de progressiva autonomia material, alargamento das vias de acesso ao espaço público e, num contexto de conjugalidade heterossexual, como uma via de independência face ao cônjuge. Este trabalho pretende analisar, numa óptica compreensiva, os efeitos e as consequências da experiência de desemprego, ao nível dos valores, representações, atitudes, práticas e comportamentos das mulheres, no domínio laboral e familiar. Através da análise de doze narrativas singulares procura-se alinhar as linhas de força de *uma possível história*: a do desemprego feminino, buscando apreender as suas cambiantes, diversidades e confluências.

ÍNDICE

Introdução	07
Capítulo I Crise da Modernidade, Globalização e Mudanças Sociais em Curso	13
1. Para uma configuração do contexto estrutural: os sinais de crise da modernidade...	13
2. A dimensão excludente das dinâmicas de globalização: impactos das reestruturações na esfera produtiva	21
3. O desemprego numa articulada perspectiva de mudança: trabalho, família e género.....	31
Capítulo II A constituição da centralidade social do desemprego: problemáticas da definição e explicitação do fenómeno.....	36
1. A emergência do desemprego no seio da generalização das relações sociais de produção salariais	36
2. Contornos da (problemática) definição do conceito de desemprego.....	39
3. Raízes (insatisfatoriamente) explicativas do fenómeno do desemprego.....	44
Capítulo III A abordagem macro e micro estrutural do desemprego: elementos axiais para a compreensão do fenómeno.....	48
1. Para uma macroconfiguração do fenómeno do desemprego: o papel do Mercado, do Estado e da Família.....	48
1.1. Que lugar <i>no</i> e <i>para</i> o mercado de trabalho?.....	49
1.2. O <i>estado</i> dos Estados: tipologias e especificidades.....	54
1.3. Retratos de família(s): funções perenes e em mutação.....	58
2. A perspectiva microestrutural do fenómeno: a dimensão psicossocial da pessoa	

sem emprego.....	60
3. A experiência pessoal do desemprego como síntese idiossincrática das estruturas e regularidades sociais	65
Capítulo IV Filiação epistemológica e fundamentação das opções metodológicas da pesquisa.....	73
Capítulo V Elementos para uma análise contextualizada da dinâmica do desemprego em Vila Nova de Gaia	84
1. Transformações estruturais: principais tendências	84
2. A escolha de um território paradigmático: o concelho de Vila Nova de Gaia em análise	93
3. A escolha paradigmática de uma população: o desemprego feminino em Vila Nova de Gaia	102
Capítulo VI Sentidos e direcções de um olhar sobre o desemprego de mulheres em Portugal	115
1. Abordagem sociodemográfica da produção das narrativas	116
2. Percursos escolares e educativos: estadias de duração e apreciação diversas	118
3. Caracterização dos percursos profissionais das entrevistadas	129
3.1. <i>Pontos de partida</i> : caracterização da localização cronológica do primeiro trabalho	130
3.2. Esboço de uma cartografia de percursos profissionais	135
3.3. <i>A última paragem</i> : caracterização da situação profissional prévia à actual condição de desemprego	142
4. Entre o Estado e o Mercado: esferas sociais conexas à situação de desemprego .	151

4.1. O papel do serviço público de emprego nacional	151
4.1.1. A atribuição da prestação de desemprego	158
4.1.2. O reforço dos mecanismos de controlo: a procura activa de emprego e o dever de apresentação quinzenal	161
4.2. Avaliação e caracterização da relação estabelecida com o mercado de trabalho	167
4.2.1. Alguns dos critérios accionados na procura de emprego	168
4.2.2. Principais obstáculos percebidos à inserção profissional	175
5. Padrões e especificidades biográfico-estruturais das situações de desemprego	181
5.1. Consequências objectiváveis da situação de desemprego	181
5.1.1 A privação e dependência financeira	182
5.1.2. <i>Dentro de portas</i> : a reestruturação temporal, espacial e ocupacional do quotidiano	191
5.2. Impactos subjectiva e intersubjectivamente percebidos	198
5.3. Horizontes de possíveis: o futuro em equação.....	206
Capítulo VII Linhas conclusivas	212
Bibliografia	216
Anexos	227
Anexo 1 Guião de entrevista	228
Anexo 2 Transcrições de entrevistas (cd-rom)	232
Anexo 3 Análise dos percursos profissionais	234

O presente trabalho constitui a tese de dissertação elaborada no âmbito do programa de mestrado *As Sociedades Nacionais perante os Processos de Globalização*, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, realizada sob a orientação do Prof. Doutor Pedro Hespanha.

O processo de selecção e maturação de uma problemática de pesquisa segue vias diferenciadas que, neste caso, decorrem primordialmente de convergências biográfico-profissionais aliadas à firme convicção pessoal sobre a pertinência social e científica da temática proposta: o desemprego como potencial fenómeno a partir do qual se poderá desencadear uma crise ou redefinição identitária do sujeito desempregado, condicionadora da configuração dos seus horizontes de possíveis.

A frequência deste programa mestrado coincidiu a participação num projecto de índole profissional, numa agência de desenvolvimento local, em Vila Nova de Gaia, vocacionado para a *promoção da empregabilidade ao nível do concelho*. Este projecto, iniciado em Abril de 2005, organizava-se em torno de duas estruturas: o Observatório para as Novas Competências, que visava o desenvolvimento de instrumentos de macro-actuação-reflexão capazes de lançar uma luz compreensiva e crítica sobre as novas exigências do mercado de trabalho e o Gabinete de Apoio Psico-Social, que actuava num plano de natureza micro estrutural onde se pretendia trabalhar a dimensão biográfica da *pessoa em situação*, fundado numa prática clínica, cuja acção consistia no atendimento, apoio, informação e aconselhamento de pessoas num período de transição entre trabalhos, ou entre uma esfera exclusivamente formativa e o mundo profissional.

Através do trabalho desenvolvido no âmbito do projecto mencionado, foi possível uma familiarização com alguma da produção teórica existente sobre a temática, com as políticas

e os programas de apoio disponíveis, mas foi sobretudo através do contacto com as pessoas em situação de desemprego e com os técnicos de mediação (UNIIVAS, Centros de Empregos, Associações Locais etc) que algumas das questões canalizadas para este documento se foram sedimentando.

O contacto com uma população bastante diferenciada em termos de características sócio-demográficas, tipo de desemprego e também pelos distintos significados que atribuíam à situação de desemprego experienciada, homogeneizava-se na identificação de sentimentos comuns, de desorientação e desestruturação vividos nessa mesma situação. Esta população, altamente diferenciada entre si, mas partilhando de um conhecimento mais ou menos similar sobre as mudanças em curso no mercado de trabalho, mostrava-se capaz de identificar as razões para o facto de se encontrar sem emprego (oscilando entre um *locus* de responsabilidade externo ou interno). Verificava-se igualmente que os efeitos da situação de desemprego e os seus graus de importância se manifestavam de modo discrepante e o nível de motivação e mobilização efectiva de recursos para a procura de novo emprego era também desigual. Assim, foi-se instalando a indagação sobre os sentidos que os sujeitos atribuíam à sua situação e os elementos que privilegiavam para a constituição desses vectores significacionais, bem como sobre os efeitos que tal situação poderia acarretar para as restantes dimensões da sua vida. Para muitos dos participantes, que tinham experimentado até aí uma vivência do trabalho como sendo *para o resto da vida*, evidenciava-se a consciência das mudanças em curso e a angústia decorrente da potencial impossibilidade em retomar uma situação profissional dessa natureza. Por isso, emergia igualmente a questão sobre o sentido que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho aliadas à actual vivência do desemprego poderiam acarretar para a redefinição dos valores associados ao próprio trabalho. Numa outra perspectiva, equacionava-se igualmente que o sujeito, enquanto trabalhador (sobretudo se assalariado), experimenta, normalmente, uma situação de vida colectivamente partilhada e construída, quer em termos práticos, quer em

termos identitários (categorias profissionais, lugares de classe, etc). Ora, a situação de desemprego parece quebrar com essa lógica, na medida em que o sujeito, não obstante se enquadrar no seio da categoria social de *desempregado*, não encontra espaços de identificação e mobilização colectiva e identitária dessa pertença. Talvez por este estatuto continuar a ser pensado como transitório (embora tendam a aumentar as situações de desemprego de longa e muito longa duração), mas sobretudo pela conotação socialmente negativa e estigmatizante associada à condição de desempregado parece não ser possível ou desejável considerar esta categoria como um grupo social reivindicativamente mobilizável e estruturado em torno da defesa colectiva dos seus interesses e direitos.

A construção desta pesquisa parte, então, num primeiro momento, da consideração de alguns dos registos *impressionistas* e apriorísticos relatados para, numa segunda fase, se orientar para uma matriz de análise cientificamente operativa que pretende compreender os efeitos que a situação de desemprego poderá desencadear nas diferentes esferas de vida dos sujeitos. Para prosseguir com esse objectivo, a estratégia de redacção deste documento estrutura-se em sete capítulos que correspondem aos pilares de análise que erigem e sustentam a pesquisa desenvolvida.

O **Capítulo I** é de cariz eminentemente contextualizante das condições sociais e de alguns dos pressupostos teórico-ideológicos em que esta tese assenta, identificando-se algumas das transformações mais profundas e estruturais a partir das quais emergiu o objecto de estudo. Assim, referem-se as características centrais da *Modernidade*, bem como os seus sinais de crise e suas consequências, num contexto de multifacetados processos de globalização. Assumindo a centralidade e polimorfismo do fenómeno da globalização, a estratégia argumentativa passa por destacar as mudanças sociais ocorridas no domínio produtivo (com ênfase no fenómeno de desemprego), em articulação com as transformações no reduto familiar e das relações de género, corporizando um primeiro esboço delimitador da problemática de pesquisa.

No **Capítulo II** explicita-se a emergência do desemprego, enquanto questão social, no seio do desenvolvimento histórico da sociedade salarial. Apresentam-se os contornos consensualmente aceites e utilizados para a definição do desemprego e exploram-se as suas limitações que apontam para os espaços da realidade não preenchidos pelo conceito, mas ainda assim merecedores de atenção analítica. Indagando sobre as origens do fenómeno, apresentam-se algumas das filiações explicativas possíveis para o desemprego, concluindo sobre o carácter complexo, polifacetado, histórico e social do mesmo, remetendo-se para o capítulo seguinte as dimensões a ter em conta numa análise macro e micro estrutural do fenómeno.

Alicerçando-se no modelo analítico proposto por Gallie e Paugam (2000), o **Capítulo III** tem como objectivo explorar o papel que o Estado, a Família e o Mercado desempenham na configuração de diferentes fenómenos e experiências de desemprego. Aliando a perspectiva de Gallie e Paugam (2000) com a abordagem de Freyssinet (2004) procura-se clarificar a dimensão económica do fenómeno do desemprego e, nesse sentido, o papel que o mercado de trabalho joga na configuração do mesmo, mas também demonstrar o carácter parcial e incompleto de tal abordagem na compreensão integral da dinâmica fenómeno. Assim, explora-se em seguida, o papel do Estado na formatação de diferentes experiências de desemprego. Este propósito passa por apresentar algumas das tipologias do Estado de Bem-Estar, nomeadamente as possíveis especificidades de actuação do Estado nos países do Sul da Europa. Finalmente, procura explicar-se como é que as mudanças ocorridas no âmbito social da Família concorrem para diversificar e complexificar as modalidades de expressão do desemprego. Seguidamente, adoptando uma perspectiva micro-estrutural, procura-se dar conta de algumas das abordagens possíveis do fenómeno do desemprego a partir do sujeito, nas suas múltiplas dimensões vivenciais. Entende-se o fenómeno do desemprego como particularmente impactante em esferas generalizadamente invisibilizadas nos grandes indicadores macroeconómicos. Assim, é partir da relação entre as

transformações sociais em curso (ilustradas neste ponto a partir da análise de Paugam sobre os processos de desclassificação social) e a forma como os diferentes sujeitos gerem, no seio da sua individualidade e distintas estruturas de recursos, essas mudanças, nomeadamente a experiência de desemprego, que se procura expor a vertente mais individualizada do fenómeno. Emergem, então, as coordenadas a partir das quais se procurará estudar o fenómeno do desemprego, firmando-se o prisma de análise adoptado, justificando a opção por uma abordagem mais próxima da dinâmica micro estrutural e da mundividência de um determinado sujeito social (as mulheres) em situação de desemprego. Apresentam-se igualmente o conjunto de orientações de trabalho que servirão como as linhas orientadoras das fases subsequentes do estudo.

A explicitação da legitimidade epistemológica e metodológica eleita para a realização do trabalho apresenta-se no **Capítulo IV**. Fundamenta-se neste ponto a opção por uma abordagem relacional dos fenómenos sociais, assente numa perspetivação que atribui plena centralidade ao indivíduo e à narrativa que o mesmo é capaz de produzir, em contexto de entrevista, mas que tem presente as regularidades sociais que configuram a singularidade do seu percurso, da sua história de vida. O desafio metodológico desta pesquisa passa, então pela problematização das potencialidades explicativas da realidade social a partir de uma abordagem dos sujeitos, entendidos na sua singularidade contextual, seguindo de perto as modalidades de actuação próprias de uma abordagem qualitativa dos fenómenos sociais.

O **Capítulo V** tem como objectivo enquadrar o fenómeno do desemprego no contexto social português, suportando-se em dados de caracterização estatística e análises de síntese que permitam destacar os elementos estruturais considerados mais relevantes para compreender o fenómeno em estudo. Numa óptica territorializada, enceta-se neste ponto uma aproximação espacial ao concelho em análise (Vila Nova de Gaia), apresentando-se a amplitude quantitativa e qualitativa do desemprego nesta cidade. Recuperando os

postulados teóricos que defendem a abordagem do fenómeno numa perspectiva socialmente diferenciada, procura-se também dar conta da configuração quantitativa do desemprego feminino no território em análise.

Os principais resultados da análise de conteúdo discursivo aplicada às entrevistas realizadas são apresentados no **Capítulo VI**. Este ponto estrutura-se a partir de alguns eixos categoriais de análise, assim, num primeiro momento, apresentam-se as mulheres cujo discurso foi alvo da análise deste estudo, dando conta de algumas características configuradoras de um perfil síntese de cada uma delas. Seguidamente, apresenta-se a narrativa que cada uma delas expôs trabalhada a partir de alguns blocos temáticos: os percursos escolares e educativos; os itinerários profissionais; a relação estabelecida com o mercado de trabalho, as instituições estatais e as redes familiares e de interconhecimento mais próximas; a vivência da actual situação de desemprego e finalmente, a definição de projectos e/ou horizontes de futuro destas mulheres. Encontrou-se sempre presente o objectivo de preservar as histórias que cada uma dessas mulheres apresentava, razão pela qual é possível consultar nos **Anexos** a este trabalho as transcrições integrais de cada uma das entrevistas realizadas (em suporte cd-rom), bem como o guião de entrevista que orientou os encontros realizados e as grelhas de análise que permitiram a reconstituir os percursos profissionais das entrevistadas.

Este documento termina com o **Capítulo VII**, onde se procuram sistematizar algumas considerações de síntese sobre o trabalho desenvolvido e identificar possíveis orientações para incursões futuras nesta temática e em suas congéneres. Por esta razão, este ponto encerra o exercício académico da tese de dissertação de mestrado, mas aspira a um estatuto pioneiro, no sentido de principiador de trabalhos futuros sobre o fenómeno analisado.

A relação entre os processos de mudança social, globalização, capitalismo, pobreza e exclusão social têm constituído tema recorrente de reflexões e produções científicas diversas. Apreender, definir, caracterizar o tempo em que vivemos tem sido objectivo a que se propõem diversos autores (*Cf.*, p.e. Featherstone, 1990; Giddens, 1990). Provavelmente, nunca como agora a realidade social foi alvo de tão intensos estudos, reflexões e sistematizações teóricas. Não obstante, e talvez por isso, nunca a sensação de que algo constantemente escapa à nossa análise, controlo e previsão foi tão nítido. Tal como Santos constata com perplexidade, “o nosso tempo é um tempo paradoxal. (...) Se, por um lado, parecem hoje, mais do que nunca, reunidas as condições técnicas para cumprir as promessas da modernidade ocidental, como a promessa da liberdade, da igualdade, da solidariedade e da paz, por outro lado é cada vez mais evidente que tais promessas nunca estiveram tão longe de ser cumpridas como hoje” (Santos, 2003: 25).

1. Para uma configuração do contexto estrutural: os sinais de crise da modernidade

As sociedades contemporâneas são palco de profundas transformações estruturais matizadas e diversificadas pelos contextos e locais em que ocorrem. Ao conjunto complexo de dinâmicas transformacionais que originam novas configurações estruturais, dá-se o nome de *modernidade*. Uma das feições da modernidade envolve a passagem de uma sociedade baseada na agricultura, para uma sociedade baseada na indústria e, posteriormente, para uma sociedade em que o sector dos serviços assumia um lugar preponderante. A este fenómeno, de *terciarização da sociedade*, soma-se também o da urbanização, ou seja a concentração das populações nas grandes cidades, com o

consequente crescimento das zonas peri-urbanas e a desertificação das zonas rurais. Em termos demográficos, a modernidade caracteriza-se pelo declínio das taxas de natalidade, aliada ao aumento da esperança média de vida, o que resulta num progressivo envelhecimento da população.

O desenvolvimento da modernidade assenta em grande medida no desenvolvimento científico e tecnológico que tem provocado um crescimento exponencial dos sistemas periciais e das profissões técnicas, baseadas nos conhecimentos adquiridos nos sistemas escolares e académicos. É, portanto, neste contexto, que a informação e o conhecimento assumem um papel incontornável nas sociedades contemporâneas.

Recuperando a metáfora de Santos sobre a utilização dos espelhos pelos indivíduos e pelas sociedades, considera-se que “as sociedades são a imagem que têm de si vistas nos espelhos que constroem para reproduzir as identificações dominantes num dado momento histórico” (Santos, 2000: 45). Ora, os espelhos que as sociedades utilizam “são conjuntos de instituições, normatividades, ideologias que estabelecem correspondências e hierarquias entre campos infinitamente vastos de práticas sociais” (*Idem*: 45-46). Dentro desta lógica, os principais reflexos a partir dos quais uma sociedade se perspectiva poderão ser provenientes da ciência, do direito, da educação, da informação, da religião e da tradição, ou seja, de campos sociais dotados de uma certa autonomia relativa, que aumenta em função da centralidade social que lhes é concedida. O que acontece quando uma dessas faces reflectoras adquire maior preponderância em relação às outras, é que “em vez de a sociedade se ver reflectida no espelho, é o espelho a pretender que a sociedade o reflecta” (*Idem*: 46). Portanto, são as opções sociais tomadas num determinado momento e contexto histórico e a definição de prioridades, projectos e utopias construídas socialmente que (re)configuram continuamente o perfil de uma sociedade.

No seio do paradigma da modernidade, e novamente seguindo Santos, é essencial distinguir o pilar da regulação (constituído pelo princípio do Estado, do Mercado e da

Comunidade) e o pilar da emancipação (composto pelas racionalidades estético-expressiva das artes e da literatura, cognitivo-instrumental da ciência e da tecnologia e pela moral-prática da ética e do direito) (Cf. Santos, 2000: 47-48). A modernidade aspira a um desenvolvimento harmonioso e recíproco dos pilares em que assenta, porque essa “dupla vinculação (...) vai garantir a harmonização de valores potencialmente incompatíveis, tais como a justiça e autonomia, solidariedade e identidade, igualdade e liberdade” (Santos, 2000: 48), embora, paradoxalmente, tal compatibilização seja internamente obstaculizada pela pretensão maximalista e pela diferenciação funcional que cada uma das lógicas persegue.

Nas sociedades modernas, os excessos e os défices que resultam dessa dinâmica paradoxal são geridos de um modo pretensamente reconstrutivo pela Ciência e pelo Direito. No primeiro caso, “promovidos pela rápida conversão da ciência em força produtiva, os critérios científicos de eficiência e eficácia logo se tornaram hegemônicos, ao ponto de colonizarem gradualmente os critérios racionais das outras lógicas emancipatórias” (Santos, 2000: 48). A participação subordinada do direito nesse processo reconstrutivo foi central, porque “a gestão científica da sociedade teve de ser protegida contra eventuais oposições através da integração normativa e da força coerciva fornecida pelo direito” (*Idem*: 49). Então, no entender do mesmo autor, “esta relação de cooperação e circulação de sentido entre a ciência e o direito, sob a égide da ciência, é uma das características fundamentais da modernidade” (*Ibidem*)¹. Consequência dessa lógica é, então, “a redução da emancipação moderna à racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e a redução da regulação moderna ao princípio do mercado, incentivadas pela conversão da ciência na principal força produtiva, constituem as condições determinantes do processo histórico que levou a emancipação moderna a render-se à regulação moderna” (Santos, 2000: 55).

¹ Neste sentido, o autor considera que “há uma crise final da gestão reconstrutiva dos excessos e dos défices da modernidade, é na ciência moderna que ela é mais patente e é também aí que a transição paradigmática será pressentida ou identificada de forma mais inteligível” (Santos; 2000: 51).

O extraordinário desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico é um processo com, pelo menos, dois cursos: o dos benefícios, mas também o dos inconvenientes. A dominação da natureza, com base numa racionalidade instrumental, posta ao serviço dos desígnios da globalização capitalista produziu dificuldades e riscos cada vez menos controláveis, gerando um clima de incerteza. O conceito de *sociedade de risco*, proposto por Beck (1999), vai de certo modo ao encontro da ideia anterior, constituindo uma das propostas possíveis para uma maior elucidação sobre a dinâmica do risco nas sociedades actuais. O autor considera que “à medida que o mundo bipolar vai desaparecendo, vamos movendo de um mundo de inimigos para um mundo de perigos e riscos (Beck, 1999: 3). Partindo de uma distinção entre primeira modernidade e segunda modernidade, Beck acredita que “os padrões colectivos de vida, progresso e controlo, pleno emprego e exploração da natureza típicos de uma primeira modernidade começam agora a ser postos em causa por cinco processos interligados: globalização, individualização, emergência das questões de género, sub emprego e riscos globais (como a crise ecológica e o colapso global dos mercados financeiros)” (*Idem*: 1-2). A segunda modernidade reserva à sociedade o desafio teórico e político de responder, simultaneamente, a estes desafios.

As sociedades dos dias de hoje distinguem-se, então, pela produção de riscos associados às intervenções da ciência e da tecnologia na natureza. A reificação da racionalidade instrumental levou a que as respostas aos problemas por ela criados fossem procuradas no reduto científico e tecnológico que os gerou. Ou, tal como lucidamente Nunes sintetiza, “aos riscos industriais responde a criação de indústrias para gerir esses riscos” (1998: 20). As condições anteriormente enunciadas denunciam, no entender de Santos, um tempo de crise do edifício da modernidade e de transição para uma outra construção². O autor propõe um

² A crise do paradigma dominante resulta, no entender de Santos da conjugação de condições teóricas e sociais. No que respeita às condições teóricas, o autor destaca “a identificação dos limites, das insuficiências estruturais do paradigma científico moderno” (2000: 65). Constituem exemplos dessa afirmação o questionamento do conceito de lei e a noção de causalidade em que assenta o paradigma científico. Concomitantemente, o conhecimento científico, à semelhança do rei Midas, transforma aquilo em que toca, não em ouro, mas em entidades automatizadas, produzindo um conhecimento autista e redutor. Finalmente, a

paradigma de *conhecimento prudente para uma vida decente*, explicitando que tratando-se de “uma revolução científica que ocorre numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente)” (Santos, 2000: 71). Portanto, está em causa a necessidade de equacionar a possibilidade de apropriação social da ciência num sentido emancipatório aliada à urgência de redefinição da esfera do político e da participação dos cidadãos, baseada em formas de solidariedade em torno, precisamente, de problemas gerados pela própria modernidade.

Na esteira de uma *modernização reflexiva*, Beck, a par de Lash e Giddens, explicita que “quanto mais modernizadas são as sociedades, mais os agentes (sujeitos) adquirem a capacidade de reflectir sobre as condições sociais da sua existência e de as mudar dessa maneira” (2000: 165). Esta posição optimista é reforçada ao assumir que “na sociedade de risco mundial, as sociedades não ocidentais partilham com o ocidente, não apenas o mesmo espaço e tempo, mas também – e mais importante – os mesmos desafios básicos decorrentes da segunda modernidade (em diferentes espaços e através de diferentes percepções culturais)” (Beck, 1999: 2). A partir da teorização de Lash, desenvolvendo o tema da modernização reflexiva nos domínios da estética e da cultura, é possível identificar um eco crítico a Beck, porque este parece conceder o privilégio da reflexividade fundamentalmente aos detentores legítimos da racionalidade cognitiva, isto é, aos cientistas e aos peritos, esquecendo a dimensão estética da reflexividade. Ou seja, a capacidade reflexiva de todos os que, não se movendo num horizonte cognitivo-instrumental, são capazes de mobilizar instrumentos e recursos específicos para reflectir sobre as suas condições de vida. A crítica de Lash obriga, tal como Nunes percepção, “a ter em conta,

precisão do conhecimento científico é limitada, “porque, se é verdade que o conhecimento só sabe avançar pela via da progressiva parcelarização do objecto (...), é exactamente por essa via que melhor se confirma a irredutibilidade das totalidades orgânicas ou inorgânicas às partes que a constituem” (*Idem*: 65-70).

por um lado o carácter situado dos processos de definição, avaliação e gestão da incerteza, e, por outro lado, a relevância dos modos de conhecimento e de experiência dos leigos nesses processos” (1998: 23). Por seu turno, a noção de risco, para Wynne, transcende os riscos materiais e palpáveis, na medida em que confere importância à percepção dos riscos por parte dos actores sociais. Deste modo, interessa também reflectir sobre os processos de interrelação entre modalidades de conhecimento científicas e periciais e outras formas de conhecimentos e analisar as suas manifestações em situação. (Cf. Nunes, 1998: 24).

O que se designa como *risco* assume formas e significados muito distintos em função dos contextos sociais em que estes são localizados e identificados, distribuindo-se, assim, de uma forma bastante assimétrica. Simultaneamente, os recursos de que aos agentes sociais se encontram dotados para gerir esses riscos são também diferenciados.

O debate estabelecido em torno da crise do edifício da modernidade gera habitualmente reflexões que apelam para a sua dimensão mais estrutural. A introdução do plano de análise da *sociedade de risco* e da *modernização reflexiva* permite articular as abstrações estruturais com o papel dos agentes sociais no seio da acção social e da gestão reflexiva (desigual e diferenciada) dos riscos sociais, ou seja, com os produtos da crise da modernidade. É a partir deste contexto, e com base numa metodologia de análise histórica, que Dubar (2006), através da proposta teórica da crise das identidades, sugere a potencial dimensão antropológica da crise da modernidade. Considerando que a noção de crise apela para uma desestabilização da relação estabelecida entre diversos componentes. As crises de identidade podem ser entendidas como “perturbações de relações relativamente estáveis entre elementos estruturantes da actividade (produção, consumo, investimentos e resultados, etc.)” (Dubar, 2006: 14). Questionando a actividade de identificação, ou seja o mecanismo a partir da qual os sujeitos desencadeiam processos de auto e hetero caracterização, o autor avança com a hipótese de a actualidade se pautar pela vivência partilhada de uma crise antropológica que afecta simultaneamente os comportamentos

económicos, as relações sociais e as subjectividades individuais. Nas palavras do autor, é de considerar: "a hipótese de que cada período de equilíbrio relativo, de crescimento contínuo e de regras claras, de política estável e de instituições legítimas se faz acompanhar de um conjunto de categorias partilhadas pelo maior número de pessoas, dum sistema simbólico de designação e de classificação fortemente interiorizado, então a ruptura deste equilíbrio deve constituir uma dimensão importante e específica da crise" (*Idem*: 15).

Numa primeira abordagem, falar de identidade poderá remeter para as perenidades, ou seja, para tudo aquilo que permanece idêntico. Contudo, uma análise mais problematizadora poderá apurar o carácter contingente dos resultados da actividade de identificação. De facto, tal como Dubar explica, a identificação contingente "é o resultado de uma dupla operação linguística: diferenciação e generalização. A primeira visa definir a diferença, aquilo que faz a singularidade de alguém ou de alguma coisa em relação a uma outra coisa ou a outro alguém: a identidade é a diferença. A segunda é aquela que procura definir o ponto comum a uma classe de elementos todos diferentes dum outro mesmo: a identidade é a pertença comum" (Dubar, 2006: 8-9). A conjugação paradoxal destes movimentos (aquilo que é singular e o que é partilhado) comunga na sua base de um elemento comum: identificação de e pelo Outro. Então, "não há, nesta perspectiva, identidade sem alteridade" (*Idem*: 9).

Dubar distingue duas formas identitárias que, no seu entender, prevaleceram em diferentes momentos históricos: as formas comunitárias e as formas societárias. Trata-se, como explica o autor, de modalidades idealtípicas que "põem cada uma em jogo a dupla identificação, para o Outro e para Si, mesmo quando o fazem de forma significativamente diferente" (Dubar, 2006: 11). Na dimensão das formas de identificação pelo Outro "trata-se de formas «espaciais» de relações sociais (eixo relacional), no segundo caso, trata-se de formas de temporalidade (eixo biográfico)" (*Ibidem*). É da conjugação das dimensões

relacionais e biográficas que é possível definir as formas identitárias, isto é “formas sociais de identificação na relação com os outros e ao longo de uma vida” (*Ibidem*).

As formas identitárias comunitárias “supõem a crença na existência de grupos chamados «comunidades» considerados como sistemas de lugares e de nomes predeterminados aos indivíduos que se reproduzem de forma idêntica através das gerações” (Dubar, 2006: 10). Trata-se de formas “estritamente dependentes das crenças no carácter essencial das pertenças a certos grupos considerados como primordiais, imutáveis ou simplesmente vitais para a existência individual” (*Ibidem*). As formas identitárias societárias, “supõem a existência de colectivos múltiplos, variáveis, efémeros, aos quais os indivíduos aderem durante os períodos limitados e que lhes fornecem as fontes de identificação que eles gerem de maneira diversa e provisória” (*Ibidem*). Neste domínio, “é a crença na identidade pessoal que condiciona as formas de identificação societária aos diversos grupos (familiares, profissionais, religiosos, políticos) considerados como resultados escolhas pessoais e não como atribuições herdadas” (*Ibidem*).

Analisando a emergência das novas formas sociais societárias, o autor constata que estas são por vezes perigosamente cooptadas por uma conceptualização económica hegemónica e dominante. Por seu turno, neste prisma de análise, a identidade pessoal tende reflectir-se no modelo abstracto de *homo oeconomicus*. Ora, tal como lucidamente Dubar adverte, “a metáfora do capital para designar uma coisa diferente das riquezas quantificáveis (capital «humano», «cultural», «simbólico», «estético», etc) é tudo menos inocente: ela traz consigo o projecto de uma «economia geral das práticas» que consiste em converter todas as identificações em «posições» sobre uma hierarquia e, reagrupando aqueles que têm o mesmo «nível», considerar que eles possuem os mesmo «valores», convertíveis em capitais económicos” (Dubar, 2006: 16).

2. A dimensão excludente das dinâmicas de globalização: impactos das reestruturações na esfera produtiva

Globalização será com certeza uma das palavras-chave para definir um dos processos que afectam, permeiam e modulam as sociedades actuais. Contudo, dificilmente será possível apresentar uma definição unívoca e consensual sobre a génese histórico-cronológica do conceito, sobre os significados e sentidos das consequências que implica (Cf. Santos, 2001). Para alguns autores, globalização rima com desenvolvimento, fluidez, rapidez, eficácia e inovação, para outros, anda de mãos dadas com pobreza, exclusão, risco e precariedade.

Mudança social parece ser igualmente outro dos traços caracterizadores da contemporaneidade. Seguramente não é algo novo, a análise histórica mostra que as sociedades humanas se estruturam em torno de perenidades, mas também de transformações. O que poderá ser novidade é a intensidade, rapidez, e multidimensionalidade de que esta mudança se reveste. A mudança associada aos processos de globalização assume feições económicas, políticas, sociais, culturais, religiosas e jurídicas interrelacionadas de uma forma complexa.

Para este trabalho, a emergência e os ritmos de afirmação e desenvolvimento dos processos de globalização parecem estar umbilicalmente ligados à origem e expansão da lógica de produção capitalista. Assim, se os sintomas e sinais dos processos de globalização se fazem sentir transversalmente em campos sociais diversos, é no domínio produtivo, terreno privilegiado, original e genético, no qual o sistema capitalista se funda e de onde partem alguns dos mais poderosos tentáculos da globalização hegemónica, que é também fundamental empreender estudos e alargar horizontes compreensivos.

Do ponto de vista económico e financeiro, o fenómeno da globalização caracteriza-se por uma profunda interligação dos mercados das várias regiões do mundo. Assim, “o

desenvolvimento dos meios de comunicação, a abolição de barreiras alfandegárias e a enorme assimetria de recursos conduziu, então, ao crescimento exponencial de impérios empresariais, nas mãos de um grupo restrito de empresários, e que, desta forma, obtêm rendimentos milionários e controlam faixas cada vez maiores dos mercados” (Guerreiro; Abrantes, 2007: 18). A globalização no domínio da produção, protagonizada por empresas multinacionais, conduz alguns autores, a falarem da emergência de uma nova divisão internacional do trabalho (Cf. Santos, 2001: 35). No entender de Santos, a nova economia mundial, caracterizar-se-ia pelo predomínio do sistema financeiro e dimensão global dos investimentos, pela flexibilidade e dispersão territorial dos processos de produção; pelos baixos custos de transporte; pelas profundas transformações no campo das tecnologias da informação e comunicação; pelo carácter desregulado das economias nacionais; pela afirmação das agências financeiras multilaterais e pela afirmação de três sistemas capitalistas transnacionais (americano, japonês e europeu) (Cf. Santos, 2001: 35).

A globalização traduz-se num paradoxal e complexo processo de compressão das distâncias espaço-temporais e concomitantemente de localização dos recursos e das desigualdades (territoriais, sociais, culturais e simbólicas). Ao definir o modo de produção da globalização como "o conjunto de trocas desiguais pelo qual um determinado artefacto, condição, entidade ou identidade local estende a sua influência para além das fronteiras nacionais e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outro artefacto, condição, entidade ou identidade rival" (Santos, 2001: 69), Santos apela para o facto de a globalização pressupor a localização, isto é "o processo que cria o global, enquanto posição dominante nas trocas desiguais, é o mesmo que produz o local, enquanto posição dominada e, portanto, hierarquicamente inferior" (*Ibidem*). Neste contexto, longe de se dissiparem, os locais e as culturas são reconfigurados, hierarquizados e colocados em competição entre si, no seio de um sistema global.

O carácter assimétrico e desigual dos processos de globalização implica, então, o crescimento e a diversificação dos fenómenos de exclusão social. Recuperando a ideia de crise da modernidade, Hespanha sugere que "a transição a que estamos a assistir pode ser vista como uma passagem de uma sociedade includente para uma sociedade excludente, isto é, de uma sociedade cuja tónica dominante era a assimilação e a incorporação para uma sociedade que separa e exclui" (2002: 1). De facto, e na senda da proposta analítica da *sociedade de risco* de Beck, "o agravamento do risco social na actualidade relaciona-se com o aparecimento de novos factores de incerteza e de imprevisibilidade que reduzem inelutavelmente a capacidade de resposta dos governos e das instituições de protecção social" (*Ibidem*).

No domínio das relações de trabalho, a flexibilização e a precariedade parecem ser uma das faces do processo liderado pelas exigências tecnológico-económicas do capitalismo moderno - acrescentaria Clavel, tal como a pauperização o foi no século XIX aquando da primeira industrialização (2004: 80). Ora, o capitalismo parece não ser capaz de integrar os elementos que não se submetem à lógica de maximização do lucro. E, neste sentido, exclui, oblitera, marginaliza. A especificidade deste tipo de exclusão, gerado pelo capitalismo, poderá conduzir não só a modalidades diversas de subordinação dos sujeitos no seio das relações económicas e de trabalho que estabelecem, mas à pura alienação e exclusão desta esfera de relações.

O uso generalizado da noção de exclusão social em domínios extra-científicos (especialmente vulgarizado em meados dos anos 90 no discurso político) exige, neste contexto, uma clarificação do significado que se lhe pretende atribuir. Na acepção deste trabalho, e de acordo com Capucha, a exclusão social encontra-se intimamente relacionada com o efectivo exercício de cidadania, ou seja, o autor considera "que existe um conjunto de direitos e deveres normativamente inscritos nas estruturas sociais e explicitamente consagrados em documentos que expressam os grandes consensos que fundam os

compromissos entre os membros de uma sociedade” (1998: 210). Portanto, é esse conjunto de direitos e deveres que confere aos membros de uma sociedade o estatuto de cidadãos. A exclusão gera-se quando não são proporcionados a todos os membros de uma sociedade a possibilidade de usufruir de todos os seus direitos, nem de cumprir com os deveres que lhe estão associados.

A abordagem relacional da exclusão social é partilhada por Costa que, procurando clarificar o significado do conceito, o desconstrói de modo muito elucidativo, advertindo “que a noção de «exclusão» suscita, desde logo, a pergunta «excluído de quê?», ou seja implica a existência de um contexto de referência, do qual se é, ou está, excluído. A qualificação de «social» permite interpretá-la como estando relacionada com a sociedade. Neste entendimento, a exclusão tem a ver com a cidadania” (2001: 13). O autor prossegue identificando um conjunto de sistemas sociais básicos (o social, o económico, o institucional, o territorial e o das referências simbólicas) cujo acesso é determinante para o exercício pleno da cidadania. Trata-se de uma sistematização que visa uma clarificação conceptual do fenómeno, mas que admite uma forte imbricação e interdependência entre os sistemas e em que importa discernir graus mais ou menos satisfatórios que configurarão diferentes níveis de exclusão. Contudo, o conceito de exclusão conduz igualmente à formulação de uma pergunta basilar: excluído porquê? Trata-se de uma questão que não parece encontrar, mesmo em alguns dos principais trabalhos votados à temática, o protagonismo que lhe é devido. Nesse sentido, algumas problematizações e, sobretudo, algumas intervenções políticas nesse domínio ignoram uma abordagem *radical* do fenómeno, no sentido, de o encarar (e combater) a partir da sua raiz causal.

No entender de Alvarez (2005), nas últimas décadas, a linguagem e as categorias de classificação da pobreza, no âmbito das ciências sociais e dos organismos internacionais de crédito, têm adquirido um cariz semântico minimalista. Trata-se de uma perspectiva que aponta no sentido do desenvolvimento de uma sociedade onde o número de pobres e

excluídos deverá tender para o mínimo possível. Constituem expressões paradigmáticas dessa abordagem os conceitos de necessidades básicas, mínimos biológicos e umbrais de cidadania enformando uma perspectiva de novo humanitarismo. Trata-se de uma posição ideológica que deplora e lamenta a pobreza, e mais ainda a indigência e a miséria, procurando por isso aliviar o sofrimento que essas situações originam, sem nunca questionar a justiça do sistema de desigualdade no seu conjunto, nem os mecanismos que as provocam. “Opera então como um discurso de verdade que naturaliza a desigualdade” (Alvarez, 2005: 240), porque não questiona a origem das situações que combate e porque, não raras vezes, as políticas de combate aos fenómenos de pobreza e exclusão tendem a aumentar as desigualdades, mantendo uma maioria crescente de pobres em níveis de subsistência de biológica e na antecâmara dos patamares de cidadania. A tese defendida por Alvarez postula que “o desenvolvimento humano e o desenvolvimento social (...) promovem, paradoxalmente, políticas de acesso a apenas certos mínimos biológicos (...), e o fortalecimento de capacidades para converter os recursos escassos dos pobres em satisfactores dessas necessidades” (*Idem*: 241-242).

De acordo com Alvarez, assiste-se à produção de um discurso sobre a construção social do problema da pobreza assente nos pilares da cultura e da biologia. A culturalização do fenómeno relaciona-se com a emergência de um esquema de pensamento que reabilita e legitima a noção de estilo de vida do pobre e que apela às suas capacidades para se manter num determinado mundo. Ou seja, por um lado salienta-se que a situação de pobreza não se define, a não ser por conveniência analítica, como um todo coerente e homogéneo, trata-se de um estatuto que “recobre uma variedade de posições, disposições e trajectórias, que correspondem a diversas maneiras de ser, de pensar e de se sentir como pobre” (Almeida, 1992: 83). Falar de pobreza é simultaneamente falar da “privação de recursos materiais e culturais que um certo momento histórico produz e define como desejavelmente acessíveis” (*Idem*: 97). Portanto, evidenciam-se duas importantes

dimensões do fenómeno, por um lado, os grupos sociais que concentram em si, de uma forma duradoura, um conjunto de desvantagens materiais e culturais, por outro lado, o contexto territorial e social em que os fenómenos de pobreza se configuram e cristalizam. Esta análise tende a realçar as diversas matizes que o fenómeno poderá assumir, mas contribui igualmente para a produção e reprodução conceptual de um universo específico do indivíduo pobre e para a manutenção ambivalente e complexa da subalternidade da sua situação. Nas palavras de Alvarez, “a inferioridade do pobre constrói-se com base no reconhecimento de certas «capacidades» culturais, que concorrem para a invenção de um capital chave no processo de economização do social” (2005: 243). Neste sentido, as relações de reciprocidade não mercantis adquirem um valor económico (capital social) na base do qual se alicerçam os dispositivos de intervenção social.

A tendência biologizante deste processo verifica-se na adopção de um campo semântico típico das ciências médicas para nomear e classificar fenómenos conexos (atente-se na designação de populações *vulneráveis* ou em *risco*). Por outro lado, como já vimos, ganha terreno o critério dos recursos necessários à manutenção biológica do corpo para definir o que se entende por necessidades básicas e para medir a extensão do fenómeno. Compreendemos a crítica de Chossudovsky (2003) ao critério monolítico de medição da pobreza – *um dólar por dia* - que é aplicado pelo Banco Mundial e, de alguma forma, reiterado pelo Grupo de Desenvolvimento Humano, ao construir um índice de pobreza humana, baseada em níveis básicos de privação. Enquanto isso, os níveis de pobreza nos países ocidentais atentam ao nível mínimo de gastos necessários, de molde a satisfazer as necessidades essenciais (alimentação, vestuário, saúde, habitação e educação). Então, a dificuldade de avaliação e de medição da pobreza reside antes de mais na dependência do conceito face a coordenadas espaço-temporais, bem como aos elementos axiológico-normativos predominantes numa dada sociedade e às opções político-ideológicas existentes.

Se o período que actualmente se vive é, sem dúvida, marcado por níveis de crescimento sem precedentes e por extraordinários desenvolvimentos técnicos das forças produtivas, por acção de contraste, parece ser também possível afirmar que, face a esse cenário de potencial prosperidade, os patamares de desigualdade existentes assumem um peso inaceitável³. De facto, a globalização faz-se sentir também, embora de modo desigual, nas condições de vulnerabilidade das populações. O risco social de exclusão ou de “desfiliação” parece democratizar-se ao ritmo da circulação e mobilização de capitais e recursos produtivos, manifestando-se de modo mais extremo na identificação “de «inúteis para o mundo», de supranumerários e, em torno deles, de uma nebulosa de situações marcadas pela instabilidade e pela incerteza do amanhã que atestam o crescimento de um vulnerabilidade de massa” (Castel, 1999: 593).

Tal como nota Hespanha, “o aumento das desigualdades e da pobreza que se registou ao longo dos anos 80 e 90 fica, em grande medida, a dever-se (...) [à] reestruturação das economias nacionais na sequência dos programas de ajustamento estrutural” (2002: 3). Os anos 80 marcam o início de um processo de intensa reestruturação produtiva, com óbvias consequências ao nível dos dispositivos organizacionais e tecnológicos. A gestão das empresas, mediada pelos processos de modernização, orienta-se quase exclusivamente para a melhoria dos níveis de produtividade, com base na flexibilidade e selectividade de mão-de-obra e na gestão de stocks com uma quantidade limitada (Clavel, 2004: 80). Os processos de produção são geridos procurando imobilizar o mínimo de recursos financeiros necessários, utilizando sistemas *just-in-time*, que limitam a existência de stocks ao mínimo necessário para produzir e que se reflectem também nas necessidades de pessoal. Assim,

³ No entender de Fernandes, a compreensão da importância política concedida ao fenómeno da pobreza equaciona-se no âmbito de uma distinção fundamental entre as sociedades tradicionais e as sociedades contemporâneas. Se, por um lado, “a sociedade tradicional é a sociedade da hierarquia, da privação, do sacrifício, da religiosidade, do caritativismo e do assistencialismo” (1991: 57), por seu turno, “a sociedade moderna é a sociedade democrática, aquisitiva, da felicidade, secularizada, do êxito e da autonomia” (1991: 57). Deste modo, no contexto da sociedade tradicional, a pobreza é encarada como um fenómeno mais ou menos recorrente e banal, pontuada esporadicamente pela existência de redutos de riqueza, na sociedade moderna, a

as empresas organizam-se em torno de um núcleo duro de empregos (estáveis), recorrendo a *ajustamentos conjunturais* e à externalização de serviços⁴. Portanto, "as mudanças organizacionais, marcadas pela crescente competição, privatização e concentração do tecido empresarial, parecem assim apontar para a diferenciação entre um núcleo forte de trabalhadores altamente qualificados e criativos, com altos níveis de rendimentos e de poder, e uma maioria de empregados anónimos e descartáveis, com trabalhos rotineiros, vínculos precários, rendimentos reduzidos e sem benefícios sociais" (Guerreiro; Abrantes, 2007: 25). Os processos de terciarização e qualificação do emprego "têm conduzido diversos autores a equacionar a transição da economia industrial para uma economia baseada no conhecimento, na qual os analistas simbólicos constituem um grupo cada vez maior e com mais poder" (*Idem*: 21).

Os novos sistemas de emprego, aguçados pelas mudanças tecnológicas e pela competição global, encerram dinâmicas de formação, criatividade e trabalho de equipa, mas também de crescente flexibilização, desregulação e individualização das condições de trabalho. Note-se, portanto que, "quando se fala de flexibilização, está-se a falar de um complexo de tendências em sentidos díspares. Pode significar a mobilidade dos trabalhadores entre funções e organizações (...), mas pode também significar o recurso a mão-de-obra barata, condições de trabalho precárias e facilidade de despedimento para as entidades empregadoras" (Guerreiro; Abrantes, 2007: 23). A última situação traduz uma desvinculação das empresas face aos custos sociais da dispensa de trabalhadores, evidenciando um processo de modernização liderado pelo factor técnico, em detrimentos do humano. Neste processo, intervém por omissão o Estado que através de uma "menor intervenção directa ou indirecta (...) nas economias tem operado através da [sua] subordinação (...), em matéria

pobreza não desapareceu, mas tornou-se particularmente embaraçosa, pelo contraste que produz os padrões democráticos de igualdade e de bem-estar.

⁴ Este cenário completa-se e complexifica-se se lhe adicionarmos o fenómeno da deslocalização da produção.

de política económica, à disciplina neo-liberal que [ajudou] (...) a consolidar" (Hespanha, 2002: 3).

No actual contexto de reestruturação produtiva e de promoção da internacionalização das estratégias de negócios, Guimarães considera que “por um lado (e sob o signo da globalização produtiva e financeira), manifestar-se-ia um movimento de convergência entre estruturas normativas e institucionais, nacionais e supranacionais, que estruturaria a oferta de bens e serviços”, simultaneamente regista-se “uma tendência à convergência no que tange aos modelos normativos de cultura de trabalho” (Guimarães, 2002a: 104-105). Por outro lado, reconhece-se um movimento de sinal contrário, promotor, não da convergência, mas da hibridização, porque “as normas e instituições que se difundem num contexto globalizado interagem com as especificidades (nacionais e setoriais) características dos contextos sociais em que essa difusão se verifica, e onde o seu enraizamento se faz necessário” (Guimarães, 2002a: 105).

De acordo com a análise desenvolvida por Guimarães (2002a), os estudos produzidos no âmbito da Sociologia do Trabalho, sobre as transformações em curso, tendem a enfatizar as mudanças ocorridas no domínio das “práticas de emprego, com impactos sobre o tamanho dos efectivos (administrativos e operacionais), dando lugar a novas formas contratuais que segmentaram mercados internos e externos de trabalho; do conteúdo dos postos e da divisão de tarefas na operação directa dos processos produtivos; da divisão do trabalho na empresa, e da estrutura ocupacional dela resultante; das relações de hierarquia e de autoridade, vale dizer das novas formas de divisão e circulação do poder nas organizações, com especial interesse para os mecanismos de produção de consentimento em contextos sob intensa mudança e restrição de antigos direitos” (Guimarães, 2002a: 104). Esta abordagem tende a destacar os impactos das mudanças técnicas e organizacionais nos trabalhadores que haviam resistido aos processos de reestruturação produtiva.

Na actualidade, Guimarães constata que “em termos quantitativos, ingressávamos numa era em que o crescimento da produção passaria a se dar sem um aumento proporcional do emprego” (Guimarães, 2002a: 105). Esta transformação é acompanhada, do ponto de vista ideológico, da crença na qualificação individual como variável chave para compreender e aferir dos níveis de empregabilidade dos sujeitos. Tal como a Organização Internacional do Trabalho a entende, a empregabilidade compreende “as qualificações, os conhecimentos e as competências dos trabalhadores para obterem e conservarem um emprego, melhorarem o seu trabalho e adaptarem-se à mudança, obterem outro emprego quando o desejarem ou necessitem e para se integrarem mais facilmente no mercado de trabalho” (OIT: 2000). Criticamente, Cardoso considera que a noção de empregabilidade, tal como é correntemente utilizada, “transfere à força de trabalho todo o ônus por seu desemprego (...) [porque] se cada qual tivesse buscado informação adequada sobre as necessidades reais dos mercados de trabalho; e se tivesse investido em si mesmo de forma diferenciada, isto é, mais e melhor do que os outros indivíduos, estaria, agora, em melhor posição do que os outros. Seria, certamente, empregável” (1999:14)⁵.

Estamos, portanto, diante de duas perspectivas muito distintas. Se por um lado, a definição de empregabilidade avançada pela OIT tem um cariz prescritivo e (pretensamente) neutro, por outro lado, a análise de Cardoso alerta-nos para a carga ideológica que a utilização desse conceito veicula. Cremos que a utilização do conceito de empregabilidade apenas poderá adquirir alguma distância face a ambas as perspectivas se for equacionada de um ponto de vista local e individualizado, isto é, em relação com o contexto em que se identifica, porque “sujeitos com recursos similares podem assumir-se de modo diferente como sujeitos activos ou passivos da sua história laboral e, neste sentido, o trabalho pode ter significados diferentes e mobilizar de modo distinto os recursos que os trabalhadores

⁵ Esta posição é consentânea com a associação estabelecida entre empregabilidade e as noções de flexibilidade e desregulação que fundamentam uma postura que considera que tais conceitos legitimam um percurso que gradualmente conduzirá ao abandono da responsabilidade social e colectiva com o emprego.

possuem” (Weinberg, 2004: 7). Deste modo, “pensar a empregabilidade (...) implica priorizar as suas dimensões culturais e pessoais, sobre as quais as pessoas podem exercer um controlo mais directo e entender que não só pode ser considerada com relação a um emprego, mas que é uma dimensão fundamental do desenvolvimento pessoal e da integração social” (*Ibidem*). Na senda de Weinberg (2004), e não obstante alguns posicionamentos críticos pertinentes, consideramos que é possível equacionar a empregabilidade que atende à *circunstância* do sujeito e que se orienta para a sua valorização. A circunstância do sujeito compreende desde logo a estrutura de oportunidades proporcionada pela sociedade em que este se insere e que resulta fundamentalmente da articulação entre o papel do Estado, do mercado e da comunidade alargada e restrita (família). Portanto, a estrutura de oportunidades não constitui um desígnio individual, mas uma prioridade social cuja concretização depende da acção concertada entre os actores referidos.

3. O desemprego analisado numa articulada perspectiva de mudança: trabalho, família e género

A história da modernidade escreve-se nas linhas das profundas transformações dos valores dominantes, da modificação das relações de produção, da mutação dos elos entre público e privado, da decomposição e produção de novas formas de legitimação e regulação social; à criação, enfim, de um novo lugar para o indivíduo na arquitectura do espaço social (Aboim, 2006: 17). Para este trabalho, surge com particular evidência a importância da esfera económica, enquanto mecanismo potencialmente produtor e reproduzidor de exclusão, a partir de um fenómeno específico: o desemprego. Num contexto de extensas e profundas reestruturações dos contextos produtivos, verifica-se a ampliação do volume de desemprego e também a alteração das suas formas e do perfil dos desempregados. Tal como Guerreiro e Abrantes constatarem, “numa sociedade em que o conhecimento e as

qualificações desempenham um papel cada vez mais importante, mas onde o mercado de trabalho tende a não absorver toda a mão-de-obra, assiste-se ao fim do pleno emprego e à irrupção do desemprego crónico, atingindo sobretudo os grupos com menos recursos e reforçando a sua exclusão” (2007: 17). Estas transformações tendem a assumir configurações diferenciadas em função dos constrangimentos de índole social existentes, ou seja os “distintos tipos de práticas de emprego adoptadas e o maior ou menor peso do Estado nas políticas de emprego; as diversidades de amplitude e de formato (público ou privado) dos sistemas de relações industriais e as consequências que dele resultam para as negociações salariais e para as relações profissionais, além de determinantes de ordem cultural mais ampla” (Guimarães, 2002a: 105). Assim, o peso das estruturas e instituições sociais não se dissipa, reconfigura-se adoptando formatações mais flexíveis e híbridas.

Nas últimas décadas, assistiu-se também a “uma profunda transformação dos modelos familiares, no sentido da livre escolha do cônjuge, desinstitucionalização e laicização do casamento, valorização das relações afectivas, aceitação das liberdades individuais e democratização das relações entre os vários elementos da família” (Guerreiro; Abrantes, 2007: 32). Não obstante, como notam os mesmos autores, a permanência das fronteiras de classe e de género como delimitadores da estrutura de papéis e oportunidades individuais (*Ibidem*)⁶. Aboim, no desenvolvimento da temática das transformações no seio da conjugalidade, sugere que as preocupações relativas à “crescente autonomia da família nuclear face ao parentesco e dos indivíduos dentro da família nuclear, as novas formas de coesão afectiva no casamento, a alteração das funções produtivas da família propiciadas pela industrialização ou ainda pela criação do «Estado social» e pelo alargamento dos direitos individuais, ou mesmo as mudanças na condição feminina” (2006: 28), sinalizam a

⁶ De facto, a investigação desenvolvida no seio da Sociologia da Família permite constatar que “as fronteiras de classe subsistem nos modos de viver a própria relação conjugal. Nos meios populares e desqualificados assiste-se à preservação, em grande escala, do «modelo normativo tradicional de divisão das tarefas conjugais e modalidade assimétrica de divisão de poderes. (...) Pelo contrário, nos meios intelectuais, emerge o modelo associativo de família, baseado na autonomia e na comunicação entre os seus membros” (Guerreiro; Abrantes, 2007: 36).

transição da discussão teórica e social "para a progressiva importância do indivíduo nas relações sociais e para o debate em torno das «novas formas de integração social», em confronto com o «individualismo moral» que caracteriza a modernidade do ponto de vista normativo" (*Ibidem*).

A dinâmica da *individualização*, como característica do processo histórico de modernização, pode ser analisada em esferas sociais diversas. De um modo geral, a modernidade permitiu uma libertação relativa dos sujeitos face aos papéis historicamente prescritos, introduzindo uma profunda mudança na codificação dos comportamentos socialmente aceites. Como nota Aboim, a par do vector simbólico, "um outro eixo central de mudança reconhece-se na «desfamiliarização» das formas de organização social" (2006: 35). A autora prossegue, explicando que "as lógicas imanentes ao mercado de trabalho ou ao desenvolvimento do *welfare state*, com as suas formas de regulação e de benefícios sociais, permitiram aos indivíduos tornarem-se economicamente independentes das suas famílias, contribuindo assim para o que Beck e Beck-Gernsheim entendem por «individualismo institucionalizado»" (*Ibidem*). Neste sentido, o conceito de individualização "refere-se, assim, tanto à produção de uma ordem social mais individualizada nas formas de organização do Estado, do mercado de trabalho, dos grupos sociais, da família, como à multiplicidade dos padrões biográficos possíveis, ou ainda ao desenvolvimento da reflexividade na construção de uma trajectória e de uma identidade social" (*Idem*: 35-36).

A análise dos processos de individualização, no seio da relação entre dinâmicas históricas de mudança e contextos sociais situados, "deverá ser atenta às estruturas de desigualdade social (de classe, de género), evitando excessivas oposições entre determinismo (associado ao passado pré-moderno e familialista) e liberdade (possibilidade conquistada com a modernidade, a primeira, a do iluminismo e da revolução industrial, e a segunda, reflexiva, individualista, fragmentária)" (Aboim, 2006: 39). A valorização da identidade pessoal e a sua autonomização face às estruturas sociais em que os indivíduos estão inseridos, como a

família, a comunidade ou o contexto profissional, convida a abordar as identidades e biografias como intensamente individuais, reflexivas e complexas. Não obstante, alguns autores têm defendido que a individualização ocorre, sobretudo, a nível subjectivo, na forma como os indivíduos percebem a sua vida e, neste sentido, a invisibilidade das pressões sociais parece, aliás, reforçar o seu poder.

A transformação radical do estatuto das mulheres que acompanha o processo de modernização é um dos fenómenos que clama pelo tipo de prudência analítica supramencionado. A emancipação feminina é um processo com implicações em domínios sociais diversos. Como Guerreiro e Abrantes constata, "as mulheres participam legitimamente, no processo de individualização, pelo que as trajectórias de vida tornam-se menos condicionadas pelo factor género. No plano da família, conquistam progressivamente mais independência, obrigando a uma reconfiguração dos modelos familiares. Generaliza-se o desejo efectivo em conciliar trabalho fixo e família. O modelo simétrico relacional e não institucional, em que ambos os cônjuges possuem os mesmos direitos e responsabilidades, torna-se assim dominante no plano ideológico" (Guerreiro; Abrantes, 2007: 30).

As mudanças recentes no mercado de trabalho parecem também contribuir para a generalização do trabalho feminino e para o esbatimento das discriminações de género. Contudo, "apesar das enormes mudanças no estatuto e papel das mulheres, que configuram um movimento da ideia de mulher-natureza para a de mulher-indivíduo, as desigualdades de género permanecem vivas nas sociedades contemporâneas, não constituindo Portugal, como é evidente, uma excepção" (Aboim, 2006: 54). Em Portugal, num contexto de generalizada flexibilização e precarização dos vínculos laborais, apesar das altas taxas de trabalho feminino, as mulheres registam relativamente aos homens, taxas mais altas de desemprego de longa duração e maior dificuldade em encontrar o primeiro emprego (a situação agrava-se no caso das jovens mães, expostas a

discriminações e exclusões várias). Torna-se, assim, premente compreender os contornos que o desemprego das mulheres poderá assumir num cenário de profundas transformações sociais.

CAPÍTULO II

A Constituição da Centralidade Social do Desemprego: Problemáticas da Definição e Explicitação do Fenómeno

Na actualidade, é possível afirmar que o desemprego é encarado como um dos problemas sociais mais destacados na esfera macro e micro estrutural. O objectivo deste capítulo passa por salientar os elementos que contribuem para a compreensão do processo social de centralização do fenómeno de desemprego, contextualizando tal situação no seio de um processo dinâmico e de mais vasta transformação das relações sociais de trabalho. Seguidamente, e porque o desemprego é um objecto conceptual fundamental deste trabalho, abordam-se alguns dos eixos a partir dos quais o fenómeno poderá apropriado e mensurado. No terceiro ponto deste capítulo regressa-se a uma lógica mais problematizadora, a partir da qual se enunciam algumas das explicações habitualmente invocadas para justificar a persistência do fenómeno.

1. A emergência do desemprego no seio da generalização das relações sociais de produção salariais

A sub-utilização da capacidade produtiva é um fenómeno observável em diferentes períodos e contextos históricos, mas o *desemprego*, enquanto categoria social e sociológica, surge de mãos dadas com a generalização das relações salariais e, portanto, como artefacto das sociedades modernas. O desemprego é entendido como um dos mais incontornáveis, prementes e dramáticos problemas da actualidade, cuja compreensão se relaciona com a existência de uma organização social que, economicamente, se baseia no predomínio de relações salariais, no seio das quais, “o trabalhador não dispõe de outra possibilidade de participação no trabalho social, e portanto de fonte de rendimento, excepto pela obtenção

de um emprego assalariado” (Freyssinet, 2004: 5). Assim, a história do desemprego constitui um capítulo da história do assalariamento, ou seja do modo de produção capitalista.

A disjunção entre o tempo de trabalho social, destinado a obter um rendimento, e o tempo de trabalho privado ou doméstico, canalizado para a satisfação directa das necessidades dos membros do agregado familiar, constitui uma das características do trabalho assalariado. Trata-se, então, de uma actividade que é compelida a desenvolver-se na esfera pública e à qual é reconhecida uma utilidade que resulta em remuneração, em rendimento. Subjacente ao fenómeno do assalariamento encontra-se o processo de mercantilização da força de trabalho, gerando a existência de mão-de-obra requisitada e/ou rejeitada pelo mercado de trabalho. Pelo trabalho assalariado, portanto, reconhecido como útil, o indivíduo forja a sua relação de pertença à esfera pública, logrando uma localização e identidade sociais, a partir das quais se inter-relaciona com os Outros e se estabelecem um conjunto de direitos e deveres de cidadania (*cf.* Freyssinet, 2004). É, então, no seio do movimento histórico de transformação do *trabalho* em *emprego*, objecto de garantias, direitos e deveres, que faz sentido falar, tal como procede Castel (1999), da instituição da *sociedade salarial*. No entender do mesmo autor, a novidade da actual *questão social* parece residir no questionamento da centralidade da relação salarial e na sua função integradora na sociedade.

Os processos de reestruturação produtiva transportam consigo forças de extinção e de criação de empregos. Para além das diferenças de conteúdo funcional, o emprego tradicional, predominantemente de tempo integral e duração indeterminada, dá lugar ao novo emprego, tendencialmente de tempo parcial e duração variável. Concomitantemente, a morfologia do novo emprego introduz modificações profundas no estatuto dos assalariados e na definição das condições de trabalho, pontuando como modelo de referência para a lógica das transformações a que os empregos tradicionais deverão submeter-se.

A crescente precarização do trabalho é uma força motriz da metamorfose do assalariado, designadamente da possível divisão categorial dos trabalhadores. Há um núcleo central composto por trabalhadores assalariados a tempo integral e por tempo indeterminado, aos quais é objectivamente possível e expectável uma trajectória de mobilidade profissional ascendente. A integração nesta categoria é cada vez mais encarada como um privilégio (como todos os privilégios, partilhado por poucos) de estabilidade económica e profissional. Gravitam ao redor deste cerne, uma massa de trabalhadores periféricos, com vínculos contratuais precários, horários de trabalho e salários variáveis. Mais distantes ainda do núcleo central, localizam-se os trabalhadores externos, ou seja, prestadores de serviços (curiosamente, designados de “trabalhadores independentes”), remunerados por tempo ou tarefa, cuja carga de trabalho varia segundo as necessidades do momento.

A tendência das reorganizações produtivas passa pela drástica redução do núcleo central de trabalhadores nas empresas, ampliando a participação dos trabalhadores externos, cujo conteúdo funcional é idêntico ao dos primeiros, mas aos quais assiste um conjunto de direitos sociais e de plataformas remuneratórias distintas. Assiste-se, pois, ao progressivo desmantelamento do sistema de protecção e garantias acopladas ao emprego tradicional e à gradual desestabilização da ordem do trabalho. Sob a égide da flexibilização, o tecido social esboroa-se, desagrega-se, é fonte de incerteza e de elevado risco social, produtora, no entender de Castel, da desestabilização dos estáveis, da instalação na precariedade e da existência alargada de um conjunto de supra numerários (*Cf. Castel, 1999*). O autor refere-se simultaneamente aos fenómenos que abrangem os trabalhadores que outrora ocupavam uma posição sólida na divisão do trabalho clássico e que agora se encontram apartados dos circuitos produtivos; aos indivíduos que estruturam o seu quotidiano de uma forma vulnerável, instável e algo aleatória, porque dependente da alternância de períodos de actividade, com desemprego e ajuda social; finalmente, os que são puramente rejeitados pelo sistema produtivo e sem quaisquer possibilidades reais de o virem a integrar.

Adoptando uma perspectiva histórica, Freyssinet (2004), identifica três transformações basilares no mercado de trabalho capazes de explicar o incremento do desemprego. A destruição das formas de produção pré-capitalista (a agricultura familiar, o artesanato e o pequeno comércio) implica que determinados grupos sociais busquem rendimentos alternativos, nomeadamente pela procura de trabalho assalariado. Simultaneamente, os períodos de redução do salário real, proveniente do trabalho do chefe de família, evidenciam a insuficiência de um único salário para satisfazer as necessidades uma família operária, constringendo os restantes membros do agregado familiar (mulheres e crianças) a apresentarem-se no mercado de trabalho. Concomitantemente, o ritmo e as modalidades de acumulação de capital, pautados por crises cíclicas que provocam a diminuição do nível de actividade e pela introdução de técnicas mais mecanizadas que reduzem as necessidades de mão-de-obra, podem, em certas fases, conduzir à destruição de postos de trabalho. Então, é através da combinação dos três movimento referidos que Freyssinet (2004) explica a constituição de uma espiral crescente de desemprego permanente, mas de amplitude variável que, num mercado de trabalho fortemente concorrencial, exerce uma pressão sobre o nível salarial e sobre as condições de trabalho.

2. Contornos da (problemática) definição do conceito de desemprego

A identificação e o reconhecimento do desemprego como categoria social, estatisticamente mensurável, constituem elementos de um processo que repousa sobre a consciência da impossibilidade de regressar às modalidades de organização social e económica pré-capitalistas. Assim, “é a emergência do assalariado como forma única e irreversível de utilização da força de trabalho que determina o aparecimento do desemprego como uma posição socialmente reconhecível” (Freyssinet, 2004: 7). Durante muito tempo, os desempregados são privados de todos os direitos e formas de rendimento, sendo vítimas de um opróbrio social que os designa como parasitas e incapazes. O processo de constituição

da legitimidade do desemprego enquanto problema social, é igualmente reforçado pela emergência de instituições especializadas nas questões do desemprego e dos sujeitos desempregados, bem como de prestações sociais destinadas a garantir a existência de rendimento durante o período de desemprego (o subsídio de desemprego) (Cf. Freyssinet, 2004: 6).

A abordagem do fenómeno do desemprego pode seguir uma via que privilegia a vertente quantitativa e a definição precisa do *desemprego* e do *desempregado*, bem como a modalidade compreensiva que procura descortinar a heterogeneidade do fenómeno, no âmbito da indeterminação do conceito, da diversidade de estatutos de desempregado e do impacto individual da experiência do desemprego.

Um dos problemas da identificação do desemprego resulta do facto de este implicar a combinação de um *critério de situação* – ocupar um emprego – com um *critério de comportamento* – procurar um emprego. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o desemprego poderá abranger todas as pessoas que a partir de uma determinada idade e ao longo de um período de referência estejam: *sem trabalho* (isto é, pessoas que não tenham um emprego assalariado ou não assalariado), *disponíveis para trabalhar* (num emprego assalariado ou não assalariado, durante o período de referência) e *à procura de trabalho* (isto é que encetem diligências, num período recente definido, para encontrar um emprego assalariado ou não assalariado)⁷. De acordo com Freyssinet (2004), essas condições não resolvem totalmente o carácter potencialmente ambíguo do fenómeno, porque se a primeira clarifica que nos reportamos a um trabalho realizado mediante uma remuneração, a segunda não contempla constrangimentos decorrentes de doença ou frequência de cursos de formação e a terceira não define as modalidades de procura admissíveis.

⁷ Conceito de desemprego conforme a “Resolução sobre Estatísticas da População Activa, do Emprego, do Desemprego e do Subemprego” da 13ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho, OIT, 1982 (disponível em www.laborsta.ilo.org/).

No caso português, o volume de desemprego poderá ser aferido através dos dados provenientes do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) ou do Instituto Nacional de Estatística (INE). Os dados produzidos por estas estruturas são apurados através de diferentes estratégias conceptuais e metodológicas. No caso do IEFP, os dados produzidos constituem uma expressão administrativa do desemprego (CSE, 1996), porque decorrem da contabilização do número de inscrições voluntárias nos diferentes Centros de Emprego nacionais. Por seu turno, o INE mede o desemprego através do Inquérito ao Emprego que, respeitando um conjunto de normas estatísticas internacionais, permite a comparabilidade do fenómeno a nível internacional. Assim, “enquanto o INE, entidade produtora de estatísticas por excelência, é um agente activo, que através de um inquérito por amostragem, entrevista, por sua iniciativa e directamente, as famílias, o IEFP, enquanto entidade prestadora de serviços de carácter social, de forma passiva, aproveita estatisticamente a recolha directa da procura voluntária de emprego, através dos Centros de Emprego” (CSE, 1996: 10).

Na concepção do INE, considera-se como desempregado o “indivíduo, com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes: não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; estava disponível⁸ para trabalhar num trabalho remunerado ou não; tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências⁹ no período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar um emprego remunerado ou não” (Cf. www.ine.pt/). Por seu turno, o IEFP trabalha com o conceito de *desemprego registado*, isto é o “conjunto de indivíduos com

⁸ O INE fundamenta o critério de disponibilidade para aceitar um emprego “no desejo de trabalhar; na vontade de ter actualmente um emprego remunerado ou uma actividade por conta própria caso consiga obter os recursos necessários; na possibilidade de começar a trabalhar no período de referência ou pelo menos nas duas semanas seguintes. Inclui o indivíduo que, embora tendo um emprego, só vai começar a trabalhar em data posterior à do período de referência (nos próximos três meses)” (Cf. www.ine.pt/).

⁹ O INE considera como diligências os actos seguintes: “contacto com um centro de emprego público ou agências privadas de colocações; contacto com empregadores; contactos pessoais ou com associações sindicais; colocação, resposta ou análise de anúncios; realização de provas ou entrevistas para selecção; procura de terrenos, imóveis ou equipamentos; solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria” (Cf. www.ine.pt/).

idade mínima especificada, inscritos nos Centros de Emprego, que não têm emprego¹⁰, que procuram um emprego¹¹ e que estão disponíveis para trabalhar¹²” (Cf. www.ine.pt/).

Para além das diferenças conceptuais de desemprego, os dados produzidos pelo INE e pelo IEFP diferem também devido ao accionamento de distintas estratégias metodológicas. Assim, tal como já foi referido, o INE utiliza o Inquérito ao Emprego, por amostragem e entrevista directa às famílias, já o IEFP recorre aos registos administrativos da procura voluntária de emprego através dos Centros de Emprego. Os dados produzidos pelo INE caracterizam-se ainda por: abrangerem toda a população residente no país há três meses ou mais ou que, residindo há menos de três meses, não ocupe outro alojamento o estrangeiro de forma permanente; serem de periodicidade trimestral; assumirem como período de referência a semana anterior à entrevista. Por seu turno, as estatísticas apresentadas pelo IEFP: abrangem toda a população com 15 anos ou mais inscrita nos Centros de Emprego; são produzidas com uma periodicidade mensal; assumem como período de referência o momento de inscrição nos Centros de Emprego (Cf. CSE, 1996: 13).

Os factores supra enunciados traduzem-se em divergências muito significativas nos valores do volume de desemprego apurados por cada uma das fontes. As controvérsias em torno da medida do desemprego resultam, em última análise, “das imperfeições dos instrumentos de medida e da indefinição dos conceitos” (Freyssinet, 2004: 12). Contudo, “o fenómeno do desemprego é de tal forma complexo, que justifica a existência de estatísticas articuladas e complementares” (CSE, 1996: 18).

¹⁰ Baseando-se na declaração do candidato de não possuir trabalho, no momento da inscrição e em todos os contactos subsequentes enquanto inscrito como desempregado nos Centros de Emprego (Cf. CSE, 1996:14)

¹¹ O acto de inscrição no Centro de Emprego implica a obrigatoriedade de resposta ou comparência às convocatórias do Centro de Emprego. Recentemente a alteração das regras de atribuição do Subsídio de Desemprego explicitaram de uma forma mais compulsiva os actos de comprovação da procura de emprego, aproximando-o dos critérios definidos pelo INE.

¹² Depende da verificação de condições para começar a trabalhar imediatamente ou pelo menos nos próximos 30 dias (Cf. CSE, 1996: 14).

No seio do prisma quantitativo, e decorrente das principais condições definidoras de desemprego apresentadas, é comum proceder à decomposição da população total em três categorias: activos ocupados, inactivos e desempregados. Essa operação, no entender de Freyssinet (2004), conduz a uma concepção redutora do desemprego, na medida em que ignora a amplitude crescente dos intercâmbios que se geram entre as três categorias o que, a par do aumento do desemprego, constitui uma das características da crise contemporânea. O autor questiona fundamentalmente a categorização da população total nos três grupos mencionados, porque “uma das características essenciais do período actual é a indeterminação das fronteiras dos três sub-conjuntos”¹³ (2004: 13). Do mesmo modo, uma definição residual do desemprego, como relação entre recursos e necessidades de mão-de-obra, tende a negligenciar a dimensão das dinâmicas que se geram na evolução do emprego, do desemprego e da inactividade, respectivamente. Na concepção de Guimarães, tal situação fica a dever-se à perda do “instrumento de medida preciso, forjado na norma salarial, que nos permitia distinguir a condição dos indivíduos no mercado de trabalho” (2004: 145). A autora prossegue a sua análise, constatando a complexidade do panorama actual, porque “nossos/as desempregados/as, agora trabalham mais que sempre; nossos/as ocupados/as têm biografias temperadas pelo risco permanente do desemprego; e nossos/as inactivos/as, longe de portarem, gloriosos, seus pijamas, findo um longo ciclo de vida ocupacional, esgrimem formas e relações de trabalho cada vez mais exóticas em face do que pensáramos como típico de uma sociedade capitalista” (2004: 145-146).

Então, a identificação, definição e medição do desemprego são também obstaculizadas pelo facto de camadas crescentes da população total ocuparem posições intermédias entre as três categorias generalizadamente aceites. Por este motivo, Freyssinet (2004) conclui ser mais proveitoso empreender um esforço analítico de identificação das funções que essas categorias intermédias cumprem no mercado de trabalho, do que ignorá-las, fixando

¹³ Esta afirmação pode ser comprovada através da análise estatística sobre as intermutações entre as

fronteiras mais ou menos arbitrárias. O autor identifica como situações intersticiais e categorias estatística e socialmente mais ocultas: o trabalho a tempo parcial; a inactividade, como forma de desemprego mascarado (reforma antecipada; formação profissional, desempregados desencorajados) e o trabalho clandestino (actividade profissional principal ou complementar exercida à margem das obrigações legais, regulares ou convencionadas, a título lucrativo e de forma não ocasional).

O movimento de amplificação das zonas de intersecção entre as categorias definidas constitui um dos resultados das modalidades de gestão da força de trabalho pelas empresas e das políticas públicas em matéria de emprego (Freyssinet, 2004). Então, o volume de desemprego num determinado momento não pode ser interpretado isoladamente: ele só tem sentido quando situado no seio dos mecanismos que determinam as formas e os graus de utilização ou de subutilização das capacidades de trabalho.

3. Raízes (insatisfatoriamente) explicativas do fenómeno do desemprego

No entender de Freyssinet (2004), através da análise da produção teórica sobre o fenómeno de desemprego, é possível identificar três grandes fontes explicativas. O desemprego pode ser explicado através da análise da dinâmica do mercado de trabalho, assim, seria o constante e renovado afluxo de potenciais trabalhadores ou a presença injustificada de certas categorias populacionais ao mercado de trabalho que estaria na base do desemprego. Numa outra perspectiva, o desemprego explica-se pelo comportamento dos desempregados, grosso modo, considera-se, no seio desta óptica de análise que “*não falta trabalho, não há é vontade de trabalhar*”. Então, é a preguiça, a má vontade, a informação deficiente, a inadaptação ou as exigências excessivas da população

categorias e através de uma abordagem dinâmica que ilustre a complexidade dos fluxos que se geram.

desempregada que originam o próprio desemprego. Finalmente, numa terceira perspectiva, o desemprego explica-se pelo inexorável progresso técnico (*cf.* Freyssinet, 2004: 51).

Na óptica explicativa do aumento da mão-de-obra disponível, o desemprego explica-se através do desfasamento existente entre os movimentos de crescimento da população activa e relativa estagnação dos níveis de emprego. Portanto, se por motivos demográficos e culturais, não assistíssemos a um aumento da população activa, seria de esperar a manutenção e não o crescimento dos níveis de desemprego. Ora, Freyssinet (2004) procura desconstruir esta explicação recorrendo a dados empíricos (para a realidade francesa) e argumentos teóricos. Através de uma análise longitudinal de dados quantitativos, o autor constata que a população tem crescido a níveis proporcionalmente equivalentes, portanto, “é a evolução do emprego que mudou e não a da população activa” (2004: 52). Teoricamente, esta posição é reiterada por Freyssinet que afirma “a população activa não é um dado comandado unicamente pelas variáveis demográficas ou culturais; ela é em si mesma função da situação do mercado de trabalho: a chegada de mão-de-obra imigrante é condicionada pelas penúrias sectoriais de mão-de-obra não qualificada, o crescimento das taxas de actividade feminina não se deve unicamente a mutações culturais mas ao efeito de apelo exercido pelo crescimento do emprego no sector terciário” (2004: 54-55). Em suma, a explicação mecanicista, redutora e parcial que justifica o aumento do desemprego através do crescimento da população activa, não é capaz de se articular com a dimensão fundamental de criação e de destruição de empregos e postos de trabalho.

À semelhança da primeira perspectiva, a segunda abordagem explicativa também coloca a tónica na oferta da mão-de-obra, mas numa óptica qualitativa, centrada nas características e nos comportamentos dos indivíduos desempregados. Assim, “é a inadaptação das características dos desempregados, por relação às «necessidades da economia», que é incriminada, igualmente são os comportamentos dos que procuram emprego, no âmbito das suas estratégias de procura de emprego, que se encontram em causa” (Freyssinet, 2004:

55). As estruturas de emprego encontram-se em permanente mudança: as mutações técnicas originam uma transformação das qualificações, redistribuições sectoriais relacionadas com o ritmo desigual de crescimento dos diferentes sectores de actividade, realocação geográfica das actividades produtivas à escala interregional e internacional. Deste modo, é “inadequação das qualificações adquiridas por relação às exigências dos novos postos de trabalho que explicaria a inempregabilidade de certas categorias de mão-de-obra” (Freyssinet, 2004:56), bem como a imperfeição da circulação da informação sobre as necessidades do mercado de trabalho e os diferentes obstáculos à mobilidade dos trabalhadores que justifica a existência e o crescimento dos níveis de desemprego. Recorrendo mais uma vez à dimensão empírica e teórica, Freyssinet procura demonstrar os factores de inadaptação permitem explicar o aumento da duração do desemprego, especialmente entre os trabalhadores menos qualificados e com menor capacidade de mobilidade geográfica. Contudo, não fica clara a sua relação com o aumento do número de desempregados. Simultaneamente, “em comparações internacionais, não é possível estabelecer uma correlação global, nem no tempo, nem no espaço, entre os níveis de formação da força de trabalho e o nível de desemprego” (Freyssinet, 2004: 57).

No que concerne à vertente do *desemprego voluntário*, este resulta de uma interpretação do desemprego como consequência das estratégias individuais de procura de emprego e da sua relação com a informação imperfeita e incompleta de que dispõem aqueles que procuram emprego sobre as necessidades do mercado de trabalho. Neste sentido, o desemprego seria o resultado de uma escolha individual racional, decorrente da ponderação dos custos inerentes ao acto de procura com os benefícios actualizados e previsíveis dessa actuação (cf. Freyssinet, 2004: 58). O autor considera que esta abordagem é ineficaz para explicar o esforço que os desempregados efectivamente despendem na construção da sua estratégia de emprego e, logo, para explicar o aumento quantitativo do fenómeno.

Finalmente, os efeitos do progresso técnico sobre a estrutura do emprego têm sido amplamente discutidos. Desse debate é possível distinguir as posições que se centram ora sobre os efeitos transitórios, ora sobre os impactos duráveis do progresso técnico na estrutura de emprego. Os efeitos transitórios prendem-se com a concepção do progresso técnico enquanto factor de aceleração das mutações que influenciam a composição qualitativa dos colectivos de trabalho, bem como a distribuição sectorial do emprego. Uma vez que a adaptação dos trabalhadores a estas mudanças não é imediata, nem perfeita, é possível compreender que daqui poderá resultar um desemprego transitório de adaptação. Na perspectiva dos efeitos duráveis, procura-se analisar em que medida é que o progresso tecnológico se poderá traduzir numa fonte de substituição da força de trabalho. Nesta óptica, o progresso técnico implica a destruição de um conjunto de empregos, não compensada pelos novos empregos que necessariamente cria¹⁴. Aquilo que uma análise atenta é capaz de evidenciar é que “existe uma relação entre a mudança técnica e o emprego, mas relação não de todo automática. Ela é função de processos económicos e sociais que operam em três domínios principais: os critérios de orientação da procura e selecção das inovações; o nível e os modos de satisfação das necessidades; as condições de utilização da força de trabalho” (Freyssinet, 2004: 64).

¹⁴ A este respeito, Freyssinet constata ainda que o discurso dominante sobre os impactos da evolução tecnológica sobre o emprego tende a modificar-se por relação à conjuntura económica em que é produzido, destacando, assim, a função ideológica cumprida por tais narrativas. Assim, em períodos de forte crescimento económico tende a predominar um discurso que enaltece os efeitos positivos das mudanças tecnológicas. Por outro lado, em momentos de crise ou recessão económica, vigora uma narrativa que tende a acentuar a inevitabilidade dos custos sociais, nomeadamente o desemprego, em prol do natural curso da modernização e competitividade (cf. Freyssinet, 2004: 61-62).

A Abordagem Macro e Micro Estrutural do Desemprego: Elementos Axiais para a Compreensão do Fenómeno

A análise do desemprego, enquanto fenómeno social, pode seguir vias de análise bastante diferenciadas. Uma pesquisa de cariz macro social tende a privilegiar os grandes eixos estruturadores e enformadores da acção social. Neste prisma, e tendo por base a proposta conceptual de Gallie e Paugam, o estudo do desemprego deverá contemplar as formas de actuação e configuração articulada entre o *mercado*, o *estado* e a *família*. Esta proposta analítica consubstancia já um significativo avanço no percurso compreensivo do fenómeno, pois não o perspectiva como uma realidade exclusiva de um dos foros de análise. Uma outra abordagem do fenómeno, a partir da sua dimensão micro social pode ser desenvolvida. Nesta óptica, o cerne da análise é o sujeito em situação de desemprego, perspectivando as transformações e mudanças que tal situação acarreta para a esfera de acção mais circunscrita ao indivíduo. A perspectiva que este trabalho de investigação adopta pretende colocar em diálogo as virtualidades da abordagem macro e micro estrutural na análise do fenómeno do desemprego, desígnio cuja explicitação mais detalhada encerra este capítulo.

1. Para uma macroconfiguração do fenómeno do desemprego: o papel do Mercado, do Estado e da Família

Tendo por base um estudo comparativo entre oito países europeus, Gallie e Paugam (2000a), procurando discernir diferenças e pontos de contacto entre as experiências de desemprego, constatam que existem disparidades assinaláveis entre os países membros da União Europeia em estudo. No entender dos autores, essas diferenças reforçam a

necessidade de analisar o desemprego como um fenómeno heterogéneo, ancorado num determinado contexto económico, social e político e que, nesse sentido, apresenta dinâmicas distintas em função da conjuntura nacional em que se encontra. Com vista à operacionalização da análise comparativa a que se propõem, os autores consideram três grandes níveis de análise: o padrão de desenvolvimento económico experienciado nesses países, as formas de intervenção do Estado e o nível de estabilidade e integração proporcionado pelas estruturas familiares.

1.1. Que lugar *no* e *para* o mercado de trabalho?

Para a análise compreensiva do fenómeno do desemprego, Freyssinet (2004) considera central o desequilíbrio económico e social que se instala nos países industrializados, decorrente da ruptura de 1973, porque permitirá identificar “as causas de uma transformação global do modelo de crescimento e a suas consequências espaciais diferenciadas sobre o desemprego” (Freyssinet, 2004: 66). Procurando identificar as principais correntes de mudança global, o autor constata que se assistiu a “uma ruptura global que se traduziu num quarto de século de crescimento lento e flutuante, acompanhado por uma taxa de desemprego média que duplicou” (*Idem*: 67).

De acordo com Freyssinet, a ruptura de 1973, explica-se, na óptica de *teoria da regulação* a partir da quebra de um modelo virtuoso de acumulação capitalista. As economias ocidentais após a II Grande Guerra conhecem um período de crescimento notável, sustentado pela generalização da produção e do consumo de massa. Nesta fase, o crescimento da produção e da produtividade são acompanhados pela acumulação da rentabilidade, crescimento do emprego e aumento generalizado do poder de compra. Este padrão de desenvolvimento é colocado em causa nos anos setenta, em virtude do aumento exponencial do preço do petróleo, a crise do sistema monetário internacional e as políticas

de restrição de actividade adoptadas pela maioria dos países. Deste modo, foi necessário pensar modalidades de superação da crise e a emergência de um novo regime de acumulação nas economias fortemente internacionalizadas. Procurou-se, por um lado, restabelecer as condições do desempenho económico a partir de uma lógica de flexibilidade produtiva, acelerando o desenvolvimento e a introdução de novas tecnologias, colocando a tónica da competitividade na qualidade dos produtos e serviços produzidos. Esta abordagem pressupõe a existência de uma mão-de-obra qualificada, motivada e adaptável à mudança, onde a estabilidade salarial é garantida como contrapartida da aceitação de novas formas de organização do trabalho. Simultaneamente, uma outra alternativa, advogava a restauração sistemática dos mecanismos de mercado e dos critérios de rentabilidade microeconómica, implicando uma flexibilidade maximizada das condições de emprego e do assalariamento, geradora de uma precarização da relação salarial. No âmbito deste modelo, as variáveis de ajustamento do sistema são o emprego e os salários.

A crise de 1973 pode ainda ser interpretada a partir de um modelo explicativo que destaca o processo de acumulação de *rigidificações nefastas*. Nesta perspectiva, as economias ocidentais, após a II Grande Guerra, foram acumulando múltiplas formas de rigidificação nos mercados de trabalho, de produtos e de capitais, que foram progressivamente reduzindo a sua eficácia. Este processo foi potenciado pela crescente intervenção do Estado. Neste cenário a crise dos anos setenta aparece mais como uma continuidade lógica do processo que havia sido gerado previamente. Neste prisma de análise, a solução passa pela implementação de reformas estruturais capazes de rentabilizar plenamente os mecanismos concorrenciais. O mercado de trabalho deverá organizar-se atribuindo primazia à flexibilidade salarial, dos empregos e dos tempos de trabalho. A actuação estatal deverá reduzir-se a uma intervenção minimal, porque deverá ser o livre funcionamento do mercado a assegurar o equilíbrio entre a oferta e a procura (*Cf.* Freyssinet, 2004).

A origem da crise em que as sociedades ocidentais mergulharam originou uma reflexão de natureza predominantemente económica sobre as origens dessa mesma crise. A *Teoria de Equilíbrio Geral* procura explicar essa situação gerando duas hipóteses antagónicas. Rejeitando o pressuposto da central teoria liberal, segundo a qual o equilíbrio entre a oferta e procura, num determinado mercado, ocorre através das variações do preço, lança-se a hipótese de a variável preço ser suficientemente flexível para se fixar a um nível tal que toda a procura é passível de ser satisfeita através de oferta e vice-versa. Traduzindo esta premissa para o domínio do mercado de trabalho, deduz-se que toda a procura de trabalho é capaz de encontrar uma oferta emanada da população activa. Deste modo, existirão apenas duas formas de desemprego: "um desemprego voluntário que resulta do facto de os pretendentes a um emprego não aceitarem trabalhar pela taxa salarial que se fixa no mercado de trabalho; e um desemprego transitório decorrente dos hiatos de adaptação da oferta à procura" (Freyssinet, 2004: 73). Este modelo teórico admite ainda a hipótese oposta baseada na rigidez dos preços a curto prazo, ou seja, admite que a variável preço, em determinadas condições, não é capaz de se adaptar com a rapidez necessária a fim de assegurar o equilíbrio entre a oferta e a procura. Nestas circunstâncias, o mercado procura o seu equilíbrio através do ajustamento entre as quantidades oferecidas, por parte da oferta e da procura. Se a oferta é superior à procura, certas ofertas não encontrarão resposta por parte da procura e vice-versa. Esta hipótese permite explicar um outro tipo de desemprego, o involuntário que emerge porque face a um determinado nível salarial fixado pelo mercado, a quantidade de mão-de-obra disponível para trabalhar é superior à procura por parte dos empregadores.

O desajustamento do funcionamento do mercado, sendo de uma natureza ou de outra, poderá ocorrer simultaneamente no domínio dos produtos e do trabalho. Nestas condições, e de acordo com Freyssinet (2004), é possível identificar dois tipos de desemprego: o *desemprego keynesiano* e o *desemprego clássico*. O primeiro "resulta da conjugação das

ofertas excedentárias sobre os dois mercados: as empresas estando dispostas a produzir mais, não o fazem, porque não existe procura suficiente; os trabalhadores apresentam-se no mercado de trabalho e não encontram emprego” (Freyssinet, 2004: 75). Neste caso, é o nível insuficiente de actividade económica a explicar a existência do desemprego. O designado *desemprego clássico* nasce da conjugação de situações opostas no mercado de trabalho e de produtos. A mão-de-obra disponível para trabalhar é superior ao nível de emprego existente. Concomitantemente, o nível de produção é inferior à procura. Este tipo de desemprego nasce da avaliação de rentabilidade insuficiente por parte das empresas que, não investindo, não contratam mais mão-de-obra.

O diagnóstico sobre o tipo de desemprego contemporâneo irá condicionar as estratégias de política económica desenhadas para combater as suas causas estruturais. Identificar o desemprego contemporâneo como sendo predominantemente clássico, implica accionar uma estratégia que actue na tríade rentabilidade–investimento-emprego. Por outro lado, afirmar que nos deparamos com um desemprego de tipo keynesiano, implica procurar a sua superação através da dinâmica da procura-produção-emprego. Actuando no seio da primeira ou da segunda lógica, o objectivo a longo prazo passa por “restabelecer uma coerência entre rentabilidade dos investimentos e a procura. Resta compreender por que é que, após um quarto de século, o equilíbrio se estabelece com uma taxa de desemprego superior à do período precedente” (Freyssinet, 2004: 79).

Constata-se actualmente que “independentemente das flutuações conjunturais, as novas condições de regulação produziram um certo volume de desemprego necessário à manutenção do equilíbrio macroeconómico” (Freyssinet, 2004: 79). Esta situação é explicada através da análise conjugada entre as taxas de desemprego e a evolução dos níveis salariais nominais e reais. Note-se, porém que, de acordo com Freyssinet, “as taxas de desemprego de equilíbrio reflectem as características estruturais de uma economia e as opções de política económica e social realizadas. Uma outra política poderá ser lançada

com o objectivo de transformar essas características” (*Idem*: 81). Ou seja, não parece satisfatório aceitar que o desemprego possa ser resultado de um determinismo económico. De facto, “mesmo em períodos de recessão, os sistemas sociais dispõem de soluções diversas para gerar a articulação entre recursos e necessidades de mão-de-obra; a opção por uma solução é função de estruturas sociais e de sistemas valores, historicamente produzidos, cuja evolução é lenta e dolorosa” (*Idem*: 84).

No que concerne ao papel do mercado, Gallie e Paugam (2000a) sustentam que a experiência e o sentido que o desemprego assume se encontram muito ligados ao padrão de desenvolvimento económico e à sua proximidade ou distância face às sociedades industrializadas e assalariadas. Apesar do mercado de trabalho nos países que constituem a Europa do Sul não ser idêntico – tradicionalmente, Espanha, Grécia e Itália apresentavam maus desempenhos no que toca à taxa de emprego e de desemprego (níveis de emprego baixos e taxas de desemprego altas), Portugal manifestava uma performance mais positiva a este nível: taxas de desemprego persistentemente baixas e taxas de emprego acima da média europeia, sendo mesmo das mais altas quando considerado o emprego feminino a tempo inteiro – é possível identificar um conjunto de características comuns. De um modo geral, existem menos pessoas a trabalhar ou a procurar trabalho do que nos países não católicos. Entre aqueles que procuram, é nestes países que as taxas de sucesso dessa demanda são menores. Em termos de participação absoluta no mercado de trabalho, estes países encontram-se na pior situação em termos europeus, com uma segmentação interna que afecta particularmente as mulheres e os jovens. Como se explicará em seguida, os níveis baixos de protecção social, combinados com participação reduzida no mercado de trabalho e desemprego alto, contribuem para o desenvolvimento de economias e mercados de trabalho informais. Estes mecanismos, por sua vez, tendem a fomentar a manutenção do mau desempenho do mercado de trabalho formal. No entanto, a intervenção neste domínio da economia informal é delicada, porque este mercado, profundamente enraizado nas

estruturas sociais, desempenha um papel crucial, não apenas na diminuição do impacto do desemprego e dos baixos salários, mas, também, na garantia da sustentabilidade de sectores centrais da economia formal (Cf. Cabral, 1997).

Se, por um lado, a evolução da taxa de desemprego se encontra relacionada com o ritmo de crescimento verificado em cada país, por outro lado, não é possível estabelecer com exactidão uma relação de causalidade directa e estável entre a taxa de desemprego e os principais indicadores de saúde macroeconómica (analise-se o comportamento diferenciado das economias norte-americana, japonesa e europeia nos últimos trinta anos e as distintas evoluções das respectivas taxas de desemprego médias). De facto, existem modalidades nacionais diferenciadas de responder aos sinais de crise, embora não seja possível identificar características nacionais estruturais estáveis que determinem de maneira inequívoca a evolução do fenómeno do desemprego (Cf. Freyssinet, 2004: 69).

1.2. O estado dos Estados: tipologias e especificidades

No início dos anos noventa e também no momento em que se apresenta este trabalho, vive-se nos diversos países que constituem a União Europeia uma crise económica, política e social generalizada. No que diz respeito ao domínio do emprego, “o impacto de diversas crises a partir dos anos 70 deu lugar a uma reestruturação das economias que custou a destruição de um número elevado de postos de trabalho, a mundialização dos mercados deu lugar a uma reorganização dos sistemas produtivos das empresas no sentido de os tornar cada vez menos dependentes da força de trabalho e as necessidades da concorrência deram lugar a uma flexibilização das relações laborais que tornou os empregos cada vez mais instáveis.” (Hespanha e Valadas, 2002: 133). Perante um contexto como este, o problema do desemprego tornou-se numa preocupação maior para os

diversos governos e para as organizações internacionais, dadas as suas implicações económicas, políticas e sociais.

As formas de intervenção estatais encontram-se imbricadas na conceptualização dos regimes de bem-estar. Quando se referem a um regime de bem-estar, Gallie e Paugam utilizam uma noção de *banda larga* que compreende um “sistema público de regulação que visa a protecção social dos indivíduos e a manutenção da coesão social, através de uma intervenção sustentada em medidas legais e na distribuição de recursos nas esferas económica, doméstica e comunitária” (Gallie; Paugam, 2000a: 3-4). Ao considerarem esta variável, os autores postulam que o grau de cobertura e suporte oferecido pelo Estado em situação de desemprego poderá condicionar a experiência de desemprego em si. A operacionalização desta variável realiza-se a três níveis: o grau de cobertura e o nível de compensação das prestações sociais e as políticas activas de emprego. Deste modo, no entender destes autores, é possível distinguir quatro tipos de regimes de bem-estar, na sua ligação com o fenómeno de desemprego: regime sub-protectivo; regime liberal/minimal; regime centrado no emprego e regime universalístico (*Idem*: 5-7).

A análise desenvolvida por Cabral (1997), inspirada no contributo basilar de Esping-Andersen (2008), considera três modelos distintos de Estados de Bem-Estar: o Modelo Escandinavo ou Social-Democrático; o Modelo Continental ou Corporativo e o Modelo Anglo-Saxónico ou Liberal. No âmbito desta tipologia, Portugal localiza-se ao nível do Modelo Continental ou Corporativo, a par da Espanha, Itália e Grécia. Nestes países, a génese dos Estados-Providência encontra fundamentos de cariz ideológico. De facto, aquilo a que se assistiu nos países da Europa do Sul foi à tentativa dos regimes autoritários conterem o processo de conquista dos direitos civis, políticos e sociais dos seus cidadãos. Desta forma, podemos afirmar que as políticas sociais foram frequentemente utilizadas como instrumentos que serviam para desacelerar o processo de mobilização dos movimentos operários e para aumentar o sentimento de lealdade dos funcionários públicos

para com um Estado centralizado. Por seu turno, a doutrina social do catolicismo, ao atribuir uma grande importância ao papel da família e da comunidade na garantia do bem-estar dos indivíduos, contribuiu igualmente para a constituição de um modelo de Estado-Providência que promove a reprodução da relevância das estruturas sociais que precedem a industrialização e das formas de solidariedade pré-industriais (Cf. Cabral, 1997).

Intimamente ligada a estas fundações ideológicas encontra-se uma forma particular de concessão da responsabilidade na promoção da coesão social: o princípio da subsidiariedade. Esquemáticamente, isto implica: que o Estado não trate de forma igual todos os indivíduos e grupos sociais, mas lide com eles de acordo com o seu estatuto social; uma relutância da sociedade em delegar poderes no Estado, sendo este visto como o último recurso para a intervenção social, e somente responsável pela intervenção quando outras instituições, de natureza intermédia, se mostram incapazes; que os benefícios sociais para os homens adultos sejam capazes de substituir, em caso de necessidade, o nível de rendimentos familiares preexistentes (é neste contexto que deve ser visto o papel da família patriarcal na promoção do bem-estar, com o homem “ganha-pão” ligando o agregado familiar à sociedade, através da sua relação laboral, e a mulher responsável pelo bem-estar do agregado, ligada às estruturas sociais mais vastas através do trabalho do marido) (Cf. Cabral, 1997).

No entender de Cabral (1997), este contexto ideológico e social determina a organização institucional e a estrutura de benefícios nos Estados-Providência que constituem o Modelo Continental ou Corporativo. Para Santos e Ferreira (2002) a análise e avaliação do Estado-Providência português deve ser realizada tendo por base as características do modelo de Estado-Providência europeu, designadamente: a existência de um pacto social entre capital e trabalho sob a alçada do Estado¹⁵; a existência de uma relação sustentada, ainda que

¹⁵ Não descurando os contributos da Constituição de 1976, só dez anos mais tarde, em 1986, com a integração de Portugal na ex-Comunidade Económica Europeia é que se foi possível assistir à emergência de tal cenário.

tensa, entre a promoção da acumulação capitalista e do crescimento económico e a salvaguarda da legitimação¹⁶; a observância de um elevado nível de despesas na área social¹⁷; a existência de uma burocracia estatal que tenha internalizado os direitos sociais dos cidadãos como verdadeiros direitos e não como benevolência estatal¹⁸. No seio desta análise é possível concluir que os atributos do Estado português estão aquém dos do Estado-Providência, o Estado português é ainda um *quase-Estado-Providência*, que se consolidou num período de crise política e económica do modelo em que se inspirou (Santos e Ferreira, 2002: 191), o modelo de política global denominado modelo social europeu. Mas, tal como Cabral defende, “para compreender a produção do bem-estar na Europa do Sul importa olhar para a forma como protecção social, mercado de trabalho e agregados familiares interagem, bem como para a forma como neste processo instituições à partida semelhantes se encastram em realidades sociais distintas” (Cabral, 1997: 38). Para Santos e Ferreira, “no seu sentido mais amplo, a política social inclui todas as políticas estatais e não estatais de bem-estar, desde a segurança social à saúde, educação e habitação, desde [as] redes de segurança aos direitos económicos, desde [a] redistribuição social à assistência social, desde [as] campanhas de luta contra a pobreza à cidadania social” (2002: 177). No âmbito desta perspectiva, as políticas sociais devem ser encaradas enquanto mecanismos que têm a sua génese não só no Estado, mas também na sociedade civil, uma vez que são várias as “formas formais e informais” que emanam da sociedade

¹⁶ Apenas após a adesão de Portugal à organização internacional supracitada, se começa a verificar o declínio do Estado paralelo formado em anos anteriores, sendo este processo acelerado pela estabilidade governamental então conseguida, pelo impacto da entrada de fundos estruturais e de fundos de coesão e também por algumas mudanças tornadas realidade pela negociação colectiva. No entanto, a política de concertação, ao sedimentar-se nas políticas de reestruturação, na estabilidade dos postos de trabalho e na moderação salarial, implicou o aprofundamento da segmentação do mercado laboral.

¹⁷ Portugal caracteriza-se por um baixo grau de despesas direccionadas para o consumo social, situação que se agrava com o facto de que estas políticas se demonstrarem ineficazes na prevenção ou erradicação da pobreza e das exclusões. Na verdade, é da sociedade civil que partem muitas vezes algumas das iniciativas que têm por objectivo complementar, ou mesmo colmatar, algumas das ineficazes e ineficientes políticas sociais do Estado.

¹⁸ Em algumas áreas, existe ainda uma considerável distância do modelo europeu de burocracia social. De facto, a Revolução de 25 de Abril ao ter deixado a administração estatal relativamente intocada, permitiu que a ideologia autoritária e assistencialista do Estado Novo se infiltrasse na administração de um Estado democrático, com efeitos na relação que se estabelece entre as instituições estatais e os cidadãos e na percepção das prestações sociais como direitos.

civil e que têm por objectivo complementar, ou mesmo colmatar, algumas das ineficazes e ineficientes políticas sociais que têm a sua origem no Estado, como a prevenção ou erradicação da pobreza e da desigualdade social. (Hespanha *et al.*, 2002; Hespanha *et al.*, 2000).

1.3. Retratos de família(s): funções perenes e em mutação

A sociologia da família tem orientado a sua análise para "a relação entre as novas formas de organização da produção - afastadas da família, industrializadas, assalariadas, submetidas a mecanismos públicos de regulação - e a organização interna da família conjugal, observando a desigualdade social de classe, bem como a que existe entre homens e mulheres" (Aboim, 2006: 19). No seio desta abordagem, surge com evidente protagonismo o processo de "progressiva individualização do mercado de trabalho ou dos benefícios públicos, que se centram cada vez mais no indivíduo, mudando os vínculos entre este e o grupo familiar" (*Ibidem*), bem como "as transformações no papel das mulheres, mais protagonistas e menos dependentes face ao marido e à família, ainda que a braços com a dominação masculina" (*Ibidem*).

Ao considerarem o papel que a família poderá desempenhar no impacto das experiências de desemprego, o primeiro factor que Gallie e Paugam (2000a) destacam é o grau de estabilidade da família como instituição. Para aferirem essa situação, os autores têm em linha de conta indicadores tradicionalmente utilizados, como as taxas de casamento, divórcios e o número de filhos fora do casamento. Este nível de observação é complementado com uma análise sobre as responsabilidades da família para com filhos mais velhos e o tempo de permanência em casa dos pais, identificando-se três modelos residência familiar: modelo de dependência extensiva; modelo de relativa autonomia intergeracional e um modelo da avançada autonomia intergeracional. Neste reduto de

análise, os autores referenciam algumas das especificidades na *família* da Europa do Sul. Generalizadamente, a dimensão do agregado familiar médio tem vindo a decrescer, mas ainda assim apresenta os valores mais elevados da Europa, com os jovens solteiros a permanecerem em casa dos pais até mais tarde, acompanhada por uma reduzida proporção dos agregados de pessoas sós. Estes países caracterizam-se ainda por apresentarem, comparativamente, elevadas taxas de nupcialidade e de fertilidade, bem como baixas taxas de divórcio e poucas uniões de facto ou filhos fora do casamento. Ultrapassando a dimensão meramente demográfica, é também possível afirmar que estas famílias têm uma rede mais numerosa e robusta de vínculos internos que, em alguns casos, lhes confere uma função de redistribuição de recursos e rendimentos entre os membros.

O papel da mulher, nestes países, encontra-se ainda muito condicionado por uma clara divisão de trabalho em função do género, cabendo às mulheres, quase em exclusivo, quer as tarefas relativas à manutenção do espaço doméstico, quer as funções de cuidado e apoio às crianças e aos idosos. Neste sentido, a tendência para a intensificação das taxas de participação femininas no trabalho remunerado poderá resultar, nestes países, numa acumulação de esforços por parte da mulher, limitando as suas opções no que toca à entrada no mercado de trabalho (*cf.* Cabral, 1997).

De facto, num prisma de análise microssociológica, a compreensão das diferentes composições, modalidades e dinâmicas familiares sugere que se empreenda em esforço elucidativo dos "processos de integração do indivíduo no grupo familiar, as formas de coesão fabricadas pelo casal e pela família, o grau de autonomia e de igualdade de que cada membro do grupo beneficia, a natureza e o nível de planeamento reflexivo dos projectos de vida, a orientação para normas institucionais ou, inversamente, para normas negociais, igualitárias e intimistas, bem como a relação como parentesco, as sociabilidades e o mundo exterior, ou ainda o efeito das políticas sociais na construção de determinados estilos de família, consoante sejam mais orientadas para a defesa dos direitos individuais (a

igualdade, a realização pessoal) ou antes para a edificação da família como grupo interdependente (com a instauração de políticas maternalistas, por exemplo)" (Aboim, 2006: 31-32).

2. A perspectiva microestrutural do fenómeno: a dimensão psicossocial da pessoa sem emprego

O exercício de uma actividade remunerada é a fonte a partir da qual uma vasta maioria de indivíduos consegue adquirir os recursos para satisfazer as suas necessidades elementares. Simultaneamente, o trabalho é também um mecanismo gerador de interrelações e solidariedades que desencadeiam sentimentos de pertença e um dos campos privilegiados da produção de um determinado estatuto social. Ora, o surgimento de novas formas de trabalho precário e o aumento do desemprego parecem ser indicadores da desagregação de sociedade salarial que conduzem à perda de um conjunto importante de referências. É, neste sentido, que a existência de pessoas sem emprego constitui um escândalo contemporâneo com traduções à escala microestrutural, porque a rejeição decorrente da procura de emprego é percebida como um reforço de mecanismos de exclusão das relações com o meio envolvente, ameaçando igualmente o equilíbrio e o desenvolvimento pessoal dos sujeitos. Simultaneamente, o fenómeno repercute-se também num domínio mais amplo, porque o desperdício da capacidade de trabalho gerado pelo sistema económico pode ser entendido como indicador de irracionalidade social (Cf. Freyssinet, 1998: 3).

De acordo com Castel, as transformações ocorridas no mundo do trabalho geram três grandes modalidades de relacionamento com o emprego, que correspondem a modos de socialização também distintos: "o emprego estável, que contribui para a integração dos indivíduos pelo trabalho (...); o emprego precário, que corresponde a uma zona de

vulnerabilidade social em que o recurso à assistência pontual ou crónica reveste diferentes formas; por fim, a perda do emprego, intermitente ou definitiva, que conduz a uma ruptura progressiva dos laços socialmente estruturantes, termo de um processo de desfiliação” (Clavel, 2004: 68)¹⁹.

O volume de desemprego tem aumentado desde o fim da década de 90 até aos dias de hoje. A composição desse volume de desemprego é bastante diferenciada e, sob o prisma reinserção profissional, poderá traduzir a existência de um de desemprego a duas velocidades: o desemprego de transição e o desemprego de exclusão (Clavel, 2004: 71). De acordo com Clavel, o desemprego de transição traduz-se por uma rápida passagem pela situação de desemprego. Trata-se de uma situação em que o tempo de afastamento do mercado de trabalho é suficientemente curto para comprometer as possibilidades de reinserção. Contudo, esta situação também poderá durar indefinidamente, corporizando uma precariedade crónica. O desemprego de exclusão assinala “uma ruptura progressiva, até mesmo definitiva, com o mundo do trabalho e com os modos de socialização que esta último estrutura: a instalação na precariedade induz um duplo movimento de desconstrução e de reconstrução sociais e subjectivas de uma identidade estruturada por uma lógica de sobrevivência material e psicológica” (Clavel, 2004: 72).

No caso dos países europeus (França, Itália; Alemanha), é possível identificar algumas tendências que espelham, em certa medida, algumas das ocorrências em Portugal. Concretamente, a emergência (e progressiva afirmação quantitativa) da categoria *desempregado de longa duração*. Tal como nota Guimarães, esta categoria face à noção tradicional de desemprego (se nos reportarmos à era fordista), encerra um paradoxo, “o desemprego deixava de ser codificado como a privação involuntária e ocasional do trabalho (e, como tal, juridicamente reconhecido e estatisticamente mensurado) e passara a adquirir

¹⁹ A tendência para precarização dos vínculos laborais, acompanha a procura de flexibilidade, por parte das estruturas produtivas, como forma de reacção a contextos de actuação pautados pela incerteza. Contudo, é

um carácter de extraordinária permanência” (Guimarães, 2002a: 107). Note-se que até então, o desemprego caracteriza-se pelo seu carácter cariz ocasional (e nesse sentido, o desempregado era encarado como preguiçoso, ocioso, fraco ou ineficiente) e involuntário - portanto, a “a privação do trabalho era «sofrida» pelo indivíduo que, deste modo, se diferenciava do trabalhador «indisciplinado», «instável» e irresponsável» que era, por isso mesmo, o agente último da sua própria exclusão” (Guimarães, 2002a: 107). Deste modo, “o reconhecimento social da legitimidade da situação de desemprego – definida como fenómeno transitório e involuntário – não punha em risco qualquer dos componentes normativos centrais à ética do trabalho como valor” (Guimarães, 2002a: 107).

Buscando a outra perspectiva desta argumentação, pode-se considerar que, se o trabalho influencia esferas diversas da vida do sujeito, a privação do mesmo terá de ter efeitos a níveis igualmente diferenciados, mas impactantes. Assim, a situação de desemprego pauta-se pela perda do salário, podendo do gerar situações de precariedade económica, sobre endividamento e de empobrecimento relativo. O desemprego condiciona igualmente a impossibilidade de traçar planos de médio/longo prazo com uma probabilidade média de concretização. Esta limitação ocorre pela cristalização de sentimentos de insegurança e pela incapacidade de prever ou dominar margens de actuação futuras. Por outro lado, o quotidiano das pessoas desempregadas poderá ser alvo de uma dupla desestruturação: temporal, porque há uma drástica mudança ao nível dos usos do tempo e espacial, porque o espaço de sociabilidade tende a confinar-se ao domínio doméstico. Neste sentido, poderá assistir-se a uma quebra das redes de sociabilidade pré-existentes. Finalmente, com a situação de desemprego poderá emergir a perda de estatuto social associado ao trabalho e, na medida em que o reconhecimento social de que gozava se altera, poderão gerar-se sentimentos de inutilidade social.

também por acção do Estado que a desregulamentação desse mesmo mercado de trabalho adquire legitimidade jurídica.

A pesquisa de Paugam sobre os processos de desqualificação social ocorre sob o cenário da nova pobreza, que aponta para “a degradação do mercado de trabalho com a multiplicação de empregos instáveis e o forte crescimento do desemprego de longa duração, mas também para o enfraquecimento dos laços sociais, cujos principais sintomas são o aumento das rupturas conjugais e o declínio das solidariedades de classe e de proximidade” (Paugam, 2003: 13). Há um distanciamento do mundo do trabalho que é comum a um número dilatado de sujeitos e que “é acompanhado, em muitos deles, por um afastamento da vida social, por uma crise de identidade, por problemas de saúde (depressão) e, em certos casos, por uma ruptura familiar” (*Ibidem*). Esta situação conduz as pessoas a estabelecerem uma relação com os serviços de acção social, para obterem ajudas financeiras. Contudo a circunscricção dos horizontes de expectativas de emprego e a acumulação de negativos sentimentos de inutilidade, poderá levar os indivíduos a romperem totalmente com a sociedade.

Para explicar o processo de *desclassificação social*, o autor operacionaliza três fases: a fase da fragilidade que “corresponde à provação provocada pelas desclassificação social ou pelas dificuldades de inserção profissional” (Paugam, 2003: 14); a fase da dependência que se relaciona com “tomada a cargo regular das dificuldades pelos serviços de acção social” (*Idem*: 15); a terceira fase é “caracterizada pela ruptura do laço social, em particular quando as ajudas cessam e as pessoas que passam por essa experiência são confrontadas com uma acumulação de debilidades” (*Ibidem*).

No entender de Paugam, há um conjunto alargado de situações (desemprego, perda de alojamento, dificuldades de inserção social, etc) que poderá conduzir os sujeitos a experimentarem uma sensação de desclassificação social, ou seja, a “estar numa situação socialmente inferior àquela que conheceram anteriormente” (Paugam, 2003: 15). Esta fase de fragilidade corresponde, nas palavras do autor, “à aprendizagem da desqualificação social” (*Ibidem*). No caso, estes indivíduos tendem a entender a sua entrada nas redes de

apoio social como “uma renúncia a um verdadeiro estatuto social e como a perda progressiva da dignidade” (*Idem*: 16).

Para esta população, a integração social relaciona-se intimamente com a inserção profissional, pelo que há uma recusa em permanecer indefinidamente como inactivos e uma tentativa de accionar a identidade profissional, regressando ao mercado de trabalho. Esta situação pode ser entendida se a actividade profissional for encarada para além das contrapartidas salariais e como a modalidade referencial a partir da qual os adultos estruturam cronologicamente o dia, mantêm níveis de actividade regulares, estabelecem relações de sociabilidade, etc. Então, “com a perda do emprego, o trabalhador não perde somente o seu salário, perde o seu estatuto de trabalhador, a sua organização do tempo e do espaço, a sua sociabilidade no café, as suas relações com os companheiros no final do dia de trabalho” (Paugam, 2003: 16). Deste modo, o espaço de interacção do sujeito desempregado tende restringir-se ao espaço familiar e ao lar, onde se encontra protegido do olhar sentencioso do outro. Não raras vezes, também a relação no seio familiar tende a ser negativamente afectada e, nesse caso, a desqualificação social alia-se à desestruturação familiar. Deste modo, Paugam conclui, que nessa situação, “o desempregado perde rapidamente os seus principais pontos de referência e experimenta uma crise profunda de identidade” (*Ibidem*).

O prolongamento da *fase de fragilidade* poderá desembocar numa situação de dependência. Na base desta transformação, está a aceitação da “ideia de serem dependentes e de manterem relações regulares com os serviços de acção social para obterem uma garantia de rendimento e ajudas diversas, porque lhes é impossível proceder de outra maneira” (Paugam, 2003: 17). Neste momento inicia-se, aquilo que o autor designa de, outra carreira, que pressupõe um contacto regular com os trabalhadores sociais e portanto a interiorização e aprendizagem de papéis sociais que vão ao encontro das expectativas dos técnicos sociais, mas também a justificação e racionalização da mudança

de estatuto por parte do sujeito. Através da sua pesquisa, Paugam constata que “aqueles que fazem a experiência da dependência procuram compensações para os seus fracassos fazendo valer a sua identidade parental, a sua capacidade para gerir o lar, para exercer diversas actividades junto da sua vizinhança” (*Idem*: 18). Contudo, os montantes das prestações sociais são insuficientes para fazer face a um conjunto alargado de despesas, pelo que estes sujeitos experimentam situações de privação e também de endividamento.

A última fase do processo de desqualificação social é protagonizada pela *ruptura*, “produto de uma acumulação de fracassos que conduziu a uma forte marginalização” (Paugam, 2003: 18). Normalmente, são situações particularmente notadas nos casos de sem-abrigo.

Tal como Paugam preconiza, “estudar a desqualificação social ou, por outras palavras, o descrédito daqueles de quem se pode dizer, numa primeira aproximação, que não participam plenamente na vida económica e social, é estudar a diversidade dos estatutos que os caracterizam, as identidades pessoais, quer dizer, os sentimentos subjectivos da própria situação que vivem no decurso de várias experiências sociais e, enfim, as relações sociais que mantêm entre si e com os outros” (Paugam, 2003: 24-25).

3. A experiência pessoal do desemprego como síntese idiossincrática das estruturas e regularidades sociais

Este trabalho parte da premissa da centralidade do trabalho para a estruturação de esferas diversas da vida do sujeito. Assim, considera-se que a privação do mesmo terá de ter efeitos a níveis igualmente diferenciados, mas impactantes. A vivência da situação de desemprego é, então, entendida como uma experiência única, em função das especificidades biográfico-estruturais dos sujeitos em estreita articulação com as condicionantes sociais em que decorre.

No caso português, e tal como Aboim constata, "é indubitável que a entrada massiva das mulheres em esferas tradicionalmente masculinas (nomeadamente no sistema de ensino e no mercado de trabalho) é uma das linhas mestras dos processos de mudança que atravessam a sociedade portuguesa desde o 25 de Abril, movimento que remonta as suas raízes à década de 60. A guerra colonial, a emigração dos homens, empurraram as mulheres para o trabalho profissional: na agricultura ou no sector dos serviços, que então se encontrava em franca expansão, um número crescente de mulheres começa a substituir os homens que haviam partido entretanto" (2006: 55).

A entrada da mulher no mercado de trabalho pode ser entendida, numa determinada perspectiva, por comparação ao trabalho doméstico não remunerado, como um indicador de progressiva autonomia material, alargamento das vias de acesso ao espaço público e, num contexto de conjugalidade heterossexual, como uma via de independência face ao cônjuge. Neste prisma de análise, a paulatina feminização do mercado de trabalho poderia significar o fim da esfera doméstica como reduto exclusivo e prioritário de afirmação social e marcar o início de renovadas modalidades de partilha das tarefas domésticas e familiares. A intensificação da entrada das mulheres no mercado de trabalho gera, então, um amplo leque de expectativas sobre as modalidades dos padrões de inclusão das mesmas. Contudo, como se procurou explicitar no Capítulo I deste documento, "a cartografia das desigualdades sociais é doravante marcada pela permanência de um desemprego simultaneamente massivo e selectivo, estrutural e omnipresente. Neste contexto, o sobredesemprego feminino situa-se no primeiro plano. Ele encontra-se incrustado nas estatísticas de emprego como uma constante estrutural" (Maruani, 2003: 55). Comparativamente ao seu homólogo masculino, o desemprego feminino é "mais permanente e mais durável, menos visível e melhor tolerado, mais difícil de compreender a partir dos instrumentos de medida estabelecidos" (*Ibidem*).

Trata-se de uma situação que gera alguma perplexidade, expressa, por exemplo, nas argutas indagações de Guimarães, "se os ambientes reestruturados eram intensos em demandas de conhecimentos, não eram elas as mais escolarizadas? Se eram ciosos da produção do envolvimento e do compromisso, docilmente tecido com os alvos gerenciais a alcançar, não eram elas a personificação, no (nosso) imaginário, da delicadeza, da dedicação à tarefa e do compromisso com a instituição de acolhida? Se era preciso personificar e enraizar as relações sócio-profissionais, interpelar o trabalhador enquanto sujeito individual (usando o recurso ao pleonasma) livre das injunções das demandas colectivas e da militância classista, não eram elas as que haviam sido esquecidas pelos sindicatos, aquele mundo definitivamente masculino?" (2004: 146).

Um olhar mais atento sobre a realidade do mercado de trabalho feminino rapidamente se dá conta que a par do crescimento da população activa feminina, crescem igualmente os indicadores da degradação desse mesmo espaço (a prevalência das mulheres entre os trabalhadores com modalidades atípicas e precárias de emprego; a segregação horizontal e vertical do mercado de trabalho; as disparidades salariais entre homens e mulheres e, não obstante o investimento realizado na esfera profissional, as mulheres continuam a assegurar a maioria das tarefas domésticas e familiares). Então, por um lado, "se o acesso de mulheres a ocupações antes «masculinas» oxigenava terrenos-chave onde se tecem as interações e se estabelecem as formas de sociabilidade, no trabalho e fora dele, tal acesso distava muito, tanto de exprimir igualdade de oportunidades e de eliminar as marcas da segregação (ocupacional, salarial, simbólica), promovendo a almejada equidade de género na esfera pública, como de alavancar de modo exaustivo todo um genérico grupo - as mulheres" (Guimarães, 2004: 146). Neste sentido, o carácter emancipador do trabalho assalariado feminino deve ser analisado com alguma prudência e colocar em diálogo as esferas Estatais e das políticas públicas, as práticas do mercado e as dinâmicas familiares contextuais. Do mesmo modo, na perspectiva de Maruani, o desemprego poderá constituir

um dos indicadores mais pertinentes das desigualdades de sexo no mercado de trabalho. De facto, “ter um emprego, não é simplesmente integrar a lista dos activos ocupados, mas também, ter um salário, um estatuto na sociedade, uma posição na família, uma identidade social” (Maruani, 2003: 61). Neste sentido, o sobredesemprego feminino indica as dificuldades das mulheres ocuparem um lugar na sociedade onde o facto de se ter um emprego constitui a situação dominante e desejável.

A noção de carreira profissional parece ancorar-se numa herança masculinizada de percursos no mercado de trabalho. Torna-se premente identificar as "novas formas de distinguir, material e simbolicamente, não somente os homens e as mulheres, mas também diferenciar as relações de trabalho em que se inserem, os destinos ocupacionais que almejam e alcançam, os padrões salariais que lhes são atribuídos e as expectativas sociais construídas entre os que classificamos como «homens» e as que classificamos como «mulheres»” (Maruani, 2003: 61). Provavelmente, falar e compreender a noção de “carreira profissional” no feminino implica justamente justapor um conjunto mais vasto de esferas sociais, nomeadamente a familiar. Analogamente, a perda de lugar no mercado de trabalho e o mergulho na situação de desemprego, bem como a avaliação subjectiva das possibilidades de reinserção laboral, revestem-se de especificidades que decorrem também da condição social e localizada de ser mulher.

Este trabalho procurará descortinar os efeitos e as consequências da experiência de desemprego, ao nível dos valores, representações, atitudes, práticas e comportamentos das mulheres, no domínio laboral e familiar. Algumas características, nomeadamente, o sexo, a idade, o nível de escolaridade, o estado civil, as atitudes e valores face ao trabalho poderão desencadear percursos de tipificação dessa vivência. Pensa-se que desempenhará uma função explicativa nas diferenças que iremos encontrar, o nível de escolaridade desta população. Generalizadamente, o forte investimento desenvolvido pela população feminina no processo de escolarização poderá ser lido como uma estratégia mais ou menos

consciente de distinção e mobilidade social ascendente (não só face à estrutura de classe social, mas também face à estrutura de classe sexual). Contudo a elevação generalizada dos níveis de escolarização da população activa tende a agravar os processos de desclassificação social das mulheres que se encontram e permanecem no desemprego ou em situações precárias. Deste modo, pensamos ser útil abranger um espectro diferenciado de padrões de escolaridade que acreditamos poder condicionar experiências distintas no âmbito da situação de desemprego.

Considera-se igualmente que a trajectória profissional das mulheres a estudar poderá ser um elemento-chave para compreender a avaliação e o impacto da experiência de desemprego vivida. A situação de emprego conduz à obtenção de um salário, à construção social de um estatuto e é também fonte de socialização. A combinação dos elementos enunciados diferencia-se em função da inserção profissional a que nos reportamos. Assim, julga-se ser igualmente pertinente incluir entre a população alvo deste estudo mulheres com experiências profissionais distintas e mesmo polarizadas.

Deste modo, as formas como o sujeito se idealiza, a perspectiva sobre o seu lugar no mundo e, mais concretamente, nas relações sociais directas que estabelece, bem como a percepção sobre o modo como é entendido pelos outros, poderão desencadear processos e experiências diferentes de desemprego. De um ponto de vista metodológico, este trabalho assume um carácter eminentemente exploratório, pelo que as hipóteses e os objectivos de base, constituem justamente uma plataforma mínima orientadora da pesquisa.

Na operacionalização do trabalho empírico, emergem duas necessidades centrais: por um lado a indispensabilidade de reconstituir os elementos que compõem um percurso e uma posição objectivável na estrutura social em que as mulheres se inserem (destacam-se as trajectórias educativa, profissional e familiar); por outro lado a necessidade de configuração das componentes de intersubjectividade, orientadoras de valores, representações, atitudes, práticas e comportamentos no domínio laboral e familiar. O objectivo central deste estudo é

tentar compreender a forma como a situação de desemprego é vivida pelo grupo alvo anteriormente descrito. É no âmbito deste segundo domínio que emergem as hipotéticas linhas directrizes deste trabalho que em seguida se explicitam.

A exposição prolongada ao desemprego (entenda-se, há mais de um ano) tende a promover e reforçar o insulamento das mulheres no reduto doméstico e familiar. As mulheres dotadas de menores níveis de escolaridade e protagonistas de percursos profissionais menos qualificantes tenderão a eleger a família como sustentáculo narrativo e identitário central, avaliando o contexto presente e futuro pelo prisma dos elos, responsabilidades e eventos da vida familiar.

A integração profissional e a experiência laboral de cariz menos qualificante tenderá a originar discursos mais difusos e distantes do que se poderá designar de *identidade profissional*. Por outro lado, a experiência profissional mais qualificante poderá originar uma narrativa laboral pontuada pelo orgulho que advém do conhecimento que sustenta a performance profissional, organizando as suas interpretações sobre o percurso biográfico e ocupacional. Contudo, pensa-se que em ambos os casos a identidade profissional aparecerá sob tensão por uma outra, sustentada no mundo privado da família e em modelos de expectativas associadas a papéis sociais de género e na natureza das relações sociais entre homens e mulheres, na família (mas também no trabalho).

Por referência à dimensão da integração profissional, pensa-se que o grupo de mulheres cujo percurso profissional se pautou por ocupações menos qualificantes e, por consequência, por padrões remuneratórios mais fracos e pela construção de um estatuto social profissional menos relevante tenderão a avaliar a experiência do desemprego que vivenciam, do ponto de vista da privação financeira e do estatuto social, como menos penalizadora face à situação de vida anterior. Por contraste, as mulheres cuja inserção profissional se pautava por padrões de maior qualificação e especialização avaliarão como mais abrupta a mudança que a experiência de desemprego acarreta. No que toca à

dimensão da trajectória profissional como fonte socializadora, também este tenderá a avaliar o confinamento ao reduto doméstico e familiar como mais penalizador.

A avaliação da percepção dos apoios e oportunidades accionados em situação de desemprego, tenderá a eleger a família como instituição chave de suporte aos efeitos da situação de desemprego. Contudo é também de esperar que as redes sociais em que as mulheres se encontram inseridas tendam a reproduzir desvantagens sociais relativas, face ao estatuto profissional e aos níveis de escolaridade, reeditando matrizes de oportunidades e constrangimentos cujas diferenças se acentuam. Neste sentido, é também importante avaliar a forma como este grupo se relaciona com as instituições estatais de mediação do desemprego (nomeadamente, Centro de Emprego e UNIVAS), bem como com as medidas de política social existentes.

A constituição da percepção subjectiva sobre a posse de atributos valorizados no mercado de trabalho pode ser determinante para a força e persistência das modalidades de procura de ocupação. Assim, é de esperar que as dificuldades em conciliar a actividade produtiva com o trabalho de cuidar da casa e/ ou dos filhos seja apontado como um dos motivos para a manutenção da situação de desemprego. Entre as mulheres mais qualificadas académica e profissionalmente esta situação poderá originar uma plataforma de fricção e de conflito subjectivamente percebido entre a vida profissional e vida familiar, entre papéis ocupacionais e/ou carreira ocupacional e papéis sociais que se estruturam ao redor das relações sociais de sexo.

Nesta dimensão, o nível de escolaridade poderá também conduzir a diferentes representações face ao papel da escola como estratégia de prevenção do desemprego: as mulheres menos escolarizadas (em termos operativos, neste estudo, consideram-se as que possuem o 1º ciclo do ensino básico ou menos) tendem a considerar central como factor explicativo da sua situação os fracos níveis de escolaridade que possuem. Por outro lado, as mulheres mais escolarizadas (em termos operativos, consideram-se as que possuem o

ensino secundário completo ou um curso superior), atribuirão um maior pendor explicativo para justificar a sua situação a outro tipo de factores (por exemplo a estrutura do tecido produtivo português).

CAPÍTULO IV

Filiação Epistemológica e

Fundamentação das Opções Metodológicas e Técnicas da Pesquisa

Este capítulo tem como objectivo apresentar e fundamentar as opções de cariz metodológico realizadas, bem como identificar as técnicas de investigação accionadas, expondo as suas virtualidades e limitações, na sua ligação com o objecto de estudo em análise, tecendo ainda algumas considerações sobre determinados momentos críticos da sua operacionalização.

A construção do objecto de estudo desta pesquisa, bem como a configuração da sua abordagem (modelo de análise), resulta de um conjunto mais ou menos complexo, mas necessariamente interligado, de opções, designadamente de ordem metodológica. A forma assumida pela pesquisa condiciona, então, a configuração das técnicas de recolha de informação e a perspectivação e análise dos elementos empíricos recolhidos. O método de investigação pode ser entendido como um procedimento que visa fundamentalmente "operar a selecção das técnicas de pesquisa a aplicar por referência ao objecto e à teoria que o constrói, em determinar-lhes os limites e as condições úteis de exercício, em relacionar e integrar os resultados obtidos" (Almeida e Pinto, 1995: 24-25). O método é, portanto, uma estratégia geral de investigação, constituída por um conjunto de procedimentos orientadores da pesquisa empírica.

Tradicionalmente, no domínio da metodologia de investigação das ciências sociais, é possível distinguir dois tipos fundamentais: as de cariz quantitativo e as de pendor qualitativo. Segundo Creswell (1997), as metodologias quantitativas "baseiam-se numa lógica dedutiva, onde as teorias e as hipóteses são testadas numa ordem de causa-efeito. Conceitos, variáveis e hipóteses são escolhidos antes do trabalho de campo começar e

permanecem fixos durante o estudo" (1997: 7). Alternativamente, numa perspectiva metodológica qualitativa prevalece uma lógica indutiva, Creswell concretiza, "as categorias emergem das informações, em vez de serem identificadas *à priori* pelo investigador. Esta situação potencia a formação de contextos-limite de informação muito ricos que conduzem a padrões ou teorias que ajudam a explicar o próprio fenómeno" (*Ibidem*). Ora, as lógicas de abordagem dos fenómenos sociais, que, na terminologia de Guerra (2006), podem ser de pendor sistémico ou compreensivo, desenvolvem-se numa relação que se quer complementar e não antagonista, porque ambas as perspectivas apresentam vantagens e limitações, podendo ser mais ou menos adequadas, em função dos objectivos da pesquisa. Assim, generalizadamente, a óptica sistémica "é particularmente pertinente para a análise de longos períodos de estabilidade quando as regularidades provocam efeitos de sistema, situação em que a análise deve consistir expressamente na procura de regulações ou formas estruturais que produzem e reproduzem o sistema" (Guerra, 2006: 8). Note-se que, "durante anos, a ciência defendeu que o seu objectivo central era a «desocultação» do real [20] realizada a partir de quadros de reflexão e hipóteses de trabalho deduzidas para a verificação empírica" (*Idem*: 13). De acordo com Guerra, "este posicionamento tem subjacente uma concepção da sociedade que obedece a regularidades sociais (a leis de funcionamento societal) a partir das quais é possível interpretar os fenómenos concretos" (*Ibidem*). Por seu turno, a abordagem "compreensiva torna-se mais pertinente para explicar os períodos de crise, particularmente aqueles em que se assiste a transformações culturais com profundas mudanças ao nível das práticas sociais" (*Idem*: 8). As metodologias compreensivas defendem a "passagem da análise das regularidades para a análise dos processos sociais onde se encontra a lógica social dos fenómenos, o que só poderá ser realizado a partir do centramento das análises nas racionalidades dos sujeitos" (*Ibidem*).

²⁰ Nas palavras de Fernandes, no deambular da actividade científica, "a realidade é reinventada e construída mediante a acção da razão, no seu trabalho de desocultação do mundo. Conhecer é precisamente descobrir o sentido encoberto das coisas, particularmente no domínio humano, onde a capacidade de dissimulação e as ideologias destroem a transparência dos fenómenos" (Fernandes, 1997: 200).

Assim, o distanciamento dos paradigmas compreensivos face às metodologias lógico-dedutivas traduz-se numa “dupla deslocalização do objecto de pesquisa: do centramento nas instituições sociais estabilizadas para a procura do sentido da acção social de sujeitos concretos; e do centramento nos enquadramentos do profissional-investigador para a atenção do actor/utente” (*Ibidem*). As análises qualitativas apresentam vantagens de vária ordem: “ordem epistemológica, na medida em que os actores são considerados indispensáveis para entender os comportamentos sociais; de ordem ética e política, pois permitem aprofundar as contradições e os dilemas que atravessam a sociedade concreta; e de ordem metodológica, como instrumento privilegiado de análise das experiências e do sentido da acção” (*Idem*: 10).

A partir do que foi explicitado nos capítulos anteriores deste documento, justifica-se que o desafio metodológico desta pesquisa passe pela problematização das potencialidades explicativas da realidade social a partir de uma abordagem dos sujeitos, entendidos na sua singularidade contextual. Este trabalho segue de perto as modalidades de actuação próprias de uma abordagem qualitativa dos fenómenos sociais que possibilita a identificação de aspectos sociologicamente centrais, como a experiência subjectiva do desemprego, as percepções individuais das redes sociais de sobrevivência e protecção ou de localização e reinserção ocupacional, ou seja o reconhecimento dos “mecanismos através dos quais a acção dos sujeitos constitui os processos que, num ponto de vista quantitativo e agregado, podemos descrever em seus impactos na macro-dinâmica do mercado de trabalho” (Guimarães, 2002b: 82).

Este enfoque teórico-metodológico suporta-se, em grande medida, em alguns dos legados weberianos da sociologia compreensiva. Para Weber, a preocupação central da sociologia deveria passar pela apreensão da componente significacional que os sujeitos atribuem à sua acção. Recusando o monopólio explicativo das estruturas sociais na compreensão da acção social, Weber abre as vias do possível para a compreensão do sentido implicado e

conscientemente invocado nas acções racionais dos sujeitos. Tal como Guerra sintetiza, “Weber pretende fazer da sociologia uma disciplina que encara os acontecimentos da vida humana sob o ângulo da sua significação cultural, distinguindo-se assim claramente de um tipo de análise que visa descobrir as leis da regularidade do funcionamento societal” (Guerra, 2006: 7). Contudo, tal como Pinto adverte, a abordagem compreensiva destaca o sentido intencional conferido pelo actor social à sua acção, mas não permite “prestar a atenção devida a dinâmicas de significação espontaneamente incorporadas nas práticas sociais” (1984: 136). Ou seja, não abrange o largo espectro da acção não intencional e não conscientemente invocada pelo actor social. Deste modo, procurar-se-á incorporar os contributos de Weber, sem, no entanto, negligenciar a importância das estruturas sociais. Assim, tal como Silva considera, “o sentido – insista-se: as intenções e as motivações, as representações simbólicas, as referências axiológicas – não constitui uma atribuição individual; produz-se socialmente, ou seja, na formulação marxista (...) é produzido no quadro dos grupos e das formações sociais a que os agentes pertencem e cuja dinâmica não se subordina aos comportamentos e vontades subjectivos” (1988: 101). A especificidade da perspectiva compreensiva reside no facto de se centrar em “actores que agem tendo em conta a percepção dos outros e balizados por constrangimentos sociais que definem intencionalidades complexas e interactivas” (Guerra, 2006: 9). Deste modo, é possível associar “a análise da racionalidade dos actores à atenção aos modelos de interacção entre os sujeitos e os sistemas sociais, no contexto de um «sistema de acção» socialmente construído onde os contextos transcendem as situações imediatas” (*Ibidem*). Fundamenta-se deste modo uma abordagem relacional dos fenómenos sociais, assente numa “perspectivação em espiral” (Silva, 1988: 82), ou seja, conferindo centralidade ao indivíduo e ao discurso que o mesmo é capaz de produzir, mas não descurando as regularidades sociais que enformam a singularidade da sua trajectória²¹.

²¹ A fundamentação desta abordagem segue de perto a argumentação tecida por Luísa Veloso (2009), no âmbito da sua tese de doutoramento, “Aprendizagem e processos de identificação no espaço social do trabalho.

Uma vez clarificado o pendore da estratégia geral da pesquisa, importa agora identificar as técnicas de investigação accionadas no decorrer da mesma, isto é, nas palavras de Almeida e Pinto, os “conjuntos de procedimentos (...) destinados a produzir certos resultados na *recolha e tratamento* da informação requerida pela actividade de pesquisa” (1995: 85). As técnicas de recolha de informação utilizadas passaram, num primeiro momento, pela análise de dados de cariz estatístico (provenientes de fontes secundárias), a partir dos quais se procurou caracterizar, numa perspectiva eminentemente quantitativa, o fenómeno em estudo. Esta iniciativa permitiu proceder a uma contextualização quantitativa da situação de desemprego em Portugal, distinguindo as formas como este se distribui em termos geográficos e sociodemográficos, ratificando, assim, a fundamentação da escolha da população-alvo deste estudo. Trata-se de um exercício de *zoom* analítico em que, suportada por um conjunto de pressupostos teóricos, a análise busca uma contextualização no registo quantitativo e macro-estrutural, para se ir progressivamente aproximando de um domínio em que o protagonismo é atribuído aos sujeitos e às relações e interrelações significacionais que estes tecem com e no contexto em que se inserem. A centralidade atribuída aos indivíduos e às suas narrativas traduz-se nos *grandes planos* de análise em que a pesquisa repousa e onde *mergulha* para, então, inferir sobre os traços de cariz macro-estrutural que configuram a situação dos sujeitos. No domínio das metodologias compreensivas, o estatuto do sujeito entrevistado transita da posição de informador objectivo para informante privilegiado. Trata-se sempre “de actores situados em contextos de acção concretos, e a atenção à criação de significações pelos actores (*sense making*) – centro de interesse das problemáticas interpretativas – remete para uma dimensão social fundamental que corresponde à relação entre as perspectivas dos actores e os contextos nos quais se encontram implicados” (Guerra, 2006: 18). No que concerne às técnicas de

investigação deste trabalho, esse desígnio é sobretudo servido pelo recurso à entrevista semi-directiva e a necessária análise de conteúdo.

A entrevista semi-directiva, de acordo com Hagetton, “pode ser definida como um processo de interacção social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objectivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado. As informações são obtidas através de um guião de entrevista constando de uma lista de pontos ou tópicos previamente estabelecidos de acordo com a problemática central” (1995: 86). Entrancando directamente no âmbito das metodologias compreensivas, as entrevistas podem ser criticadas pela potencial perda de objectividade do entrevistador, alicerçada em algumas tensões: “tensão porque o narrador cria a sua própria racionalidade no discurso e porque o cientista terá de descodificar essa racionalidade posteriormente, mas também tensão porque o «voyerismo» sociológico não é suficiente para descansar o espírito do investigador relativamente ao facto de nada ter para retribuir essa dádiva de partilha da intimidade, sobretudo quando se trata de populações desprotegidas e com graves carências” (Guerra, 2006: 21). A primeira tensão enunciada, decorrente do encontro de, pelo menos, duas lógicas ou racionalidades, tal como Guerra as apelida, no processo da entrevista. Esta situação encontra-se inerente a todo o acto comunicacional que geneticamente comporta sempre o risco da incomunicação, isto é, em última instância, não existe uma garantia categórica e inequívoca que assegure que a mensagem emitida seja devida e totalmente descodificada pelo receptor a quem ela se dirige. Ora, a entrevista, enquanto acto comunicacional por excelência, partilha, então, desses riscos que toda a iniciativa comunicacional comporta. Porém, a entrevista, em contexto de investigação científica, ambiciona a algo mais do que o mero acto quotidiano de comunicação, porque “do ponto de vista do sujeito interrogado, as entrevistas em profundidade exigem-lhe um processo de totalização através do qual procurará dar consistência a racionalidades dispersas, a estratégias flutuantes e temporais, enfim, à sua vida tal como ele a concebe nesse

momento” (Guerra, 2006: 19). Então, a entrevista é extraordinariamente exigente para com o(a) entrevistado(a), porque a racionalidade de uma vida, ou de uma decisão “é encontrada exactamente *ex post*, no momento da narração; aí, os elementos que na altura pareciam dispersos e as racionalidades que no momento emergiam como espontâneas estruturam-se num todo coerente que amarra o fio condutor de múltiplas decisões e acções” (*Ibidem*). E, nesta ordem ideias, a entrevista constitui também um enorme desafio para o entrevistador que parte para essa situação munido de um guião ou de um conjunto mais ou menos alargado de tópicos ou de temáticas, um *caderno de encargos* mais ou menos definido do que espera da entrevista, mas cuja execução não pode por em risco o papel de facilitador e simultaneamente cerceador do discurso do seu entrevistado, condicionando, assim, adicionalmente o próprio acto de comunicação em que se constitui a entrevista. Neste registo, os manuais de investigação são bastante humildes no que concerne à sua utilidade e, de facto, a prática da realização de entrevistas demonstra como esse momento é delicado e crítico na gestão imediata do que há a fazer, a dizer e a silenciar. Este trabalho, sobretudo, enquanto tributo de um percurso de aprendizagem partilha dessa fragilidade, reconhecendo que a opção pelas entrevistas implica um risco na gestão das mesmas. Essa gestão nem sempre foi a mais ajustada, ou seja, haveria sempre outras questões a colocar, diferentes formas de enunciar o que se pretendia, distintos reajustes nesse acto único que constitui a entrevista. Contudo, não obstante esse risco, considera-se que aquilo que o acto da entrevista permite obter do ponto de vista da análise recompensa largamente o risco que escolheu correr.

No que concerne à segunda tensão enunciada por Guerra, isto é, o desequilíbrio entre aquilo que o entrevistado tem para partilhar e o pouco que o entrevistador tem para oferecer, intelectualmente justifica-se a partir do pressuposto de “que estamos perante sujeitos racionais (entrevistador, mas também entrevistado), sendo que ambos dão sentido à sua acção e, de forma aberta e transparente, definem o objectivo dessa interacção: um

pretende colher informações sobre percursos e modos de vida sobre os quais o outro é um informador privilegiado pelo fenómeno social que viveu” (Guerra, 2006: 21 e 22). Contudo, considerando o facto de esta pesquisa lidar com uma população cuja situação vivencial se pauta por uma certa fragilidade, permanece sempre num outro reduto (distante da racionalidade) a sensação de dívida e de gratidão para com todos, neste caso, todas as mulheres que dispuseram a partilhar a sua história.

Importa agora dar conta do processo a partir do qual se procedeu à identificação e selecção das pessoas a entrevistar no âmbito desta pesquisa. A partir de uma base de dados reunida no decorrer de um projecto de investigação sobre o desemprego em Vila Nova de Gaia²², alguns dos sujeitos inquiridos manifestaram-se disponíveis para contactos posteriores, visando um aprofundamento da informação recolhida, cedendo para esse efeito os seus dados de contacto. Foi a partir dessa base de dados que se seleccionaram alguns dos indivíduos que encaixavam nos perfis definidos para a pesquisa. A diversidade de perfis seleccionados procura dar resposta à questão central que se coloca na análise compreensiva que passa pela definição de “uma pequena dimensão de sujeitos «socialmente significativos» reportando-os à diversidade de culturas, opiniões, expectativas e à unidade do género humano” (Guerra, 2006: 20).

O primeiro contacto foi, então, de natureza telefónica, iniciando-se com uma contextualização sobre a forma como esse contacto tinha sido obtido, seguindo-se uma explicação sobre os objectivos inerentes ao telefonema que então se realizava e indagando sobre a disponibilidade para a marcação de um encontro com vista à realização de uma entrevista. Todas as pessoas contactadas acederam em ser entrevistadas, tendo-se realizado, Novembro e Dezembro de 2007, um total de 15 entrevistas. A inexistência de um suporte institucional e físico, bem como a ausência de financiamento que permitisse cobrir

²² “Gestão de Vida versus Gestão de Carreira”, investigação desenvolvida pela Agência Piaget para o Desenvolvimento, no concelho de Vila Nova de Gaia, com o apoio do POEFDS – Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social.

as eventuais despesas de deslocação para a realização das entrevistas, conduziu a que as mesmas decorressem em locais diversos.

Nas situações em que se verificou possível a colaboração das Juntas de Freguesia na disponibilização de um local para a realização da entrevista, regista-se que, não obstante a clarificação dos objectivos da entrevista, nem sempre essa situação pareceu ter sido devidamente interiorizada pelas entrevistadas, pairando assim alguma indefinição sobre a identidade institucional da entrevistadora e a dúvida sobre a sua afectação a algum organismo de natureza mais formal, como o Centro de Emprego ou mesmo a Junta de Freguesia (onde à data se cumpriam alguns dos formalismos inerentes à condição de desempregado). Noutras situações, a despeito do que é tecnicamente recomendável, as entrevistas decorreram no contexto de estabelecimentos de restauração (cafés), onde eventualmente a informalidade do território permitiu que se dissipassem dúvidas sobre a identidade da entrevistadora, mas acabou por se traduzir em registos áudio mais deficientes, inviabilizando mesmo a transcrição de uma das entrevistas realizadas. Esta diversidade dos dois contextos em que as entrevistas se realizaram introduz também algum ruído teórico no exercício comparativo que se executou. Contudo, pensa-se que o facto de ter seguido procedimentos idênticos em todas as entrevistas poderá minimizar esse facto e afastar a objecção à comparabilidade das entrevistas. O início das entrevistas coincidia na apresentação dos objectivos da pesquisa e ressaltando-se sempre o anonimato que recobria a utilização das entrevistas e solicitando autorização para o registo áudio das mesmas. Deste modo, procurou-se cumprir com “os dois princípios éticos, que são o de informar correctamente os indivíduos acerca dos objectivos da investigação e o de proteger as fontes” (Guerra, 2006: 22).

O número de entrevistas realizadas pautou-se pela “clarificação de duas noções básicas: a de *diversificação* e a de *saturação*” (Guerra, 2006: 20). A diversificação dos perfis das entrevistadas assegurou-se no momento de selecção, a partir de uma fonte privilegiada de

informação (a base de dados supramencionada). O critério da saturação foi accionado em dois momentos, no decurso das entrevistas, quando alguma da informação recolhida começava a repetir-se e na fase de transcrição das entrevistas, período em que algumas tautologias se tornaram mais evidentes e onde a prudência dos recursos e das limitações inerentes à análise de conteúdo ditaram que o estudo incidisse sobre 12, das 15 entrevistas realizadas.

O material recolhido em suporte áudio foi alvo de um processo de transcrição integral (ver Anexos) a que se seguiram fases de leitura e de análise das entrevistas. A análise de conteúdo “é uma técnica e não um método, utilizando o procedimento normal da investigação – a saber, o confronto entre um quadro de referência do investigador e o material empírico recolhido” (Guerra, 2006: 62). A estratégia de redacção e apresentação da análise das entrevistas procurou ir ao encontro de um duplo desígnio, paradoxal e (por vezes) contraditório. Há uma *história* que este trabalho se propõe a contar. Trata-se de uma *história* suportada pelos pilares teóricos e pela interpretação de dados de caracterização estatística que, filtrando um interesse apriorístico e um conhecimento empírico de senso comum da temática, produziram o trilho pelo qual a *história* deveria prosseguir. Simultaneamente, esse percurso desmultiplica-se em, pelo menos, doze caminhos: as doze histórias narradas em contexto de entrevista. “Nesse sentido, a análise de conteúdo tem uma dimensão descritiva que visa dar conta do que nos foi narrado e uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do analista face a um objecto de estudo, com recursos a um sistema de conceitos teórico-analíticos cuja articulação permite formular as regras de inferência” (Guerra, 2006: 62). O desafio consiste em contar uma história, quando, na verdade, se contam pelo menos doze. O repto assenta em não permitir que por comodismo, incapacidade ou miopia a *história deste trabalho* aniquile as, pelo menos, *doze histórias* que o consubstanciam. Com este intuito, procurou-se de todas as formas, dar voz

às narrativas das mulheres entrevistadas, buscando igualmente não sucumbir à tentação da idiosincrasia que obstaculizaria o exercício da observação sociológica.

Com o objectivo de acautelar as expectativas dos leitores mais optimistas quanto aos *resultados* que em seguida se apresentam, ressalve-se que este trabalho, metodologicamente orientado para uma via qualitativa que suportasse os intuitos meramente exploratórios da pesquisa, procurou constituir-se como uma possível plataforma futura de hipóteses mais robustas, inclusivamente, transferíveis mais uma abordagem metodológica mais quantitativa, transportando ambições de generalização mais abrangente. Ou seja, há um cariz iniciático subjacente à produção da análise das entrevistas que não acompanha o nível de problematização que se procurou implementar ao nível dos capítulos mais teóricos desta pesquisa. Tal situação fica a dever-se às especificidades das opções metodológicas realizadas, mas também ao carácter de percurso de aprendizagem em que esta dissertação se consubstancia.

CAPÍTULO V

Elementos para uma Análise Contextualizada da Dinâmica do Desemprego em Vila Nova de Gaia

Resgatando os contributos teóricos oriundos da abordagem macro e micro estrutural do desemprego, este capítulo tem como objectivo enquadrar esse fenómeno no contexto social português. Para tal, utilizam-se dados de caracterização estatística e análises de síntese que permitam destacar os elementos estruturais considerados mais relevantes para compreender o fenómeno em estudo, numa óptica territorializada. Seguindo a lógica de ancoragem espacial do desemprego, procura-se igualmente explicitar a amplitude quantitativa e qualitativa do desemprego no território em análise: o concelho de Vila Nova de Gaia. Finalmente, recuperando os postulados teóricos que defendem a abordagem do fenómeno numa perspectiva socialmente diferenciada, procura-se dar conta da configuração quantitativa do desemprego feminino no território em análise.

1. Transformações estruturais: principais tendências

É pacífico afirmar que, nos últimos anos, a sociedade portuguesa tem sido palco de profundas transformações sociais estruturais (*Cf.*, p.e., Santos (coord.), 1993; Viegas, Costa (orgs.), 1998). A análise espacial das relações sociais da sociedade portuguesa caracteriza-se por padrões de fixação populacionais pautados pelos processos de litoralização, urbanização e desruralização (*Cf.* Almeida, Costa, Machado, 1993).

A década de 60 marca o significativo reforço das assimetrias regionais: "a litoralização e a urbanização aumentaram fortemente, ao passo que as zonas interiores do país viram agravar-se o seu isolamento e desertificação" (Almeida, Costa, Machado, 1993: 309). Esta situação, de marcada dualidade entre o litoral e o interior do território, "expressa, e contribui

para reproduzir, desigualdades regionais acentuadas no que se refere ao envelhecimento da população, aos níveis de qualificação escolares e profissionais, ao grau de modernização industrial e de terciarização, à percentagem de população activa na agricultura e aos níveis de bem-estar e estilos de vida" (*Idem*: 310). A análise da distribuição da população por regiões (Quadro 1) revela a forte concentração populacional em torno de duas grandes áreas urbanas: o Grande Porto e, sobretudo, a Grande Lisboa.

Quadro 1

Distribuição da população por regiões (2001-2007)

Regiões	2001		2007	
	N	%	N	%
Norte	3.744.341	35.33	3.745.236	35.27
<i>Grande Porto</i>	1.279.923	(12.08)	1.281.424	(12.07)
Centro	2.385.891	22.51	2.385.911	22.47
Lisboa e Vale do Tejo	2.794.226	26.36	2.808.404	26.45
<i>Grande Lisboa</i>	2.019.529	(19.05)	2.025.628	(19.08)
Alentejo	764.285	7.21	760.933	7.17
Algarve	421.528	3.98	426.386	4.02
Açores	243.018	2.29	244.006	2.30
Madeira	245.806	2.32	246.689	2.32
Portugal	10.599.095	100	10.617.575	100

Fonte: INE, *Estimativas Anuais da População Residente* (disponível em www.ine.pt).

Concorrem fortemente para explicar os movimentos globais da população portuguesa os fluxos migratórios externos, nomeadamente: a emigração, o retorno populacional das ex-colónias, o regresso de emigrantes e a imigração. Não obstante esses fluxos de renovação populacional, a actual estrutura etária portuguesa caracteriza-se pelo acentuado e progressivo duplo envelhecimento, explicado pelo "aumento da esperança média de vida e descida de natalidade associado a transformações profundas nos estilos de vida e nos padrões de cultura ocorridas em Portugal nas últimas décadas" (*Idem*: 314)²³.

²³ Note-se que "o acentuado envelhecimento da população portuguesa insere-se numa linha de evolução mais ampla, comum às sociedades da Europa Ocidental em geral, parte das quais, aliás começou a conhecer sinais

Quadro 2

Distribuição da população residente por escalões etários (2001-2007)

Escalões Etários	2001		2007	
	N	%	N	%
0-14 anos	1.637.637	15.45	1.628.852	15.34
15-24 anos	1.265.531	11.94	1.236.004	11.64
25-64 anos	5.867.310	55.36	5.902.888	55.60
65 ou mais anos	1.828.617	17.25	1.849.831	17.42
Total	10.599.095	100	10.617.575	100

Fonte: INE, *Estimativas Anuais da População Residente* (disponível em www.ine.pt).

Quadro 3

Taxa de Natalidade (‰)

1991	2001	2007
11.8	11.0	9.7

Fonte: INE, *Indicadores Demográficos* (disponível em www.ine.pt).

A evolução dos níveis de escolaridade é outro dos factores onde se regista uma ampla mutação. Tem-se assistido a um progressivo aumento dos níveis médios de escolaridade da população portuguesa, patente no decréscimo da percentagem populacional que não detinha qualquer grau de escolaridade e no aumento substancial dos indivíduos com percursos educativos ao nível do ensino secundário e nível de ensino médio e superior. Não obstante o aumento generalizado dos níveis médios de escolaridade portugueses, no contexto mais amplo da União Europeia, em 2007, apenas 53,4% dos portugueses com idade entre os 20-24 anos tinham concluído o ensino secundário (a média na UE-27 foi de 78,1%) (Cf. Eurostat). No período compreendido entre 2000 e 2007, entre a população com 20-24 anos, na UE-27, regista-se um aumento de 1,5 ponto percentual dos efectivos que concluíram pelo menos o ensino secundário (de 76,6% para 78,1%). Em Portugal essa evolução foi de 10,2 (de 43,2% para 53,4%), sendo que este indicador de escolaridade

desse declínio demográfico muito antes e com mais intensidade do que Portugal" (Almeida, Costa, Machado, 1993: 314).

conheceu sempre valores bem mais elevados junto das mulheres com 20-24 anos do que entre os homens pertencentes a essa categoria etária (Cf. <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/>).

Quadro 4

População segundo o nível de ensino atingindo

Nível escolaridade	1981	1991	2001
Nenhum	27.4	17.6	14.4
EB 1º ciclo	47.6	43.8	34.3
EB 2º ciclo	9.0	12.7	12.4
EB 3º ciclo	8.3	10.9	10.5
Secundário	3.6	8.7	15.4
Médio/ Superior	3.6	6.3	13.1

Fonte: INE, *Estimativas Anuais da População Residente* (disponível em www.ine.pt).

No que concerne ao ensino superior, assiste-se a um aumento substancial do número de alunos que se encontram matriculados nas respectivas instituições de ensino (Quadro 5). Em termos qualitativos, afirma-se a tendência para a feminização da população do ensino superior. Também perante este indicador é reconhecido aumento progressivo da frequência do ensino superior por parte da população portuguesa, contudo os resultados alcançados ficam ainda bastante aquém da média dos países da OCDE. Em 2005, em média, nos países da OCDE, registava-se 26% da população com idades entre os 25 e os 64 anos com ensino superior, verificando-se em Portugal 12,8%. Entre 1998 e 2005, a proporção de indivíduos com idade entre os 25-64 anos com formação superior no universo do total da população pertencente a esse grupo etário, sofreu em Portugal um aumento progressivo de 8,3% para 12,8% (na OCDE em termos médios, houve uma evolução de 20,7% para 26%) (Cf. <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/>).

Quadro 5

Alunos matriculados no ensino superior, por género

Género	1998		2001		2005	
	N	%	N	%	N	%
Homens	104.711	42.33	155.371	43.04	157.360	44.40
Mulheres	142.685	57.67	205.594	56.96	196.770	55.60
Total	247.396	100	360.965	100	354.130	100

Fonte: INE, Gabinete Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais.

A recomposição demográfica e social que tem assolado a sociedade portuguesa traduz-se também na dimensão socioprofissional. Verifica-se um aumento gradual e progressivo da população activa (Quadro 6). Tal movimento parece resultar da conjugação de tendências opostas: por um lado, o decréscimo da proporção da população activa masculina (devido ao envelhecimento da população e ao prolongamento da escolaridade, com evidentes reflexos na idade média de início da vida activa) e ao aumento das mulheres na composição da população activa (*cf.* Almeida, Costa, Machado, 1993: 317).

Quadro 6

População activa (milhares)

Género	1998	2001	2007
Homens	2.806,5	2.917,1	2.986,3
Mulheres	2.301,1	2.442,0	2.641,3
Total	5.107,6	5.359,0	5.627,7

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

A análise das taxas de actividade (Quadro 7), medida que exprime o peso da população activa sobre o total da população, evidencia um aumento global da população activa portuguesa, assumindo uma especial importância a evolução da taxa de actividade feminina que tem vindo a aumentar, face a uma taxa de actividade masculina que tem estagnado ou mesmo diminuído. De facto, "a entrada das mulheres na esfera profissional cresceu a ritmo de tal modo acentuado que sobrecompensou largamente fenómenos semelhantes de

envelhecimento na estrutura etária, aumento da escolarização e diminuição de inserções precoces no mundo de trabalho, também verificadas na população feminina" (Almeida, Costa, Machado, 1993: 317). Os mesmo autores são unânimes em afirmar que "desenvolvendo-se em estreito entrelaçamento com outros processos sociais - como a progressiva escolarização de ambos os sexos, com destaque para a já mencionada intensidade com que se está a verificar no feminino, ou como as mudanças graduais e parcelares, mas nem por isso menos efectivas, no estatuto social das mulheres, nas relações familiares e nos estilos de vida de grande parte da população portuguesa -, a inserção em larga escala das mulheres na esfera profissional constitui uma das mais significativas alterações de fundo pelas quais, por vezes sem disso haver consciência pública muito nítida, a sociedade portuguesa tem vindo a passar no decurso das últimas décadas" (*Idem*: 318).

Quadro 7

Taxa de actividade, por género

Género	1998	2001	2007
Homens	69.5	70.3	69.5
Mulheres	51.9	53.8	56.4
Total	60.3	61.7	62.7

Fonte: INE, *Estimativas Anuais da População Residente* (disponível em www.ine.pt).

A taxa de emprego permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade activa (população com 15 e mais anos de idade). Neste domínio, tem-se assistido a uma tendência para a convergência da taxa de emprego feminina, que aumentou de 56.9% para 62% entre 1996 e 2006, com a masculina. Portugal apresenta uma taxa de emprego superior à média da União Europeia: 67.9% face 64.3% (UE-27) e 66% (UE-15). Esta diferença é ainda mais evidente no caso da taxa de emprego feminina: 62% para Portugal face 57.1% na UE-27 e 58.4% na UE-15. De acordo com as informações

disponibilizadas pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE)²⁴, as mulheres predominam em postos de trabalho cujos níveis de qualificação são mais baixos e a maioria dos lugares de enquadramento e chefia é ocupada por homens. Em 2005, as mulheres representavam apenas 37,6% dos quadros superiores, 43,6% dos quadros médios e 26,3% dos encarregados, contramestres e chefes de equipa. As profissões ligadas à produção industrial, nomeadamente operários (78,8%) e operadores (81,1%) são maioritariamente ocupadas por homens. O mesmo se verifica a nível dos quadros superiores (67,2%). Em contrapartida, as mulheres predominam nas profissões intelectuais e científicas (57,2%), nas profissões administrativas (61,2%) e ligadas a serviços e vendas (68,3%), bem como entre os trabalhadores não qualificados (65,2%). As mulheres predominam amplamente nos sectores da saúde e acção social (81,9%), educação (75,7%) e alojamento e restauração (61,4%). Em contrapartida, entre as actividades mais masculinizadas, estão a construção (95,4%), as indústrias extractivas (92,5%), a pesca (92,3%), a electricidade, gás e águas (80,5%) e os transportes, armazenagem e comunicações (74,7%).

²⁴ Com base em dados do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, referentes a 2005.

Quadro 8

Taxa de emprego total e taxa de emprego feminina nos países da UE-15 (1991-2006)

Países UE	1991		1996		2001		2006	
	T	M	T	M	T	M	T	M
UE 15	61.2	49.7	60.3	50.2	64	55	66	58.4
UE 27	-----	-----	-----	-----	62.5	54.3	64.3	57.1
Portugal	68.4	56.9	64.1	54.9	69	61.3	67.9	62
Alemanha	67.7	57	64.1	55.3	65.8	58.7	67.2	61.5
Áustria	-----	-----	67.8	58.4	68.5	60.7	70.2	63.5
Bélgica	55.8	42.9	56.2	45.4	59.9	51	61	54
Dinamarca	74.2	69.9	73.8	67.4	76.2	72	77.4	73.4
Espanha	50.4	31.5	47.9	33.1	57.8	43.1	64.8	53.2
Finlândia	70.3	68.3	62.4	59.4	68.1	65.4	69.3	67.3
França	60.4	51.4	59.5	52.2	62.8	56	63	57.7
Grécia	53.4	35.4	55	38.7	56.3	41.5	61	47.4
Holanda	62.7	49.4	66.3	-----	74.1	65.2	74.3	67.7
Irlanda	51.4	35.9	55.4	36	65.8	54.9	68.6	59.3
Itália	-----	-----	51.2	-----	54.8	41.1	58.4	46.3
Luxemburgo	60.8	44	59.2	-----	63.1	50.9	63.6	54.6
Reino Unido	69.4	61	69	62.5	71.4	65	71.5	65.8
Suécia	79.5	75.3	70.3	57.1	74	72.3	73.1	70.7

Fonte: INE, *Indicadores Estruturais* (disponível em www.indest.ine.pt)

A média do desemprego nos países da UE-27 foi, em 2007, de 7.1%. O resultado de Portugal situou-se nos 8.1%, valor próximo dos registados pela França, Espanha e Grécia (8.3%, respectivamente). Na Holanda e na Dinamarca, esta realidade atingia apenas 3.2% e 3.8%, respectivamente, da força de trabalho. Pelo contrário, 8.4% dos efectivos que compunham a força de trabalho da Alemanha encontravam-se desempregados. De acordo com a variável *sexo*, 7.8% das mulheres que compõem a população activa dos países da UE-27 estavam, em 2007, desempregadas. A maior penalização da população feminina relativamente a este fenómeno é comum à maior parte dos países da UE-15, tendência contrariada na Alemanha, Irlanda e Reino Unido. Grécia é o país da UE-15 no qual a

diferença entre o desemprego feminino e masculino é maior: a taxa de desemprego das mulheres é aí 4.5 pontos percentuais superior à média do país. Em Portugal esse valor é de 1.6 pontos. Aqui, 2001 e 2007, a taxa de desemprego total aumentou 4.1 pontos percentuais e a taxa de desemprego feminina 4.7.

Quadro 9

Taxa de desemprego total e feminina nos países da UE-15 (1991-2007)

Países UE	1991		1996		2001		2007	
	T	M	T	M	T	M	T	M
UE 15	-----	-----	10.1	11.4	7.2	8.3	7.0	7.8
UE 27	-----	-----	-----	-----	8.5	9.4	7.1	7.8
Portugal	4.2	5.9	7.3	8.2	4.0	5.0	8.1	9.7
Alemanha	7.9	8.6	8.7	9.2	7.6	7.4	8.4	8.3
Áustria	-----	-----	4.3	5.3	3.6	4.2	4.4	5.0
Bélgica	6.4	9.8	9.5	12.5	6.6	7.5	7.5	8.5
Dinamarca	-----	-----	6.3	7.5	4.5	5.0	3.8	4.2
Espanha	13.0	19.1	17.8	23.8	10.3	14.8	8.3	10.9
Finlândia	6.6	5.1	14.6	14.9	9.1	9.7	6.9	7.2
França	9.0	11.4	11.6	13.5	8.4	10.0	8.3	8.9
Grécia	7.1	11.9	9.6	15.2	10.7	16.1	8.3	12.8
Holanda	5.5	7.9	6.0	7.7	2.2	2.8	3.2	3.6
Irlanda	14.7	15.8	11.7	11.8	4.0	3.8	4.6	4.2
Itália	8.5	12.9	11.2	15.2	9.1	12.2	6.1	7.9
Luxemburgo	1.6	2.3	2.9	4.2	2.0	2.6	4.1	5.1
Reino Unido	8.6	7.3	7.9	6.3	5.0	4.4	5.3	5.0
Suécia	3.1	2.8	9.6	9.0	4.9	4.5	6.1	6.4

Fonte: INE, *Indicadores Estruturais* (disponível em www.indest.ine.pt)

Em 2007, em Portugal, na Alemanha, na Bélgica e na Grécia cerca de 4% do total da população activa encontrava-se desempregada há pelo menos 12 meses – a média da UE-27 é, nesse ano, de 3,1%. Entre 1996 e 2001, para os países da UE-15, regista-se uma retracção progressiva do desemprego prolongado, de 4.6%, em 1996, para 2.8% em 2007. Em Portugal, o comportamento desta variável não seguiu a tendência progressivamente decrescente verificada na média dos países da União Europeia. Em 1991 e 2001 registam-

se valores residuais de desemprego de longa duração que contrastam com as percentagens de cerca de três e quatro pontos em 1996 e 2007. Generalizadamente, as mulheres apresentam ao longo do período considerado taxas de desemprego prolongado superiores à média total. Contudo, se nos anos anteriores essa diferença era quase residual (0.4 pontos percentuais), em 2007 esse hiato cifra-se já em 0.7 pontos percentuais.

Quadro 10

Taxa de desemprego longa duração total e feminina nos países da UE-15 (1991-2007)

Países UE	1991		1996		2001		2007	
	T	M	T	M	T	M	T	M
UE 15	-----	-----	4.9	5.9	3.1	3.8	2.8	3.1
UE 27	-----	-----	-----	-----	3.9	4.6	3.1	3.3
Portugal	1.7	1.9	3.3	3.5	1.5	1.9	3.8	4.5
Alemanha	-----	-----	4.1	2.1	3.7	1.0	4.7	4.7
Áustria	-----	-----	1.2	1.5	0.9	1.1	1.2	1.4
Bélgica	3.8	6.1	5.7	7.6	3.2	3.5	3.8	4.3
Dinamarca	2.5	3.0	1.8	2.1	0.9	1.0	0.6	0.7
Espanha	7.3	13.9	9.4	13.9	3.7	6.0	1.7	2.5
Finlândia	-----	-----	-----	-----	2.5	2.3	1.6	1.4
França	3.4	4.5	4.5	5.4	3.0	3.6	3.3	3.6
Grécia	3.3	6.4	5.2	9.3	5.5	9.0	4.1	7.0
Holanda	2.3	2.9	3.0	3.7	0.6	0.7	1.3	1.4
Irlanda	8.9	8.4	7.0	6.1	1.6	0.8	1.4	0.9
Itália	-----	-----	7.3	10.2	5.7	7.6	2.9	3.9
Luxemburgo	0.4	0.5	0.8	1.1	0.6	0.6	1.2	1.1
Reino Unido	2.6	1.6	3.1	1.7	1.3	0.8	1.3	0.9
Suécia	0.2	0.0	2.7	1.5	1.0	0.8	0.9	0.8

Fonte: INE, *Indicadores Estruturais* (disponível em www.indest.ine.pt)

2. A escolha de um território paradigmático: o concelho de Vila Nova de Gaia em análise

A breve análise empreendida no ponto anterior permite contextualizar a realidade portuguesa em relação a alguns domínios chave de desenvolvimento demográfico, social e

económico. A caracterização do fenómeno de desemprego é acompanhada de dados de âmbito europeu que permitem compreender a modulação quantitativa do fenómeno num registo transnacional. Contudo, e porque o estudo que se pretende realizar incide sobre a realidade portuguesa, importa agora compreender o modo como o desemprego se desenha e distribui neste contexto.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), no período compreendido entre 2001 e 2007, o desemprego aumentou 4.0%. Nesse período, o desemprego feminino assume sempre uma maior expressão, comparativamente ao masculino. Regista-se também um aumento do diferencial entre o desemprego feminino e masculino: de 1.8%, em 2001, para 3.0%, em 2007.

Quadro 11

Evolução do desemprego médio anual por sexo (2001-2007)

Sexo	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Homens	3.2	4.1	5.5	5.8	6.7	6.5	6.6
Mulheres	5.0	6.0	7.2	7.6	8.7	9.0	9.6
Total	4.0	5.0	6.3	6.7	7.6	7.7	8.0

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

É entre os mais jovens que o desemprego se manifesta de uma forma mais destacada. Concomitantemente, é também na faixa etária dos 15 aos 24 anos que se verifica o maior acréscimo de desemprego: 7.2% entre 2001 e 2007. É entre a população mais velha que o nível de desemprego é mais baixo, aliás, no período em análise, a taxa de desemprego dos portugueses com idade entre os 35 e os 64 anos foi sempre inferior à média nacional (ver desemprego total no Quadro 11).

Quadro 12

Evolução do desemprego médio anual por idade (2001-2007)

Idade	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
15-24 anos	9.4	11.6	14.5	15.3	16.1	16.3	16.6
25-34 anos	4.1	5.6	7.5	7.2	8.9	9.1	9.8
35-44 anos	3.2	4.0	5.1	5.5	6.5	6.3	6.7
45-64 anos	3.1	3.5	4.3	5.3	6.1	6.3	6.6

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

Entre 2001 e 2007, o desemprego médio anual em Portugal conheceu os seus valores mais elevados junto dos indivíduos cujo nível de escolaridade máximo concluído é o 2º ou o 3º ciclo do ensino básico, ou o ensino secundário. No mesmo período, o aumento do desemprego fez-se sentir de forma mais significativa entre a população com o 2º ciclo do ensino básico, cuja percentagem duplicou: de 4.4%, em 2001, para 8.8%. Mas, foram também amplamente penalizados os portugueses com formação superior: em 2001, apenas 3.4% dos que detinham esse grau escolar estavam desempregados, em 2007, esse valor foi de 7.1% – um aumento, portanto, de 4.1 pontos percentuais. Inversamente os portugueses sem quaisquer recursos escolares são os que apresentam persistentemente as taxas de desemprego mais baixas. Note-se que provavelmente esta situação está relacionada com o facto de o desemprego se fazer sentir principalmente no seio da população mais jovem (ver Quadro 12), a qual detém níveis de qualificação escolar mais elevados.

Quadro 13

Evolução do desemprego médio anual por nível de escolaridade (2001-2007)

Nível escolaridade	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Nenhum	2.3	2.6	3.3	3.7	4.6	5.6	5.1
Básico-1º ciclo	3.5	4.3	5.4	6.0	6.9	7.1	7.1
Básico-2º ciclo	4.4	5.5	7.0	7.7	8.7	8.7	8.8
Básico-3º ciclo	5.5	6.8	8.0	8.4	9.1	8.4	9.4
Secundário	4.6	5.5	6.9	6.9	8.0	8.5	8.2
Superior	3.4	4.9	6.0	5.3	6.3	6.3	7.5

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

Analisando o Quadro 14, conclui-se que, entre 2001 e 2007, as regiões do Alentejo e de Lisboa e Vale do Tejo são as que apresentam taxas de desemprego persistentemente mais elevadas. Contudo, em 2007, é a região Norte que, com 9.4% de desemprego, se apresenta mais afectada pelo fenómeno. Aliás, esta é também a região onde se regista o maior aumento da taxa de desemprego: entre 2001 e 2007, 5.7 pontos percentuais.

Quadro 14

Taxa de desemprego por região – NUT II (2001-2007)

Zonas	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Norte	3.7	4.9	6.8	7.7	8.8	8.9	9.4
Centro	2.8	3.1	3.6	4.3	5.2	5.5	5.6
Lisboa	5.1	6.8	8.1	7.6	8.6	8.5	8.9
Alentejo	6.9	7.5	8.2	8.8	9.1	9.2	8.4
Algarve	3.8	5.2	6.1	5.5	6.2	5.5	6.7
RA Açores	2.3	2.6	2.9	3.4	4.1	3.8	4.3
RA Madeira	2.5	2.5	3.4	3.0	4.5	5.4	6.8

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

O fenómeno do desemprego distribui-se de uma forma heterogénea no território português, assumindo recentemente uma importância particularmente visível na região Norte. Varejão

(2005), nota que “a trajectória desfavorável do emprego iniciada com a recessão da primeira metade da década de 90, apesar de interrompida pela retoma subsequente, produziu efeitos duradouros que se manifestam numa divergência crescente entre o ritmo do emprego da Região Norte e no resto do país, que é desfavorável à Região” (2005: 2). Portanto, mesmo tendo em linha de conta que o período em análise é marcado pelos efeitos negativos da conjuntura económica global, os indicadores, relativos ao emprego e respeitantes à Região Norte, apontam para uma maior vulnerabilidade relativa do território ao crescimento desse fenómeno (a esta situação não serão alheias situações relacionadas com o desenvolvimento do sector da economia informal, os baixos níveis de produtividade das micro e pequenas empresas, a precarização e vulnerabilização das condições de emprego, as características sociodemográficas da população, etc.) (Cf. Varejão, 2005).

A Região Norte é também marcada por diferenças e assimetrias no seio do seu território. Centrando a análise em torno do eixo metropolitano do Porto, constata-se, desde logo, uma transformação demográfica que se vem a observar desde as últimas duas décadas: o concelho de Vila Nova de Gaia representa 22% da totalidade dos habitantes da Área Metropolitana do Porto (AMP), enquanto que o concelho do Porto, o mais populoso até 1991, representa actualmente 21% da população da AMP; o concelho de Vila Nova de Gaia regista a variação demográfica mais acentuada de toda a AMP. De facto, nas últimas décadas tem-se verificado uma diminuição gradual da população residente no concelho do Porto, a favor do aumento dos residentes nas cidades periféricas, o que aponta para o desenvolvimento de cidades satélite, com características de *dormitório*, onde habitam milhares de trabalhadores que todos os dias se dirigem para o maior pólo de emprego da Região Norte. Este forte mono centrismo da cidade do Porto representa um desafio crescente para o desenvolvimento sustentado das cidades periféricas, em particular Vila Nova de Gaia, com as exigências ao nível dos serviços e equipamentos de diversa natureza – social, educacional, cultural, de saúde, lazer, etc. – a serem cada vez mais significativas.

Quadro 15

População residente nos concelhos da AMP (2001-2007)

Concelhos AMP	2001		2007		Variação %
	N	%	N	%	
Arouca	23.994	1,6	23.773	1,5	- 0,1
Espinho	32.977	2,1	30.065	1,9	- 0,2
Gondomar	164.142	10,6	172.904	10,9	+ 0,3
Maia	121.474	7,9	138.226	8,7	+ 0,8
Matosinhos	166.213	10,8	169.122	10,7	- 0,1
Porto	256.246	16,6	221.800	14,0	- 2,6
Sta. M ^a da Feira	136.120	8,8	146.347	9,2	+ 0,4
Sto. Tirso	71.707	4,6	70.427	4,4	- 0,2
S. João Madeira	21.061	1,4	21.741	1,4	0,0
Trofa	37.583	2,4	40.338	2,5	+ 0,1
Póvoa de Varzim	63.443	4,1	66.463	4,2	+ 0,1
Valongo	86.143	5,6	95.706	6,0	+ 0,4
Vila do Conde	74.211	4,8	77.052	4,9	+ 0,1
Vila Nova de Gaia	288.958	18,7	310.086	19,6	+ 0,9
AMP	1.544.272	100	1.584.050	100	

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente.

O território metropolitano é também palco de dinâmicas de transformação do tecido produtivo dos seus concelhos, marcadas por processos de reestruturação que se traduzem em profundas alterações quanto aos perfis de especialização sectorial, cada vez mais caracterizados por uma acentuada terciarização (Cf. Oliveira, s/d). De acordo com Oliveira, relativamente às indústrias transformadoras, a estrutura sectorial da AMP apresenta “um grau de diversificação relativamente reduzido, dominado pelos sectores ditos «tradicionalis»” (s/d: 2). Os têxteis, o vestuário e o calçado, as indústrias da madeira, a alimentação e as bebidas, representam, conjuntamente, “cerca de metade do número total de empresas industriais, situação que traduz um certo grau de dependência da AMP face a sectores submetidos a intensa concorrência internacional (...), e cujo grau de “maturidade” constitui um factor inibidor do seu potencial de crescimento” (*Ibidem*). Ao nível das actividades dos

serviços,”é possível constatar a oposição entre, por um lado, a concentração no núcleo central metropolitano das classes que incluem os chamados «serviços avançados» e, por outro lado, a dispersão pela periferia de serviços mais rotineiros e banalizados, orientados tanto para as empresas como para o consumo final, sobrepondo-se duas lógicas distintas de localização terciária” (*Idem*: 8). No caso específico de Vila Nova de Gaia, este processo é visto como tardio, sendo o peso das empresas pertencentes ao ramo das indústrias transformadoras ainda significativo. Ainda assim, o sector com maior peso é o sector terciário devido ao crescimento do ramo da restauração e comércio a retalho. Também por esse facto, o tecido empresarial caracteriza-se pela predominância de pequenas empresas de tipo familiar.

Da análise do Quadro 16 decorre que Vila Nova de Gaia é o concelho que apresenta, consecutivamente para os quatro anos em análise, um maior número total de população desempregada²⁵. Esta, ascende aos 24 277 desempregados em 2004 e cifra-se em 19 350, em 2007. Estes números acarretam uma distância bastante significativa em relação ao segundo concelho mais populoso e com o maior número de desemprego registado, o Porto. Concomitantemente, e em termos qualitativos, é de esperar uma alteração da composição do mercado de desemprego e sua respectiva complexificação. De facto, o mercado de desemprego encontra-se actualmente apto a receber categorias sociais distintas que se constituem, em termos analíticos e políticos, por referências sobrepostas como o género, os níveis de escolaridade, faixas etárias, a duração da situação de desemprego, experiência laboral prévia, etc.

²⁵ Tendo em consideração a necessidade de analisar os dados desagregados ao nível concelhio, optou-se pela utilização das informações disponibilizadas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) que se reportam ao nível de desemprego registado (ver capítulo II).

Quadro 16

Desemprego registado nos concelhos da AMP (2004-2007)

Concelhos	2004	2005	2006	2007
Arouca	640	667	634	542
Espinho	2591	2536	2479	2293
Gondomar	10948	11349	10546	8811
Maia	7638	7749	7256	6095
Matosinhos	9592	9420	8949	7226
Porto	16192	15463	13942	12135
Póvoa de Varzim	3349	3556	3314	2884
Sta. M ^a da Feira	6771	7902	7475	5438
Sto. Tirso	6455	7052	7172	5545
S. João Madeira	928	1127	1096	773
Trofa	3165	3356	3368	2470
Valongo	6167	6079	6002	5241
Vila do Conde	4408	4732	4484	3646
Vila Nova de Gaia	24267	24003	22390	19350
Total AMP	103111	104991	99107	82449

Fonte: IEFP, Desemprego Registado por Concelho – Estatísticas Mensais (mês de Dezembro).

Comparando o volume de desempregados com o total da população activa (valor indicativo), o concelho de Vila Nova de Gaia fica dentro dos quatro mais afectados pelo desemprego, ao lado de Espinho, de Santo Tirso e da Trofa. Se tivermos em atenção valores agregados para a Área Metropolitana, Vila Nova de Gaia situa-se sistematicamente acima da taxa de desemprego média da totalidade dos concelhos. De referir que se nota, ao longo dos quatro anos, um decréscimo suave da incidência do desemprego no concelho.

Quadro 17

Taxa de desemprego nos concelhos da AMP (2004-2007)

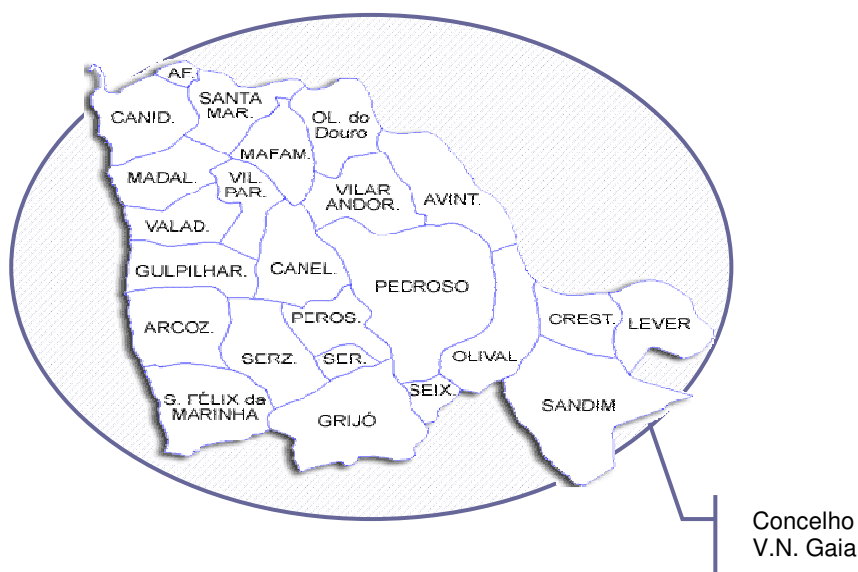
Concelhos	População Activa (2001)	2004	2005	2006	2007
Arouca	10891	5,9%	6,1%	5,8%	5,0%
Espinho	16708	15,5%	15,2%	14,8%	13,7%
Gondomar	84508	13,0%	13,4%	12,5%	10,4%
Maia	65531	11,7%	11,8%	11,1%	9,3%
Matosinhos	85728	11,2%	11,0%	10,4%	8,4%
Porto	126544	12,8%	12,2%	11,0%	9,6%
Póvoa de Varzim	32421	10,3%	11,0%	10,2%	8,9%
Sta. M ^a da Feira	70728	9,6%	11,2%	10,6%	7,7%
Sto. Tirso	38252	16,9%	18,4%	18,7%	14,5%
S. João Madeira	11543	8,0%	9,8%	9,5%	6,7%
Trofa	19930	15,9%	16,8%	16,9%	12,4%
Valongo	45186	13,6%	13,5%	13,3%	11,6%
Vila do Conde	38326	11,5%	12,3%	11,7%	9,5%
Vila Nova de Gaia	152439	15,9%	15,7%	14,7%	12,3%
Total AMP	798735	12,9%	13,1%	12,4%	10,3%

Fonte: IEFP, *Desemprego Registado por Concelho – Estatísticas Mensais* (mês de Dezembro).

O concelho de Vila Nova de Gaia distribui-se por uma área de 167 km², dividindo-se em 24 freguesias. Com uma população residente estimada, em 2007, de 310.086 habitantes, este concelho registou um crescimento da população residente de cerca de 16,4%. Este dado confirma a tendência para o aumento populacional que se tem vindo a registar, sendo de salientar que em 6 freguesias se observaram aumentos na população residente superiores a 20%. O território que nos propomos investigar agrega sub-territórios possuidores de características diferenciadas que vão desde o urbano, ao peri-urbano e rural. Trata-se de um concelho que, não obstante as dinâmicas de crescimento populacional, tem sofrido fortes transformações no seu tecido económico, em particular, observando o encerramento de grandes unidades industriais. É um território de mobilidade difusa e com fortes assimetrias no seu tecido social, tendo observado nos últimos anos, o impacto de fluxos

migratórios de entrada, por parte de famílias sem laços de proximidade entre si e ao concelho. Assim, atender à especificidade territorial deste concelho e reconhecer o espaço de actuação das instituições, bem como o plano societário de influência nas decisões dos sujeitos (coesão das relações sociais, dinâmicas do tecido produtivo, etc.), constitui igualmente um dos objectivos deste estudo.

Figura 1 – Mapa do concelho de Vila Nova de Gaia



3. A escolha paradigmática de uma população: o desemprego feminino em Vila Nova de Gaia

No seio da delimitação territorial concelhia de Vila Nova de Gaia é possível analisar mais detalhadamente a configuração do fenómeno do desemprego, recorrendo aos dados disponibilizados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). As informações estatísticas do IEFP, sobre o mercado de emprego, resultam “do aproveitamento dos actos administrativos decorrentes da actividade realizada pelos Centros de Emprego no âmbito da gestão dos pedidos e ofertas de emprego comunicados pelos utentes” (*in* www.iefp.pt). De acordo com a definição deste organismo, os *pedidos de emprego* contemplam a totalidade de pessoas com idade igual ou superior a dezasseis anos que se encontram inscritas nos

Centros de Emprego, visando a obtenção de um emprego por conta de outrem. Portanto, nesta ampla categoria, contam-se as sub-categorias de *desempregados*, *empregados*²⁶, *ocupados*²⁷ e *indisponíveis temporariamente*²⁸. Para efeitos da análise que aqui se apresenta lida-se com as informações respeitantes ao *desemprego registado*, isto é, com os dados que resultam da inscrição num Centro de Emprego de um candidato que “não tem trabalho, procura um emprego como trabalhador por conta de outrem, está imediatamente disponível e tem capacidade para o trabalho” (*in* Glossário de Termos, www.iefp.pt).

A observação realizada incide sobre um mês de referência, Dezembro, num período temporal de quatro anos, compreendido entre 2004 e 2007. Os dados são apresentados de acordo com as variáveis disponibilizadas pelo IEFP: género, tempo de inscrição, escalão etário e nível de escolaridade. Na impossibilidade de obter dados relativos ao sector de actividade e área profissional, ao nível territorial concelhio, apresentam-se estas informações relativas ao território nacional.

Observando a composição do desemprego registado, nos concelhos da AMP, no mês de Dezembro de 2007, atendendo à variável “género”, “tempo de inscrição” e “situação face à procura de emprego”, é possível enquadrar de uma forma mais compreensiva a posição relativa de Vila Nova de Gaia face aos demais congéneres concelhios.

Perspectivando o desemprego na AMP, através da variável género, verifica-se para todos os concelhos a preponderância do desemprego feminino, face ao masculino. Esta situação é particularmente flagrante no caso da Trofa, Arouca e Sta. M.^a da Feira, registando valores acima dos 65%. No caso de Vila Nova de Gaia, o desemprego feminino cifra-se nos 61,6%, valor acima da média verificada para a AMP, 59,6%. Centrando a atenção na distribuição do

²⁶ “Pessoa inscrita num Centro de Emprego que, tendo um emprego a tempo completo ou parcial, pretende mudar para outro emprego a tempo completo ou parcial.” (*in* Glossário de Termos, www.iefp.pt).

²⁷ “Pessoa inscrita num Centro de Emprego a desenvolver uma actividade temporária, no âmbito da satisfação de necessidades colectivas ao abrigo de um Programa Ocupacional ou equivalente, nomeadamente Protocolos, Despachos Conjuntos e Programas de Inserção.” (*in* Glossário de Termos, www.iefp.pt).

desemprego por tempo de inscrição no Centro de Emprego, constata-se que, na maioria dos concelhos, predominam tempos de inscrição de duração superior a um ano, configurando o designado *desemprego de longa duração*. O concelho de Vila Nova de Gaia integra essa maioria, registando 53,1% de indivíduos inscritos há um ano ou mais. A variável “situação face à procura de emprego” procura estabelecer a distinção entre os sujeitos que se encontram à procura do primeiro emprego e os demais. Aqui, prevalecem largamente as situações de procura de novo emprego (valor médio de 92,6% para a AMP). Nessa categoria, em Vila Nova de Gaia, enquadram-se 93,3 indivíduos inscritos no Centro de Emprego.

Quadro 18

Distribuição da população desempregada nos concelhos da AMP (2007)

Concelhos	Total	Género		Tempo de inscrição		Situação face à procura de emprego	
		M	F	< 1 ano	1 ano e +	1º emprego	Novo emprego
Arouca	542	31,2	68,8	57,0	43,0	11,6	88,4
Espinho	2293	39,4	60,6	46,9	53,1	11,5	88,5
Gondomar	8811	41,9	58,1	52,0	48,0	6,7	93,3
Maia	6095	38,4	61,6	50,0	50,0	6,6	93,4
Matosinhos	7226	45,6	54,4	51,2	48,8	6,0	94,0
Porto	12135	48,8	51,2	54,7	45,3	7,8	92,2
Póvoa de Varzim	2884	44,6	55,4	55,6	44,4	9,9	90,1
Sta. Mª da Feira	5438	33,5	66,5	46,1	53,9	7,0	93,0
Sto. Tirso	5545	39,2	60,8	37,4	62,6	9,5	90,5
S. João Madeira	773	39,6	60,4	50,1	49,9	6,5	93,5
Trofa	2470	30,2	69,8	40,0	60,0	7,2	92,8
Valongo	5241	36,6	63,4	54,4	45,6	7,9	92,1
Vila do Conde	3646	36,2	63,8	47,5	52,5	6,9	93,1
Vila Nova de Gaia	19350	38,4	61,6	46,9	53,1	6,7	93,3
Total	82449	40,4	59,6	49,2	50,8	7,4	92,6

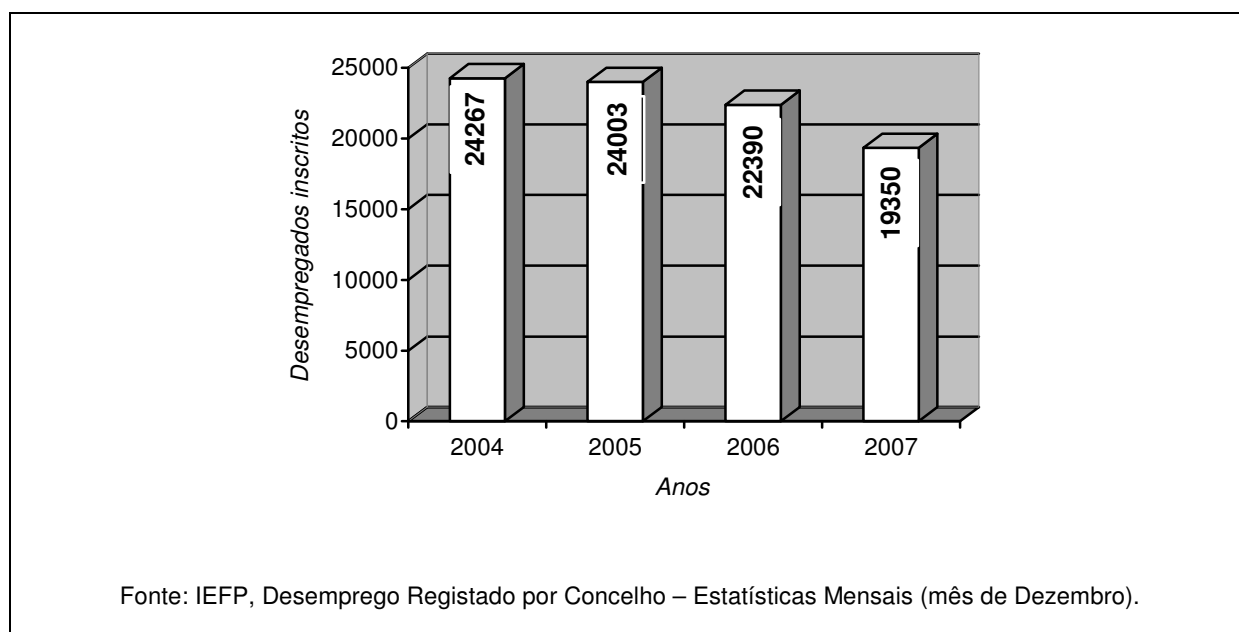
Fonte: IEFP, Desemprego Registrado por Concelho – Estatísticas Mensais (mês de Dezembro).

²⁸ Pessoa inscrita num Centro de Emprego que não reúne condições imediatas para o trabalho por motivos de

A análise da evolução do número de desempregados inscritos no Centro de Emprego (CE) de Vila Nova de Gaia, desde Dezembro de 2004 a Dezembro de 2007, permite constatar uma tendência para diminuição dos valores absolutos da população desempregada no concelho. De facto, nesse período, regista-se uma diminuição total de 4917 desempregados inscritos no CE, representando cerca de menos 20%, face a 2004.

Gráfico 1

Evolução do desemprego registado em Vila Nova de Gaia (2004-2007)

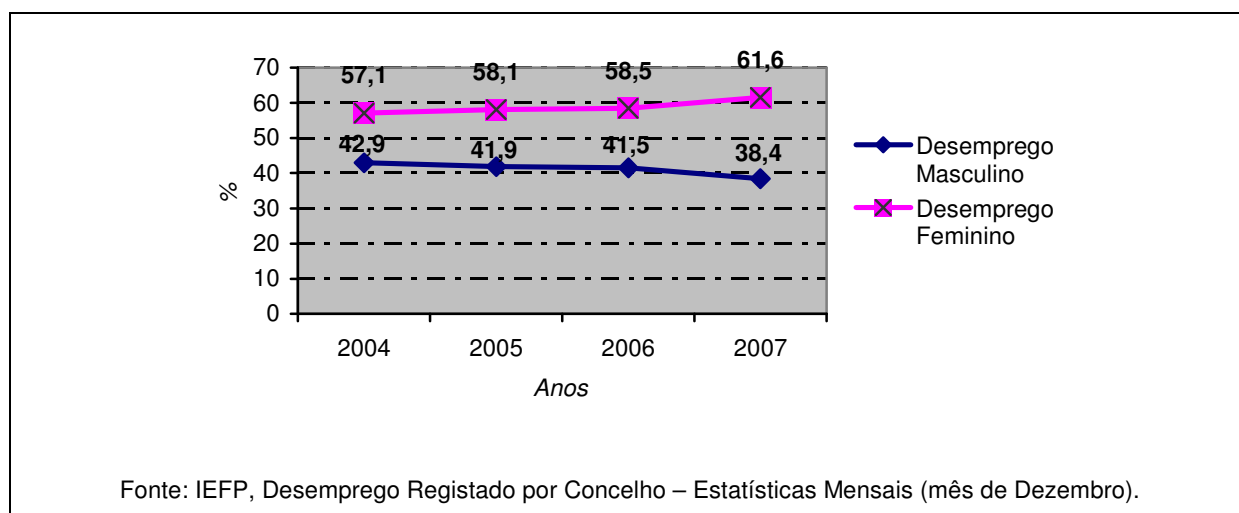


Seguindo a tendência observada para todos os concelhos da AMP, analisando o desemprego em Vila Nova de Gaia pelo prisma do género, constata-se que a população feminina é mais afectada pelo desemprego do que a sua congénere masculina. No decorrer dos quatro anos em análise, o desemprego feminino no concelho tem acompanhado a tendência global de decréscimo do número de desempregados. Contudo, o comportamento do fenómeno do desemprego parece apresentar ritmos distintos, consoante se localiza no espectro feminino ou masculino. Parece verificar-se que a diminuição global do desemprego no concelho fica a dever-se em grande medida ao decréscimo do desemprego masculino.

Desta forma, de acordo com o Gráfico 2, explica-se a evolução de tendência oposta que o desemprego feminino e masculino descreve. Tratando-se de um gráfico que representa o peso percentual do desemprego registado por homens e mulheres, observa-se que, desde 2004, a taxa de desemprego masculino tem decrescido, contrariamente à taxa de desemprego feminina que tem aumentado e em 2007 regista os valores mais díspares: 61,6% desemprego feminino e 38,4% desemprego masculino.

Gráfico 2

Evolução da taxa de desemprego feminino e masculino

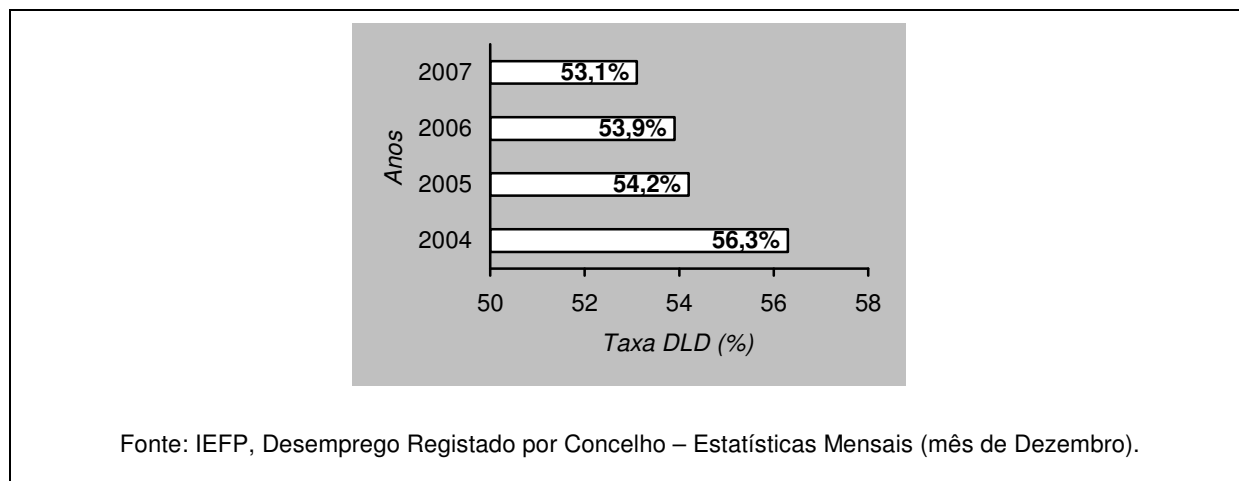


A análise do fenómeno do desemprego atendendo ao tempo de inscrição no CE, permite distinguir duas subpopulações de desempregados: os que se encontram desempregados há menos de um ano e os que estão nessa situação há pelo menos um ano ou mais. Estes últimos configuram o que se designa por Desemprego de Longa Duração (DLD). Este indicador é particularmente preocupante porque traduz um cenário de prolongado afastamento do mercado de trabalho que, por sua vez, inflaciona as dificuldades de reinserção profissional. De acordo com o Gráfico 3, em Vila Nova de Gaia, observa-se, no período compreendido entre 2004 e 2007, uma diminuição do peso que essa população representa para a totalidade da população desempregada do concelho. Assim, em Dezembro de 2004, os DLD's representavam 56,3% dos desempregados inscritos no CE e,

em Dezembro de 2007, retrocederam para 53,1%. Porém, em qualquer um dos anos em análise, constata-se o seu predomínio, no registo de valores que ascendem sempre a metade da população.

Gráfico 3

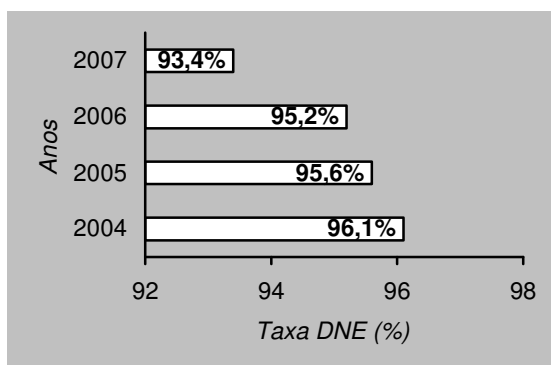
Evolução da taxa de DLD (desemprego de longa duração)



Seguindo a expressiva tendência registada para a globalidade dos concelhos da AMP, também em Vila Nova de Gaia, a esmagadora maioria dos indivíduos desempregados inscritos no CE encontra-se em situação de procura de novo emprego. De acordo com a definição do IEFP, isto significa que nos reportamos a um sujeito “que já teve um emprego. Inclui os candidatos que, tendo-se retirado da vida activa, qualquer que tenha sido o motivo e duração da interrupção, desejem reingressar. Inclui igualmente os candidatos que tenham trabalhado como familiares não remunerados e os que trabalharam por conta própria” (*in* Glossário de Termos, www.iefp.pt). Não obstante, a manifesta expressividade desta situação, a análise do Gráfico 4, evidencia uma gradual diminuição desta situação, em benefício dos indivíduos que se encontram à procura do primeiro emprego.

Gráfico 4

Evolução da taxa de desempregados em situação de procura de novo emprego



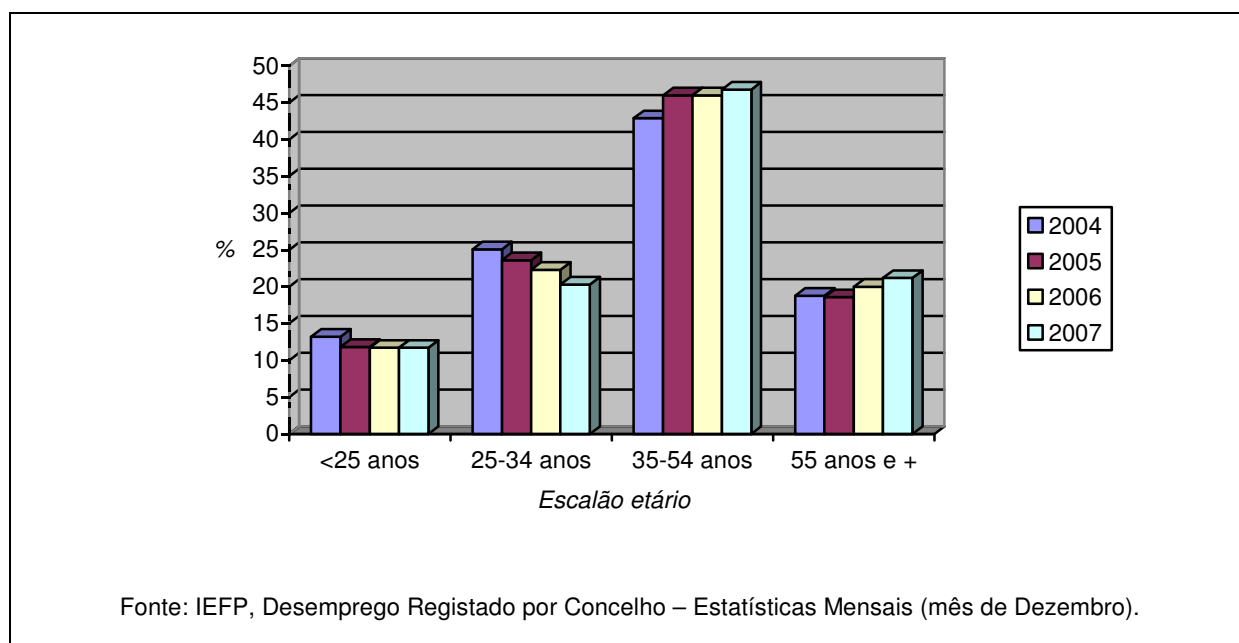
Fonte: IEF, Desemprego Registrado por Concelho – Estatísticas Mensais (mês de Dezembro).

A análise da distribuição do desemprego, por grupos etários, conforme o Gráfico 5, permite concluir que, em todo o período em análise, é o grupo com idades compreendidas entre os 35 e 54 anos aquele que maior número de desempregados concentra. Tal situação não surpreende totalmente, porque este é também o grupo etário com maior amplitude, face aos restantes (cerca de 19 anos). Entre 2004 e 2007, a faixa etária dos 35 aos 54 anos nunca apresenta valores percentuais inferiores a quarenta por cento e regista mesmo uma tendência crescente, cifrando-se, em Dezembro de 2007, em 46,8%. Seguidamente, embora com seguindo orientações opostas, apresenta-se o grupo com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos e conjunto dos indivíduos com 55 ou mais anos. O primeiro grupo tem-se apresentado, no período em análise, com um pendor decrescente, assim, se em 2004, registava 25,1%, em 2007, ficava-se pelos 20,3%. Contrariamente, os indivíduos desempregados com 55 ou mais anos tem adquirido maior expressividade numérica, movendo-se dos 18,8%, em 2004, para 21,2%, em 2007. Bem menos significativo e com tendência estabilizadora, revela-se a faixa etária dos menores de 25 anos.

No conjunto, e baseando a análise nos dados de 2007, os sujeitos com idades a partir dos 35 anos têm vindo a ser progressivamente mais afectados pelo fenómeno do desemprego. Em sentido oposto situam-se os sujeitos com idades compreendidas até aos 34 anos que têm visto a sua proporção no total dos desempregados diminuir.

Gráfico 5

Evolução da taxa de desemprego, por grupo etário

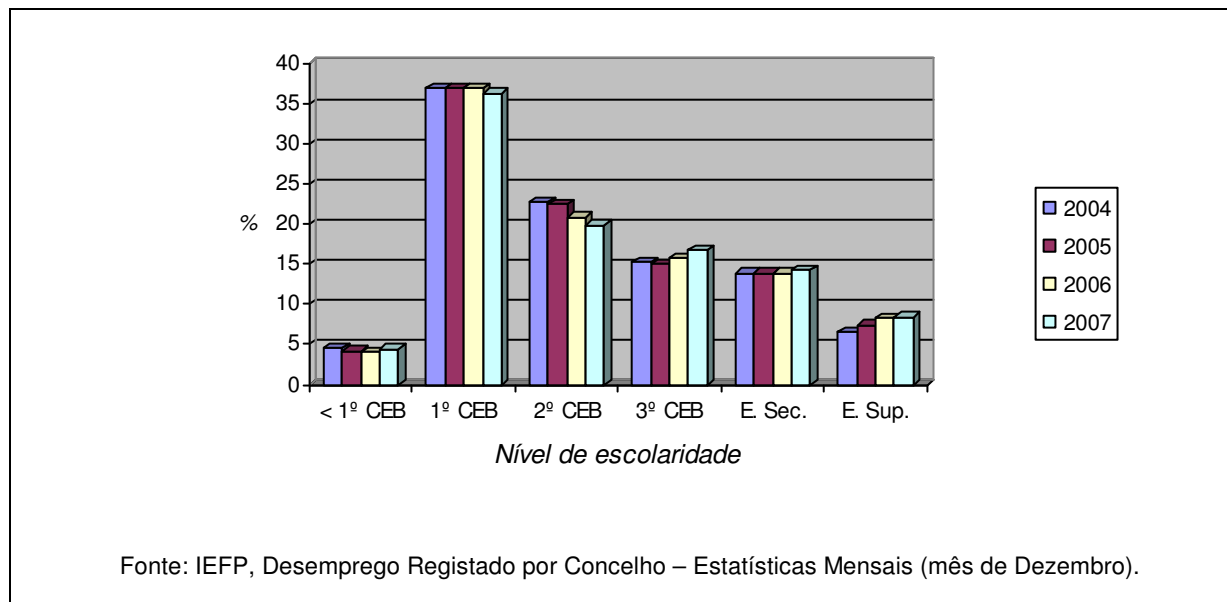


Analisando a expressividade do desemprego para cada um dos diferentes níveis de escolaridade, conforme Gráfico 6, é notória uma maior concentração do desemprego nos sujeitos com menor escolaridade. Analisando agregadamente os dados das duas primeiras colunas, referentes aos indivíduos que no máximo completaram o 1º Ciclo do Ensino Básico (CEB), verifica-se, para o período em análise, o inalterável predomínio de valores próximos de 41% da população total. Regista-se um pendor decrescente do desemprego associado a sujeitos que detêm o 2º CEB (de 22,8%, em 2004, para 19,9%, em 2007). Tendência inversa se verifica para os indivíduos com níveis de escolaridade de 3º CEB, ensino secundário e superior. No caso dos dois primeiros, regista-se uma ténue tendência crescente de cerca de um ponto percentual, entre 2004 e 2007. Bem mais expressiva é a

situação dos indivíduos desempregados com ensino superior que, em 2004, representavam apenas 6,6% e, em 2007, ascendiam a 8,4%.

Gráfico 6

Evolução da taxa de desemprego, por nível de escolaridade



Não obstante os esforços desenvolvidos junto do IEFP, não foi possível obter informações relativas à estrutura do desemprego, por profissão e actividade económica, desagregadas ao nível territorial concelhio. Recorrendo aos dados publicamente disponibilizados nos relatórios anuais sobre o mercado de emprego, é possível aceder a essa estrutura de desemprego para a região Norte. Através da análise dos dados relativos a 2007 (Quadro 19), sobre a estrutura do desemprego registado por região, apresentados para as cinco profissões percentualmente mais significativas, evidencia algumas assimetrias regionais. Regista-se o predomínio de três profissões em todas as regiões, embora com pesos distintos: “Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio”, “Empregados de Escritório” e “Pessoal dos serviços, de protecção e segurança”. No caso da região Norte, assinala-se ainda o peso isolado das profissões relativas a “Outros operários, artífices e trabalhadores similares”, bem como do “Trabalhadores não qualificados – minas,

construção civil e indústrias transformadoras”, este já presente nas regiões do Centro e Lisboa e Vale do Tejo.

Quadro 19

Estrutura do desemprego registado nas 5 profissões mais representativas, por região

Profissão (CAE)	Norte	Centro	Lisboa e VT	Alentejo	Algarve	Portugal
Empregados de Escritório	11,5%	9,3%	14,3%	8,7%	8,7%	11,8%
Empregados de recepção, caixas, bilheteiras e similares					4,1%	
Pessoal dos serviços, de protecção e segurança	10,4%	12,8%	11,6%	13,6%	23,1%	11,7%
Manequins, vendedores e demonstradores		7,5%	8,2%	6,7%	9,8%	7,6%
Trabalhadores qualificados da agricultura e pesca				15,1%		
Outros operários, artífices e trabalhadores similares	10,4%					
Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio	14,1%	12,5%	11,4%	17,5%	23,8%	13,4%
Trabalhadores não qualificados – minas, construção civil e indústrias transformadoras	8,5%	12,6%	8,3%			8,6%

Fonte: IEF, *Situação do Mercado de Emprego. Relatório Anual – 2007.*

No que respeita à actividade económica de origem do desemprego, dos 342 101 desempregados que, em 2007, aguardavam por um novo emprego, 60,3% eram oriundos de actividades do sector dos serviços, 35,6% provinham do sector da indústria e 4,0% do sector agrícola. A análise regional permite observar algumas especificidades e assimetrias, sendo de esperar que as actividades regionalmente preponderantes da estrutura da actividade económica, sejam igualmente as maiores responsáveis pela origem do desemprego. Assim, pode ler-se no relatório anual do mercado de emprego, de 2007, que “com excepção da “Construção” e do “Comércio por grosso e a retalho”, actividades que detêm forte representatividade em todas as regiões, evidenciam-se: no Norte, a “Indústria

do vestuário” e a “Fabricação dos têxteis” que, em conjunto, são responsáveis por 17,0% do desemprego desta região; no Centro, a “Administração pública, educação, saúde e acção social” com uma representatividade de 12,1%; em Lisboa VT, as “Actividades imobiliárias, informática, investigação e serviços prestados a empresas” com 21,6%; no Alentejo, a “Agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pesca” com 22,0% e no Algarve, os “Hotéis e restaurantes” com 41,5%” (IEFP, 2007a: 33).

Quadro 20

Estrutura do novo emprego por actividade económica, segundo a região

Actividade Económica	Norte	Centro	Lisboa e VT	Alentejo	Algarve	Total
Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Pesca	2,9%	5,2%	2,5%	21,9%	2,1%	4,0%
Indústria, Energia e Água e Construção	45,5%	38,4%	25,0%	20,9%	11,8%	35,6%
Serviços	51,4%	56,2%	72,4%	57,1%	86,0%	60,3%
Sem Classificação	0,2 %	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%

Fonte: IEFP, *Situação do Mercado de Emprego. Relatório Anual – 2007.*

A análise da estrutura do desemprego por actividade económica, cruzada com a variável género, permite concluir que as mulheres representam a maioria dos desempregados provenientes do sector da agricultura (62,4%) e do sector dos serviços (65,0%), enquanto os homens se destacam no sector da indústria (51,3%) (cf. IEFP, 2007a: 35). A observação do desemprego por ramo de actividade económica e género, permite destacar situações claramente contrastantes, tais como: a “Construção”, originando o maior volume de desemprego masculino (representa 19,6% da totalidade do desemprego masculino registado) e apresentando-se como a actividade onde os homens têm maior preponderância (85,6%). O maior peso relativo dos homens é também muito significativo nas “Indústrias extractivas” (74,7%), na “Produção e distribuição de electricidade, gás e água” (74,3%) e nos “Transportes e actividades conexas” (72,1%). Por seu turno, o desemprego proveniente

da “Indústria do vestuário” é largamente protagonizado por mulheres (88,8%), bem como nos casos da “Administração pública, educação, saúde e acção social (78,2%), dos “Hotéis e restaurantes” (74,2%) e da “Indústria do couro e produtos do couro” (72,5%).

Quadro 21

Estrutura do novo emprego por actividade económica, segundo género

Actividade económica	H (%)	M (%)
Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Pesca	37,6	62,4
Indústrias extractivas	74,7	25,3
Indústria do vestuário	11,2	88,8
Indústria do couro e produtos do couro	27,5	72,5
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	74,3	25,7
Construção	85,6	14,4
Comércio e manutenção de automóveis	70,5	29,5
Hotéis e restaurantes	25,8	74,2
Transportes e actividades conexas	72,1	27,9
Administração pública, educação, saúde e acção social	21,8	78,2
Outras actividades de serviços	28,8	71,5

Fonte: IEFP, *Situação do Mercado de Emprego. Relatório Anual – 2007.*

Em síntese:

De uma forma generalizada, através da análise dos dados quantitativos disponíveis, é possível constatar que o desemprego atinge mais mulheres do que homens. Não é, portanto, de desprezar a centralidade social da variável género para compreender a forma como o desemprego se distribui na população portuguesa. Neste sentido, este trabalho elege como população-alvo as mulheres desempregadas, inscritas no Centro de Emprego de Vila Nova de Gaia. Recorrendo novamente às informações quantitativas disponibilizadas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, é possível estabelecer uma distinção entre o tipo de inscrição no Centro de Emprego e a duração do período de desemprego. A conjugação destes dois vectores de análise conduz à evidente supremacia da população desempregada à procura de novo emprego, face aos que procuram o primeiro emprego. Portanto, esta será igualmente a vertente a privilegiar neste trabalho. Seguindo a mesma

lógica, mas centrando a atenção no tempo de inscrição, verifica-se que o desemprego com uma duração superior a um ano (configurador do designado “desemprego de longa duração”) tende a assumir uma maior relevância face ao de duração inferior a um ano. Assim, a população que este estudo procurará analisar caracteriza-se também pela duração da experiência de desemprego se prolongar há, pelo menos, um ano e por deter uma experiência profissional prévia à actual situação de desemprego. No que concerne à idade e, reportando-nos mais uma vez, aos dados estatísticos disponibilizados, entre a população desempregada inscrita no Centro de Emprego, verifica-se a prevalência do grupo populacional com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos. Então, será no âmbito deste intervalo cronológico que a população que se pretende estudar estará contida. Sintetizando, o estudo que se pretende desenvolver incidirá sobre: mulheres desempregadas inscritas no Centro de Emprego de Vila Nova de Gaia, há mais de um ano, com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos e à procura de novo emprego.

CAPÍTULO VI

**Sentidos e Direcções de um Olhar
Sobre o Desemprego de Mulheres em Portugal**

A apresentação das características da população desempregada do concelho de Vila Nova de Gaia serviu para destacar contextualizadamente uma sub-população que este trabalho considera relevante, do ponto vista social e sociológico: mulheres desempregadas inscritas no Centro de Emprego de Vila Nova de Gaia há mais de um ano, à procura de novo emprego, com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos. No seio da sub-população identificada procedeu-se a uma selecção de alguns perfis pautados pela diversidade de situações, no que concerne aos níveis de escolaridade, tipo de inserção profissional, estado civil e existência de filhos. Neste capítulo, apresentam-se os principais resultados da análise de conteúdo discursivo aplicada às entrevistas realizadas. Num primeiro momento, caracterizam-se as mulheres cujo discurso foi alvo da análise deste estudo, dando conta de alguns elementos configuradores de um perfil síntese de cada uma delas. Seguidamente, apresenta-se a narrativa que cada uma delas expôs trabalhada a partir de alguns blocos temáticos: os percursos escolares e educativos; os itinerários profissionais; a vivência da actual situação de desemprego; a relação estabelecida com o mercado de trabalho, as instituições estatais e as redes familiares e de interconhecimento mais próximas e a definição de projectos e/ou horizontes de futuro destas mulheres. No que respeita à estratégia de redacção adoptada, registe-se a existência orientadora de dimensões e sub dimensões que balizam a análise, à qual se segue um conjunto de excertos considerados ilustrativos da análise empreendida.

1. Ancoragem sociodemográfica da produção das narrativas

O contacto e a selecção das mulheres entrevistadas baseou-se nos critérios já apresentados, isto é, mulheres desempregadas inscritas no Centro de Emprego de Vila Nova de Gaia há mais de um ano, à procura de novo emprego, com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos. A partir desse mínimo denominador comum, procurou-se igualmente buscar alguma diversidade nos perfis das entrevistadas, designadamente, no que concerne à trajectória profissional e aos percursos educativos. Pretendia-se, deste modo, abranger um conjunto de narrativas diferenciadas do ponto de vista das modalidades de inserção profissional experienciadas e dos níveis de escolaridade detidos. Pensava-se que, assim, seria possível perceber se a experiência de desemprego e o posicionamento individual nessa mesma experiência se modulava em função dessas variáveis.

Recorrendo à metáfora da *história*, neste primeiro ponto, procede-se a uma sucinta apresentação das mulheres entrevistadas, cujas narrativas foram alvo de análise. No grupo das doze mulheres entrevistadas, as idades variam entre os 35 e os 54 anos. A maioria (8) destas mulheres é casada, as restantes são solteiras e/ou divorciadas. Apenas duas das mulheres entrevistadas não partilham da experiência da maternidade. A amplitude da idade do primeiro trabalho é relativamente diferente, oscilando entre os 12 e os 24 anos (facto largamente relacionado com as diferenças de escolaridade desta população). Também a duração da actual situação de desemprego é muito diversificada, oscilando entre os 13 e os 84 meses. Operacionalizando o objectivo já enunciado de, entre as doze entrevistas, condensar alguma diversidade no respeitante aos percursos profissionais e educativos, é possível, através da análise cruzada de ambas as variáveis, identificar dois grupos de entrevistadas. O primeiro grupo integra cinco entrevistadas que partilham do facto de deterem um nível de escolaridade igual ou superior ao nono ano de escolaridade e de terem uma experiência profissional, no âmbito do sector dos serviços, ao nível de profissões qualificadas ou semi-qualificadas. O segundo grupo integra sete das mulheres entrevistadas

que comungam de níveis de escolaridade inferiores ao nono ano de escolaridade e detêm uma experiência profissional fundamentalmente ao nível do sector industrial ou em funções pouco qualificadas do sector dos serviços.

Quadro 22 a

Síntese caracterizadora das entrevistadas

Entrevistadas	Caracterização
Alexandra (Entrevista A)	Tem 41 anos, é solteira, não tem filhos e vive com os pais. Tem o curso superior de Educadora de Infância. Começou a trabalhar com 22 anos na loja do pai. O último emprego que teve foi como Educadora de Infância, durante 1 ano. Está desempregada há 15 meses.
Beatriz (Entrevista B)	Tem 38 anos, é casada e tem 2 filhos. Frequentou o curso superior de Turismo, mas não concluiu. Começou a trabalhar com 18 anos, enquanto estudava, em regime de tempo parcial em lojas. O último emprego que teve foi como assistente de clínica dentária, durante 1 ano e meio. Está desempregada há 59 meses
Clara (Entrevista C)	Tem 49 anos, é casada e tem 3 filhos. Estudou até à 4 ^a classe e começou a trabalhar com 14 anos. Trabalhou durante 33 anos como operadora gráfica numa litografia. Está desempregada há 44 meses.
Diana (Entrevista D)	Tem 51 anos, está separada e tem 3 filhas. Estudou até à 4 ^a classe e começou a trabalhar com 12 anos. Trabalhou durante 6 anos como auxiliar de geriatria num lar que fechou, devido a irregularidades de funcionamento. Está desempregada há 18 meses.
Emília (Entrevista E)	Tem 45 anos, é casada e tem 2 filhos. Estudou até à 4 ^a classe, mas através do RVCC obteve equivalência ao 9 ^o ano. Começou a trabalhar com 13 anos. Durante 25 anos trabalhou numa fábrica de cortiça, onde contraiu uma doença profissional do foro pulmonar que a impediu de continuar com o trabalho que desempenhava. Está desempregada há 37 meses.
Fernanda (Entrevista F)	Tem 38 anos, é casada e tem 1 filho. Completou o ensino secundário e começou a trabalhar com 18 anos. O último emprego foi como empregada de escritório, durante 3 anos. Está desempregada há 72 meses.
Graça (Entrevista G)	Tem 35 anos, é casada e tem 2 filhos. Possui o 3 ^o ciclo do ensino básico através do sistema de RVCC. Começou a trabalhar com 12 anos. O último trabalho, como operadora de uma fábrica de componentes de automóveis, durou 12 anos. Está desempregada há 72 meses.

Quadro 22 b

Síntese caracterizadora das entrevistadas

Entrevistadas	Caracterização
Helena (Entrevista H)	Tem 46 anos, é casada e tem 2 filhos. Tem o 3º ciclo do ensino básico, através do sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC). Começou a trabalhar com 16 anos. Trabalhou durante 17 anos como empregada de escritório. Está desempregada há 24 meses.
Isabel (Entrevista I)	Tem 43 anos, está separada e tem 4 filhos. Tem o 6º ano de escolaridade. Começou a trabalhar com 14 anos. Esteve emigrada, mas regressou há 10 anos. O último emprego foi como repositora num hipermercado e não chegou a durar um ano. Está desempregada há 84 meses.
Joana (Entrevista J)	Tem 35 anos, é solteira e não tem filhos. Estudou até à 4ª classe e começou a trabalhar com 17 anos. Esteve sempre ligada à actividade de confecção de tapetes. O último emprego, como bordadeira de tapetes, durou 2 anos. Está desempregada há 68 meses.
Luísa (Entrevista L)	Tem 54 anos, é casada e tem 1 filho. Tem a 4ª classe e começou a trabalhar com 15 anos. O último emprego que teve foi como ajudante de cozinha, durante 6 anos. Está desempregada há 36 meses.
Maria (Entrevista M)	Tem 37 anos, é casada e tem 2 filhos. Tem o curso superior de Marketing e Comunicação. Começou a trabalhar com 24 anos, como empregada de escritório. A última experiência laboral foi como secretária de direcção e teve a duração de 8 anos. Está desempregada há 13 meses.

2. Percursos escolares e educativos: estadias de duração e apreciação diversas

No domínio dos níveis de escolaridade, nos últimos quarenta anos, a realidade portuguesa sofreu profundas mudanças (a este respeito, ver Capítulo V). A progressiva extensão da escolaridade obrigatória de quatro, para seis e, actualmente, para nove anos reflecte-se nos níveis de escolaridade das entrevistadas e necessariamente com as idades diferenciadas destas mulheres.

Quadro 23

Nível de escolaridade e ano de nascimento das entrevistadas

Nome	Ano Nascimento	Nível escolaridade
Luísa	1953	1º ciclo ensino básico
Diana	1956	1º ciclo ensino básico
Clara	1958	1º ciclo ensino básico
Helena	1961	3º ciclo ensino básico - RVCC
Emília	1962	3º ciclo ensino básico - RVCC
Isabel	1964	2º ciclo ensino básico - Telescola
Alexandra	1966	Ensino superior
Beatriz	1969	Ensino secundário
Fernanda	1969	Ensino secundário
Maria	1970	Ensino superior
Graça	1972	3º ciclo ensino básico - RVCC
Joana	1972	1º ciclo ensino básico

Com excepção de Joana, as entrevistadas com os níveis de escolaridade mais baixos, Clara, Diana e Luísa, nasceram na década de cinquenta, portanto, num momento social em que a situação mais comum consistia em estudar até à “4ª classe”. Tal como Diana e Luísa referem, na base deste curto percurso escolar encontram-se razões sociais objectivas relacionadas com a pertença social de origem. Isto é, a impossibilidade de os agregados familiares suportarem os custos inerentes ao prosseguimento de estudos, bem como o constrangimento que tal situação implicaria para o aumento dos rendimentos familiares totais. O caso de Clara encontra-se também próximo desta situação, embora a entrevistada reforce um posicionamento subjectivo de distância e recusa face à “escola”.

Excertos Entrevistas	Análise
Só fiz a quarta classe. [<i>Fez a quarta classe...</i>] Depois, ainda fui para o quinto ano que, dizia-se era a quinta classe, mas não segui. [<i>Mas, porquê?</i>] Por opção também (<i>risos</i>). Não tinha muito gosto na escola.	A falta de “gosto” pela escola
Clara, 49 anos, casada, 1º ciclo ensino básico. Eu estudei até fazer a quarta, o exame de admissão. Chama-se segundo ano ou quinto ano. (...) Quarta, mas depois há uma admissão que é para depois seguir. Eu sou lá de cima, da aldeia. [<i>Onde é que nasceu?</i>] Em Celorico de Basto. Mas, eh, eu saí da escolinha e fui servir. Com doze anos eu fui servir. [<i>E por que é que saiu? Quis sair?</i>] Porque não havia hipótese. Naquela altura havia tanta miséria. Tanta fominha que eu passei. Eu ia descalcinha para a escola. Era muito miséria. Lá, na minha aldeia, era muita miséria. Pelo menos, na minha família era muita miséria.	As condições sociais do agregado familiar de origem e a impossibilidade de prosseguir os estudos
Diana, 51 anos, divorciada, 1º ciclo ensino básico. [<i>Portanto eu deduzo que tenha desistido de estudar, não quis continua; estudar.</i>] Não, não. Não foi não querer estudar, foi as posses que não e; enhumas, todos nós fizemos só até à quarta classe. Portanto, éramos dez filhos não havia dinheiro para estudar.	
Luísa, 54 anos, casada, 1º ciclo ensino básico.	

Um pouco mais atípica é a situação de Joana, porque já nascida na década de setenta, detém igualmente o 1º ciclo do ensino básico. A entrevistada refere um conjunto de situações que consubstanciam uma condição de fracasso escolar, justificado integralmente pela ausência de capacidades cognitivas suficientes para completar com sucesso um percurso de aprendizagem formal.

Excertos Entrevistas	Análise
[<i>Estudou até à quarta classe e deixou de estudar?</i>] Não, continuei, só que eu não tenho capacidades. Põem-me um livro e eu bloqueio e desisto logo. Depois eu tomo calmantes e fico... Depois, tive muita depressão, tive internada no Hospital e acabei por desistir. (...). Então, mesmo que me quisessem explicar eu não consigo, até que saí da escola, como eu nunca passei.	O “fracasso” escolar
Joana, 35 anos, solteira, 1º ciclo ensino básico.	

A situação relatada por Isabel evidencia a centralidade que o suporte familiar poderá desempenhar na continuidade do percurso educativo. De facto, tal como as entrevistadas supramencionadas, também a conclusão da “4ª classe” foi sinónimo de uma interrupção da trajectória escolar. Contudo, pelo incentivo parental e pela existência de um meio, entretanto extinto - a Telescola – foi-lhe possível prosseguir a via educativa, completando o 2º ciclo do ensino básico.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>(...) é assim eu fiz o sexto ano, até ao sexto ano andei a estudar, fiz a quarta classe, depois tive um ano em casa, porque eu disse à minha mãe que não queria ir estudar. Depois, eu tenho uma irmã mais nova do que eu, ano e meio e eu esperei que ela completasse a quarta classe, vamos as duas fazer o sexto ano, que a minha mãe teve sempre insistência para a gente ter mais alguma coisa, não por ser obrigatório o sexto ano, só passado um ano ou dois é que a lei mudou e era necessário o sexto ano, mas a minha mãe disse: “porque é que vocês não vão fazer?” e eu disse: “Ah, vamos, vamos!”. Eu fiz o sexto ano na Telescola, não sei se sabe o que é a Telescola?</p>	<p>O incentivo familiar e o recurso à Telescola no percurso escolar</p>
<p>Isabel, 43 anos, separada, 2º ciclo ensino básico.</p>	

O 3º ciclo do ensino básico, nível de escolaridade obrigatório actual, das entrevistadas Emília, Graça e Helena é já um produto da presente situação de desemprego em que se encontram e fruto de um recente dispositivo de educação e formação, designado por Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC). O Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências destina-se a “acolher e orientar os adultos maiores de 18 anos, que não possuam o 9º ano de escolaridade²⁹, para processo de reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas ao longo da vida, tendo em vista a redução dos défices de qualificação escolar e profissional e a contribuição para a sub-certificação” (Fernandes, 2004: 16). Este sistema tem vindo a ser implementado, através da criação de uma rede de Centros de RVCC, desde Novembro de 2000 (*ibidem*).

²⁹ Situação recentemente alargada para o 12º ano de escolaridade.

Este dispositivo estrutura-se em torno de três actividades fundamentais: reconhecimento, validação e certificação de competências. O seu pressuposto base consiste na atribuição de um valor formal aos percursos de vida e às aprendizagens informais realizadas pelos sujeitos em contexto laboral, associativo, familiar etc, a partir do qual se enceta um caminho demonstrativo das competências adquiridas nas mais diversas situações de vida, que poderá ser complementado com itinerários formativos adequados a cada indivíduo. Uma vez reconhecidas, validadas e, caso seja necessário, complementadas essas competências, conclui-se o processo com a certificação formal das mesmas, que desencadeia uma equivalência a um determinado nível de ensino. De facto, observando a primeira passagem pelo sistema educativo destas entrevistadas, encontram-se níveis de escolaridade que não vão além do 2º ciclo do ensino básico.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Ehhh, ora bem, eu só fiz a quarta classe, como os meus irmãos. Naquela altura não havia possibilidades... Naquela altura, também não era obrigatório... A minha mãe não tinha possibilidades de nos trazer a estudar. Emília, 45 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	<p>Os baixos níveis de escolaridade iniciais</p>
<p>Eu comecei a trabalhar com doze (...) E, depois, tirei um curso de corte e costura e fui estudar à noite para os Carvalhos, porque eu só tinha o quinto ano e fui tirar o sexto e continuei até ao sétimo. Só que deixei uma disciplina para trás e não continuei.</p>	
<p>Graça, 35 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	
<p>[<i>E estudou até quando?</i>] Eu fiz agora, porque eram muito poucas... [<i>O que é tinha, então?</i>] Era o segundo ano, ou o sexto incompleto, não é? Mas fui agora fazer o RVCC e fiz com sucesso à primeira. Passei do quinto, digamos, para o nono.</p>	
<p>Helena, 46 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	

É na actual situação de desemprego que experienciam que as três entrevistadas retomaram, através do RVCC, o respectivo percurso escolar, concluindo, assim, uma certificação escolar formal equivalente ao 3º ciclo do ensino básico.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>(...) Eu tava desempregada, não é? E não tava a encontrar e uma vez liguei-me a doutora da junta, que tinha o meu nome e assim e que sabia que tava pelo fundo de desemprego e a perguntar-me se eu não queria fazer o nono ano. Eu até me ri, na altura.</p>	
<p>Emília, 45 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	<p>A situação de</p>
<p>Depois, fiquei no fundo de desemprego. Tive direito. Fiquei em casa dois anos sem trabalhar. (...) Mas, depois, nesses anos, também tirei o RVCC.</p>	<p>desemprego e o</p>
<p>Graça, 35 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	<p>retomar do</p>
<p>[<i>Quem é que lhe sugeriu fazer o RVCC?</i>] Ninguém, fui eu por iniciativa. Eu é que fui pedir, eu é que pedi. Agora, creio que chamam quem está desempregado, mas isto foi vá lá, eu vi que não podia e eu queria mais.</p>	<p>percurso escolar</p>
<p>Helena, 46 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	

A motivação central para enveredar pelo processo de RVCC prende-se, no caso de Graça e de Helena, com a necessidade percebida de se apresentarem no mercado de trabalho dotadas de maiores qualificações escolares. Assim, é o aumento das possibilidades de reinserção profissional que conduziu essas entrevistadas ao dispositivo de RVCC. Já, no caso de Emília, a principal causa parece ser do foro intersubjectivo. A entrevistada refere a situação de, não obstante as suas baixas qualificações escolares, auxiliar e acompanhar os filhos nas suas incumbências escolares. O exercício capaz desse acompanhamento pedagógico informal semeia, de alguma forma, a crença na possibilidade de dar seguimento a um trajecto educativo que origine um reconhecimento formal externo inexistente, mas possível, legítimo e desejado pela própria entrevistada. Estas situações encontram-se em consonância com os dados obtidos através do inquérito realizado aos adultos certificados, sobre os motivos invocados para a participação no processo de RVCC. De facto, a principal razão apontada pelos inquiridos em situação de desemprego é “o reforço da sua capacidade em se empregar” (71,1%), seguindo-se o “desejo de valorização/realização pessoal” (51,9%) (Fernandes, 2007: 25).

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Mas, eu pus-me assim a pensar e mesmo com os meus filhos, com os deveres de casa, fui sempre eu que ajudei. Às vezes, eles iam ter com o pai e ele dizia sempre: ah vai lá ver isso com a tua mãe que ela é que sabe. E prontos, também gostava de ter mais um bocadinho de escolaridade, não é?</p>	<p>Transformação positiva do auto-conceito</p>
<p>Emília, 45 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	
<p>Tinha mais hipóteses de arranjar emprego. Mesmo com o nono ano, tenho mais hipóteses de arranjar emprego, do que com o sexto. Agora, no <i>placard</i> vejo décimo segundo! Décimo segundo...</p>	
<p>Graça, 35 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	
<p>Quando me disseram que com as minhas habilitações que ia ser difícil. Eu claro, sei muito bem que há as habilitações mínimas, então, comecei a pensar, eu não posso parar. Para mim, parar é morrer e fui assim, bem deixa-me lá ver se consigo habilitações superiores, é mais um bocadinho. Embora, não sejam muitas mas sempre há mais uma possibilidade que fica no ar.</p>	<p>Incremento das possibilidades de inserção profissional</p>
<p>Helena, 46 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	

O projecto de retomar o percurso escolar encontrou, no caso de Emília e de Graça, objecções familiares, protagonizadas pelos respectivos cônjuges. Emília refere apenas a recepção jocosa e a oposição nominal que a comunicação da sua decisão gerou. Por seu turno, Graça expande-se um pouco mais na interpretação e justificação do antagonismo evidenciado pelo seu cônjuge. Neste caso, a progressão escolar é encarada como uma evolução que poderá equivaler a um distanciamento e autonomização face ao reduto conjugal. Depreende-se pelo discurso da entrevistada que a sua decisão terá sido submetida a uma argumentação e, não tendo resultado da troca de argumentos uma mudança de opinião, foi objecto de algumas sanções, que a entrevistada exemplifica, através da proibição do uso do veículo automóvel, objecto que curiosamente também condensa o simbolismo da autonomia e mobilidade geográfica e social.

Excertos Entrevistas	Análise
Depois, falei ao meu marido e ele disse, oh, agora depois de velha é que vais para a escola (<i>risos</i>). Ele não queria que eu fosse.	Jocosa objecção conjugal
Emília, 45 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC). O meu marido não gostava muito dessa ideia. [<i>Então porquê?</i>] Porque não (<i>risos</i>). Não queria. Para ele, o fundamental era eu trabalhar com ele, só que eu não... [<i>Ai ele não queria que tirasse o RVCC?</i>] Não, nem o curso de informática. Eu tirei tudo, mas ainda tive bastantes problemas acerca disso. (...) Ele não queria, porque é assim, eu, ao tirar isso estou a ter mais motivos para ir para outros sítios e ele não quer. (...) ele é uma pessoa que quer que eu esteja fechada ou com ele. Ele não quer que eu evolua muito. Aliás, eu tive muitos problemas quando tirei o curso de informática. Quando era o curso de informática, meu Deus, ele até o carro me tirava.	A oposição e o sancionamento conjugal da decisão
Graça, 35 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).	

O processo de RVCC é avaliado pelas três entrevistadas como uma experiência positiva. Não obstante, Emília e Graça, recordam e relatam alguns dos sacrifícios pessoais que tiveram de realizar para concluir os objectivos a que se haviam proposto e que não haviam colhido apoio conjugal. Enquanto o processo de RVCC decorreu, as entrevistadas teriam de cumprir com as tarefas que habitualmente desempenhavam, do foro doméstico e familiar, daí que a execução dos trabalhos inerentes ao processo ficassem relegados para horas nocturnas, presume-se que em detrimento do tempo pessoal de repouso e descanso.

Excertos Entrevistas	Análise
Mas, eu até fiquei assim com medo, porque eles falavam de computadores e não sabia mexer em nada. (...) E gostei muito, a gente escreve a nossa história de vida, não é? [<i>Foi uma boa experiência?</i>] Ah, foi, foi. Mas, foi custoso, porque eu tinha a lida da casa, não é? E, depois as coisas do quintal. E ia às aulas e assim. Mas, o pior eram os trabalhos que a gente tinha que fazer. Eu não tinha computador e ia, depois de jantar e de deixar as minhas coisas prontas, para casa de uma sobrinha minha, coitadita! E ficava lá, até à meia-noite e mais.	Fazer crescer o tempo: a adequação do quotidiano a um novo estatuto: “ser estudante”
Emília, 45 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).	

[Onde é que arranjava tempo para estudar?] Quando eles estavam a dormir. Sempre. Não podia estudar quando eles estavam acordados, porque com eles não dá. Nem eu conseguia ir para o computador com eles. Não fazia nada, porque um queria colo e o outro também queria colo e o computador era uma novidade (...). (Risos) Pois, para eles, coitadinhos, eles queriam ver aquilo a funcionar. Era um numa perna e outro na outra, “pronto, a mãe desliga”, e desligava. Quando eles iam para a cama, às vezes, eram três da manhã e eu ainda estava a fazer os trabalhos e isso.

Graça, 35 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).

A avaliação dos contributos da participação no processo de RVCC prende-se com dimensões pessoais e interpessoais de carácter subjectivo. Helena refere justamente a dimensão convival inerente a esse percurso, associando-o a uma recuperação de um certo ânimo que admitia ter perdido. Também esta opinião se encontra em consonância com as conclusões decorrentes do estudo do impacto destes processos que apontam a diminuição do desencorajamento na aproximação ao mercado de trabalho, como um dos efeitos benéficos entre os participantes deste processo (cf. Fernandes, 2007: 9). Refira-se, contudo, que a situação de desempregada, não se alterou para nenhuma destas entrevistadas o que, mais uma vez, também vai ao encontro dos estudos de impacto de RVCC existentes, isto é, não se registam alterações do foro da inserção profissional entre os participantes desempregados.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Depois, fui tirar o RVCC e comecei assim já a levantar mais um pouquinho a cabeça. Comecei a conhecer outras pessoas e fazer convívio, que faz bem. O convívio faz bem, estava habituada a falar para o cliente e eu gostava, eu gosto de lidar com pessoas. A lidar com os clientes, com os colegas e tal. Comecei, então, a encontrar isso no RVCC. Então, já não estou tanto no fundo... Sinto-me já mais...Sei lá, mais activa, já um bocadinho mais entre a turma novamente.</p>	<p>Diminuição do desencorajamento</p>
<p>Helena, 46 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	

Se os casos anteriormente apresentados configuram situações de sucesso do dispositivo de RVCC, verificam-se igualmente posições de recusa em reingressar em percursos educativos, patente nos discursos das entrevistadas Clara e Luísa. Talvez tal situação se justifique pelo facto de o fundamento primordial invocado pelos participantes no processo de RVCC se relacionar com incremento das possibilidades de inserção profissional e essas entrevistadas, como se verá mais adiante, não acalentarem de um modo muito sustentado a crença nesse desígnio.

Excertos Entrevistas	Análise
[Então, a Luísa acha que é muito velha para ir estudar?] Ah, sou, com cinquenta e quatro anos não vou agora estudar, ui, nem pensar. A minha filha queria que eu fosse tirar a carta e eu nem vou tirar a carta.	A idade como fundamento da recusa do prosseguimento de estudos
Luísa, 54 anos, casada, 1º ciclo ensino básico.	
[A ideia de voltar a estudar, de facto, não lhe agrada?] (Risos) Não. É muito difícil para mim. Por que eu sou uma pessoa que nem gosto muito de ler. Não leio muito. Oxalá que os meus filhos não saiam a mim (Risos).	
Clara, 49 anos, casada, 1º ciclo ensino básico.	

Os casos de Beatriz e Alexandra, detentoras do ensino secundário e ensino superior, respectivamente, parecem ilustrar duas posturas distintas face aos percursos educativos. Beatriz ingressa no ensino superior, mas não conclui esse nível de ensino, porque não vislumbra uma inserção profissional diferenciada, neste sentido, aparece como claro no discurso da entrevistada a necessidade das opções individuais, em contexto de trajectória educativa, se adequarem às saídas profissionais e às necessidades do mercado de trabalho.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Frequentei o Instituto Superior de Turismo, IspGaya. Frequentei o primeiro e o segundo ano. (...) Eu sei que há pessoas que me criticam, de eu, de facto, ter abandonado o meu curso, mas eu abandonei porque vi outros horizontes. (...), mas não fiquei arrependida, porque eu vejo as minhas colegas, que tiraram o meu curso, há dois que estão muito bem, o resto estão a trabalhar em coisas que não têm nada a ver. Portanto, (...), mesmo hoje, se eu acabar o meu curso as áreas são precárias, porque não tem saída. Por isso, a pessoa não pode ir por aí.</p>	<p>A subordinação do percurso educativo às saídas profissionais</p>
<p>Beatriz, 38 anos, casada, ensino secundário.</p>	

Por seu turno, Alexandra protagoniza uma trajectória educativa irregular, pontuada por interrupções e algumas situações de insucesso, mas atribui a essa dimensão um forte valor intersubjectivo de realização pessoal e vocacional, presente no discurso que produz sobre o caminho educativo trilhado e sobre a possibilidade de reingressar no sistema educativo, com vista à obtenção de um diploma de mestrado.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Eu tive dificuldades, nos estudos, em concentrar-me e essa história. (...) Eu, portanto reprovei no sexto ano. No que agora é o sexto ano. E eu, eh, fui, fui, fui, trabalhar já com o meu pai. (...) Então, voltei novamente a estudar. (...) E, depois fui para o Instituto Piaget. Foi aí que eu tirei o curso de educadora de infância. [(...) <i>Era assim um sonho? Foi uma coisa que surgiu por acaso?</i>] (<i>Risos</i>) Não, eu desde pequena que gostava de ser professora e fui, eh, educadora. E foi, porque eu o escolhi como primeira opção.(...) Fazer um mestrado, eu até era capaz. Aliás, até já me informei no Piaget, na Escola Superior de Educação e, agora, com Bolonha, portanto, nós tínhamos quatro anos e dois são iguais, por isso até há a possibilidade de ter equivalências. Mas, não sei...</p>	<p>A trajectória educativa como via de concretização pessoal e vocacional</p>
<p>Alexandra, 41 anos, solteira, ensino superior.</p>	

Em síntese, através da análise do discurso produzido pelas doze entrevistadas é possível perceber, em termos objectivos, uma forte diversidade dos níveis de escolaridade detidos, mas, sobretudo, evidenciar uma dimensão mais subjectiva sobre o valor que cada uma

delas atribui a essa trajectória. É também em função destes posicionamentos que se julga ser possível compreender de uma forma mais alicerçada as posturas e atitudes patentes noutras dimensões de vida, analisadas subsequentemente.

3. Caracterização dos percursos profissionais das entrevistadas

A compreensão da actual situação de desemprego, nas dimensões a que este trabalho se propõe, repousa também sobre o conhecimento da configuração dos percursos profissionais das entrevistadas. De acordo com o que foi definido no domínio das linhas orientadoras da investigação, esta esfera de vida poderá constituir um importante contributo para a constituição do nexos compreensivo que permita aferir da dimensão, relevância e impacto individual da experiência de desemprego partilhada pela população em análise.

Neste ponto, através da análise das transcrições das entrevistas realizadas, encetou-se a reconstituição e o estudo dos doze percursos profissionais recolhidos. Para este efeito, à luz da recomposição cronológica dos respectivos itinerários, privilegiou-se a selecção de informações que permitissem traçar os caminhos profissionais trilhados. Isto é, identificar o marco cronológico (a idade referida ou estimada das entrevistadas) associado a um primeiro trabalho, expondo de um modo sucinto em que consistiria esse trabalho e o contexto em que a transição laboral ocorreu. Aqui, a estratégia de redacção da análise passa, num primeiro momento, por apresentar e caracterizar o contexto primordial de inserção profissional das entrevistadas. Seguidamente, descrever de uma forma sintética os possíveis padrões de percursos profissionais encontrados, descortinando, assim, pontos de contacto entre as narrativas individuais. Finalmente, procede-se à apresentação e análise mais detalhada do último emprego das entrevistadas, isto é, da situação laboral anterior à actual situação de desemprego. Ao contrário do ponto anterior, em que apenas se pretendia cartografar os percursos profissionais, aqui interessa abordar e caracterizar de um modo

mais detalhado o registo profissional imediatamente anterior à actual situação de desemprego.

3.1. *Pontos de partida: caracterização da localização cronológica do primeiro trabalho*

A análise do percurso laboral inicia-se com o primeiro trabalho identificado pelas entrevistadas. Refere-se aqui “trabalho” e não “emprego”, porque intencionalmente se pretende abarcar as actividades de cariz informal que habitualmente acompanham inserções profissionais precoces. Contudo, nem sempre a percepção subjectiva das entrevistadas coincide com a definição que aqui se adopta. Em algumas situações, verifica-se que, perante a questão relativa ao início da actividade laboral, as entrevistadas parecem ter incorporado a data da actividade profissional formal, como a génese da sua actividade profissional. De facto, em algumas situações, emerge como central o acto de “fazer descontos” como marco do início da actividade profissional, desvalorizando-se as actividades desempenhadas até então como verdadeiro exercício laboral. Essa situação parece estar relacionada com o carácter predominantemente informal e, em muitos casos, com o prolongamento de actividades de cariz predominantemente doméstico, como é o caso de “ir servir para casas de senhoras”. Noutra situação, o que se verifica, ainda durante os primeiros anos de frequência escolar, é a prática de conciliar a escola com actividades profissionais em que toda a família participa, constituindo uma prática disseminada e aceite na comunidade onde as entrevistadas se inserem.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>[<i>Começou a trabalhar com quinze anos, portanto?</i>] Quinze nessa casa, porque já tinha trabalhado noutras. [<i>Já tinha trabalhado noutras casas...</i>] Mas a descontar e essas coisas foi nessa casa. [<i>E antes de começar a descontar, como é que foi?</i>] Era numa costura, assim, coisas, pronto.</p>	<p>O acto de “fazer descontos” como marco cronológico do início da actividade laboral</p>
<p>Clara, 49 anos, casada, 1º ciclo ensino básico</p>	
<p>Eu comecei a trabalhar com doze, mas não fazia os descontos, só ajudava.</p>	
<p>Graça, 35 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	

Eu comecei a trabalhar muito novinha. Tinha dezasseis anos quando comecei a trabalhar. Trabalhei numa fábrica treze anos. [*Antes disso, estava na escola?*] Não, não estava. (...) Com doze anos eu fui servir. (...) Porque eles vinham buscar estas meninas para ir trabalhar para as casas, internas, pronto, ficar lá. E, eu na altura fui para Guimarães trabalhar, com doze anos.

A distinção entre “ir servir” e “ir trabalhar”

Diana, 51 anos, divorciada, 1º ciclo ensino básico

Eu trabalhava, eh, andava numa escola e trabalhava, nas flores. (...) O trabalho, depois de sair da escola era, às vezes, acabava era meia-noite ou mais. (...) Não, eu só tinha a quarta classe. Eu saí da quarta classe e fui para as flores artificiais.

A precoce sobreposição de actividades: trabalhar e estudar

Emília, 45 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC)

O desenho do percurso profissional das entrevistadas inicia-se, então, com a data do primeiro trabalho. Neste sentido, regista-se uma amplitude que varia entre os doze e os vinte e quatro anos na idade em que as entrevistadas começaram a trabalhar. Tal como seria de esperar, encontra-se fortemente associada a esta amplitude a idade em que as entrevistadas deixaram de estudar, bem como as diferenças de idade que existem entre elas.

Quadro 24

Distribuição das entrevistadas por idade do primeiro trabalho

Entrevistadas	Clara						
	Diana						
	Emília				Joana	Beatriz	
	Graça	Luísa	Isabel	Helena	Fernanda	Maria	Alexandra
Idade	12	13	14	16	18	24	N/D

Os perfis de inserção profissional das entrevistadas tendem a diversificar-se, nomeadamente, em função dos níveis de escolaridade e da situação familiar de origem. Em consonância com o Quadro 24, os casos de Isabel e Luísa configuram uma inauguração da actividade laboral que se caracteriza pela informalidade e precariedade, associadas ao reduto doméstico (situação já observada no caso de Diana). A inserção profissional dá-se

assim por força dos contactos e conhecimentos da rede social e familiar de origem não originando uma formalização contratual de relação de trabalho que se estabelece. Nestes casos, a natureza da actividade é ainda associada ao contexto doméstico e a actividades habitualmente classificadas de “femininas”, designadamente, assistência e cuidado de crianças e limpeza e manutenção da habitação. Nos casos de Clara, Graça e Emília o padrão informal e precário mantém, mas a natureza das actividades desempenhadas é distinta, localizando-se ao nível manufactureiro em contexto fabril.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Nessa altura estava um bocado indecisa e disse: “Oh não quero, decidi não querer mais!”, depois a minha mãe disse se não queres tens de fazer alguma coisa e então começou por me arranjar a tomar conta de crianças, eu trabalhava na casa das pessoas, não na minha casa, por isso fui tomar conta de crianças de professores, de doutoras.</p>	<p>A primeira inserção profissional informal, precária e de cariz doméstico</p>
<p>Isabel, 43 anos, separada, 2º ciclo ensino básico</p>	
<p>O primeiro emprego foi empregada de uma casa particular, onde tomava conta de uma criança.</p>	
<p>Luísa, 54 anos, casada, 1º ciclo ensino básico</p>	

Os casos de Beatriz e Fernanda, ambas com trinta e oito anos e ensino secundário, configuram um outro tipo de primordial inserção profissional. Nestes casos, o contacto com o mundo de trabalho ocorre em paralelo ao percurso educativo que protagonizam e, neste sentido, unicamente a tempo a parcial. Simultaneamente, este primeiro contacto rapidamente se diversifica, porque os “pequenos trabalhos” ora se acumulam, ora se sucedem, ora se extinguem.

Excertos Entrevistas	Análise
Eu comecei, ehh, nem era bem trabalhar, era fazer tipo <i>part-times</i> , quando eu estava a estudar. Tinha dezassete, dezoito anos e fazia nas lojas, para ganhar mais uns tostões, não é?	O início da actividade laboral plural, parcial e paralela ao percurso educativo
Beatriz, 38 anos, casada, ensino secundário	
[<i>Empresária agrícola?</i>] Sim, na área do Douro, por herança familiar. Entretanto, estava no décimo segundo e acumulei como empresária agrícola, por dificuldades financeiras. (...) Eu fui acumulando essa actividade com outras do género, arquivista. Trabalhei no I, mas fui acumulando sempre com a actividade agrícola até aos vinte e nove anos.	
Fernanda, 38 anos, casada, ensino secundário.	

O caso de Alexandra encontra-se próximo das situações de Beatriz e Fernanda, porque também ela acumula o percurso educativo com o exercício profissional. Porém, como esta actividade é desempenhada no seio de um empreendimento familiar, gera-se, neste caso uma diluição de uma idade precisa em que a inserção profissional ocorreu.

Excertos Entrevistas	Análise
O meu pai tem uma empresa. Não é muito grande, mas é uma pequena empresa. E eu fui trabalhar com ele, ajudar, uma vez que tinha, ehh, pronto que não tinha conseguido continuar a estudar.	O diluído início da actividade profissional, por via da inserção laboral familiar
(...) Exacto, eu ia ajudando e estudando. Só tinha aulas, como era externato, só tinha de manhã, saía à uma e meia. Depois, de tarde, como o meu pai, trabalhava, não é, eu ia ajudá-lo.	
Alexandra, 41 anos, solteira, ensino superior	

Um outro padrão de inserção profissional é protagonizado por Helena que se inicia com uma actividade profissional cujo vínculo se encontra formalmente estabilizado, sob a forma de contrato. Adicionalmente, esta primeira experiência é igualmente acompanhada por uma progressão profissional que irá marcar o padrão da transição profissional realizada.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>[<i>Helena com que idade é que começou a trabalhar?</i>] Com dezassete anos hummm, dezasseis. (...) Inicialmente, fui para uma fábrica de botões, para o fabrico. Mas, pouco tempo depois, comecei a desempenhar as duas funções que eles acharam, os patrões. Passei para um serviço que era de vendedores, fazer colecções, ainda na fábrica digamos, na fábrica, no fabrico, mas um bocadinho já assim num escritóriozinho à parte. (...) Trabalhei lá sete anos, por isso temos que fazer bem as contas e só me vim embora porque fechou.</p>	<p>A primeira experiência de trabalho associada à progressão profissional</p>
<p>Helena, 46 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC)</p>	

Próximo do padrão de inserção profissional de Helena encontra-se o início do percurso de Maria. Contudo, os níveis de escolaridade muito distintos introduzem aqui um importante factor de diferenciação. Assim, Helena, tendo completado apenas o 1º ciclo do ensino básico, inicia a sua actividade profissional em contexto fabril, num registo operário e progride profissionalmente para a vertente comercial e administrativa, protagonizando, assim, uma trajectória profissional ascendente. Por seu turno, Maria conclui o curso de ensino superior, na área do Marketing, Comunicação e Relações Públicas, para, então, dar início à sua carreira na área económica dos serviços.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>(...) eu comecei a trabalhar com, ehh, vinte e, ehh, vinte e quatro anos. (...) fiquei a trabalhar numa... numa firma de... aquilo era publicidade, mas de listas telefónicas, como administrativa. Era administrativa, entretanto, fazia um bocado da parte administrativa e do contacto com os clientes.</p>	<p>Início de carreira</p>
<p>Maria, 37 anos, casada, ensino superior</p>	

Como seria de esperar, o ponto de partida, isto é, o primeiro trabalho desempenhado pelas entrevistadas tende a diferenciar-se em função da idade de cada uma delas e concomitantemente dos respectivos níveis de escolaridade. As inserções profissionais precoces tendem a ser protagonizadas pelas entrevistadas mais velhas e menos escolarizadas.

3.2. Esboço de uma cartografia de percursos profissionais

Com o objectivo de ancorar as narrativas das entrevistadas no seio da sua experiência profissional, procurou-se reconstituir cronologicamente as respectivas trajectórias profissionais individuais e, sempre que possível, agregá-las, buscando, assim, a configuração de possíveis tipologias. Note-se que este trabalho de reorganização das actividades profissionais acoplado a uma dimensão cronológica, decorre de uma análise transversal das entrevistas, porque raramente se verificava possível aceder a esta informação através uma resposta imediata e sistematizada. Simultaneamente, sabe-se que apenas por comodidade analítica se aborda a esfera profissional de uma forma isolada das restantes dimensões de vida das entrevistadas. Na prática, nenhuma dessas facetas vivenciais respira isoladamente, razão pela qual se inclui, neste mapeamento, os restantes eventos referidos pelas entrevistadas e passíveis de influenciarem decisivamente o trajecto profissional.

Na origem dos percursos profissionais de Tipo I encontram-se graus de escolaridade muito baixos, ao nível do 1º e 2º ciclo do ensino básico (exceptuando Graça que, através do processo de RVCC, e durante a actual experiência de desemprego, completou o 3º ciclo do ensino básico), com uma correspondente inserção profissional precoce, rondando idades compreendidas entre os 11 e os 15 anos. A inserção profissional neste tipo de percurso ocorre invariavelmente em contextos de produção fabril. No caso dos percursos profissionais de Tipo I-A, registam-se ocupações profissionais de execução, estandardizadas e rotinizadas, caracterizando-se ainda pela existência vínculos laborais estáveis que originam estadias de longa duração o seio da mesma entidade patronal (entre 25 a 31 anos).

Percurso Profissional Tipo I-A: Executante em sector secundário de longa duração

Clara, 49 anos, casada, 1º ciclo ensino básico					
Eventos	Conclui 1º CEB	1º trabalho (atelier costura)	2º trabalho (litografia)	Despedimento (mútuo acordo)	Desemprego
Idade	11	12	16	47	49
Tempo de trabalho 35 anos		4 anos	31 anos		
Tempo de desemprego 2 anos				2 anos	

Emília, 45 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC)					
Eventos	Conclui 1º CEB	1º trabalho (produção flores artificiais)	2º trabalho (operária)	Fim 2º trabalho (doença profissional)	Desemprego
Idade	11	12	16	41	45
Tempo trabalho 29 anos		4 anos	25 anos		
Tempo desemprego 3 anos				3 anos	

O Percurso Profissional de Tipo I-B distingue-se do anterior pelo critério da duração do vínculo laboral. Assim, na origem da trajectória laboral de Graça encontram-se experiências profissionais de curta duração a que se segue a última, de média duração (12 anos).

Percurso Profissional Tipo I-B: Executante em sector secundário de média duração

Graça, 35 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC)							
Eventos	Conclui 1º CEB	1º trabalho (operária)	2º trabalho (operária)	Curso de formação	3º trabalho operária	Despedimento (mútuo acordo)	Desemprego
Idade	11	12	14	16	17	29	35
Tempo trabalho 16 anos		2 anos	2 anos		12 anos		
Tempo desemprego 6 anos						6 anos	

No que respeita ao Percurso Profissional de Tipo I-C verifica-se uma elevada rotatividade entre os vários trabalhos desempenhados que, sendo sempre no mesmo sector de actividade, se caracterizam por vínculos contratuais instáveis e de curta duração, consubstanciados em contratos de trabalho a termo certo.

Percurso Profissional Tipo I-C: Executante em sector secundário de curta duração

Joana, 35 anos, solteira, 1º ciclo ensino básico.						
Eventos	Abandona a escola tendo concluído 1º ciclo EB	Começa a trabalhar (bordadeira)	Transita entre empresas	Fim do último de contrato	Trabalha em casa	Desemprego
Idade	15	16	N/D	29	30	35
Tempo de trabalho 14 anos	14 anos					
Tempo de desemprego 5 anos						5 anos

Os Percursos Profissionais de Tipo II assemelham-se até um determinado ponto dos de Tipo I. De facto, também aqui se constata a existência baixos níveis de escolaridade e uma precoce inserção profissional em contexto fabril e desempenhando funções operárias de execução padronizada. Atendendo às idades das entrevistadas, compreende-se que, tal como no Percurso Profissional de Tipo I-A e B, se verifiquem igualmente experiências laborais de longa e média duração. Contudo, este Percurso Profissional distingue-se pelo facto de incorporar uma experiência de desemprego prévia à actual. É a partir dessa primeira experiência de desemprego que se desenvolve uma segunda fase da trajectória laboral em contextos produtivos distintos dos anteriores.

Percurso Profissional Tipo II:

Executante em sector secundário de média e longa duração com reconversão

Luísa, 54 anos, casada, 1º ciclo ensino básico								
Eventos	Conclui 1º CEB	Empregada doméstica	Empregada fabril (cortiça)	Empregada fabril (têxtil)	Despedimento	Ajudante de cozinha	Despedimento	Desemprego
Idade	12	13	15	20	43	46	51	54
Tempo trabalho 35 anos	2 anos		5 anos	23 anos		5 anos		
Tempo Desemprego 6 anos					3 anos		3 anos	

Diana, 51 anos, divorciada, 1º ciclo ensino básico									
Eventos	Conclui 1º CEB	1º trabalho ("servir")	2º trabalho (operária)	Desemprego	3º trabalho ("andar aos dias")	4º trabalho (cuidar idoso)	5º trabalho (cuidar idosos em lar)	Fecho Lar	Desemprego
Idade	11	12	16	29	31	39	43	50	51
Tempo trabalho 36 anos	4 anos		13 anos		8 anos	4 anos	7 anos		
Tempo desemprego 4 anos				3 anos				1 ano	

O Percurso Profissional de Tipo III tem a particularidade de incorporar a dimensão da progressão profissional no seio do sector secundário. A integração profissional original encontra-se próxima da descrita para o percurso profissional de Tipo I, contudo, ao contrário dessa, não estagna num registo mono-funcional e desenvolve-se para outras actividades, nomeadamente de cariz administrativo que influenciarão as restantes experiências laborais e, como se verá adiante, as próprias expectativas de quem a protagoniza.

Percurso Profissional Tipo III:

Executante semi-qualificado em sector secundário de longa duração

Helena, 46 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).						
Eventos	Conclui 2º CEB	1º trabalho (operária e administrativa)	Desemprego	2º trabalho administrativa	Falência	Desemprego
Idade	15	16	23	26	44	46
Tempo de trabalho 25 anos	7 anos			18 anos		
Tempo de desemprego 5 anos			3 anos		2 anos	

Os Percursos Profissionais de Tipo IV têm como protagonistas mulheres com o ensino secundário, cuja trajectória decorreu sempre em actividades típicas do sector terciário (comércio, atendimento a público, vendas). Verifica-se, por comparação aos Percursos Profissionais de Tipo I e II, uma elevada rotatividade entre trabalhos e entidades patronais, consubstanciada em vínculos laborais frágeis e de curta duração.

Percurso Profissional Tipo IV: Executante em sector terciário de curta duração

Beatriz, 38 anos, casada, ensino secundário								
Eventos	Conclui ensino secundário	Trabalha e estuda	Emigra e trabalha	Regressa e trabalha	Engravidada e cessa contrato	Trabalha	Engravidada e cessa contrato	Desemprego
Idade	17	18	25	28	29	31	33	38
Tempo de trabalho 13 anos		7 anos	3 anos	1 ano		2 anos		
Tempo de desemprego 7 anos					2 anos		5 anos	

Percurso Profissional Tipo IV: Executante em sector terciário de curta duração (cont.)

Fernanda, 38 anos, casada, ensino secundário								
Eventos	Conclui Ensino Secundário	1º trabalho (empresária agrícola)	2º trabalho	3º trabalho	4º, 5º, 6º trabalhos	7º trabalho	Falência	Desemprego
Idade	18	18	23	27	28	29	32	38
Tempo de trabalho 13 anos	10 anos					3 anos		
Tempo desemprego 6 anos							6 anos	

Alexandra e Maria inserem-se num Percurso Profissional de Tipo V. A escolaridade ao nível do ensino superior fundamenta uma inserção profissional qualificada e semi-qualificada, contudo não isenta estes percursos dos vínculos contratuais frágeis e de curta e média duração.

Percurso Profissional Tipo V

Qualificado e semi-qualificado em sector terciário de curta duração

Alexandra, 41 anos, solteira, ensino superior					
Eventos	Conclui 2º CEB	Trabalha com o pai e estuda	Conclui Ensino Superior Educadora Infância	Fim contrato	Desemprego
Idade	16	17	37	39	41
Tempo de trabalho 12 anos	10 anos		2 anos		
Tempo de desemprego 2 anos				2 anos	

Maria, 37 anos, casada, ensino superior						
Eventos	Conclui curso superior	1º trabalho administrativa	Fim do contrato 1º filho	2º trabalho Secretária Direcção	Início do período de desemprego	Desemprego
Idade	23	24	27	28	36	37
Tempo trabalho 11 anos	3 anos			8 anos		
Tempo desemprego 2 anos			1 ano		13 meses	

Finalmente, o Percurso Profissional de Tipo VI caracteriza-se justamente pela quase inexistência de eventos laborais que justifiquem essa denominação. Regista-se aqui um período temporal de desemprego/inactividade superior ao tempo de trabalho. Acresce a esta situação o facto de actividades profissionais desempenhadas serem desqualificadas e muito esporádicas.

Percurso Profissional Tipo VI: Difuso, desqualificado e intermitente

Isabel, 43 anos, separada, 2º ciclo ensino básico.										
Eventos	Conclui 2º CEB	1º trabalho (cuidar de crianças)	Casamento e maternidade	Emigra; 2º trabalho (porteira)	Regresso e Desemprego	Ingressa em formação	3ª Trabalho (Repositora)	Desemprego	Segurança Social (RMG)	Segurança Social (RSI)
Idade	13	14	19	23	26	30	32	32	35	43
Tempo de trabalho 9 anos		5anos		3 anos			>1ano			
Tempo desemprego 19 anos			4anos		4 anos				11 anos	

A análise dos percursos profissionais das entrevistadas permitiu esboçar uma tipologia que se organiza de acordo com o sector de actividade em que as entrevistadas exerceram a sua actividade profissional, o tipo de função exercida e a duração do vínculo laboral estabelecido. De acordo com estes critérios, é possível distinguir seis tipos de percursos profissionais. Retendo o critério do sector de actividade, no âmbito do sector secundário é possível distinguir percursos que passam pelo exercício de funções de execução (distinguindo-se vínculos de curta, média e longa duração) e funções qualificadas e semi-qualificadas, bem como as trajectórias que englobam a primeira configuração, mas cujos trajectos profissionais se reconvertem em domínios profissionais distintos. No seio das tipologias do sector terciário ou de serviços, predominam os vínculos contratuais de curta duração, associados a funções de execução ou a profissões qualificadas e semi-

qualificadas. Finalmente, a última tipologia diz respeito a um trajecto profissional difuso, desqualificado e intermitente.

3.3. A última paragem: caracterização da situação profissional prévia à actual condição de desemprego

A caracterização da situação profissional prévia à actual condição de desemprego das entrevistadas revela-se importante, porque, permitindo aferir da diversidade de cenários profissionais, ancorados em percurso profissionais também distintos, possibilita aceder ao universo signficacional do trabalho em cada uma das narrativas.

Em termos mais objectivos, verifica-se que a derradeira experiência profissional se distribui pela actividade económica industrial (sector alimentar, têxtil, cortiça, edição e impressão e componentes de automóveis) e pela actividade terciária (educação, saúde, acção social, restauração, imobiliário e comércio). A amplitude da duração desta última passagem pelo mercado de trabalho é bastante grande: variando entre um período inferior a um ano (caso da Isabel) até trinta e um anos (caso da Clara). Na origem da actual situação de desemprego encontram-se fundamentalmente duas situações: a caducidade e não renovação do contrato de trabalho, originando a categoria “fim de trabalho não permanente” e as situações de fecho, falência ou reestruturação da organização patronal, fundamentando as categorias “despedimento” e “despedimento por mútuo acordo”.

Quadro 25

Caracterização da última situação profissional das entrevistadas

Nome	Actividade Económica	Profissão	Duração	Motivo Desemprego
Alexandra	Colégio/Jardim de Infância	Educadora de Infância	1 ano	Fim de trabalho não permanente
Beatriz	Consultório médico	Recepcionista	2 anos	Fim de trabalho não permanente
Clara	Litografia	Operadora de cartonagem	31 anos	Despedimento por mútuo acordo
Diana	Lar de idosos	Ajudante de lar	7 anos	Fecho/Despedimento
Emília	Fábrica de cortiça	Operadora de produção	25 anos	Despedimento por mútuo acordo
Fernanda	Imobiliária	Empregada de escritório	3 anos	Fecho/Despedimento
Graça	Fábrica componentes automóveis	Operadora de produção	12 anos	Despedimento por mútuo acordo
Helena	Fábrica de bebidas	Empregada de escritório	18 anos	Fecho/Despedimento
Isabel	Hipermercado	Repositora	> 1 ano	Fim de trabalho não permanente
Joana	Fábrica têxtil	Bordadeira	1 ano	Fim de trabalho não permanente
Luísa	Restaurante	Ajudante de cozinha	5 anos	Fecho/Despedimento
Maria	Clínica médica	Secretária de direcção	8 anos	Fecho/Despedimento

É também por referência às condições objectivas da última situação profissional que as entrevistadas produzem considerações de ordem intersubjectiva sobre as razões das suas satisfações e descontentamentos face ao último trabalho e se pronunciam sobre a importância da esfera de vida “trabalho”, emergindo valorizações distintas sobre as diversas dimensões em que este se poderá decompor.

No que concerne à satisfação com o último trabalho, é possível identificar graus e tipos de satisfação distintos. Alexandra reporta-se a uma inserção profissional de curta duração, mas vocacional e pessoalmente acalentada durante um longo período de tempo. Encontra-se, no caso desta entrevistada, uma satisfação plena com o último trabalho, bem como, como se verá adiante, o forte desejo e projecto de regressar ao colégio onde iniciou a sua curta carreira de educadora de infância.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>[<i>E como é que correu?</i>] Correu bem. (<i>Risos</i>) Eu adorei, mesmo! E elas também, porque fizeram-me uma carta de recomendação. [<i>Mas, então por que é que essa experiência terminou?</i>] Porque a irmã foi, ehh, recuperou e foi ocupar o lugar.</p> <p>Alexandra, 41 anos, solteira, ensino superior.</p>	Satisfação plena

Luísa tem um percurso profissional semelhante ao de Diana, isto é, também pontuado pela necessidade de reconversão profissional. A satisfação aqui, é produzida, não só pela actividade desempenhada, ajudante de cozinha num restaurante, mas possivelmente pela confluência desta actividade com um estágio de vida de maior desafogo económico em que a entrevistada identifica um conjunto de objectivos materiais alcançados, com o produto de um longo percurso de trabalho.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Mais importante, mais importante foi agora estes últimos anos que eu trabalhei. [<i>Sentiu-se realizada?</i>] Formei, realizei a minha vida toda. Eu realizei a minha vida toda, eu acabei a minha casa, eu juntei dinheiro que eu não tinha dinheiro, eu gastei o dinheiro todo na casa, eu fiz casamento e baptizado ao meu filho, juntei dinheiro, tenho uma vida. Mesmo agora, na minha classe, não estou a dizer que estou rica, sou uma pobre.</p> <p>Luísa, 54 anos, casada, 1º ciclo ensino básico.</p>	A satisfação como produto da concretização de objectivos materiais

O último trabalho de Diana, como ajudante num lar de idosos, é já produto da reconversão profissional que protagonizou e de um período de errância e experimentação de actividades

relacionadas com a manutenção doméstica e com o cuidado de idosos no domicílio dos próprios. Diana reporta-se a esta actividade como se tratasse de um tardio achado vocacional, manifestando-se agradada com o conteúdo funcional da profissão, sendo esta uma das fontes da sua satisfação. Não se trata de uma satisfação plena, devido à relação salarial que existiu.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Porque o salário era muito pouco, não era grande salário. Para o trabalho que era, para as horas que era, o ordenado era muito pouco. Mas quem precisa... Olhe, a gente tem que se asujeitar. E eu disse, "pode agora ser pouco e de hoje para amanhã, ou daqui por dois ou quatro meses, podemos ganhar mais". Pronto, fui para lá e fiquei lá sete anos. Gostava muito de trabalhar...</p>	<p>A satisfação condicionada pelos constrangimentos salariais</p>
<p>Diana, 51 anos, divorciada, 1º ciclo ensino básico.</p>	

O discurso de Clara, operária durante trinta e um anos numa litografia, parece configurar uma satisfação resignada, porque se alicerça no dilatado período temporal em que desempenhou as suas actividades profissionais para justificar essa satisfação.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>A cartonagem é assim, fazíamos caixas para as embalagens, fazíamos aqueles <i>placards</i> para as farmácias. Pronto essas coisas assim. Nós gostávamos. Já andava lá há tantos anos, não é?</p>	<p>Satisfação resignada</p>
<p>Clara, 49 anos, casada, 1º ciclo ensino básico.</p>	

A satisfação expressa por Joana encontra-se próxima da adaptação resignada de Clara. Também Joana não é particularmente expansiva, quando se reporta à sua anterior actividade, como bordadeira de tapetes numa fábrica têxtil. Contudo, tem uma trajectória de intensa volatilidade contratual, razão pela qual aponta essa situação como factor condicionador do seu grau de satisfação.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>[<i>E qual foi o emprego que mais gostou?</i>] Ai isso... Não tenho escolha, como disse gosto de todos, convivi com todas, não me dei mal com ninguém, foi bom! [<i>Foi sempre bom, não houve uma empresa que era melhor, outra pior?</i>] O que é mau é que acabam os contratos e mandam as pessoas embora! Agora, o resto para mim estava bem. Joana, 35 anos, solteira, 1^o ciclo ensino básico.</p>	<p>Satisfação resignada e condicionada pelos constrangimentos contratuais</p>

Emília reporta a sua satisfação com o anterior trabalho ao facto de este consistir num conjunto mais ou menos alargado de funções que ela cumpria, superando, inclusivamente, as limitações funcionais de género.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Eu cozia cortiça, tudo, tudo um pouco. (...) Fazia tudo, cozia cortiça como os homens, carregava aparas, fazia tudo. [<i>E gostava de fazer, assim, coisas diferentes?</i>] Gostava, gostava, porque não estava sempre no mesmo sítio. Passava melhor o tempo, andar aqui e acolá. Embora uns serviços fossem melhores do que os outros Emília, 45 anos, casada, 3^o ciclo ensino básico (RVCC).</p>	<p>A satisfação assente na diversidade e superação funcional</p>

Os discursos de Fernanda e de Isabel, sobre a satisfação com o último trabalho, repousam sobre as respectivas condições de trabalho em que a profissão se exercia. Fernanda experimentou, no curso da sua trajectória profissional, um conjunto de situações bastante atípicas, no respeito à existência de um local de trabalho e a um horário de trabalho definido. Portanto, é à luz desse percurso que a satisfação com o último emprego se produz, isto é, pela existência de um local, de um horário definido, pela possibilidade de maior controlo e previsão sobre essa esfera de vida. No pólo oposto, encontra-se Isabel que, referindo-se a uma curta experiência como repositora num hipermercado, se mostra insatisfeita com o conteúdo funcional, mas, sobretudo com o horário nocturno e por turnos que essa função exigia, uma vez que se tornava incompatível com as suas tarefas junto aos filhos menores.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>[<i>Muito bem. Tem emprego, das nove às seis...</i>] Sim, direitinha. Consigo pousar a carteira, tenho uma secretária, uma cadeira, muito organizada. O facto de ser comercial e andar na rua e não ter horas para nada, acaba por confundir um pouco. (...) Hoje, não temos nada para fazer, ora temos três ou quatro coisas para fazer ao mesmo tempo. Enquanto que na imobiliária, na parte de trás, é certo que a empresa estava a facturar muito, sim senhora, mas eu podia-me organizar. Tinha coisas que podia fazer até determinadas horas, tinha outras que ia fazendo. Organizava o meu sistema.</p>	<p>A satisfação proveniente das condições de trabalho</p>
<p>Fernanda, 38 anos, casada, ensino secundário</p> <p>Tive sempre em casa, e depois nunca tive assim trabalho! Depois o meu marido conseguiu meter-me ainda no C., como repositora. (...) mas, é assim, eu além de não gostar muito daquilo, também tinha os horários, porque os miúdos eram pequenos e então davam-me o horário, que muitas vezes era o horário da noite, eu tinha que fazer por turnos e era complicado.</p> <p>Isabel, 43 anos, separada, 2º ciclo ensino básico.</p>	<p>A insatisfação com as condições de trabalho</p>

Nos casos de Helena e Maria, a satisfação com último trabalho resulta do trajecto de progressão e de reconhecimento profissional que o mesmo propiciou. No caso de Helena, o brio e o empenho profissional permitiram superar a possível barreira que o seu nível de escolaridade poderia constituir. Já Maria, considera que a sua formação académica não se enquadra no âmbito funcional do último trabalho, contudo, esse possível motivo de descontentamento é superado pelo movimento de ascensão profissional que teve hipótese de protagonizar.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Era sempre no escritório porque eu na altura ia... Com os anos, não estava sempre na mesma categoria, fui subindo. Comecei por estagiária, colocaram-me a estagiária, depois a terceira estagiária, depois fui subindo até segunda. Depois, fiquei no escritório. Foram muitos anos, fui desempenhando as funções de acordo com o que eles queriam e fui subindo.</p>	<p>A satisfação da progressão e do reconhecimento profissional</p>
<p>Helena, 46 anos, casada, 3º ciclo ensino básico</p>	

Embora não fosse bem a minha área de trabalho, aquilo que eu gostava de fazer, mas era um bocado, foi um bocado subir, saber que o meu trabalho estava a ser valorizado e subir dentro da empresa, isso já me deixa, pronto, como hei-de explicar, já me deixa, pronto, a nossa auto-estima um bocado mais acima e sabemos que assim, pronto, pensamos que um dia as coisas ainda iriam evoluir mais.

Maria, 37 anos, casada, ensino superior

Para além do grau e tipo de satisfação com último trabalho, mas também por referência a este, procurou-se perceber quais dimensões associadas ao trabalho mais valorizadas pelas entrevistadas. Registe-se que a produção destas considerações e destes posicionamentos ocorre num momento de desemprego, portanto, é, quase sempre, por contraposição a essa actual condição que essa avaliação ocorre. Esta dimensão de análise será novamente resgatada no ponto seguinte deste trabalho, mas através de um prisma analítico diferente. Aqui, o trabalho emerge transversalmente como o meio a partir do qual se obtém um rendimento, portanto valorizado a partir da sua dimensão material. Contudo, esta não é a evidência maior do discurso das entrevistadas. Para a maioria das entrevistadas, o trabalho é valorizado e, portanto, central, pela dimensão de ocupação funcional e de convivialidade que se lhe encontra associado.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>(...) eu gosto, porque é assim, quando estou a trabalhar, sinto-me outra pessoa. Principalmente, porque eu gosto imenso de lidar com público, de estar com pessoas, de conviver, de falar e sinto-me outra, porque é assim eu esqueço tudo aquilo...</p>	<p>A centralidade da dimensão ocupacional, convivial e de sociabilidade do trabalho</p>
<p>Beatriz, 38 anos, casada, ensino secundário</p>	
<p>Hmmm, de sair de casa e ter os colegas. Quando tava tudo bem, porque agora também tava tudo mal e uma pessoa já andava pior, já tava tudo a entrar em depressão, não é?</p>	
<p>Clara, 49 anos, casada, 1º ciclo Ensino Básico</p>	
<p>Fazíamos bem e sentia-me bem, porque saía de manhã e vinha à noite, conhecia pessoas nos autocarros. Pronto, conversávamos com uma pessoa, conversávamos com outra.</p>	
<p>Diana, 51 anos, divorciada, 1º ciclo ensino básico</p>	

Exactamente, porque a gente levava o comer, sandes ou assim, e havia, assim, aquele convívio. A gente divertia-se, falava, fazia asneiras. E eu sentia falta daquilo, porque éramos uma equipa, quer dizer, éramos de muitas secções, porque aquilo era por secções, mas éramos todos muito divertidos. Fazíamos de tudo um pouco, brincadeiras de tudo um pouco [risos].

Emília, 45 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).

[*Sente a falta desse convívio?*] Ah! Para mim, é importante, porque tenho uma depressão há três anos. E para mim é importante, porque nas alturas que estou mais em baixo dou muito valor às colegas. E para mim é importante, porque saio de casa. Acho que é importante convivermos com pessoas, com amigas, no trabalho a gente sai.

Joana, 35 anos, solteira, 1º ciclo ensino básico.

Fernanda destaca de uma forma mais sustentada a função de estruturação do quotidiano que o trabalho cumpre e que ela valoriza acima de qualquer outra.

Excertos Entrevistas	Análise
Não sou daquelas pessoas que diz “eu não tenho nada para fazer”, porque eu tenho sempre algo para fazer. Quanto mais não seja, gosto de ir para a rua, gosto de andar a ver montras, arranja sempre alguma coisa para fazer. “A minha rotina é acordar de manhã e estar naquele sítio até às tantas horas”, sinto falta dessa rotina, de saber que, à partida, há uma ocupação que eu não tenho inventar. Mas, nunca fico sem nada para fazer, digamos assim.	Valorização da estruturação quotidiana
Fernanda, 38 anos, casada, ensino secundário	

A valorização intrínseca do conteúdo funcional do trabalho, como meio de realização pessoal, aparece de uma forma muito evidente no discurso de Alexandra. O trabalho é, aqui o espaço em que se cumpre uma missão vocacional que constitui uma parte estrutural do projecto de vida individual.

Excertos Entrevistas	Análise
Eu tirei um curso de que gostava e gostava de trabalhar no meu curso e também preciso de ganhar, não é? A não ser que me saísse o euromilhões. Mas, se me saísse o euromilhões, eu ainda era capaz de fazer alguma coisa como educadora de infância.	Valorização intrínseca do trabalho
Alexandra, 41 anos, solteira, ensino superior.	

No caso de Helena, essa valorização intrínseca da actividade trabalho também aparece de uma forma muito significativa. Porém, o trabalho aqui é entendido em sentido lato, como uma inelutável função social que todos devem cumprir, consubstanciando uma posição ética apologista do trabalho.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>É muito, é muito importante, muito importante mesmo. Eu não estou o dia inteiro só para ganhar dinheiro. Pronto, o dinheiro é preciso, mas ganho, também contribuo para que o patrão me possa pagar e não me sinta um fardo ou um peso, de maneira nenhuma. Temos que trabalhar, não é? E é isso que eu estou a ensinar ao meu filho, que também está desempregado.</p> <p>Helena, 46 anos, casada, 3º ciclo ensino básico</p>	<p>A ética do trabalho</p>

Através da caracterização do trabalho anterior à actual situação de desemprego das entrevistadas é possível apreender a sua distribuição pelo espectro profissional e produtivo, mas também procurar compreender um pouco melhor a relação que cada uma delas parece estabelecer com o mundo do trabalho. Recorrendo ao conceito de satisfação com o trabalho, encontram-se fundamentações distintas para explicar em que medida o trabalho, especificamente o último antes da actual situação de desemprego, é (ou não) fonte de satisfação. Assim, é possível distinguir um tipo de satisfação designada de plena ou total; uma satisfação resignada; uma satisfação condicionada ora pelas condições salariais, ora pelas modalidades contratuais ou uma satisfação de cariz material ou instrumental. Numa situação de actual privação de exercício profissional, as entrevistadas explicam a importância que o trabalho assume nas suas vidas invocando justificações também diferenciadas, sublinhando a dimensão ocupacional e convival, mas também destacando o conteúdo funcional do último trabalho e mesmo a centralidade ética da prática laboral.

4. Entre o Estado e o Mercado: esferas sociais conexas à situação de desemprego

No estudo transnacional, desenvolvido por Gallie e Paugam (2000a), a análise da configuração do desemprego revela-se sensível às diferentes modalidades de actuação do sector estatal, do mercado de trabalho e das instâncias familiares. De facto, quer o Estado, quer o mercado, alicerçados em estruturas de suporte familiares, emergem como entidades-chave da vivência e da superação da situação de desemprego. Neste ponto, a partir da análise das entrevistas realizadas, apresentam-se as principais formas de relacionamento das entrevistadas com a dimensão estatal e com o mercado de trabalho. O papel das redes familiares é também analisado, contudo, porque assume uma presença e influência mais difusa, a sua análise pontua transversalmente em sub-dimensões específicas deste ponto e do próximo deste documento.

4.1. O papel do serviço público de emprego nacional

O Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) é o serviço público de emprego nacional e assume como sua principal missão a criação e a qualidade do emprego e o combate ao desemprego, através da execução de políticas activas de emprego, nomeadamente de formação profissional. O Centro de Emprego (CE) de Vila Nova de Gaia é uma unidade orgânica local do IEFP³⁰ e constitui um recurso crítico para as pessoas desempregadas, uma vez que se ocupa das prestações sociais que lhes são devidas, bem como dos seus percursos de inserção profissional. Para esse efeito, o CE dispõe de um conjunto de mecanismos accionados por técnicos de emprego que lidam diariamente com questões e situações fundamentais para a vida das pessoas, como sejam a sua carreira, a sua inclusão social e profissional e, enfim, a sua auto-realização.

³⁰ Portaria n.º 637/2007, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, que aprova os Estatutos do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P., publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 104, de 30 de Maio de 2007.

A redacção introdutória do diploma legal que actualmente regulamenta a eventualidade do desemprego (Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro de 2006) destaca a importância de reforçar o papel dos CE no “acompanhamento personalizado dos beneficiários das prestações de desemprego visando a sua rápida inserção no mercado de trabalho, estabelecendo orientações quanto às medidas que o beneficiário deve encetar no sentido de melhorar a sua empregabilidade, quais os esforços de procura activa mais adequados, eventuais necessidades de formação profissional e ainda, tendo em conta a conjuntura específica do mercado de trabalho, quais os empregos em que se pode verificar uma mais rápida inserção profissional”. Um dos primeiros contactos da população desempregada com o CE tem como objectivo a formalização da situação de desemprego (doravante, contabilizado como desemprego registado) e a recolha de informações sobre o perfil da pessoa desempregada.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Sim, quando entreguei os papéis mandaram-me a uma entrevista, digamos. Perguntaram o que eu fazia, há quanto tempo trabalhava, a área que eu pretendia exercer. Eu disse, de gabinete, se fosse possível. Era uma coisa que eu gostava. Mas, a senhora que me atendeu disse-me logo que ia ser difícil, já dada a idade que eu tinha, que ia ser difícil, muito difícil de eu arranjar colocação nessa área. Mas disse, “nós vamos tentar” e, pronto, e ficou assim.</p>	<p>O contacto inicial com o CE</p>
<p>Helena, 46 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	

Dependendo da iniciativa da pessoa em situação de desemprego, o perfil inicialmente definido na base de dados do CE pode e deve ser actualizado sempre que verifiquem alterações que influenciem a actuação do CE, por exemplo, na colocação desse indivíduo face a uma oferta de emprego. Esse exemplo é relatado por Helena que, tendo concluído o seu processo de RVCC, transmitiu essa informação ao CE, na expectativa de ver aumentadas as suas hipóteses de colocação. Uma outra estratégia de dilatação das probabilidades de colocação passa por indicar um maior número de áreas profissionais em que se manifesta a disponibilidade para aceitar trabalho, proposta que Helena recusa,

porque ainda não pretende abandonar as expectativas de vir a exercer a sua anterior profissão.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Ele também me avisou “a dona Helena, com estas habilitações já reforçou mais um pouquinho, mesmo assim é um bocado difícil” e perguntou-me o seguinte, se eu queria pôr mais alguma área, como o meu trabalho era mais uma profissão enfim... Eu respondi que, para já, que não, que ia tentar a minha área. Agora, quando acabar, ou até antes, e não encontrar, então vou procurar outra área. Helena, 46 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	<p>A actualização do perfil de desemprego</p>

O desfasamento entre o número de candidatos a emprego inscritos no CE e o volume de ofertas de emprego disponibilizadas, evidencia a incapacidade desta estrutura responder ao principal anseio da população desempregada que a si acorre. Por esta razão, mas também porque existe um sólido alicerce conceptual e ideológico que tende a atribuir aos sujeitos desempregados uma forte responsabilização pela superação da situação em que se encontram, o CE incentiva a população desempregada a promover, através dos recursos e dos meios que cada um possui, os respectivos *níveis de empregabilidade*.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>É muito complicado eles conseguirem também fazer alguma coisa, porque é muita gente e não conseguem dar vazão. Aí é que eles também dizem que nos compete a nós, sair, procurar, para a pessoa ir ver. Só que é complicado... Eles, às vezes, também queriam... Eu acho que eles também tentam, só que é muita gente desempregada. Então aqui, em Gaia, ui, ainda por cima vai lá tudo desaguar. É muito complicado.</p>	
<p>Beatriz, 38 anos, casada, ensino secundário.</p>	
<p>É assim, a minha opinião é que devíamos ser mais chamados para emprego, não é? Devíamos ser chamados, mas, ao mesmo tempo, há tanta falta de emprego, que eles não conseguem empregar tanta gente. Afinal, sei lá, eu acho que eles nem são responsáveis, porque eu acho que não há emprego para tantos desempregados.</p>	
<p>Helena, 46 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	<p>A co-responsabilização do sujeito na promoção do seu nível de empregabilidade</p>

O CE, tendo um âmbito de actuação espacialmente delimitado, possui informações actualizadas sobre as ofertas de emprego, territorialmente próximas, mais recorrentes e, nesse sentido, consegue de alguma forma prever quais os perfis profissionais dos candidatos a emprego que com maior probabilidade poderão ser alvo de uma oferta intermediada pelo CE.

Excertos Entrevistas	Análise
(...) a senhora que está lá, no Centro de Emprego, (...) ela disse-me: olha, se houver na tua área, não te preocupes, que eu chamo-te, mas é um bocado difícil, na tua área no Centro de Emprego, é muito difícil. É mais, modistas, costureiras, é mais essas coisas.	A configuração das ofertas de emprego do CE
Alexandra, 41 anos, solteira, ensino superior.	

Tal como anteriormente explicitado, no domínio das competências do IEFP e das suas estruturas orgânicas, os CE's, consta a promoção da formação profissional, através da divulgação e do encaminhamento de acções de formação cursos promovidas pelo próprio IEFP ou entidades externas, com o intuito de incrementar os níveis de qualificação profissional e também escolar da sua população-alvo³¹.

Excertos Entrevistas	Análise
Mesmo assim, como estou desempregada, e ainda não arranjei emprego, meti-me no curso de informática. (...) O Centro de Emprego é que me mandou uma cartinha, para nós nos apresentarmos em tal dia e fomos para um curso de informática. Não éramos obrigadas, mas na altura aceitei.	A formação (da) alternativa
Helena, 46 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).	

A frequência de acções de formação não é encarada como um mecanismo imediato de transição para a vida activa, contudo, algumas das entrevistadas, tal como Helena, valorizam a possibilidade de aquisição de novos conhecimentos que tal situação potencia.

³¹ Retomando a problemática desenvolvida no Capítulo II, sobre os diferentes critérios utilizados para definir e medir o desemprego, por parte do INE e do IEFP, note-se que os indivíduos que se encontrem a frequentar acções de formação não são contabilizados no âmbito do “desemprego registado” do IEFP.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Vamos lá ver. Até posso estar a fazer o curso e não valer de nada, mas também eu fico a saber mais umas coisas, não é? [Claro.] Já sei ir à Internet pesquisar, sei lá tanta coisa! Já sei mandar <i>mails</i> por exemplo, já sei trabalhar a disciplina do <i>powerpoint</i>. Quando a doutora falou que íamos apresentar trabalhos tão complicados, aqueles desenhos a mexer, não é? Aquelas formas electrónicas, eu quero saber tudo, mas quando olhei disse, eu estou-me a passar. Eu disse à doutora, eu não ia conseguir fazer aquilo, na primeira aula. Agora, já sei, de tanto tentar está muito bonito, já sei meter a animação e passar os diapositivos uns para os outros. Eu nem de longe sabia como lá chegar. No entanto, eu já fiz, dá muito jeito! (...) Pronto, valeu a pena ou não? Valeu.</p> <p>Helena, 46 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	<p>A valorização intrínseca da aprendizagem</p>

O actual diploma legal, Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro de 2006, procura também definir um “conjunto de medidas ao nível operativo que têm como objectivo a promoção de um serviço personalizado de acompanhamento aos beneficiários das prestações de desemprego, nomeadamente através da reafecção de recursos humanos nos serviços de atendimento público dos centros de emprego, a criação de uma bolsa de emprego através do serviço de Net-emprego”, entre outros. O acompanhamento personalizado da população desempregada inscrita nos CE materializa-se no Plano Pessoal de Emprego (PPE) que, de acordo com o artigo 16º do referido decreto-lei, “é um instrumento de co-responsabilização, contratualizado entre o centro de emprego e o beneficiário, em que, de acordo com o perfil e circunstâncias específicas de cada beneficiário bem como do mercado de trabalho em que se insere, se definem e estruturam acções que visam a sua integração no mercado de trabalho”. No mesmo artigo, especifica-se ainda que o PPE identifica e prevê: “a) o conjunto de acções previsíveis do processo de inserção no mercado de trabalho; b) As diligências mínimas exigíveis em cumprimento do dever de procura activa de emprego; c) As acções de acompanhamento, avaliação e controlo a promover pelo centro de emprego”. Na opinião de Beatriz e de Maria, este

esforço de proximidade e de adequação às diferentes necessidades individuais, a concretizar-se, poderá ser avaliado como francamente positivo.

Excertos Entrevistas	Análise
(...) basicamente, eu só cheguei lá, inscrevi-me, assim, preenchi a ficha e eu, não, não tive mais contacto com eles... a não ser uma outra altura que nos chamaram para... devido à, ehh, a apresentação quinzenal. Maria, 37 anos, casada, ensino superior.	Um contacto pontual com o CE
Pois, também, possivelmente eles deveriam ajudar mais em termos de saídas, informar mais dos cursos, para pessoa pensar, “ora bem, eu estava nesta área, mas isto não dá, então, vou partir, eh, vou-me inserir noutra”, tentar criar uma luz ao fundo túnel, para a pessoa poder ter outros horizontes e tentar ver outra saída. Beatriz, 38 anos, casada, ensino secundário.	A necessidade de um acompanhamento personalizado

As mesmas entrevistadas, Beatriz e Maria, avaliam o atendimento do CE de Vila Nova de Gaia tendo em consideração o elevado volume de indivíduos que acorrem a esta estrutura, atenuando, assim o impacto negativo relacionado com o tempo de espera associado à utilização dos serviços, bem como a sua incapacidade em fornecer uma resposta para as suas situações. Refira-se, a este respeito a intenção contemplada do supramencionado decreto-lei de reforçar os recursos humanos nos serviços de atendimento ao público dos CE, situação que a verificar-se poderia traduzir-se numa substancial melhoria na dimensão do atendimento e encaminhamento desta entidade.

Excertos Entrevistas	Análise
É assim, pessoalmente, não tenho razão de queixa, porque sempre fui bem recebida, sempre fui bem atendida. Agora, é assim, para chegar e ser atendida demora-se imenso tempo, mas sempre foi assim. Já há dez anos era assim. Beatriz, 38 anos, casada, ensino secundário.	O tempo de espera no atendimento
Sim, eu não acho que funcione mal... [<i>Funciona bem?</i>] Embora nunca me tenham chamado, mas também acho que a procura é tanta não é? Eles não podem chamar toda a gente. Maria, 37 anos, casada, ensino superior.	A contemporização da crítica ao funcionamento

Helena, uma das entrevistadas que se revela mais fragilizada com a situação de desemprego que vive, reporta-se à necessidade que sente de o atendimento às pessoas em situação de desemprego contemplar também uma dimensão de suporte e apoio psico-social. A entrevistada refere-se a um tipo de apoio que dificilmente poderá ser promovido por uma estrutura com os recursos, a organização e os actuais objectivos de cariz quantitativo dos CE.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Eu acho que é muito preciso, umas palavras quentes, umas palavras doces, na nossa situação conta muito. Nós vamos buscar, às vezes, a esse formador, a esses doutores, a força que nós não conseguimos ter, que nós não conseguimos ter sozinhos, nem, às vezes, com o apoio da família. Por isso é que eu digo, as boas palavras, o bom atendimento, não é? Na nossa situação, acho que é o que conta, em primeiro lugar, pode contar isso. Estarem dispostas a ajudar-nos porque se não é isso, nós até ... Passa-se muitas, é o que me vai valendo, se não fossem os meus filhos e o marido que eu tenho...</p>	<p>A busca de apoio alargado de cariz psico-social</p>
<p>Helena, 46 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	

O apoio a que Helena se refere, no caso de algumas entrevistadas, como Graça e a própria Helena, é, por vezes, encontrado no âmbito das UNIVAS (Unidades de Inserção na Vida Activa), geralmente localizadas em instalações das juntas de freguesia do concelho e que, tendo uma relação privilegiada com o CE, prestam apoio na divulgação e encaminhamento de candidatos para ofertas de emprego e formação profissional. Estas estruturas encontram-se disseminadas no território concelhio que, no caso de Vila Nova de Gaia é bastante extenso e servido de uma rede de transportes muito ineficaz e insuficiente, penalizando claramente os residentes das freguesias mais periféricas no acesso aos serviços centrais do CE. Adicionalmente, e porque se encontram fisicamente mais próximas dos cidadãos, proporcionam um acompanhamento de proximidade muito valorizado por algumas das entrevistadas.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>[<i>la lá com regularidade...</i>] Ia. Sempre. Se não ia lá, ia à UNIVA de C. que é onde eu vou sempre, com a doutora que está lá, a doutora L.. É com ela que vou falar. Ainda a semana passada fui lá três vezes. Vou sempre, ando sempre lá. Pronto, dou-me muito bem com ela. Qualquer coisa ela telefona-me “olha que tenho aqui uma oferta que se calhar lhe interessa” e eu apareço. Graça, 35 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	<p>A proximidade com o serviço das UNIVAS</p>
<p>Não vou tantas vezes, porque, por causa do curso que estou a tirar. Mas vou todos os dias na mesma, vou à net-emprego. Já aprendi e ainda hoje estive a pesquisar lá e vou pesquisar os empregos, que são os mesmos que a doutora lá tem, pelos vistos porque eu já falei com ela. (...) No caso de aparecer alguma coisa que me agrada, eu vou logo lá, à doutora, e ela faz lá, aquele papelinho. Helena, 46 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	<p>A utilização das TIC e a manutenção de contactos de proximidade</p>

Note-se, contudo, que o serviço das UNIVAS não é valorizado de uma forma homogénea. Algumas das entrevistadas, como Alexandra, referem o seu desconhecimento sobre a existência dessas estruturas até ao momento em que foi instituída a obrigação de apresentação quinzenal (explicitada um pouco mais adiante) e, mesmo após esse facto, a manutenção da sua não utilização.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>[<i>E, aqui, na UNIVA, disse-me que começou a vir, quando surgiu a obrigação de se apresentar quinzenalmente?</i>] Exacto. Foi nessa altura só que iniciei o meu contacto com a UNIVA, porque eu não conhecia (...). [<i>E tem sido útil vir aqui ou vem unicamente...</i>] Não, eu venho unicamente por causa, para por... Pronto, porque tenho de vir cá quinzenalmente. Alexandra, 41 anos, solteira, ensino superior.</p>	<p>A sub-valorização do trabalho das UNIVAS</p>

4.1.1. A atribuição da prestação de desemprego

De acordo com o que foi sucintamente apresentado no Capítulo III, um dos elementos que é simultaneamente causa e efeito da centralidade social do desemprego relaciona-se com o conjunto de prestações sociais instituídas com o propósito de assegurar aos indivíduos a existência de um rendimento durante o seu período de desemprego (Freyssinet, 2004). A

atribuição do subsídio de desemprego é entendida como uma medida de compensação dos beneficiários que se encontrem sem retribuição, isto é como um direito inerente a todos os trabalhadores que involuntariamente se encontrem em situação de desemprego e que se sejam abrangidos pelo regime geral da segurança social dos trabalhadores por conta de outrem, bem como os trabalhadores cujo sistema de protecção social não integre a eventualidade de desemprego nos termos estabelecidos em diploma próprio (Cf. Art.º 5, Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro de 2006). Esta prestação social é avaliada pelas entrevistadas como tendo uma importância fundamental para a manutenção de algum equilíbrio financeiro na situação de desemprego que vivem. Nos termos utilizados por Clara, esta prestação aparece designada como uma ajuda, um auxílio à sua actual condição.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Porque, prontos, ainda fui ajudada pelo fundo desemprego, não é? Estou a ser ajudada. Mas, quando não, ehh, acho que está a acabar. Tenho que depois me informar o que é que eu tenho que fazer para... Clara, 49 anos, casada, 1º ciclo ensino básico.</p>	<p>A prestação de desemprego como ajuda</p>

O discurso produzido por Diana sobre o seu subsídio de desemprego enfatiza já a dimensão do direito que essa prestação compreende, alicerçada na lógica duma longa carreira contributiva para a segurança social que visava justamente acautelar uma possível situação de desemprego. Como será adiante devidamente explicitado, o montante do subsídio de desemprego encontra-se dependente do salário formalmente aferido e esta definição ancora-se em critérios de natureza macro política e económica. Há uma extensa produção de estudos sobretudo de natureza económica (Cf., por exemplo, Addison, J. e Portugal, P., 2007) que visam, entre outros objectivos, perceber qual o limite mínimo e máximo que esta prestação deverá assumir. Diana reflecte também sobre essa questão, realçando que no seu caso pessoal se trata de um montante reduzido, mas afirmando compreender que se esse valor fosse mais elevado, possivelmente seria um convite a não procurar trabalho.

Registe-se, contudo que, no entender da entrevistada, esse valor se cifra nos seiscentos ou setecentos euros.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Ehhh, eu agora estou pelo fundo desemprego. E eles estão-me a dar aquilo que deve ser de lei, não é? Aquilo que der de lei, é o que me estão a dar. E também já descontei muitos anos. Eu já desconto desde os meus, ehhh, 1977 que eu desconto. 1977! E, claro, trabalhei, para hoje, se ficar desempregada, ter ao menos alguma coisa de direitos, não é? Claro, não é muito, mas é o que pode ser, não é? Também, se fosse muito dinheiro, aí seiscentos ou setecentos euros, também era capaz de já nem querer trabalhar, por causa do dinheiro. E a mim, vai-me arremediando. Tem que se arremediar.</p>	<p>Remediando com o que é de lei</p>
<p>Diana, 51 anos, divorciada, 1º ciclo ensino básico.</p>	

O diploma legal que regulamenta a atribuição das prestações de desemprego introduz algumas mudanças face ao seu antecessor, designadamente, as que se encontram relacionadas com a duração do subsídio de desemprego. Assim, o Decreto-Lei n.º 119/99 estabelecia já uma diferenciação dos períodos de concessão do subsídio de desemprego em função da idade dos beneficiários, considerando, de acordo com o art.º 31, “a) 12 meses para os beneficiários com idade inferior a 30 anos; b) 18 meses para os beneficiários com igual ou superior a 30 anos e inferior a 40 anos; c) 24 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 40 anos e inferior a 45 anos; d) 30 meses para os beneficiários com idade igual a 45 anos”. Para os beneficiários com idade igual ou superior a 45 anos, o mesmo artigo contemplava ainda um critério que atendia ao número de anos com registo de remunerações, beneficiando com um período de 2 meses adicionais de concessão das prestações de desemprego, por cada grupo de 5 anos com registo de remunerações nos últimos 20 anos civis que precedem o do desemprego. No quadro do actual diploma legal (art.º 37, Decreto-Lei n.º 220/2006) os períodos de concessão das prestações de desemprego exprimem-se em dias e não em meses e dependem do critérios da idade dos

beneficiários, mas no seio de um mesmo grupo etário institui-se uma sub-divisão com base no período de tempo em que registam remunerações.

Excertos Entrevistas	Análise
É, são dois anos, dois anos, pela idade é assim. Na altura, quando eu fiquei desempregada é que, como tinha quarenta e cinco anos, teria três anos, eu como estava na casa dos quarenta, não é? Ainda não tinha chegado aos quarenta e cinco, só tive dois anos.	A duração da prestação de desemprego
Helena, 46 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).	

4.1.2. O reforço dos mecanismos de controlo: a procura activa de emprego e o dever de apresentação quinzenal

Actualmente, o quadro legal da reparação da eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, regulamentado através do Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro de 2006, define desemprego como “toda a situação decorrente da inexistência total e involuntária de emprego do beneficiário com capacidade e disponibilidade para o trabalho, inscrito para emprego no centro de emprego” (art.º 2). No âmbito deste diploma, clarifica-se no artigo 11º que “a capacidade para o trabalho traduz-se na aptidão para ocupar um posto de trabalho” e que a disponibilidade para o trabalho manifesta-se “nas seguintes obrigações assumidas pelo trabalhador: a) Procura activa de emprego pelos seus próprios meios; b) Aceitação de emprego conveniente; c) Aceitação de trabalho socialmente necessário; d) Aceitação de formação profissional; e) Aceitação de outras medidas activas de emprego em vigor que se revelem ajustadas ao perfil dos beneficiários, designadamente as previstas no PPE; f) Aceitação do plano pessoal de emprego; g) Cumprimento do PPE e das acções nele previstas; h) Sujeição a medidas de acompanhamento, controlo e avaliação promovidas pelos centros de emprego”.

Em termos comparativos, o anterior decreto-lei contemplava já a maioria das situações supramencionadas, contudo, no âmbito do actual diploma assiste-se ao reforço das

medidas que visam a *activação dos beneficiários*, designadamente através da instituição de um conjunto de procedimentos mais exigentes para aferir dos esforços encetados pelos beneficiários das prestações de desemprego no sentido da procura activa de emprego, atribuindo-lhes, portanto, uma clara responsabilização na melhoria das suas condições de empregabilidade. Assim, aos beneficiários que estejam a receber prestações de desemprego passa a ser exigido, entre outros, o cumprimento de deveres no sentido da promoção da sua empregabilidade, como a procura activa de emprego e a obrigação de apresentação quinzenal.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>(...) fui chamada ao Centro de Emprego e explicaram mesmo tudo e deram-nos um papel para quando a gente fosse pedir emprego. Mas, até ver, ainda ninguém me pediu esse papel. E, tenho uns papéis, que é estes (<i>mostra a capa que tem na mão</i>) para entregar de quinze em quinze dias, para vir aqui, à junta. Todos os quinze dias, pronto. Clara, 49 anos, casada, 1º ciclo ensino básico.</p>	<p>A materialização da procura activa de emprego</p>

A procura activa de emprego, de acordo com artigo 12º do decreto-lei em análise, “consiste na realização de forma continuada de um conjunto de diligências do candidato a emprego com vista à inserção sócio-profissional no mercado de trabalho pelos seus próprios meios” e concretiza-se, designadamente, através das seguintes acções: “a) respostas escritas a anúncios de emprego; b) respostas ou comparências a ofertas de emprego divulgadas pelo centro de emprego ou pelos meios de comunicação social; c) apresentações de candidaturas espontâneas; d) diligências para a criação do próprio emprego ou para a criação de uma nova iniciativa empresarial; e) respostas a ofertas disponíveis na internet; f) registos do curriculum vitae em sítios da Internet”. Os procedimentos do CE, no âmbito do novo diploma legal, exigem aos beneficiários das prestações de desemprego que façam prova dessa procura de emprego, através dos registos de resposta a determinadas ofertas

ou, quando se dirigem directamente às entidades empregadoras, através de um carimbo dessa entidade que atesta a veracidade da procura que o beneficiário afirma.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Olhe, até tenho mandado dois carimbos, porque nós fomos obrigadas a procurar por causa de pôr os carimbos, de três em três meses temos que ter um carimbo. Se eles nos chamarem, temos que levar o carimbo, e eu por acaso tenho ido ver, às vezes, vou ao jornal, já tenho telefonado e as pessoas já têm empregada, que é que eu hei-de fazer?</p> <p>Luísa, 54 anos, casada, 1º ciclo ensino básico.</p> <p>Eu fui a uma fábrica lá em Sandim e falei e ele disse: “emprego não dou, posso é carimbar”, e pôs-me o carimbo. Depois, também, estive noutra fábrica e disse: “você podia me arranjar lá um lugarzinho!”, “ah, não tenho”, “mas eu devia ter um carimbo”, “ah, isso não custa nada pôr um carimbo”.</p> <p>Luísa, 54 anos, casada, 1º ciclo ensino básico.</p>	<p>A prova da procura activa de emprego</p>
<p>[Mas, tem procurado?] Os carimbos? [Ehhh, sim, se tem procurado emprego e se tem registado essa procura?] Pois, eu procuro, no jornal e assim. Mas, para os carimbos, não. [Então, como é que faz?] Olhe, vou assim aos cafés aqui de perto e assim e eles põem, não há problema. [Pois, mas por o carimbo não seria um problema, não é?] É, mas daqui de perto é melhor, porque há sítios onde pedem dinheiro. [Pedem dinheiro?] É, tenho uma vizinha minha que já pediram cinco euros para por o carimbo.</p> <p>Emília, 45 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	<p>Os eventuais custos associados à obtenção de prova de procura activa de emprego</p>

A promoção da procura activa de emprego constitui um eixo de intervenção central por parte do CE. Para esse efeito, disponibilizam-se também cursos de formação sobre técnicas, instrumentos e recursos a accionar nessa actividade. Alexandra, refere essa situação e avalia-a como tendo sido útil, porque a sua inserção prévia inserção profissional teve lugar através do accionamento de redes de interconhecimento, pelo que a entrevistada não dispunha de um recurso, aparentemente central na procura de emprego, um *curriculum vitae*, cuja actual construção poderá ter de obedecer a um conjunto de requisitos normalizados a nível europeu.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Eu já fiz formação. [Através do Centro de Emprego?] Sim, sim. Tinha a ver com a maneira como devíamos procurar emprego. (...) [E foi útil para a Alexandra?]</p> <p>Foi. Aprendi a fazer um currículo, porque o meu estava mal e eu nem sabia. Aprender a procurar. Agora, disseram-nos para não esperar, assim, prontos...</p> <p>Não é logo de um momento para o outro que muda tudo, não é?</p> <p>Alexandra, 41 anos, solteira, ensino superior.</p>	<p>Cursos de Procura Activa de Emprego</p>

Por seu turno, no artigo 17º, clarifica-se que o dever de apresentação quinzenal "consiste na obrigação por parte dos beneficiários das prestações de desemprego de apresentação quinzenal, de forma espontânea ou mediante convocatória, nos centros de emprego, nos serviços de segurança social da área de residência do beneficiário, em outras entidades competentes definidas pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., (IEFP), ou com quem o IEFP venha a celebrar protocolos para este efeito".

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Não. Eu chego, dou o meu bilhete de identidade e dou o papel que me entregam e prontos, depois vou-me embora. Nunca tenho conversas com a menina, ou a menina comigo, não é? Não.</p> <p>Diana, 51 anos, divorciada, 1º ciclo ensino básico.</p>	<p>A apresentação quinzenal</p>

Na acepção de Dubois (2008), que se refere ao controlo dos desempregados como "o conjunto das práticas institucionais de verificação da sua situação, em particular da sua «vontade» efectiva de (re) encontrar um emprego" (2008: 11), estas são medidas paradigmáticas do investimento no controlo da população desempregada que este diploma legal traduz. Dubois acrescenta ainda que este tipo de práticas "geralmente ligadas aos processos de subsidiação do desemprego, conduzem a sancionar aqueles cujos comportamentos são julgados como fraudulentos, abusivos e, mais genericamente, não conformes ao sistema – variável – das expectativas sociais formuladas a seu propósito" (2008: 11-12), isto por que tal como o autor concretiza "a maior ou menor severidade do controlo tem implicações financeiras importantes para os interessados seguramente mas

também para a gestão dos fundos de indemnização, envolvendo a exclusão do estatuto de desempregado frequentemente a supressão das compensações aferentes” (Dubois, 2008: 15).

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Tinha saído um decreto-lei que obrigava a fazer a apresentação quinzenal e basicamente os motivos que levaram a fazerem, pronto, tem a ver com aquelas pessoas que iam para o estrangeiro e continuavam a receber...aquelas pessoas que... fugiam, não é? [<i>Tinha a ver com a necessidade de controlo?</i>] Era um bocado isso, era tentar controlar as pessoas que, exactamente, pessoas que estavam a receber de um lado e do outro, ao mesmo tempo.</p>	<p>A apresentação quinzenal como mecanismo de controlo</p>
<p>Maria, 37 anos, casada, ensino superior.</p>	

As práticas de controlo não são novas e acompanham a criação do subsídio de desemprego como acção pública, contudo, desde meados dos anos noventa foram “investidas de uma importância e de uma significação inédita” (Dubois, 2008: 12), porque “mais do que um simples exame burocrático da conformidade dos dossiers ou de uma verificação gestionária da regularidade dos pagamentos, o controlo foi de facto erigido em meio de agir sobre os comportamentos individuais dos desempregados, doravante reputados de constituírem uma das causas maiores do desemprego” (Dubois, 2008: 12). Dubois considera que é possível identificar fases históricas distintas em que os mecanismos de controlo se exprimem com maior ou menor intensidade, concluindo que “no decurso dos dois primeiros terços do século XX a importância atribuída ao controlo se inscreve num processo de objectivação do desemprego como categoria colectiva e de edificação de medidas de ajuda aos desempregados, no período recente, esta corresponde, ao contrário, à desobjectivação da categoria de desemprego e ao recolocar em causa dos sistemas de subsídios” (2008, 18-19).

No período em que as entrevistas se realizaram a obrigação de apresentação quinzenal era ainda recente, razão pela qual se procurou também perceber qual o posicionamento das

entrevistadas face a esta nova medida. Generalizadamente, as entrevistadas compreendem as razões que estão na base deste procedimento e avaliam-no como positivo, pelo incentivo compulsivo à procura de trabalho e pela prevenção de situações de fraude na atribuição indevida da prestação de desemprego, referindo, ainda assim, a ineficácia desse mecanismo nessas situações.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>E eles a fazer isto estão a fazer bem e não estão, porque eu posso arranjar um emprego e estar a trabalhar e vir aqui na mesma, eu posso dizer ao patrão: “desculpe mas amanhã à tarde não posso vir”, nós a vir aqui não fazem nada. Para quê que puseram essa lei? Para nos obrigar a estar em casa ou a procurar emprego?</p>	<p>A possível ineficácia do mecanismo de controlo</p>
<p>Luísa, 54 anos, casada, 1º ciclo ensino básico.</p> <p>Acaba por ser uma ajuda, porque se virmos bem obriga-nos a procurar, a não instalarmo-nos e dizer “respondo amanhã”.</p> <p>Maria, 37 anos, casada, ensino superior.</p>	<p>Efeitos conexos à iniciativa</p>
<p>[Essa mudança que houve, de apresentação quinzenal, de procurar emprego com uma determinada periodicidade, a Alexandra concorda com essa alteração?] Sim, sim, porque há pessoas que também se sujeitam muito à situação. Eu vou ao jornal, vejo os anúncios, do Jornal de Notícias, aqueles, aqueles, classificados, não é, e muitas vezes não obtive resposta. [Mas, acha, então, que esta foi uma alteração positiva?] Sim, porque obriga a pessoa a não estar parada, a tentar resolver a sua situação.</p> <p>Alexandra, 41 anos, solteira, ensino superior.</p> <p>[E como é que encarou essa alteração?] Com naturalidade, aliás, acho isso muito bem, porque há pessoas que de facto deviam estar a trabalhar e a receber o subsídio de desemprego, como se isso fosse muito normal, não é? (...) [E acha que dessa forma foi possível identificar esses casos?] Não sei. Eu não conheço ninguém que esteja nessa situação, por isso, não sei. Agora, acho bem o facto de fazerem isso, para tentar penalizar as outras pessoas, não é? Não acho correcto, estarem a trabalhar e a receber, isso eu não acho correcto.</p> <p>Beatriz, 38 anos, casada, ensino secundário.</p> <p>[E a Diana acha importante controlar essas situações?] Eu acho que sim. Então, eu conheço gente que anda pelo fundo desemprego e a trabalhar a dias, sem fazer descontos.</p> <p>Diana, 51 anos, divorciada, 1º ciclo ensino básico.</p>	<p>Avaliação e fundamentação da necessidade da apresentação quinzenal</p>

4.2. Avaliação e caracterização da relação estabelecida com o mercado de trabalho

A situação de desemprego caracteriza-se pelo seu carácter transitório, isto é, como um período de ausência de trabalho remunerado que a breve a ou a longo prazo será superado. Para esta situação contribuem factores de natureza diversa, de cariz extrínseco e intrínseco, ou seja, a estrutura de oportunidades sociais em estreito diálogo com o perfil do indivíduo desempregado. No caso das mulheres entrevistadas, todas afirmam desenvolver esforços no sentido da procura de emprego. No entanto, a partir da análise dos seus discursos, percebe-se que o tipo de procura é diferenciado, oscilando entre uma procura selectiva, uma procura mais abrangente e uma procura difusa ou mesmo inexistente. A procura selectiva tende a ser operacionalizada pelas entrevistadas com níveis de escolaridade mais elevados ou com trajectórias profissionais avaliadas como qualificantes, razão pela qual a área profissional em que a procura ocorre acaba por ser mais específica. Outros motivos associados ao tipo de procura desenvolvido relacionam-se com a duração da prestação de desemprego que ainda resta usufruir e com o tipo de suporte familiar existente.

Excertos Entrevistas	Análise
Acho que há-de aparecer alguma coisa que me sinta realizada, pelo menos, neste momento procuro isso. Não vou dizer que estou a responder a todos os anúncios, porque não estou. O que eu quero, neste momento, se calhar, é arranjar um emprego em que me sinta realizada. Já que estou à procura, procurar um emprego onde me sinta realizada. [<i>E como é que seria esse emprego, em que a Maria se sentisse realizada?</i>] Eh, um emprego onde eu possa exercer aquilo que eu aprendi. Maria, 37 anos, casada, ensino superior	A procura selectiva
Nunca tive a atenção de ninguém, fui sempre eu que botei a cara à vergonha, sempre. [<i>Nessa altura o que é que procurava?</i>] Nessa altura eu procurava qualquer coisa, fábricas, qualquer coisa, limpeza, tudo. Até para os campos, eu se soubesse de pessoas que me chamassem eu ia para os campos. Luísa, 54 anos, casada, 1º ciclo ensino básico.	A procura abrangente

E eu também gosto de saber, de divagar e, lá está, neste momento, a pessoa, quando chega a uma certa altura fica assim um bocado desmotivada e acho que acaba por divagar para outros horizontes. (...) às vezes, a pessoa fica tão cansada de procurar que acaba por, não é desistir, é, se calhar, abrandar um bocado e dizer assim, “pelo menos, uma semanita vou-me dedicar mesmo só a mim e tentar ver”, porque eu vejo as caras das outras pessoas, quando estou no Centro de Emprego, vejo lá pessoas que dizem “que chatice” e ficam completamente desanimadas.

Beatriz, 38 anos, casada, ensino secundário.

A procura difusa /
inexistente

4.2.1. Alguns dos critérios accionados na procura de emprego

A procura de emprego tende a ser orientada por alguns critérios, cuja definição difere de entrevistada para entrevistada, mas, tal como Maria sintetiza, esses critérios encontram-se geralmente relacionados com o vencimento, com a função e com os horários de trabalho.

Excertos Entrevistas	Análise
(...) tem a ver um bocado também com, ehhh, horários, com a função e com o vencimento. (...) É, com o valor que estava a receber antes. Maria, 37 anos, casada, ensino superior	Critérios de procura de emprego

Um dos critérios bastante imediatos para orientar a procura de emprego relaciona-se com o vencimento inerente à actividade que se irá exercer. Neste domínio, Luísa revela a aplicação de uma racionalidade muito pragmática à sua situação, tendo em consideração que as suas qualificações a habilitam a um emprego cuja remuneração passará pelo salário mínimo nacional e calculando o conjunto de custos associados à actividade laboral, designadamente o custo oculto de integrar a sua neta numa instituição de cuidados infantis.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Claro, agora, o salário mínimo é o salário que todos os patrões dão, não é? São oitenta e dois contos, não é? (...) vamos supor uma hipótese: eu arranjo um trabalho em Gaia, pagam oitenta contos por mês (...), são cinquenta e cinco ou sessenta euros para o transporte, com quanto é que eu fico? Com sessenta e quê? [<i>Sessenta e oito nesse caso.</i>] Para sair de casa levanto-me às sete horas da manhã e entro às sete da noite para ganhar sessenta e quê contos? [<i>Prefere ficar em casa?</i>] Para isso, prefiro ficar em casa a olhar pela minha neta e pelas lides da casa, porque assim a filha chega a casa cansada de trabalhar e descansa.</p>	<p>A racionalidade inerente aos cálculos do valor e do custo do trabalho</p>
<p>Luísa, 54 anos, casada, 1º ciclo ensino básico.</p>	

Maria revela ainda uma preocupação com a função que poderá vir a exercer. Esta entrevistada, tendo a custo desenvolvido um percurso de mobilidade profissional ascendente, mostra-se renitente face à possibilidade de vir a ter de repetir um processo idêntico.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>É assim, neste momento, como se costuma dizer, eu não queria andar de, passar de cavalo para burro. Ou seja, não queria descer muito e trabalhar novamente como, começar de início, ir mesmo para aquele emprego base de administrativa (...).</p>	<p>A importância da função profissional</p>
<p>Maria, 37 anos, casada, ensino superior</p>	

Uma das características do actual mercado de trabalho passa pelas suas transformações ao nível da organização trabalho. Assiste-se a uma desregulação de aspectos relacionados com a dimensão salarial, horária que necessariamente se implica cada vez mais no registo familiar. Esta situação encontra-se patente e condiciona de alguma forma o tipo de trabalho que os sujeitos poderão ou não aceitar. Beatriz reporta-se justamente à questão dos horários de trabalho e ao facto de eles não se encontrarem ajustados às suas exigências familiares, designadamente porque o seu cônjuge trabalha e não possui horários fixos, os seus filhos são ainda muito pequenos e requerem um conjunto de cuidados que ela tem de

prover. Sobre esta dimensão, a entrevistada invoca também o facto de a sua rede familiar se encontram territorialmente distante, impossibilitando o accionamento de relações de interajuda.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>(...) hoje em dia, a pessoa já não vê o horário normal (...). Eu vejo por mim própria, quem tem ajudas e puder ajudar, acho muito bem. Se eu também tivesse alguém que, se tivesse avós. Os meus pais não estão cá, estão em Trás-os-Montes, portanto eu não posso ter esse apoio, não posso contar com isso. À partida, a pessoa tem logo que ver, se tem rede é outra coisa, agora, eles ainda são pequeninos, eu não vou deixar os meus filhos, já abdiquei de tanta coisa, não é?</p>	<p>O condicionamento decorrente da inexistência de redes de interajuda</p>
<p>Beatriz, 38 anos, casada, ensino secundário.</p>	

Diana, cuja área profissional de eleição se encontra no domínio da geriatria, assume que um dos requisitos dessa área profissional passa pela disponibilidade e elasticidade horária exigida pela esmagadora maioria das entidades empregadoras deste sector. A entrevistada considera aqui a idade das filhas que consigo coabitam, bem como, o facto de não ter um plano conjugal em análise, uma vez que é divorciada, constitui uma vantagem porque lhe permite responder positivamente a essa exigência profissional. Equacionando-se, assim, um cenário não muito positivo caso essas condições não se verificassem.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Liguei para lá e eles disseram que realmente estavam à procura de uma empregada e tal, mas que se fosse preciso fazer umas noites que tinha que as fazer. Perguntaram se era livre, se não era... Porque geralmente, quando às vezes, às vezes, o marido não aceita a mulher trabalhar de noite e assim, não é? E eu disse que não, que era livre, não tinha problemas. Livre, tinha filhas, mas que, pronto, mas que não havia problemas, porque já tinha uma filha mais que tomava conta das outras irmãs</p>	<p>Especificidades e exigências de uma área profissional</p>
<p>Diana, 51 anos, divorciada, 1º ciclo ensino básico</p>	

Para além da flexibilidade horária, em algumas áreas profissionais, como sejam as de Marketing e de Comunicação (formação de base da entrevistada Maria) é também solicitada a disponibilidade para deslocações geográficas mais ou menos pontuais. Situação que mais uma vez exige a ponderação da situação conjugal que se experiencia para aferir de um posicionamento.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>[<i>E aquela disponibilidade para deslocações, que às vezes algumas funções pedem?</i>] Sim, tenho um marido compreensivo nesse aspecto e que me ajuda bastante Maria, 37 anos, casada, ensino superior.</p>	<p>A conjugalidade em questão</p>

Graça apresenta uma situação concreta que lhe foi colocada através do CE de Vila Nova de Gaia e que exigia, para além da flexibilidade horária, algumas deslocações em território nacional. A entrevistada justifica o facto de ter recusado essa proposta pela inexistência de condições, designadamente de apoio familiar, que lhe permitissem abraçar esse projecto profissional.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>[<i>Disse que quando foi ao Centro de Emprego disse que gostava das vendas.</i>] Gostava. (...) Eles chamaram por mim e queriam que eu trabalhasse sábados e fim-de-semana e ir para fora. Só que eu disse que isso não podia ser, porque eu tenho dois filhos e, de parte a parte, não tenho quem me ajude. Da parte da minha mãe, não me pode ajudar, da parte dele também não. Eu tenho que contar só comigo e com o meu marido e não posso pensar assim “vou deixar os meus filhos ali”, não posso, isso não faço deixar numa pessoa que nem sequer conheço. Eles vão para a escolinha, para o infantário e quando preciso tenho a vizinha. A questão é que não tinha ajuda. E para ir para fora não podia deixar na minha mãe, nem na minha sogra. Graça, 35 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	<p>A flexibilidade horária e a mobilidade geográfica</p>

A vivência de um projecto conjugal reflecte-se assim nas opções e nas decisões que se tomam em processos de procura de emprego. O casal partilha de uma determinada

condição laboral e familiar a quem cumprem determinadas funções. Assim, equacionar aceitar ou rejeitar uma determinada proposta de trabalho passa por projectar os efeitos que e os ajustes que essa decisão exigiria na esfera de actuação o outro membro do casal, concluindo sobre as vantagens ou inconvenientes. Esta é a situação relatada por Graça, quando explica a razão pela recusou um emprego: o seu cônjuge possui um trabalho que ela avalia como sendo importante para o equilíbrio e a estabilidade do casal. A sua função, mesmo estando desempregada, passa por assumir um conjunto mais alargado de funções no foro doméstico (assegurando as refeições, entre outras) que permitem que o seu cônjuge tenha uma maior disponibilidade para o seu trabalho. Portanto, constitui uma condição para aceitar um novo emprego que este não interfira com as funções adicionais que Graça escolheu assumir.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Eu tomava decisão, porque não havia hipótese. Nem ele podia, porque ele trabalha por conta própria, tem a sua empresa. Ele, às vezes, vem, porque eu telefono, “anda jantar” e ele vem e vai outra vez. É complicado... Não ia ele prejudicar só o trabalho dele só por... Não pode ser, tenho de pensar as duas coisas, porque o dele é seguro. O dele é dele é seguro. E trabalhar com ele está fora de questão. Ele queria, só que eu não quero, acho que não devemos de misturar as coisas. Não gosto. Ele quer, porque por ele, eu estava sempre com ele, a trabalhar, não ia para mais lado nenhum e isso nós não chegámos a acordo e discutimos várias vezes isso e eu não quero. Nem pensar!</p> <p>Graça, 35 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	<p>A hierarquização das funções sociais em análise</p>

Não obstante as condições objectivas para aceitar um emprego cujo horário seja de natureza flexível, resistem ainda as avaliações que o sujeito empreende relativamente ao impacto que tal situação tem no seu domínio familiar, nomeadamente na representação e percepção sobre a forma como cumpre com o seu papel social na esfera familiar. Maria reportando-se à sua prévia experiência profissional, relata justamente essa consideração de carácter pessoal sobre o facto de achar que estava a descurar o seu papel de mãe.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Já. Porque, pronto, esse último eu não tinha muito horários... Ehh, tinha isenção de horário, saía às seis, às sete e chegava, muitas vezes, às nove, dez e eu acho que isso afecta um bocado as coisas em casa, não é. Não vou dizer que tenha tido problemas, mas senti que estava a desleixar o meu papel de mãe de família.</p> <p>Maria, 37 anos, casada, ensino superior.</p>	A sobreposição de desempenhos sociais

Assim, um dos critérios de procura de emprego que reúne a preocupação comum à maioria das entrevistadas prende-se com os horários de trabalho. De facto, as entrevistadas referem-se a algumas possíveis ofertas de trabalho cujos horários (trabalhar à noite, fim-de-semana, por turnos, etc.) colidem com as suas obrigações familiares, designadamente enquanto mães, razão pela qual esse tipo de ofertas não gravita entre as possibilidades de emprego que cada uma das entrevistadas pondera.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>É, desde que não tivesse que trabalhar à noite. Mesmo que tivesse, mesmo que tivesse que trabalhar ao sábado, ao domingo, desde que não fossem todos, que tivesse algum fim-de-semana para a minha família, acho que não condicionava.</p> <p>Maria, 37 anos, casada, ensino superior</p> <p>Por turnos era muito complicado, porque eu tenho ehhe. É assim, eu não me importaria, até gostava imenso, mas era se os meus filhos tivessem outras idades, não é? Porque eu não vou deixar os meus filhos sozinhos. (...) Agora é complicado, porque esses horários tem que uma pessoa ter ou um marido com uns horários completamente livres, o que não é o caso do meu. É muito complicado, não é? [<i>E depois há os fins de semana?</i>] Pois, também. Ele trabalha aos fins-de-semana.</p> <p>Beatriz, 38 anos, casada, ensino secundário.</p> <p>(...) eu não respondo ao anúncio, porque, às vezes vem empregada de lar interna. E interna a mim, interna a mim não me dá. Interna é para estar de manhã, de dia e de noite. E eu não vou deixar as minhas filhas estar numa... Então, quer dizer, se eu não vivo com uma pessoa, se eu não arranjo uma pessoa, às vezes até para me fazer feliz, por causa de não deixar as minhas filhas. Eu não vou deixar as minhas filhas para estar num lar de dia e dia noite. É que interna é de manhã e de noite. Nem pensar.</p> <p>Diana, 51 anos, divorciada, 1º ciclo ensino básico.</p>	O critério do horário de trabalho em estreito diálogo com as obrigações familiares

Um dos eixos centrais da problemática da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional passa também pela transformação de modos de actuação por parte das entidades empregadoras, procurando inculcar e distinguir práticas de gestão que promovam a paridade entre homens e mulheres. Clara explica que o facto de ter a seu cargo dois filhos gémeos teve consequências ao nível do seu absentismo e consequentemente na recompensa e remuneração ao longo da sua carreira.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Ai, depois de eu ter os gémeos foi muito complicado, pela questão dos patrões, não é? Tinha que faltar muitas vezes. [E teve problemas com isso ou não?] Ah, cheguei a ter, porque às vezes as outras tinham os aumentos e eu não tinha, porque faltava mais. Tinha que faltar, não é? (...) E os patrões não gostam disso, não é? E, às vezes, até acabam, sei lá, por duvidar da gente. É, tive muitos problemas por causa disso.</p> <p>Clara, 49 anos, casada, 1º ciclo ensino básico.</p>	<p>A maternidade e a penalização da carreira</p>

As profundas transformações do mercado de trabalho e as alterações das dinâmicas familiares e demográficas originam novos desafios sociais, designadamente na esfera da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional. Constitui um desígnio de ordem política a alteração dos padrões da divisão das tarefas no jugo doméstico, visando libertar as mulheres de um conjunto de tarefas tradicionalmente designadas como *femininas* e envolver os homens nas actividades de que se encontravam arredados. Clara recorda o período em que trabalhava e acumulava com as funções inerentes ao seu papel de mãe e as obrigações de cariz doméstico e justifica a impossibilidade de uma maior participação nessas actividades pelo marido, pelo facto de acumular uma segunda actividade profissional.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>O meu marido também, pronto, trabalhava muito. Porque trabalhava na empresa e ainda fazia “biscatada” por fora, por isso não podia dar muita atenção. Então, isso era tudo mais para mim.</p> <p>Clara, 49 anos, casada, 1º ciclo ensino básico.</p>	<p>A forçada exclusão do reduto doméstico</p>

Beatriz, por seu turno, refere também o facto de o seu marido tem um horário de trabalho muito dilatado, mas contrapõe uma participação do marido, sobretudo no que respeita às questões inerentes com a educação dos filhos.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>(...) o pai também se dedica muito aos filhos, eh, nas horas que ele tem vagas. Porque ele, quando ele está em casa, é muito presente, dedica-se, brinca, sai, fala, estuda, principalmente com o mais velho. Porque, ele está poucas horas, mas as horas que ele tem, ele dedica-se, porque ele próprio também quer ajudar na educação, que é muito importante. (...) Portanto, não é só a mãe, é a mãe e o pai. Beatriz, 38 anos, casada, ensino secundário.</p>	<p>A masculina participação selectiva no reduto doméstico</p>

No prisma legislativo que concerne à parentalidade assiste-se a algumas transformações que traduzem a importância do aumento da licença pós-parto por parte das mães e dos pais. E, adicionalmente, a criação de rede de cuidados para as crianças difundida a nível nacional que permita e promova a opção pela conciliação da vida pessoal, familiar e profissional não penalizando as mulheres.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Na altura dos gémeos, quando eles nasceram, eu estive com eles até aos dois anos. Meti aquele papel que se mete...ehh, sem vencimento. (...) E depois arranjei um infantário mais ou menos, porque senão se fosse um infantário caro não podia ser. Porque eu tive sempre um ordenado muito pequeno. Nós ganhávamos muito mal. Era sempre o ordenado mínimo. Clara, 49 anos, casada, 1º ciclo ensino básico.</p>	<p>A importância do apoio à parentalidade</p>

4.2.2. Percepção sobre os principais obstáculos e meios de inserção profissional

Apesar das diferentes modalidades de procura de trabalho evidenciadas, há algumas percepções comuns sobre os principais obstáculos à inserção profissional. Não obstante a amplitude etária das entrevistadas, a idade aparece como um obstáculo comum à inserção profissional.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>[A idade porquê?] Porque dizem que já, eh, começa a ficar a velha. Porque querem pessoas mais jovens, com outro dinamismo. [Já se confrontou com esse tipo de resposta?] Já, já, já. Gostam da minha aparência, mas a minha idade não coincide, eh. Isso já foi há bastante tempo, foi numa entrevista, para trabalhar numa loja, em que o senhor que me estava a fazer a entrevista disse logo, “peço imensa desculpa, mas já é um bocado velha”.</p>	
<p>Beatriz, 38 anos, casada, ensino secundário. (...) já cheguei a ir pedir emprego e ninguém quer com a minha idade. Depois, também tenho um bocadinho problemas de saúde... Osteoporose.</p>	
<p>Clara, 49 anos, casada, 1º ciclo ensino básico. (...) uma vizinha minha que me arranjou para eu ir a Gaia, a uma casa de limpezas, e eu fui lá e ela disse-me “oh minha senhora, não a quero aqui com cinquenta e quatro anos a trabalhar, preciso duma pessoa nova para me limpar uma parede, para subir uma escada, se cair abaixo qual é o meu problema, é ter de lhe pagar o seguro e uma nova limpar!”.</p>	<p>A alargada amplitude do obstáculo <i>idade</i></p>
<p>Luísa, 54 anos, casada, 1º ciclo ensino básico. Só que pedem tudo de trinta, até aos trinta e cinco anos, ou internas, ou com curso.</p>	
<p>Diana, 51 anos, divorciada, 1º ciclo ensino básico. Embora esteja convicta que é muito difícil, porque a maior parte dos anúncios que eu respondo, que eu sei que está lá a idade até trinta e cinco e eu já tenho trinta e sete anos, não é.</p>	
<p>Maria, 37 anos, casada, ensino superior</p>	

As questões relacionadas com a idade e a inserção profissional constituem um dos importantes desafios que actualmente se colocam no seio das dinâmicas do mercado de trabalho e da actuação estatal. Luísa reflecte justamente sobre a paradoxal situação que vive e que extensível a um conjunto significativo de trabalhadores: por um lado, o mercado de trabalho tende a excluir os trabalhadores mais velhos, por outro lado, o Estado tende a restringir e a penalizar as iniciativas associadas a reformas antecipadas.

Excertos Entrevistas	Análise
Já fui a uns poucos de lados a ver, mas não querem, só me dizem e eu fico tão triste, que já tenho cinquenta e quatro anos, que já tenho idade para ir para a reforma, e eu então respondo (...), “diz que eu estou na idade de ir para a reforma e eu chego à Segurança Social e dizem que eu sou nova para ir para a reforma, que estou bem para trabalhar”.	Um ilustrativo paradoxo
Luísa, 54 anos, casada, 1º ciclo ensino básico.	

Os níveis de qualificação escolar e profissional são também mencionados como potencialmente limitativos da inserção profissional das entrevistadas. Neste domínio a percepção das entrevistadas varia muito em função do seu perfil e experiência pessoal. Assim, Alexandra refere-se à situação das pessoas com ensino superior e, por seu turno, Luísa, explica as dificuldades que o seu 4º ano de escolaridade lhe coloca. Diana, relata as limitações que sente devido à inexistência de uma formação específica na área da geriatria, um atestado formal da sua competência para trabalhar nesse domínio.

Excertos Entrevistas	Análise
[<i>Por que é que diz que agora é mais difícil?</i>] Porque, é assim, eu cada vez mais vejo as pessoas licenciadas a ficar no desemprego. Por isso é que eu digo que é um bocado mais difícil.	O excesso e o défice de escolaridade
Alexandra, 41 anos, solteira, ensino superior.	
Também quando venho aqui assim ver uns papéis é tudo com estudos, agora com cinquenta e quatro anos vou agora fazer os estudos? Para fazer a limpeza é preciso ter o sexto ano?	A ausência de qualificação formal
Luísa, 54 anos, casada, 1º ciclo ensino básico.	
Agora, pedem curso de ger... ehhh... gertria, ou lá como é que é. Curso mesmo.	A ausência de qualificação formal
[<i>Geriatria, não é?</i>] É. O curso eu não tenho isso. Não tenho curso. Sei trabalhar, sei mudar uma fralda, sei fazer um curativo, sei dar de comer, se a pessoa estiver com sonda no nariz, sei dar de comer, ehhh, pronto, sei isso tudo. Só que curso não tenho.	
Diana, 51 anos, divorciada, 1º ciclo ensino básico.	

Tal como já foi sendo abordado no ponto anterior, a realidade familiar das entrevistadas tende a condicionar a configuração das escolhas possíveis em termos de procura de

trabalho. Beatriz refere também que, apesar de ser formalmente vedada a discriminação no acesso ao trabalho com base no género, o próprio mercado poderá ser menos favorável a quem tenha filhos pequenos.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>[O segundo ponto que referiu tem a ver com os filhos. Já constituiu um obstáculo o facto de ter de dizer que, às vezes, os filhos estavam doentes, já. Mas, lá está, ninguém gosta que uma pessoa esteja a trabalhar e que meia volta falta por causa do filho estar doente. <i>[Mas, também já lhe foi dito isso?]</i> Não, assim, directamente não. Mas, eu sei que se passa com pessoas que eu conheço</p> <p>Beatriz, 38 anos, casada, ensino secundário.</p>	<p>A percepção da discriminação diferida</p>

Maria reitera a noção de que o contexto familiar poderá um factor condicionador do acesso ao mercado de emprego, concluindo que este parece estar mais receptivo aos trabalhadores mais jovens e sem encargos familiares.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Eu entendo, pronto, é muito mais fácil contratar uma pessoa que se calhar está a procura do primeiro emprego, porque não tem tantas, ehh, tantos encargos com essa pessoa, do que uma pessoa que entra e que tem, pronto, já trabalhou, já sabe como as coisas funcionam, e, se calhar têm esse receio. Acho que a maior parte das empresas tem esse receio, que ter trinta e sete anos e ter uma família impede, não é?</p> <p>Maria, 37 anos, casada, ensino superior</p>	<p>Preferência: jovens e sem encargos familiares</p>

As entrevistadas referem meios diferenciados de procura de emprego, sendo que algumas accionam apenas algumas dessas modalidades e outras, como Maria, tendem a combinar estratégias de procura de emprego mais diversificadas, procurando, assim, abranger um maior número de ofertas.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Sim, estou inscrita em alguns <i>sites</i>, que me enviam directamente os anúncios. Ehhh, no Jornal de Notícias, e há outro, <i>on-line</i>, o Net-Emprego. (...) E, depois, pronto, há os contactos. Falo, tento também através de amigos e tudo, saber se há alguma possibilidade, se conhecem, isso também.</p> <p>Maria, 37 anos, casada, ensino superior</p>	<p>O investimento na diversidade de meios de procura</p>

Não obstante o maior ou menor investimento em diferentes formas de procura de emprego, as redes familiares e de interconhecimentos aparecem como sendo uma das modalidades através da qual as entrevistadas parecem depositar um maior dose de confiança para obterem um novo emprego. Na base desta situação pode encontrar-se, tal como no caso de Alexandra, uma experiência pessoal prévia bem sucedida que confirma e reforça esse capital de confiança.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>[A Alexandra disse-me que desde saiu do colégio tem procurado trabalho. Não sei como é que o faz. Envia currículos? Responde a anúncios?] Sim, sim, também. Há a família, familiares, amigos. [Qual é que acha que é, ou poderá ser a forma mais eficaz?] É assim, eu quando fui trabalhar para o colégio, foi através de um amigo. Um amigo do meu pai e ele agora falou-me outra vez, por causa da vaga da irmã.</p> <p>Alexandra, 41 anos, solteira, ensino superior.</p>	<p>A importância das redes familiares e de sociabilidade</p>

Beatriz reporta-se ao facto de a sua rede familiar de origem ser proveniente de uma zona geográfica distinta daquela em que reside. De facto, tal como Beatriz, uma parte considerável da população residente nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa não é originária desses territórios, configurando movimentos de migrações internas. Portanto, assiste-se também a um distanciamento físico das redes familiares que entre outras consequências, acaba por se manifestar também nesta dimensão. Isto é, Beatriz acredita que a área de influência da sua família se encontra confinada a Trás-os-Montes e que provavelmente a sua situação de desemprego já se teria resolvido se continuasse a viver aí.

Portanto, considera-se perante uma desvantagem relativa face a quem pode accionar essas influências neste território.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Lá está, [risos], porque em Trás-os-Montes eu já estaria a trabalhar, se estivesse a viver lá, porque o meu irmão está muito bem posicionado e o meu pai também tem relacionamentos que não tem aqui, infelizmente. [Risos] Eu lá, de certeza, que já estaria a trabalhar, só que através de conhecimentos, lá está. Aqui é diferente, é completamente diferente.</p> <p>Beatriz, 38 anos, casada, ensino secundário.</p>	<p>Os limites geográficos de influência das redes de interconhecimento</p>

O discurso produzido por Maria sobre a importância das redes de interconhecimento no processo de procura e obtenção de emprego é particularmente ilustrativo. A entrevistada socorre-se da figura da *cunha* e de *padrinho* para explicar que o facto de haver alguém que pessoalmente intercede e que reforça a candidatura a um emprego são factores cruciais para o sucesso desse empreendimento.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Ah, se tivesse uma cunha por trás [risos]. Não, é verdade? Também é um bocado isso. É, porque eu acho que funciona um bocado por conhecimentos, não é? (...) Embora ponham o anúncio, a vaga já foi preenchida. Embora, façam na mesma as entrevistas, porque têm que fazer, mas a vaga já está preenchida, à partida. É essencialmente um padrinho bem influente... É...neste momento não tenho.</p> <p>Maria, 37 anos, casada, ensino superior.</p>	<p>A importância do factor X</p>

As posturas evidenciadas pelos três exemplos mencionados traduzem alguma da fragilidade e fraca intensidade do mercado de trabalho, onde persistem modalidades de acesso desiguais e pouco ou, por vezes, mesmo nada claras. O reforço desta representação acaba por fortalecer a crença num forte condicionamento externo face ao qual os sujeitos pouca ou nenhuma margem de acção dispõem. Tal como Hespanha constata “o recurso ao interconhecimento, aos pares das suas relações ou a outras pessoas a que se tem acesso é, de facto, recorrente. As variações nos comportamentos de procura de emprego parecem,

assim, depender sobretudo do capital de conhecimentos que se tem e das oportunidades que vão surgindo num tempo e num calendário que são mais marcados pela dimensão subjectiva e relacional do que pela dimensão cronológica e objectiva” (2007: 161-162).

5. Padrões e especificidades biográfico-estruturais das situações de desemprego

A reconstituição do percurso educativo e das trajectórias profissionais das entrevistadas permitiu evidenciar a diversidade de situações que as doze narrativas em análise condensam, mas, também, destacar, em alguns momentos, os pontos de convergência que essas histórias de vida contêm. Essa plataforma heterogénea de situações objectivas de vida constitui agora uma importante referência para ancorar os sentidos e significados da produção intersubjectiva dos discursos produzidos sobre a situação de desemprego vivida e compreender os principais impactos e consequências enunciados pelas entrevistadas, bem como, discernir os diferentes graus de importância que essas dimensões assumem e descortinar possíveis factores responsáveis pela acentuação ou relativização dos principais efeitos que decorrem da situação de desemprego. No seio desta dimensão de análise, criaram-se dois eixos de observação que procuram distinguir as consequências objectiváveis e os impactos subjectiva e intersubjectivamente percebidos decorrentes da actual experiência de desemprego das entrevistadas.

5.1. Consequências objectiváveis da situação de desemprego

Nesta linha de análise enquadram-se os efeitos ditos objectiváveis da situação de desemprego, designadamente os que se encontram associados à dimensão financeira e aos recursos espaciais, temporais e ocupacionais das entrevistadas. À partida, é de esperar que o desemprego origine, por um lado, uma diminuição ou mesmo uma ausência de rendimento e, por outro, um aumento do tempo disponível para afectar a outras actividades,

que não o trabalho remunerado. Assim, procura-se compreender de que forma é que esta situação se traduz no quotidiano das entrevistadas.

5.1.1. A privação e dependência financeira

A produção teórica sobre o desemprego numa óptica microestrutural, portanto, centrada nos efeitos que tal situação produz ao nível do microcosmos do sujeito repete-se e converge sempre na importância que a esfera financeira assume perante tal cenário. A perda de emprego, mesmo originando o accionamento da protecção social, através da atribuição do subsídio de desemprego, à partida, traduz-se sempre numa considerável diminuição do rendimento dos sujeitos. De acordo com Decreto-Lei 220/2006, de 3 de Novembro, artigo 28º, “o montante diário do subsídio de desemprego é igual a 65% da remuneração de referência e calculado na base de 30 dias por mês”. No mesmo Decreto-Lei, no artigo 29º, sobre os limites ao montante do subsídio de desemprego, lê-se que “o montante mensal do subsídio de desemprego não pode ser superior ao triplo da retribuição mínima mensal garantida nem inferior a essa retribuição mínima”, referindo ainda que “nos casos em que a remuneração de referência do beneficiário seja inferior à retribuição mínima mensal garantida, o montante mensal do subsídio de desemprego é igual àquela remuneração”. Portanto, em todas as situações em que a remuneração mensal é superior à retribuição mínima mensal garantida, verifica-se uma diminuição de rendimento disponível. A definição do limite inferior do montante do subsídio de desemprego poderá originar, nos casos em que se auferia o salário mínimo, uma situação pouco ou nada desvantajosa. Contudo, não obstante o significativo número de pessoas abrangidas por essa situação, tal como Diana explicita, por vezes, observa-se uma considerável distância entre a situação salarial formalmente declarada e o rendimento efectivamente auferido que transita de forma não declarada de patrões para trabalhadores. Ora, nestas circunstâncias, os sujeitos tendem a

experienciar uma situação financeira real ainda mais constrangedora do que aquela que seria formalmente expectável.

Excertos Entrevistas	Análise
Ela dava-me noventa e cinco contos. Pronto, dava mais alguma coisinha, mas era por fora. Não metia no ordenado, mas dava por fora, por saber que as pessoas cuidavam bem dos idosos. Diana, 51 anos, divorciada, 1º ciclo ensino básico.	A distância entre o rendimento formal e o real e o seu impacto na actual situação de desemprego
O meu subsídio de desemprego era uma grande porcaria, era o salário mínimo que eles descontavam e o resto eram só subsídios. Fernanda, 38 anos, casada, ensino secundário.	
Normalmente, na isenção de horários não há hora de entrada, nem hora de saída. Mas, eu tinha hora de entrada, não tinha era hora de saída. (...) Eu não vou dizer que recebia mais por isso (...) o valor era o mesmo, só que o recibo é que vinha de maneira diferente. São aquelas coisas que se fazem... Maria, 37 anos, casada, ensino superior.	

Na óptica da receita, o desemprego, origina, então, uma situação desvantajosa que, com maior ou menor intensidade, exige uma reestruturação orçamental familiar, visando a continuidade do cumprimento de um conjunto de compromissos previamente assumidos e a manutenção de um nível de vida e de uma estrutura de consumo próxima da que existia anteriormente.

Excertos Entrevistas	Análise
(...) mesmo com o subsídio, é muito mais difícil eu fazer face às despesas que tenho e que tinha na altura. Na altura, tinha um nível que dava para determinadas despesas, que eu conseguia pagar direitinho não é? Tinha as coisas todas controladas. No momento em que deixo de receber, as coisas atrasam e, entretanto, embora esteja a receber o subsídio de desemprego, é difícil fazer face a tudo isso. Maria, 37 anos, casada, ensino superior.	A dificuldade inerente à manutenção do controlo orçamental

No caso português, os anos noventa transportam consigo um rápido e intenso ritmo de crescimento do nível de endividamento. As transformações ocorridas no mercado crédito, designadamente, a liberalização e a intensificação da concorrência interbancária associadas

a baixas taxas de inflação e de juros, promoveram uma maior acessibilidade das famílias e dos indivíduos aos sistemas de crédito, conduzindo a uma expansão do endividamento. De acordo com Frade, “em Portugal, em menos de vinte anos, passou-se de uma taxa de endividamento (medida em percentagem do rendimento disponível) de pouco mais de 18%, em 1990, para uma taxa de 130%, em 2007, uma das mais elevadas de toda a União Europeia” (2008: 5). O custo com a habitação apresenta-se geralmente como um dos principais compromissos financeiros assumidos pelas famílias. Ora, tal como Helena refere, as condições orçamentais, na base das quais os compromissos de crédito são assumidos, modificam-se perante a situação de desemprego e a concomitante diminuição dos recursos financeiros disponíveis, exigindo um esforço maior por parte das famílias e dos indivíduos para cumprir com as prestações devidas. Assim, não obstante os benefícios decorrentes do sistema de crédito, os seus efeitos adversos encontram-se também bastante presentes, pois tal como Frade explica, “ao hipotecarem uma parte do seu rendimento futuro para prover a satisfação de necessidades presentes, os consumidores ficam especialmente vulneráveis aos acontecimentos imprevistos que possam vir a comprometer essa capacidade financeira futura. Isto poderá ocorrer quer pela verificação dos chamados ‘acidentes de vida’, como situações de desemprego, alterações da estrutura familiar ou problemas de saúde, quer pela transformação que se observa actualmente na estrutura do mercado de trabalho, através da fragilização dos vínculos contratuais e do aumento da mobilidade da força de trabalho” (2008: 6).

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Foi, foi afectada. Basta dizer que três meses sem ordenado, não é? Mais, na altura, eu estive dois meses e meio (...) sem receber do centro de desemprego, digamos que, feitas as contas, foram cinco meses e tal depois, sem receber ordenado. Com os encargos que já tinha assumido, não é? É que nós assumimos encargos, quando trabalhamos. Tinha um empréstimo ao banco para obras de habitação, contraí um empréstimo. É claro que essas despesas mantêm-se, não ficam no desemprego, não é?</p>	<p>As despesas que “não ficam do desemprego”</p>
<p>Helena, 46 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	

Uma das razões que explica o aumento do recurso ao crédito, prende-se com o facto de este ter permitido solucionar o problema da habitação de muitas famílias, tornando-se na principal componente do seu endividamento e, em muitas situações, o principal destino de uma parte considerável do respectivo rendimento disponível. No caso de Clara e de Emília, a ausência de encargos financeiros com a habitação é avaliada como uma vantagem fundamental para a manutenção do equilíbrio orçamental familiar na actual situação de desemprego.

Excertos Entrevistas	Análise
Eu, por acaso, não tenho renda a pagar. Aí facilitou-me muito, porque se eu tivesse uma renda e uma casa a pagar eu tinha que me desenrascar, porque mesmo com o desemprego era pouco.	A vantagem da inexistência de encargos com a habitação
Clara, 49 anos, casada, 1º ciclo ensino básico.	
Ora bem, por acaso, eu casa tenho sempre, porque não pago renda, já é uma ajuda grande. Já não ter a renda. Agora, prestação da casa e essas coisas não tenho. E já é uma ajuda muito boa, porque eu sei de pessoas que estão aí, com a corda ao pescoço, não é?	
Emília, 45 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).	

No caso de Diana, a sua situação de desemprego traduziu-se na impossibilidade de manter a despesa com a habitação que mantinha até aí. De facto, o salário da entrevistada constituía a fonte de rendimento exclusiva do agregado familiar, pelo que, na actual situação de desemprego e perante um substancial decréscimo do rendimento disponível (agravado pela diferença entre o salário formal e o salário real de que usufruía), não lhe foi possível manter essa despesa. A solução encontrada passou pela co-habitação com uma das filhas, contudo Diana sente que (também) essa é uma situação precária e geradora de incerteza sobre o futuro.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Eu vivia numa casinha em Vila D'Este, mas, como fiquei desempregada, não tive hipótese de pagar a casa. Tava com outra minha filha menor e, como essa minha filha tinha alugado uma casinha, ela disse “oh, mãe, pronto, não tens hipótese, vens para a minha beira”. Pronto, ela para já é solteira, não tem ninguém, mas de hoje para amanhã ela pode querer fazer a vida dela e não me querer junto com ela, não é? (...) Então, eu tou a viver agora com ela.</p>	<p>A perda da habitação própria</p>
<p>Diana, 51 anos, divorciada, 1º ciclo ensino básico.</p>	

Os constrangimentos orçamentais gerados pelo desemprego reflectem-se na lógica das despesas, mas poderão também obrigar a reequacionar as fontes de receitas. No caso de Diana, houve a necessidade de repensar a lógica ocupacional do agregado familiar visando justamente, o incremento das fontes de rendimento. Assim, uma das filhas que co-habitava consigo abandonou o sistema de ensino que frequentava e integrou-se no mercado de trabalho, acumulando as funções profissionais, que permitem o equilíbrio orçamental familiar, com o prosseguimento dos estudos em regime nocturno.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Fiquei desempregada e pronto. (...) A minha V. tinha, eh, pronto ainda estudava. “Oh, mãe deixa lá que eu vou trabalhar. Deixo os estudos e vou trabalhar!” E foi, deixou o décimo primeiro incompleto para começar a trabalhar. E agora anda a estudar à noite. (...) Para quê? Para poder a gente ter uma casinha para se abrigar e ter as nossas coisinhas.</p>	<p>A reorganização funcional do agregado familiar</p>
<p>Diana, 51 anos, divorciada, 1º ciclo ensino básico.</p>	

Na dimensão das consequências objectiváveis da situação de desemprego, o tipo de agregado familiar em que as entrevistadas se encontram inseridas parece ser bastante relevante. Na maioria das situações analisadas, a família funciona como sistema de apoio e de amortecimento dos efeitos objectivos da perda ou diminuição de rendimento, decorrente da situação de desemprego. No caso de Alexandra, solteira e a viver com os pais, verifica-se, por um lado, a ausência de compromissos financeiros de vulto, associados pela

entrevistada, com a questão habitacional e a maternidade, por outro lado, o facto de co-habitar com os pais constitui aqui uma plataforma de segurança que assegura que um conjunto de despesas vitais (habitação, alimentação, etc.) estarão, à partida, afiançadas.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Eu sou solteira, não é? Vivo com os meus pais e com a minha irmã. É assim, eu se calhar sou um bocado egoísta [<i>Risos</i>]. (...) Porque há pessoas que são casadas, que têm filhos, têm prestações para pagar e essas coisas. E, eu, por acaso, graças a deus, não tenho esses problemas.</p> <p>Alexandra, 41 anos, solteira, ensino superior.</p>	<p>A vantagem da situação social objectiva</p>

Por seu turno, Joana experiencia a coabitação com o agregado familiar de origem de uma forma muito distinta. O equilíbrio orçamental familiar é bastante precário e assenta em boa medida no contributo dos seus rendimentos. A entrevistada refere-se a um período determinado da sua vida em que, estando desempregada e tendo o seu pai ficado doente, subitamente a única fonte de rendimento provinha da reforma por invalidez da mãe, um montante claramente insuficiente para fazer face a compromissos mensais essenciais relacionados com a renda, o pagamento da água, luz etc. O contributo de Joana para o orçamento familiar revela-se aqui absolutamente essencial. Contudo, a entrevistada lamenta o facto de essa contribuição não lhe permitir manter um montante próprio para alocar às suas despesas individuais.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Depois, é complicado, porque é assim tenho trinta e cinco anos, preciso das minhas coisas e não tenho (...). Senti um desespero tão grande, a minha mãe inválida e o meu pai acamado. E cheguei, porque na altura que o meu pai entrou para a reforma, tivemos seis meses sem ele receber dinheiro nenhum, só quarenta contos da minha mãe, eu entrei em desespero, com outra depressão. Foi o mês mais complicado da minha vida, porque nunca passei por esta experiência de, como é que eu hei-de dizer, não pagar a renda, não pagar o gás, não pagar a água, para mim foi muito confuso. Quando recebi, ajudei os meus pais, mas só que é tão pouco, que não dá para eu me vestir, para me calçar, para as minhas coisas.</p> <p>Joana, 35 anos, solteira, 1º ciclo ensino básico.</p>	<p>A obliteração das necessidades individuais pelo contexto familiar</p>

A questão levantada por Joana, sobre a insatisfação decorrente da inexistência de um orçamento individual, é, por outros motivos, abordada e desenvolvida por Graça. No caso desta entrevistada, o impacto da sua situação de desemprego nas condições económicas do agregado familiar foi minimizada pelo facto de o seu cônjuge se encontrar a trabalhar e auferir de um rendimento que permite fazer face às principais despesas familiares. Contudo, o ponto-chave referido por Graça, e motivo de uma ampla mágoa e frustração da entrevistada, reside no facto de ela, estando desempregada e sem fonte de rendimento próprio, se ver na dependência directa do seu cônjuge para obter todo e qualquer recurso de natureza económica. Um percurso de vida pautado por uma precoce inserção profissional alicerçou um auto-conceito de emancipação individual baseado na obtenção de rendimento, ora, quando tal situação se altera, é de esperar que também o auto-conceito se modifique e, neste caso, se fragilize, contribuindo para a depressão mencionada pela entrevistada.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Não senti muito, porque é assim, o meu marido, graças a Deus, dá para a nossa casa e para comer, graças a Deus. Mas, senti o momento que era assim: ele tinha que me dar e eu tinha que lhe pedir. Isso para ele era uma vitória. E eu, para mim, era matar-me. Ai meu Deus, nem quero que me lembre, que eu tinha de chegar à beira dele e dizer, “olha preciso de dinheiro para isto, preciso de dinheiro para aquilo”, e isso eu nunca tive... Tudo o que tive em solteira, foi à minha custa, para ter as coisas. A minha mãe nunca me deu nada. E como eu sempre trabalhei, para ter aquilo que quero e consegui ter, para mim ter que lhe pedir dinheiro... Não me sentia nada bem. Ai, sentia-me tão mal e por isso mexia-me com a minha cabeça. Depois, só me apetecia dormir, só me apetecia estar fechada. Não ver ninguém. Era assim! Era ver-me em depressão. Ter de pedir dinheiro a ele, a mim custava-me imenso e eu sei que para ele era uma alegria.</p>	<p>A perda de autonomia e o aumento da dependência conjugal</p>
<p>Graça, 35 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	

Luísa descreve uma situação objectivamente idêntica à de Graça, ou seja, perante a sua situação de desemprego, a manutenção do frágil equilíbrio orçamental depende fortemente

do contributo salarial do cônjuge. Contudo, neste caso o sentimento de privação financeira associado ao desemprego não acompanha o desenvolvimento de uma sensação de dependência face ao cônjuge.

Excertos Entrevistas	Análise
Tinha o subsídio de desemprego. O meu marido trabalhava na SC, era o que me valia, que ele ganhava um ordenadinho mais ao menos, mas as despesas também eram muitas. Tinha os dois filhos na escola e eu ficava em casa, mandava os filhos para a escola e dizia: “eu não irei arranjar emprego?”	O equilíbrio em dependência
Luísa, 54 anos, casada, 1º ciclo ensino básico.	

A maioria das mulheres entrevistadas tem entre um a quatro filhos com idades muito variáveis. Sobretudo no caso das entrevistadas cujos filhos são menores de idade e permanecem em contexto de coabitação, verifica-se uma clara preocupação em minimizar os impactos da deterioração do orçamento familiar na estrutura de hábitos e de despesas habitualmente assumidas com esses descendentes, por vezes, tal como refere Emília, em detrimento das necessidades pessoais.

Excertos Entrevistas	Análise
Mudanças... (...) Ora bem, como é que eu hei-de explicar? Cortar ao orçamento familiar, não é? É preciso uma coisa, este mês não pode ser, compra-se para o mês que vem e é assim. Os filhos, os filhos tem-se que dar o que eles precisam e a gente, ehh. Hoje é para os filhos, amanhã é para nós.	A primordialidade das necessidades filiais
Emília, 45 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).	

Tal como Frade explica, na actualidade “a prática de determinados actos de consumo serve para forjar a identidade social, a sua ausência alimenta processos de hetero e auto-exclusão, facilitando a marginalização social dos que não conseguem acompanhar os comportamentos dominantes dos respectivos grupos” (Frade, 2008: 4). A situação apresentada por Diana, sobre os padrões de consumo de referência da sua filha adolescente, pode ser considerada ilustrativa desse cenário. Diana exprime com pesar a sua actual incapacidade de satisfazer as necessidades de consumo da sua filha, bem como

a impossibilidade de aplacar a revolta e frustração que a mesma diz sentir perante a actual privação financeira.

Excertos Entrevistas	Análise
Ela vê as amigas dela com roupas boas, só roupas de marca, só sapatilhas de marca. E ela não tem, ela sente-se revoltada. Revolta-se contra mim, que não tenho a culpa. E eu digo-lhe, que não tenho (...). O dinheiro que ganhamos é para a renda, para a água e para a luz e para comermos alguma coisa. Pronto, ela aí acalmou e está mais calma. Ainda este mês, quando veio o meu dinheiro, lá lhe fui dar umas sapatilhas, das mais baratinhas. Ela gostava de umas mais caras, mas eu não posso, não posso.	A dissonância dos padrões de consumo
Diana, 51 anos, divorciada, 1º ciclo ensino básico.	

A gestão de um orçamento mais curto passa necessariamente pela eliminação de algumas despesas. Helena prescindiu dos serviços de manutenção doméstica habitualmente prestados por uma empregada. Contudo, é curioso notar que a justificação da entrevistada para essa decisão passa pela dimensão de poupança que lhe está associada, mas sobretudo pela diminuição do sentimento de inutilidade que diz sentir e que se dilataria se, estando desempregada, mantivesse essa situação. No que diz respeito às férias, o Código de Trabalho refere que o trabalhador tem o direito, irrenunciável, a um período de férias retribuídas em cada ano civil. Ora, à perda do estatuto de trabalhadora, associa-se, no caso de Helena, a perda desse direito, reportando-se à impossibilidade financeira de manter essa despesa, uma vez que já não aufero do respectivo subsídio. Hespanha explica que “o tempo ao deixar de ser definido pela alternância entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, priva o desempregado da participação nos ritmos colectivos. As férias e os fins-de-semana, por exemplo, tendem a ser destituídos de sentido, uma vez que não há um tempo de trabalho que os anteceda ou lhes suceda” (2007:136)

Excertos Entrevistas	Análise
<p>(...) Quando trabalhava, tinha uma senhora que me ajudava. Não era para me fazer o serviço, era para ajudar. (...) Depois, quando fiquei desempregada (...), disse à senhora que eu ia ficar desempregada, por isso agora vou fazer eu o meu serviço. Pronto, agora tenho a minha vida de casa e faço-a. (...) Ela a trabalhar e eu em casa, nem ficava bem. (...) Também não me sentia bem... Os dinheiros a serem mais curtos e eu estar em casa, a não fazer nada. Então, aí é que eu me sentia mesmo uma inútil, por amor de Deus! Não me sentia bem, estar a estragar dinheiro e estar ali, sentada, não é o meu feito.</p> <p>(...) Nas férias, quando trabalhava, tirava sempre aí uma semaninha ou quinze dias de férias e ia até ao Algarve ou ia até Lisboa, para o Alentejo ou assim, agora não vou. Porquê? Não tenho subsídio de férias e com o dinheiro do meu marido não dá.</p>	<p>Cortar nas despesas, apaziguando o sentimento de inutilidade</p>
<p>Helena, 46 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	

5.1.2. *Dentro de portas: a reestruturação temporal, espacial e ocupacional*

Apesar da crescente proliferação de formas atípicas de emprego, o emprego, na sua acepção mais emblemática implica o cumprimento de um horário de trabalho, num local previamente definido para o efeito, onde se desenvolve um conjunto de tarefas inerentes à actividade profissional em causa. Neste sentido, o emprego assume uma função estruturadora do tempo disponível do sujeito. Simultaneamente, porque existe um local de trabalho distinto do reduto doméstico, implica uma deslocação do indivíduo para o local do trabalho e a sua permanência pelo tempo acordado nesse espaço. Existe um tempo e um espaço que se determina para a concretização de uma acção, neste caso, de cariz laboral, significando, então, que o trabalho é uma fonte geradora de contínua actividade, em que o indivíduo se implica para desenvolver. Ora, a par da deterioração da situação financeira, outro dos impactos decorrentes da situação de desemprego prende-se com a transformação da estrutura temporal, espacial e ocupacional do quotidiano dos sujeitos.

No caso das entrevistadas, as três dimensões enunciadas (tempo, espaço e ocupação) encontram-se profundamente interligadas e dominadas pelo jugo familiar, pela centralidade das tarefas domésticas e, quando existem, pela rotina do cuidado com os filhos.

Uma das grandes inquietações das entrevistadas parece passar pela manutenção de um determinado nível de actividade e, por isso, há uma grande preocupação em adoptar ocupações de substituição. Generalizadamente, as entrevistadas recusam a ideia de a situação de desemprego que experienciam equivaler à situação de “estarem paradas”, mas são sobretudo as tarefas de manutenção doméstica que assumem uma grande importância no seu domínio ocupacional. É sabido que o tempo dedicado pelas mulheres e pelos homens às actividades inerentes à vida familiar é bastante desigual. Não obstante as transformações em curso ao nível da inserção no mercado de trabalho e na concepção dos modelos familiares, no interior da família, a divisão de tarefas é bastante assimétrica e a sobrecarga continua a ser feminina. Estando ou não inseridas no mercado de trabalho, são as mulheres que asseguram o essencial das tarefas domésticas e dos cuidados com as crianças (a este respeito vd. INE, 1999, Inquérito à Ocupação do Tempo³²). Nesta perspectiva, a situação de desemprego poderia ser entendida como vantajosa, porque a ausência de participação em actividades de trabalho remunerado contribuiria para atenuar ou eliminar as múltiplas jornadas de trabalho a que, em geral, a população feminina se encontra acometida. Porém, tal como Ávila refere, “a realização das tarefas relativas à reprodução, entendida aqui como processo de procriação, manutenção e desenvolvimento dos seres humanos, são contabilizadas como parte da dinâmica natural da vida cotidiana, cuja responsabilidade, (...), está a cargo das mulheres” (2004: 7). Isto é, as tarefas inerentes ao reduto doméstico constituem uma tradicional atribuição feminina, pelo que a situação de desemprego se revela desvantajosa, porque reforça o vínculo da mulher com a

³² Os dados do INE tornam claro que, a maior assimetria na distribuição do tempo da população empregada, mulheres e homens, pelas várias actividades, se situa a nível dos cuidados à família e do trabalho doméstico. Com efeito, se as mulheres dedicam uma média de 3 horas por dia aos trabalhos domésticos, os homens só lhe

esfera privada, retirando-a de uma participação vital na esfera pública, o domínio laboral, fortalecendo, assim, a visão da mulher como principal responsável pelas actividades de “criar e cuidar”.

Excertos Entrevistas	Análise
Eu, parada não estou, vou cuidando dos meus animais de estimação, que eu adoro, olho por eles, dou-lhes carinho e também a minha casa é bastante grande (...). Agora, já estou mais ocupada, não é? Já vou a manhã toda para lá é para uma boa causa, não é? E depois, de tarde, a partir das três horas começo a minha rotina na minha casa, dos meus filhos, roupas, os animais, os pátios, tudo.	A domesticação da rotina diária
Helena, 46 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).	

A par das tarefas de casa, o cuidado com os filhos e os netos passa também a desempenhar um papel importante no quotidiano destas mulheres. Clara refere justamente a importância que o cuidado com o neto assume na sua vida actual: por um lado, tem a função de cuidar dele e, por outro, considera que, dessa forma, auxilia a filha, libertando-a do encargo financeiro que um infantário significaria e, assim, fomenta o seu sentimento de utilidade para com o agregado familiar. A este respeito Ávila constata que “são as mulheres que liberam o tempo de outras mulheres. As mulheres de classe média e alta estão apoiadas no trabalho de outras mulheres – que formam a categoria das empregadas domésticas – para se liberarem no seu quotidiano das tarefas domésticas. Quanto às mulheres pobres, estas não têm acesso à lata tecnologia para uso doméstico nem contam com recursos para contratarem outras mulheres. O que se produz neste caso são redes de solidariedade comunitária ou familiar nas quais as mulheres trocam entre si o cuidado com as crianças e fazem as outras tarefas (...)” (2004: 9).

consagram 20 minutos. As crianças e os adultos recebem muito pouco apoio dos homens empregados (7

Excertos Entrevistas	Análise
<p>(...) na altura, a minha filha tinha tido um bebé e eu disse-lhe já que estou por casa, deixa-o cá que eu olho por ele. <i>[Então, substituiu uma coisa por outra?]</i> <i>(Risos)</i> Sim, ao menos ele veio para me distrair um bocadinho e prontos... (...) Eu acho que se não tivesse o menino, sentia mais falta. Agora, com o menino é uma rotina mais... Estou sempre à espera que ele venha, aquela coisa. Agora não sinto muito. Sinto-me bem.</p>	<p>Actividade de substituição no desemprego e solidariedade familiar</p>
<p>Clara, 49 anos, casada, 1º ciclo ensino básico.</p>	

Emília apresenta uma situação da sua estrutura ocupacional que se explica, em grande medida, pela especificidade geográfica da sua residência e pelos seus hábitos familiares. De facto, no caso de Emília, encontra-se presente uma estratégia operativa próxima do que se esperaria encontrar em estruturas familiares semi-campesinas. Existem fortes disposições relacionadas com o ser e agir no âmbito familiar e nas relações de parentesco no concernente ao poder de disposição sobre a casa e a terra. Regista-se no seu discurso uma preocupação em evitar os riscos inerentes aos sistemas de crédito e à intensificação do trabalho e/ou diminuição quantitativa e/ou qualitativa do consumo, como forma de prover às necessidades de força de trabalho com um mínimo de custos, e assim manter a estabilidade da unidade doméstica.

minutos por dia) quando as mulheres lhes dedicam quase quatro vezes mais tempo (27 minutos).

Excertos Entrevistas	Análise
<p>E a minha mãe tinha uma casa no quintal que é bastante grande e nós fomos para lá. E também é onde me entretenho... (...) tenho batata, tenho feijão, tenho hortaliça, cebolas, tenho muita coisa... [<i>Já é uma ajuda também...</i>] Ah! Muito grande, porque eu também crio galinhas (...) tenho as galinhas e os ovos, não é? [<i>Mas também dá trabalho, não é?</i>] Pois dá. Eu passo o dia todo a dar-lhe. [<i>Como é que é um dia típico da Emília?</i>] Um dia? Ora, primeiro levanto-me, faço o almoço para ele levar, quando tem trabalho, quando não tem, não faço. E depois, vou para o quintal. Ao almoço, se só sou eu em casa, como uma sopa (...), aqueço uma sopinha e para mim, fico bem, depois vou outra vez, é o que eu faço. [<i>Mas, fica lá um dia inteiro?</i>] Ah, sim o dia inteiro, aquilo dá muito que fazer.</p>	<p>Actividades de substituição e agricultura de sobrevivência</p>
<p>Emília, 45 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	

Beatriz atende a todas as actividades e tarefas que tem de desempenhar e encara-as com a disciplina de um emprego, estipulando horários e ritmos para os diferentes compromissos. No caso desta entrevistada, a possibilidade de dispor de um veículo automóvel e da mobilidade que lhe está associada potencia um sentimento de maior desvinculação do reduto doméstico.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Eu estou sempre a sair, também tenho carro para me deslocar, graças a deus. Portanto, eh, eu gosto imenso de ler e tenho de ter uma altura só para mim, um bocadinho. Neste momento, claro que também tenho as tarefas de casa, mas tenho tudo organizado, tenho um plano e tudo. Ora bem, no fundo, é também como se estivesse num trabalho. Claro que é diferente, mas não me coíbo de sair, vou ali, vou acolá, não paro. E, depois, em casa, tenho os meus horários para ir à <i>internet</i>, para ver, para pesquisar. Tenho tudo organizadinho. Depois tenho o meu filho para ir buscar, tenho de lhe dar de almoçar e eu tenho já, justamente, organizado, Tem que ser, se não, também não dava.</p>	<p>As condições para uma apropriação individualista do tempo</p>
<p>Beatriz, 38 anos, casada, ensino secundário.</p>	

No caso de Alexandra, a situação de desemprego traduziu-se no regresso à colaboração na empresa detida pelo seu pai. Assim, aqui não se coloca a ausência de uma actividade profissional, uma vez que esta se encontra assegurada. Não obstante, Alexandra sente-a

como um prolongamento da esfera familiar e, tratando-se de uma actividade para a qual não se considera vocacionada, fonte de insatisfação.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>É o estar parada. Quer dizer, eu não estou parada, porque eu vou ajudando o meu pai. Só que não é bem naquilo que eu, ehh, pronto que eu gosto de fazer. Eu gostar, gostava de trabalhar na minha área. Alexandra, 41 anos, solteira, ensino superior.</p>	<p>A principal fonte de insatisfação</p>

Em termos temporais, o principal compromisso assumido e organizador das restantes actividades do dia das entrevistadas relaciona-se com o facto de terem filhos em idade escolar e com a necessidade de cumprirem e de se ajustarem aos respectivos horários lectivos, no que respeita à preparação das suas refeições e assegurando, no caso de Beatriz, o seu transporte.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>As mudanças, uma pessoa está a trabalhar tem uma rotina a cumprir, enquanto na outra situação é completamente diferente. Tem efectivamente também uma rotina, mas é uma rotina de levar os filhos à escola e depois ficar à espera deles, quer dizer, depois é tentar andar de um lado para o outro a ver se encontra alguma coisa, andar à procura, não é? Beatriz, 38 anos, casada, ensino secundário. (...) eu levanto-me às sete da manhã, porque os meus filhos vão para a escola às oito e eu levanto-me para chamá-los, ajeito-lhes o pequeno-almoço e, depois, pronto, eles vão e eu começo a fazer as minhas tarefas de casa. Às oito e meia já vem o meu neto e pronto estou em casa assim. Tomo conta dele e estou em casa. Clara, 49 anos, casada, 1º ciclo ensino básico.</p>	<p>Rotinização e sociabilidades domésticas</p>

A análise dos registos ocupacionais e da estruturação temporal no quotidiano das entrevistadas aponta para a casa como o espaço por excelência destas mulheres em situação de desemprego. Clara reconhece essa alteração, por comparação aos hábitos diários que mantinha quando trabalhava. Contudo, aponta para situações que lhe são próximas em que essa transformação não foi tão drástica, mas justifica e fundamenta o seu

estado tendo em consideração a dimensão da sua família e os imprescindíveis cuidados que lhe presta. No caso de Graça, a manutenção da centralidade do espaço doméstico explica-se pela debilidade da actual situação financeira, mas também, como se verá mais detalhadamente no próximo ponto, pela desmotivação generalizada que Graça tem sentido desde que se encontra desempregada e pelos efeitos que esse estado de espírito gera, designadamente, pela drástica redução no investimento na sua imagem e na sua apresentação aos outros.

Excertos Entrevistas	Análise
(...) uma pessoa nos primeiros tempos sente um bocadinho isso, porque começa-se a ficar muito tempo em casa. Prontos, porque eu tenho amigas que não passam assim tanto tempo em casa, mas também não têm a família tão grande como eu. Tenho que passar mais em casa. Clara, 49 anos, casada, 1º ciclo ensino básico.	
(...) uma pessoa está em casa e diz “ah, vou à rua”, mas depois custa sair. (...) Por exemplo, como é que eu hei-de explicar...Eu, estando em casa, muitas das vezes digo, “ah não vou sair, vou sair para quê”. Não é? Muitas das vezes, a gente, às vezes, até quer ir, mas não vai “oh, para quê? Ter de me estar a arranjar e, depois, é só para gastar dinheiro. Olha, não vou”. Graça, 35 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).	A ausência da rotina laboral

No caso das entrevistadas em análise, há uma relação profundamente imbricada e de quase sobreposição entre a dimensão ocupacional, temporal e espacial nos seus quotidianos de desemprego. Ávila (2004) considera que quando as pessoas em situação de desemprego se encontram sem nenhuma fonte de remuneração ou, acrescente-se, têm recursos financeiros muito limitados, não têm como usufruir do tempo. O autor justifica essa afirmação explicando que as pessoas nessas situações “são «desintegradas» do ritmo cotidiano, são discriminadas e sem acesso às actividades de lazer e de consumo. Perdem mobilidade, e, o que é mais grave, ficam sem poder aquisitivo para manutenção da própria vida. Passam a ser dependentes, viver em função do que vem da outra pessoa, ou ficam totalmente excluídas. E nessas situações o tempo não lhes pertence pois não estão em

condições de manipulá-lo de acordo com os seus desejos e necessidades” (Ávila, 2004: 6-7). Portanto, em última instância, inicia-se um processo de deterioração da qualificação social do sujeito, ou, como diria Paugam (2003), a possível escalada de um percurso de desqualificação social.

5.2. Impactos subjectiva e intersubjectivamente percebidos

A actividade profissional remunerada exerce uma função estruturadora dominante, cuja perda acarreta consequências de vária natureza. No ponto anterior, analisaram-se algumas das consequências, classificadas como objectiváveis, registadas nos discursos das entrevistadas. Neste ponto, tem lugar a análise de alguns dos efeitos de natureza subjectiva e intersubjectiva decorrentes das situações de desemprego em estudo. Privilegia-se aqui a narrativa dos sentimentos e das emoções que a situação de desemprego produz, bem como os seus potenciais impactos na reavaliação dos respectivos auto-conceitos e a sua ligação ao modo como as inter-relações com o Outro são condicionadas ou transformadas.

O estudo do desemprego, ou melhor das pessoas em situação de desemprego, presta-se a abordagens de cariz muito diverso. Numa perspectiva cognivo-comportamental, esta situação aparece como sendo potenciadora de quadros depressivos de cariz clínico (Gomes, 2003). Os casos de Diana e de Graça são ilustrativos dessa situação. De facto, para estas entrevistadas, o desemprego encontra-se associado à depressão e ao esgotamento que viveram.

Excertos Entrevistas	Análise
E, prontos, como fiquei desempregada, eu não aceitei muito bem. E como eu não aceitei muito bem fiquei com o sistema, eh, muito alterado. Tive que tomar medicação para, eh, depressivos, estou a tomar calmantes para dormir. Diana, 51 anos, divorciada, 1º ciclo ensino básico.	Estados depressivos

Eu não encarei muito bem, estar em casa. Tanto não encarei, que eu fiquei com um esgotamento e tudo. Eu fiquei muito mal. É assim, eu não me sentia útil e eu tenho que estar ocupada.

Graça, 35 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).

Este tipo de abordagem centra-se na “observação da interacção entre um comportamento individual e o seu ambiente próximo e de como um sistema cognitivo em que a pessoa tem uma visão negativa de si e do que a rodeia vai influenciar o seu comportamento. Em resposta ao stress, e particularmente ao stress que é relevante para a perda de controlo sobre as circunstâncias que o rodeiam, há um aumento desta visão negativa de si, das suas experiências e do mundo bem como do futuro” (Gomes, 2003: 77). Esta análise permite compreender o discurso de Maria e de Beatriz sobre os efeitos da situação de desemprego nos seus estados emocionais mais comuns e no esvaziamento da crença de um futuro mais promissor e, conseqüentemente, na margem de acção e nos recursos pessoais de que cada uma dispõe para transformar essa realidade.

Excertos Entrevistas	Análise
É assim, é sobretudo a nível psicológico. É lógico que, por muito que a gente tente andar contente e alegre, tem sempre aquela preocupação: pronto, estou desempregada, tenho que educar os miúdos, e isso é um bocadinho... Afecta-me um bocadinho. Não estamos sempre bem dispostos, é lógico, há alturas difíceis e isso complica um bocadinho...	A fragilização da auto-estima
Maria, 37 anos, casada, ensino superior	
E agora, agora, ehh, é isto, é ver, é procurar... Só que há alturas em que a pessoa fica com a auto-estima em alta e vai outra vez à luta, mas, às vezes, chega ao fim, entra nesse ciclo de desespero e fica completamente assustada.	
Beatriz, 38 anos, casada, ensino secundário.	

Um dos sentimentos referidos pelas entrevistadas prende-se a alteração da sua percepção individual de utilidade. Não obstante os esforços desenvolvidos pelas entrevistadas, no sentido de adoptarem actividades de substituição ocupacional, a inactividade, mas

sobretudo a percepção de uma diminuição da utilidade do seu trabalho e da auto-estima é um dos aspectos referidos nos discursos analisados.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Até porque eu era uma pessoa cheia de genica, muito activa, eu andava sempre a correr desde pequena (...), isso era eu, sempre a correr. Muito ano a trabalhar e sempre a correr, sempre a correr, sempre tudo alinhadinho e de repente, como eu costumo dizer, tiraram-me a ficha e eu fiquei assim, sem actividade é muito chato! É muito mau para quem trabalha tantos anos e se sente útil e de repente ficarmos assim. Fiquei... Eu entrei... Fiquei num buraco sem fundo porque é muito mau, muito mau.</p>	<p>Estados de desânimo</p>
<p>Helena, 46 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	

No seguimento da reflexão sobre os usos do tempo apresentada no ponto anterior, as entrevistadas referem predominantemente como actividades de substituição as tarefas de cariz doméstico. Ora, tal como Ávila explica, “o trabalho doméstico, base material de sustentação das necessidades cotidianas, é, nessa forma de organização social, inteiramente destituído de valor social” (Ávila, 2004: 7). Portanto, “um trabalho considerado sem valor leva a uma situação onde o tempo empregado na sua realização não é medido, não é visível (...). Por tradição, o tempo do trabalho doméstico é elástico, sem limites, sem valor, parte da existência das mulheres” (Ávila, 2004: 7-8). É justamente nesse sentido que Clara expressa algumas das inquietações que, por vezes, a assolam, referindo-se à invisibilidade do trabalho doméstico e à ausência de recompensas simbólicas (reconhecimento pelo Outro) e materiais que ele comporta.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Há dias que se a gente se puser a pensar... Pensa, mas afinal, estamos só em casa, não é? E é assim, o trabalho de casa, por muito que a gente faça... (<i>risos</i>) parece que anda sempre a fazer o mesmo e pessoas não dão aquele devido valor, não é? Costuma dizer-se que o trabalho de casa não se vê. E, depois, não se ganha também.</p>	<p>A invisibilidade do trabalho doméstico</p>
<p>Clara, 49 anos, casada, 1º ciclo ensino básico.</p>	

Um dos aspectos mais valorizados pelas entrevistadas na sua anterior ocupação laboral relaciona-se com a dimensão de convivialidade que se lhe encontra associada. Comparativamente, tal como explica Beatriz, a situação de desemprego traduz-se, então, num estado de maior isolamento, porque o quotidiano se encontra privado dos(as) colegas de trabalho e do novos contactos que a actividade profissional eventualmente potenciava.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>[<i>Sentiu que, estando desempregada, há uma tendência para um maior isolamento?</i>] Sim, sim, não tenho dúvidas. Estando a trabalhar, tem-se contactos, convivência, tem-se tudo. O dia-a-dia com as pessoas, depois o contacto com caras novas com colegas.</p> <p>Beatriz, 38 anos, casada, ensino secundário.</p>	<p>Os contactos sociais em contexto laboral</p>

Concomitantemente, um estado emocional depressivo, por vezes, associado às situações de desemprego tende a promover ainda mais o isolamento. Atente-se no testemunho de Helena que refere um desânimo progressivo, traduzido na ausência deliberada de contactos sociais, situação que potencia e reforça a sensação de isolamento que a própria situação de desemprego origina.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>No dia que me vim embora, comecei a chorar... E não consegui, eu disse que deixava um pedaço de mim ali dentro e continuei a chorar e depois [<i>choro</i>]. Mas, não sei, cada vez comecei a ficar mais desanimada. Não saía de casa, só queria estar isolada, comecei a não ter vontade, não é?</p> <p>Helena, 46 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	<p>O tendencial isolamento</p>

Emília refere que tentou manter os contactos sociais gerados em contexto laboral, através de algumas visitas ao antigo local, contudo deixou progressivamente de accionar essa estratégia e admite que actualmente os seus contactos se encontram confinados à sua rede familiar directa.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Eu pouco estou com elas. No início, eu ia à firma, às vezes, mas os padrões parece que faziam assim, um bocado, não sei... Não ficavam muito agradados e depois também deixei de ir. <i>[Então, às vezes, vai lá, não é?]</i> Às vezes. Há, outras vezes que venho até aqui, a G.. <i>[Hum, hum.]</i> E a gente, pronto, vamos mantendo contacto. <i>[Porque, de um modo geral, pelo menos pelo que me esteve a dizer agora, os seus contactos ficam um pouco reduzidos à sua família, não é?]</i> É, pois, é mais com familiares.</p>	
<p>Emília, 45 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	
<p>É, é. Eles à sexta-feira vêm sempre buscar-me, para irmos ao café, às vezes um café na praia, porque eles têm carro, vamos até à praia. Ao sábado, o meu genro vai trabalhar, mas à noite vejo-os, porque vou até casa deles. Ao domingo vamos todos tomar café à praia. É, os fins-de-semana estou sempre ocupada com eles. E aí, sinto-me melhor, de andar assim acompanhada. (...) Mas, é o que eu digo, durante a semana é, ehh, é, ehh, para mim é, parece que me sinto ali na maior escuridão.</p>	<p>A restrição dos contactos sociais ao reduto doméstico</p>
<p>Diana, 51 anos, divorciada, 1º ciclo ensino básico.</p>	

As redes de vizinhança e de proximidade podem também exercer no contexto de desemprego um papel importante no que concerne à manutenção das redes de sociabilidade e de contactos sociais, designadamente em estabelecimentos de restauração geograficamente próximos da zona de residência. Contudo, tal hipótese aventada por Emília e Diana é rejeitada pela primeira por questões de constrangimento financeiro e aplicada pela segunda, mas com algumas reservas, como se se tratasse de uma situação de último recursos que, ainda assim, não aplaca a solidão que afirma sentir.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Eu já de mim sou de sair pouco, mas essas coisas que a gente às vezes, pronto, tem mais, da vida, quer-se mais isto, ou, por exemplo, ir ao café, agora não. Nem pensar. E a gente também cada vez fica mais velha <i>[risos]</i>.</p>	
<p>Emília, 45 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	
<p>E eu sinto-me ali muito sozinha, muito fechada. Depois a minha filha diz, “vai até ao café, vai até casa de uma senhora.” Mas, eu não gosto de andar em casas de ninguém, não gosto. Vou ali, até ao cafezito, ponho-me ali, a conversar com uma senhora, converso, para passar o tempo, para passar o tempo... Outras vezes, ando a pé, sozinha, ando a pé.</p>	<p>A insuficiência dos contactos sociais de proximidade</p>
<p>Diana, 51 anos, divorciada, 1º ciclo ensino básico.</p>	

Luísa partilha, me registo de entrevista, um artifício que por vezes põe em prática para promover os seus contactos sociais, construindo uma situação que lhe permita conversar com pessoas conhecidas se, contudo, manifestar ou expressar que esse era o seu desejo e o seu principal móbil de acção.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Às vezes venho até cá fora...Eu moro numa casa, é a ultima casa do lugar e eu como estou ali sozinha, quando a minha neta não está, estou com o cão, falo ao menos para ele (...). Se vir uma vizinha à porta, trato maneira de vir ao correio que tem sempre porcaria, nem devia ter aceite isso, mas pronto e saio logo de casa que é para conversar um bocadinho que é para as coisas que estão na minha cabeça começarem a sair.</p>	<p>A solidão por companhia</p>
<p>Luísa, 54 anos, casada, 1º ciclo ensino básico.</p>	

Nos momentos de exploração bibliográfica e de reflexão e de maturação da problemática da pesquisa um dos cenários que se colocava passava pela possível estigma, marginalização ou vergonha que os sujeitos desempregados poderiam ser acometidos. A estratégia metodológica accionada para este estudo não se revela a mais adequada para aferir esta possibilidade, na medida em que o que questionado prende-se com a representação da representação. Isto é, em que medida é que as entrevistadas sentem que o olhar dos outros sobre elas se alterou negativamente por se encontrarem em situação de desemprego. Generalizadamente, as entrevistadas não consideram que a opinião das pessoas que lhes são próximas se tenha alterado pelo facto de elas se encontrarem desempregadas, Beatriz explica essa situação pela generalização da situação de desemprego a que se assiste o que significa essa situação é avaliada em concreto e não como uma categoria abstracta do desempregado. Por outras palavras, “as diferenças de grau nos sentimentos negativos dependem também de outras variáveis como sejam as capacidades integradoras das comunidades de residência e de trabalho em que se inserem os desempregados. Aqueles que residem em espaços onde a condição de desemprego é mais generalizada e partilhada

por outros, tendem a sentir que “não estão sós”, que a sua experiência negativa é, afinal, a de vários “outros amigos, vizinhos e conhecidos”, que até “estão piores do que os próprios” (Hespanha, 2007: 151).

Excertos Entrevistas	Análise
<p>É muito complicado, porque cada vez mais... Eu relaciono-me com uma vizinha que é enfermeira e cada vez conheço mais pessoas, nomeadamente na família, primos, sobrinhos. Por isso acho que as pessoas acabam já por, não é habituarse, mas pensam, “olha, mais um”. Cada vez há mais pessoas, infelizmente, nesta situação, de desemprego. Acho que já se encara com naturalidade. Beatriz, 38 anos, casada, ensino secundário.</p>	<p>A familiaridade com a situação de desemprego</p>

A redução de contactos sociais potenciada pela situação de desemprego anteriormente mencionada reporta-se sobretudo às redes de cariz não familiar, porque, nas situações em que se registam modalidades de co-habitação, verifica-se justamente um incremento dos contactos intra-familiares. Em algumas situações, designadamente nos casos de Beatriz e Luísa, essa possibilidade de ter mais tempo disponível para a família é vista como um dos aspectos positivos inerentes à experiência de desemprego.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>(...) neste momento, é vantagem, porque eu noto que eles precisam de mim. Por exemplo, o meu pequenino está sempre doente e o facto de o pequenino estar doente, também é uma coisa que não ajuda assim muito, não é? (...) Por exemplo, os meus filhos vêm da escola, vêm ter a casa, sempre têm a mãe em casa. Acho que é diferente. [<i>E isso avalia como positivo?</i>] Nesse sentido, sim. Beatriz, 38 anos, casada, ensino secundário. Agora tenho mais tempo para estar com eles, para se conversar mais uma hora ou duas à mesa sobre os problemas que existem, não é? Quando andava a trabalhar não havia. Luísa, 54 anos, casada, 1º ciclo ensino básico.</p>	<p>O incremento positivo dos contactos de cariz familiar</p>

Por seu turno, Joana apresenta uma experiência contrária, isto é, a entrevistada considera que a ausência de emprego se traduz numa compulsão à família, que se traduz num aumento de conflitos inerentes à dilatação do tempo de convívio interfamiliar.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Eu quando trabalho é o que eu digo, não sinto problemas. Agora com o meu pai sofro mais, ele nunca está com a minha mãe. (...) Não gosta, e como a minha mãe está sozinha em casa, às vezes eu entro em casa e ela entra em conflito. Às vezes, se está em casa, é porque está em casa, se sai, é porque sai. É assim, eu não sei explicar, é muito complicado, por isso é que eu digo, preferia sair de casa, porque fica ela com depressão, fico eu e chocamos muito uma com a outra. Vimos que não temos dinheiro para comprar nada e é muito complicado. Por isso é que eu digo, preferia trabalhar do que estar em casa. Joana, 35 anos, solteira, 1º ciclo ensino básico.</p>	<p>O aumento dos conflitos familiares</p>

Outra das dimensões associadas aos impactos subjectiva e intersubjectivamente sentidos, prende-se com a auto-imagem e com o investimento que as entrevistadas realizam no cuidado com a aparência. Para Helena, esta é uma questão fundamental da situação de desemprego que vive. A entrevistada associa esse período de vida a um desinvestimento na apresentação de si, situação que reforça o isolamento que disse procurar e baixa auto-estima que manifesta.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Não saía de casa, só queria estar isolada, comecei a não ter vontade, não é? A não ter vontade de me arranjar. (...) E fui-me deixando engordar, eu sei que isso não é desculpa, mas eu também não tive culpa, não sei... E comecei a não ter vontade de me arranjar e um deles disse assim um dia “oh tia eu não te conheço”. Eu comecei a chorar e é curioso que eu disse, “eu estou aqui por estar A., eu estou aqui por estar.” (...) Olhe, senti um desânimo, sentia vontade de não fazer nada. Senti um mau estar muito grande, sei lá o que eu senti [choro]. [Oh Helena...] Senti muita coisa [choro]. Depois, claro, era muito vaidosa, para andar bem... Depois, claro, fiquei sem emprego e até para me arranjar [choro] tive que cortar e também não tinha vontade [choro]. Helena, 46 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	<p>A fragilização e degradação da auto-imagem</p>

No que concerne à auto-imagem em situação de desemprego, Beatriz apresenta uma situação curiosa, relacionada com as expectativas que os outros eventualmente construíram sobre a imagem do sujeito em situação de desemprego, explicando que poderá ser

socialmente criticável a dissonância entre o *eu desempregado* e a imagem que se apresenta de tal situação. Encontra-se aqui presente um dos elementos do processo de “interiorização individual de uma definição social (pensar-se como desempregado) e à exteriorização das características que o definem (comportar-se como tal)” (Dubois, 2008: 14).

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Uma vez vi uma reportagem, (...) de uma senhora que estava desempregada, que também já estava à procura há um ano e tal e ela disse, “eu nem gosto de andar bem vestida, porque as pessoas pensam, se tá desempregada tem que andar mal vestida” e não acho isso correcto, porque o ego da pessoa também que andar bem. Eu ri-me, até porque eu gosto de andar... Uma pessoa também tem que andar minimamente... Agora, porque está desempregada tem que andar feito um trapo, já viu? Beatriz, 38 anos, casada, ensino secundário.</p>	<p><i>Externalização e teatralização do Eu desempregado</i></p>

5.3. Horizontes de possíveis: o futuro em equação

A situação de desemprego é geradora de um horizonte de incerteza e de insegurança que condiciona a perspetivação e a planificação de situações que se projectam no futuro. As entrevistadas revelam algumas dificuldades em apresentar um possível cenário para períodos futuros das suas vidas. Tal como Hespanha refere, “não sendo ritmada pelo emprego, a narrativa de vida de muitos desempregados tende a ser marcada pelo tédio e desprovida de projectos de longo prazo. As perspectivas de futuro estão ausentes. O futuro, tal como o presente, tem pouco a oferecer” (2007:136).

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Da maneira como isto vai, tem que ser um dia de cada vez. O que vier, será... Clara, 49 anos, casada, 1º ciclo ensino básico.</p>	<p>A prudência face ao futuro</p>

Alexandra reitera o seu forte investimento na área profissional em que adquiriu a sua formação, confirmando que a situação de colaboração familiar na empresa do seu pai

constitui um período transitório onde não se revê em termos de situação futura. O investimento na área profissional de Educadora de Infância manifesta-se também no possível projecto educativo de vir a integrar um programa de mestrado nesse domínio.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>[Pois, mas a ideia de, enquanto projecto futuro, ficar a ajudar o seu pai é uma coisa que...] Não, eh, quer dizer. Concorre-se, não é? E se eu tenho hipóteses de ir para que eu estudei. Sei que agora é mais difícil. Mas vamos ver, vamos tentando. (...) Fazer um mestrado, eu até era capaz. Aliás, até já me informei no Piaget, na Escola Superior de Educação e, agora, com Bolonha, portanto, nós tínhamos quatro anos e dois são iguais, por isso até há a possibilidade de ter equivalências. Mas, não sei...</p> <p>Alexandra, 41 anos, solteira, ensino superior.</p>	<p>A busca da realização vocacional</p>

O regresso ao mercado de trabalho constitui uma objectivo claro para algumas das entrevistadas. Graça e Helena atribuem uma importância absolutamente central à actividade de trabalho, pela activação e reorganização quotidiana que tal actividade permite.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Não interessava o que eu ia fazer. Interessava é que eu estava ocupada. (...) Quando estive em casa estive muito mal... (...) E notou-se logo, na primeira semana em que comecei a trabalhar, notou-se logo! Eu já andava mais bem disposta, já tinha vontade de fazer as coisas, já...</p> <p>Graça, 35 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p> <p>É muito, é muito importante, muito importante mesmo. Eu não estou o dia inteiro só para ganhar dinheiro. Pronto, o dinheiro é preciso, mas ganho, também contribuo para que o patrão me possa pagar e não me sinta um fardo ou um peso, de maneira nenhuma. Temos que trabalhar, não é?</p> <p>Helena, 46 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	<p>A importância central de voltar a trabalhar</p>

Maria explica essa situação, esclarecendo que aprecia o tempo e a disponibilidade que a situação de desemprego lhe proporciona para estar mais próxima da sua família, mas evidenciando também a função de realização pessoal que o exercício laboral lhe oferece.

Excertos Entrevistas	Análise
Gosto muito da minha família, gosto muito de estar com as minhas filhas e com o meu marido, mas também gosto de me sentir realizada. Então, o emprego para mim é... faz parte de mim...porque estar em casa...não estar a trabalhar põem-me lá em baixo um bocadinho. Maria, 37 anos, casada, ensino superior.	A busca da realização pessoal através do exercício laboral

Idêntica perspectiva é partilhada por Beatriz, entrevistada que avalia como vantajosa a disponibilidade que a sua actual situação de desemprego lhe permite ter para se dedicar e apoiar os seus filhos, mas equaciona o futuro e a progressiva emancipação e autonomização dos mesmos e o possível consequente aumento da sensação de inutilidade. Nesse sentido, tal como Alexandra, como alternativa ao trabalho por conta de outrem, pondera também poder vir a criar o seu próprio negócio, embora, na fase das entrevistas, nenhuma das entrevistas apresente ainda com clareza e convicção os contornos desse potencial projecto.

Excertos Entrevistas	Análise
Porque é assim, eles depois, a partir de uma certa idade, já não precisam de nós. E uma pessoa depois, se sente, de dia, sente-se em baixo. Por isso é que eu digo, enquanto eles precisarem de mim, mas eu também quero fazer qualquer coisa. Não quero dedicar a minha vida inteira só aos meus filhos, também quero novamente trabalhar, Nem que não seja um dia mais tarde, pelo menos daqui a uns quatro ou cinco eh, não sei, ter uma coisa minha. É um bocado complicado, mas... Beatriz, 38 anos, casada, ensino secundário.	Ponderar a alternativa ao trabalho por conta de outrem: a criação do próprio negócio
Eu até já pensei em montar um infantário, mas é uma coisa que tem muitas regras. Até falei com uma vizinha minha que também já trabalhou nessa área, mas eu acho que ela parou um bocado no tempo. (...) E agora ela até parou e nem sei vai continuar e aí, talvez, nós as duas e mais alguém que queira, podemos estudar esse assunto. Alexandra, 41 anos, solteira, ensino superior.	

No momento da realização da entrevista, Fernanda possui já uma perspectiva de reinserção profissional. Trata-se de uma situação ainda em fase experimental, mas que a concretizar-

se funcionará em moldes bastante precários e incertos, designadamente no que concerne ao vencimento, uma vez que a remuneração é calculada com base em comissões por desempenho e/ou objectivos, nas palavras da entrevistada, trata-se de um trabalho sem grande margem de segurança, “sem rede”.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>[Então tem uma perspectiva de emprego então?] Neste momento tenho. [E uma situação mais estável também? Não] É uma situação de adrenalina, porque é assim, é a trabalhar para ganhar a comissão. Portanto, não há ordenados fixos, há comissionamentos, tenho é que trabalhar na adrenalina, mas para quem não tem trabalho nenhum é melhor que nada. Acaba por ser assim um bocadinho... sem rede.</p>	<p>Perspectiva de emprego a curto prazo</p>
<p>Fernanda, 38 anos, casada, ensino secundário.</p>	

Joana e Isabel têm a particularidade de partilharem com as restantes entrevistadas o estatuto de desempregadas, mas usufruírem de uma prestação social distinta: o Rendimento Social de Inserção. Isabel é beneficiária deste tipo de prestação desde a sua criação, tendo, por isso, experienciado algumas mudanças na forma como tal modalidade de apoio social se concretiza e revelando um sentimento de humilhação pela relação de dependência face à Segurança Social. Joana é beneficiária deste apoio desde que a sua prestação de desemprego terminou e manifesta o seu desagrado pelas contrapartidas que o recurso a tal medida lhe impôs: a integração no sistema de ensino/formação profissional (registre-se a experiência fracassada que entrevistada narra sobre a sua passagem pelo sistema de ensino).

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Diga-me uma coisa, eu começo a pensar, eu tenho sonhos, eu não queria depender da Segurança Social, não, não queria, é horrível para mim depender disso, eu chego a um ponto que eu chego a dizer assim: “Eu vou prescindir dos duzentos e sete euros, mas que é que duzentos e sete, só para alimentação e é só para isso, mas eu chego a pensar eu quero humilhar-me a esse ponto?”</p>	<p>O Rendimento Social de Inserção</p>
<p>Isabel, 43 anos, divorciada, 2º ciclo ensino básico.</p>	

(...) depois tornei a receber uma carta final para a uma entrevista na Segurança Social. Ela entre aspas obrigou-me, mas eu assinei, porque quis, mas da maneira como ela falou eu não gostei (...). É assim, eu estudar, não quero ir estudar, mas obrigou-me a assinar o papel para eu ir estudar, fiquei a receber na mesma, porque o meu psiquiatra dá lá como eu não podia trabalhar como elas pensavam.

Joana, 35 anos, solteira, 1º ciclo ensino básico.

A perspectivação dos planos futuros de Diana encontra-se profundamente associada à integração profissional das suas filhas. Uma das suas filhas concluirá o curso nocturno que frequenta, possibilitando-lhe uma integração profissional mais qualificada do que a que actualmente possui (empregada de mesa). A filha mais nova pretende concluir a escolaridade mínima obrigatória para, então, buscar a sua integração profissional. É a partir da estruturação destes eixos familiares que Diana percepção um possível futuro melhor.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Só se naquela altura, se deus quiser, naquela altura, a minha V. já tenha o cursinho dela e que ganhe quinhentos, ou seiscentos, ou setecentos ou oitocentos euros. Uma administrativa, depois ganha bem. Acho eu que ganha bem... (...) Entretanto, a minha A., também se sair aos dezasseis anos da escola, também arranja um empreguinho, também ajuda... A gente tem que ver qual é a melhor solução. Não é? A gente tem que sobreviver. Quanto mais o tempo vai, a pessoa tem também que... Diz que dias, eh, virão, eh, dias, como é que é? [<i>Dias melhores virão?</i>] É, dias melhores virão [risos], acho eu.</p>	<p>A reorganização funcional familiar</p>
<p>Diana, 51 anos, divorciada, 1º ciclo ensino básico.</p>	

Finalmente, embora com horizontes temporais distintos, Emília e Luísa firmam o seu olhar num futuro arredado do mercado de trabalho formal, forjando planos para os seus tempos de reforma.

Excertos Entrevistas	Análise
<p>Sei lá. O futuro? Eu queria tanta coisa. Queria trabalhar mais uns aninhos, para ter mais uns, uns, ehhh, uns aninhos de caixa, descontos, para um dia mais tarde, para a minha velhice, ter uma reforma, ou uma invalidez, prontos. Ao menos que desse para eu comer, para eu sobreviver. É isso que eu penso no futuro.</p>	
<p>Emília, 45 anos, casada, 3º ciclo ensino básico (RVCC).</p>	
<p>[<i>Pronto, porque agora o que está combinado para a sua vida é a reforma?</i>] É, é, porque depois de eu estar reformada ninguém me impede de eu arranjar uma hora ou duas para ir trabalhar. Arranjar uma manhã ou duas por semana, ninguém me impede, agora enquanto não resolver isto.</p>	<p>A reforma como horizonte</p>
<p>Luísa, 54 anos, casada, 1º ciclo ensino básico.</p>	

Linhas Conclusivas

Em termos de síntese conclusiva deste trabalho, no que concerne às trajectórias profissionais e educativas das entrevistadas, regista-se uma forte relação entre a idade das entrevistadas, o nível de escolaridade e a idade do primeiro trabalho. É entre as entrevistadas cujo perfil remete para intervalos etários mais elevados que se registam os níveis de escolaridade mais baixos e uma idade mais precoce no que respeita à primeira inserção no mercado de trabalho. No âmbito das entrevistadas realizadas, verifica-se também que a uma inserção profissional precoce corresponde também uma inserção informal e precária, largamente associada a contextos familiares e sociais desfavorecidos. Assim, para as entrevistadas mais velhas e menos escolarizadas, a relação com o sistema de ensino e de formação tende a ser distante e quando se concretiza materializa-se através dos dispositivos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

Os percurso profissionais das entrevistadas tendem a ser de cariz mono-sectorial e, entre as menos escolarizadas, ligadas a actividades congéneres ao reduto doméstico e ao cuidado dos outros. O trabalho aparece, assim, como objecto de realização e satisfação pessoal pela dimensão de autonomia financeira que propicia e pelas relações de sociabilidade que fomenta. As entrevistadas mais escolarizadas ou as que experienciaram um percurso profissional de mobilidade ascendente valorizam também a componente intrínseca ao trabalho de concretização e realização pessoal.

Em situação de desemprego, procurou-se também perceber qual a relação que se estabelecia entre as entrevistadas e as instituições públicas de mediação do desemprego. Todas as entrevistadas se encontram inscritas no Centro de Emprego (CE) de Vila Nova de Gaia, manifestando uma relação formal, compassiva e desprovida de expectativas face à actuação do CE no que concerne a possíveis colocações de emprego e mesmo formação

profissional. Por seu, turno, algumas das entrevistadas evidenciam uma relação de cariz mais informal e mesmo catártico com as estruturas territorialmente descentralizadas de apoio à inserção profissional (UNIVAS). A relação com o CE é imprescindível para todas as entrevistadas que se encontram a usufruir do subsídio de desemprego. Esta prestação é encarada como um direito condicionado pelo comportamento passado, isto é, pela existência de um percurso profissional formal em que se efectuaram os contributos para o sistema de segurança social e pelo comportamento presente, isto é pela necessidade de cumprir com um conjunto de requisitos para legitimamente receberem tal prestação. Verifica-se assim, face às regras que na altura das entrevistas haviam sido recentemente instituídas de obrigação de procura activa de emprego e de apresentação quinzenal, uma paradoxal defesa e compreensão dessa necessidade de controlo. No entanto, para algumas das entrevistadas, a obrigatoriedade de procura de emprego manifesta-se como uma formalidade cumprida através da busca de prova: um carimbo por parte de eventuais entidades empregadoras.

No que concerne às modalidades de procura de trabalho, todas as entrevistadas afirmam estarem comprometidas com este objectivo. Contudo, na prática esta procura oscila entre uma procura inexistente, difusa e abrangente ou intensa e selectiva. Esta situação relaciona-se com o perfil das entrevistadas e com os principais obstáculos que cada uma delas percepciona na procura de emprego, bem como com as vantagens que a inserção profissional representa para cada uma delas. Os principais obstáculos percepcionados pelas entrevistadas passam pela idade, pela falta de formação, pela existência de filhos pequenos, pela reduzida oferta de emprego e pelos horários e salários praticados.

As entrevistadas encontram-se inseridas em grupos domésticos de natureza distinta. Assim, as entrevistadas que permanecem com o seu grupo doméstico de origem, estabelecem uma relação ora de cuidar, ora de serem cuidadas, em função da condição económica e social dessa família. No âmbito dos grupos domésticos caracterizados pela tipologia casal

com filhos, regista-se uma relativização do impacto da situação de desemprego em função da negociação do peso social da relação de ser mãe ou avó, bem como através do contributo que conseguem manter através do subsídio de desemprego e assegurando um conjunto de actividades adicionais de cariz doméstico. No caso das famílias monoparentais, há uma forte preocupação com os recursos que podem ser gerados em situação de desemprego, quer através das prestações sociais ou do contributo dos filhos através da sua inserção no mercado de trabalho.

A situação de desemprego experienciada traduz-se em consequências e impactos ora distintos ora convergentes. No que concerne às dimensões objectivas da situação de desemprego, regista-se uma situação mais menos comum a todas as entrevistadas de privação e dependência financeira. Num outro prisma, há igualmente uma reorganização da distribuição dos recursos temporais, afectos a actividades de substituição que gravitam em torno da esfera doméstica. Na perspectiva do impacto subjectivo e intersubjectivo, manifestam-se situações de fragilização psicológica, conducentes a situações de depressão clínica. Há uma redução muito brusca dos contactos sociais e um enfraquecimento das redes de sociabilidade extra familiar que se associam a uma fragilização do auto-conceito, da auto-estima e mesmo da capacidade de auto valorização das mulheres entrevistadas.

O desemprego, enquanto situação transitória, põe em evidência o plano para o qual se transitará, isto é o futuro, os horizontes de possíveis destas entrevistadas. A inserção profissional é objectivo de algumas das entrevistadas que clarificam que a procura que têm realizado e os recursos que têm alocado a essa actividade não esgotam todas as possibilidades, portanto, alargando a rede de áreas profissionais possíveis e abdicando de alguns dos critérios que presidem à actual procura, acreditam que voltarão a trabalhar. A formação e criação do próprio emprego constitui também um cenário alternativo e plausível para as entrevistadas que parecem revelar uma estrutura familiar economicamente mais robusta para suportar esse risco. Para as entrevistadas mais velhas, menos escolarizadas e

cujos percurso profissionais se revelam mais desqualificados, o horizonte a que almejam é a reforma ou algum tipo de prestação social de transição entre a situação de desemprego e esse cenário.

Respeitando exclusivamente às entrevistas realizadas, a situação de desemprego revela-se como um forte potenciador do insulamento familiar e doméstico das mulheres desempregadas. A situação de desemprego corresponde uma drástica redução dos contactos sociais e um enfraquecimento das redes de interconhecimento, situação que reforça a emergência da família directa como sustentáculo narrativo identitário central destas mulheres, orientador dos seus contextos futuros, pelo prisma dos elos, responsabilidades e eventos da respectiva vida familiar. Algumas das entrevistadas possuem experiências profissionais que dificilmente poderão avaliadas como amplamente satisfatórias: longas trajectórias laborais, actividades rotineiras, baixos salários e ausência de recompensas de outra natureza. Nestes casos, a experiência laboral menos qualificante origina narrativas difusas e distantes da possível centralidade identitária do trabalho. Não surpreende, portanto, que, ao contrário do que se configurava como expectável nos momentos de maturação da problemática de pesquisa, na perspectiva da avaliação individual da situação de desemprego, algumas destas entrevistadas não avaliem de uma forma muito penalizadora a situação que vivem. Contudo, esta constatação apenas reforça a necessidade de, numa perspectiva macro-estrutural, se promoverem políticas de integração mais abrangentes, centradas no eixo de uma cidadania activa e participada pelas mulheres, implicando um descentramento do paradigma do trabalho ou, mesmo, a transformação deste.

Bibliografia

- ABOIM, Sofia (2006) - *Conjugalidades em Mudança. Percursos e Dinâmicas da Vida a Dois*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- ALMEIDA, Ana Nunes (et al) (1998) - "Relações familiares: mudança e diversidade" in VIEGAS, José Manuel; COSTA, António Firmino (orgs.) - *Portugal, Que Modernidade?*. Oeiras: Celta Editora. pp. 45 - 78.
- ALMEIDA, João Ferreira de (1992) – *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta Editora
- ALMEIDA, João Ferreira de; COSTA, António Firmino da; MACHADO, Fernando Luís (1993) – Recomposição socioprofissional e novos protagonismos in REIS, António (dir.) – *Portugal, 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores. pp. 307-330.
- ALMEIDA, João Ferreira de; PINTO, José Madureira (1995) - *A Investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença (1976 - 1ª edição).
- ALVAREZ, Sonia (2005) – Los discursos minimistas sobre las necesidades básicas y los umbrales de ciudadanía como reproductores de la pobreza. In ALVAREZ, Sonia (comp.) – *Trabajo y Producción de la Pobreza en Latinoamérica y en Caribe: Estructuras, Discursos y Actores*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). pp. 239-273.
- AQUILINI, Guiomar de Haro e COSTA, Patrícia Lino (2003) – “O sobre-emprego e a inactividade das mulheres na metrópole paulista”. *Estudos Avançado*, 17 (49). pp. 17-34.
- ARAÚJO, Pedro (2006a) – *E Agora? Experiências do Desemprego, Factores de Vulnerabilidade e Mediadores de Compensação*. Dissertação de Mestrado em Sociologia na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (texto policopiado).

- (2006b) – *Desemprego de Meia-Idade e Mediadores de Compensação: O Estado Social como Último Reduto*. Oficina do CES, n.º 260.
- ÁVILA, Maria Betânia (2004) - “Vida cotidiana e uso do tempo pelas mulheres”. *A Questão Social no Novo Milénio - VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra (disponível em www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/).
- BAJOIT, Guy; FRANSSEN, Abraham (1997) – “O trabalho, busca de sentido”. *Revista Brasileira de Educação*, n.º 5/6, pp. 76-95.
- BECK, Ulrich (1999) – *World Risk Society*. Cambridge: Polity Press.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony e LASH, Scott (2000) – *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna*. Oeira: Celta Editora.
- BENARROSH, Yolande (2006) – *Le Travail vu du Chômage. Une Comparaison Hommes/Femmes*, Document de Travail n.º 62 (disponível em www.cee-recherche.fr).
- (2000) – *Le Travail: Norme et Signification*. Centre d'Études de L'Emploi, Document de Travail n.º 4 (disponível em www.cee-recherche.fr).
- BALTAZAR, Maria da Saudade (2004) – “Políticas Sociais: «solidariedades planeadas»”. *A Questão Social no Novo Milénio - VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra (disponível em www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/).
- BARDIN, Laurence (2002) – *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70 (1977 – 1ª edição).
- BURGESS, Robert (2001) – *A Pesquisa de Terreno: uma introdução*. Oeiras: Celta Editora.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1997) - *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- CALEIRAS, Jorge (2004) – “Globalização, trabalho e desemprego: trajectórias de exclusão e estratégias de enfrentamento”. *A Questão Social no Novo Milénio - VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra (disponível em www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/).

- CARDOSO, Adalberto, Moreira (1999) – Economia, Sociologia, eficiência e democracia na análise das relações de trabalho in TOLEDO, Enrique de Garza (org.) – *Los Retos Teóricos de los Estudios del Trabajo Hacia el Siglo XXI*. Buenos Aires: CLACSO (disponível em www.clacso.org).
- CAPUCHA, Luís (2006) – *Desafios da Pobreza*. Oeiras, Celta Editora.
- (1998) – Pobreza, exclusão social e marginalidades. In VIEGAS, José Manuel Leite; COSTA, António Firmino da (orgs.). *Portugal, que Modernidade?* Oeiras, Celta Editora. p. 209-242.
- CASTEL, Robert (1999) – *As Metamorfoses da Questão Social: uma Crônica do Salário*. Petrópolis: Editora Vozes.
- CHOSSUDOVSKY, Michel (2003) – *A Globalização da Pobreza e a Nova Ordem Mundial*. Lisboa: Editorial Caminho.
- CLAVEL, Gilbert (2004) – *A Sociedade da Exclusão: compreendê-la para dela sair*. Porto. Porto Editora.
- COSTA, Alfredo Bruto da (2001) – *Exclusões sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações; Fundação Mário Soares.
- CRESWELL, John W. (1997) – *Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing among Five Traditions*. Thousand Oaks: SAGE.
- CSE (Conselho Superior de Estatística) (1996) – *Relatório do Grupo de Trabalho para Análise Técnica dos Dados do Desemprego Registado, Produzidos e Divulgados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional* (disponível em www.cse.ine.pt, acedido em 13/09/2007).
- DAUNE-RICHARD, Anne-Marie (2000) – “Women’s work between the family and the welfare state: part-time work and childcare in France and Sweden”. *SASE Meeting Citizenship and Exclusion* – Session Gender, Work and Family. Londres.

- DEDECCA, Cláudio Salvadori (2006) – “Flexibilidade e regulação de um mercado de trabalho precário: a experiência brasileira”. *Colóquio Internacional Novas Formas do Trabalho e do Desemprego: Brasil, Japão e França numa perspectiva comparada*. São Paulo.
- DEMAZIÉRE, Didier (2006) – “Précarités d'emploi, précarités de condition: entre formes et normes”. *Colóquio Internacional Novas Formas do Trabalho e do Desemprego: Brasil, Japão e França numa perspectiva comparada*. São Paulo.
- (2006) – *Sociologie des Chômeurs*. Paris: Éditions La Découverte.
 - (2005) – “Le chômage de longue durée à l'épreuve du temps”. (disponível em www.isociologia.pt).
 - (1992) – *Le Chômage en Crise? La Négociation des Identités des Chômeurs de Longue Durée*. Lille: Presses Univisersitaires de Lille.
- D'IRIBARNE, Philippe (1990) – *Le Chômage Paradoxal*. Paris: Presses Universitaires.
- DUBAR, Claude (2006) – *A Crise das Identidades: a interpretação de uma mutação*. Porto. Edições Afrontamento.
- DUBOIS, Vincent (2008) – “Estado social activo e controlo dos desempregados: uma viragem rigorista entre tendências europeias e lógicas nacionais”. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Série I, vol. 17/18. pp. 11 – 31.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta (2008) – *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton: Princeton University Press.
- FEATHERSTONE, Mike (org) (1990) – *Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernity*. Londres: SAGE.
- FERNANDES, Pedro (2007) – “Construção identitária e estratégias face ao emprego: as desempregadas de longa duração”. *XII Encontro Nacional de SIOT, Cidadania e Empregabilidade: As Novas Paisagens Socioprofissionais*. Lisboa.

- FERNANDES, Pedro Afonso (Coord.) (2007) – *O Impacto do Reconhecimento e Certificação de Competências Adquiridas ao Longo da Vida: Actualização e Aperfeiçoamento*. Lisboa: Direcção-Geral de Formação Vocacional.
- (2004) – *O Impacto do Reconhecimento e Certificação de Competências Adquiridas ao Longo da Vida*. Lisboa: Direcção-Geral de Formação Vocacional.
- FERRERA, Maurizio (1996) - The Southern Model Of Welfare in Social Europe. *Journal Of European Social Policy*, 6/1:17-37 (Versão portuguesa in Textos de Intervenção Social, 1/99, Porto, ISSS).
- FRADE, Catarina (Coord.) (2008) – *Um Perfil dos Sobreendividados em Portugal*. Relatório Final Projecto POCTI/JUR/40069/2001 (disponível em www.oec.pt).
- (2006) – *Desemprego e Sobreendividamento dos Consumidores: contornos de uma 'ligação perigosa'*. Relatório Final Projecto Desemprego e Endividamento das Famílias. (disponível em www.oec.pt)
- FREYSSINET, Jacques (2006) – “Les trajectoires nationales vers la flexibilité du rapport salarial: le cas de la France dans le contexte de l'Union européenne”. *Colóquio Internacional Novas Formas do Trabalho e do Desemprego: Brasil, Japão e França numa perspectiva comparada*. São Paulo.
- (2004) – *Le Chômage* (11^a edição). Paris: Éditions La Découverte.
- GALLIE, Duncan; PAUGAM, Serge (2000a) – “The experience of unemployment in Europe: the debate” in GALLIE, Duncan; PAUGAM, Serge (eds.) *Welfare Regimes and the Experience of Unemployment in Europe*. Oxford: Oxford University Press. pp. 1-22.
- (2000b) – “The social regulation of unemployment in Europe: the debate” in GALLIE, Duncan; PAUGAM, Serge (eds.) *Welfare Regimes and the Experience of Unemployment in Europe*. Oxford: Oxford University Press. pp. 351-374.
- GIDDENS, Anthony (2004) – *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- GOMES, José Carlos Rodrigues (2003) – *Desemprego, Depressão e Sentido de Coerência: Uma Visão do Desemprego sob o Prisma da Saúde Pública*. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa.
- GOMES, Cláudia Teixeira (1997) – “Caracterização do desemprego de longa duração numa área crítica do sul do Tejo”. *Organizações e Trabalho*, n.º 18/19, pp. 75-89.
- GUERRA, Isabel Carvalho (2006) – *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo - Sentidos e Formas de Uso*. Estoril: Principia Editora.
- GUERREIRO, M. Dores; ABRANTES, Pedro (2007) – *Transições Incertas: Os Jovens perante o Trabalho e a Família*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).
- GUIMARÃES, Nadya (2006) – “Flexibilizando o flexível: as novas formas de trabalho sob o prisma do mercado de intermediação”. *Colóquio Internacional Novas Formas do Trabalho e do Desemprego: Brasil, Japão e França numa perspectiva comparada*. São Paulo.
- (2004) – “Género e trabalho”. *Estudos Feministas*, 12(2), 264, pp. 145-146.
- (2002a) – “Por uma sociologia do desemprego”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 17, n.º 50, pp. 103-121.
- (2002b) - "Trajectórias de sobreviventes no mercado de trabalho da região metropolitana de Salvador". *Seminário Mobilidade da Força de Trabalho*. Salvador.
- HAGETTE, Teresa M. Frota (1995) – *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Editora Vozes.
- HESPANHA, Pedro (coord.) (2007) – *É do (des)emprego fonte de pobreza?: o impacto do desemprego e do mau emprego na pobreza e exclusão social no distrito de Coimbra*. Porto: REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza.
- (2005) – “The activation trend in the portuguese social policy. Na open process?”. *Oficina do CES*, n.º 225.

- (2002) – “Algumas questões de fundo para uma avaliação da nova geração de políticas sociais”. *VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*. Lisboa.
 - (2001) – “Mal-estar e risco social num mundo globalizado: novos problemas e novos desafios para a teoria social” in SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) – *Globalização: Fatalidade ou Utopia*. Porto: Edições Afrontamento. pp. 163-196.
- HESPANHA, Pedro; CARAPINHEIRO, Graça (2001) – *Risco Social e Incerteza. Pode o Estado Social Recuar Mais?*. Porto: Edições Afrontamento.
- HESPANHA, Pedro; MATOS, Ana Raquel (2000) – “Compulsão ao trabalho ou emancipação pelo trabalho? Para um debate sobre as políticas activas de emprego”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 2, n.º 4. pp. 88-107.
- HESPANHA, Pedro; MOLLER, Iver (2002) – “Padrões de exclusão e estratégias pessoais”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 64, pp. 55-79.
- HESPANHA, Pedro; PORTUGAL, Sílvia (2002) – *A Transformação da Família e a Regressão da Sociedade Providência*. Porto: Comissão da Coordenação da Região Norte.
- IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) (2007) – *Desemprego Registado por Concelho – Estatísticas Mensais (Dezembro de 2007)*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Avaliação do IEFP.
- (2007a) – *Situação do Mercado de Emprego. Relatório Anual 2007*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Avaliação do IEFP.
 - (2006) - *Desemprego Registado por Concelho – Estatísticas Mensais (Dezembro de 2006)*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Avaliação do IEFP.
 - (2006a) – *Situação do Mercado de Emprego. Relatório Anual 2006*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Avaliação do IEFP.

- (2005) - *Desemprego Registado por Concelho – Estatísticas Mensais (Dezembro de 2005)*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Avaliação do IEFP.
- (2005a) – *Situação do Mercado de Emprego. Relatório Anual 2005*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Avaliação do IEFP.
- (2004) - *Desemprego Registado por Concelho – Estatísticas Mensais (Dezembro de 2004)*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Avaliação do IEFP.
- (2004a) – *Situação do Mercado de Emprego. Relatório Anual 2004*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Avaliação do IEFP.
- (S/D) – *Glossário de Termos*, disponível em www.iefp.pt.

JARDIM, Fabiana (2004 – *Entre o Desalento e a Invenção: experiências de desemprego em S. Paulo*. Dissertação de Mestrado em Sociologia na Universidade de S. Paulo (texto policopiado).

KAEN, Claudia Inês (2003) – *La Construcción de Sentidos acerca de la Problemática del Trabajo. Puntos de Vista de Distintos Agentes Sociales según su Posición en el Espacio Social*. San Fernando del Valle de Catamarca, Argentina. (disponível em <http://168.96.200.17/ar/libros/tesis/Kaen.doc>).

LINHART, Danièle *et al.* (2003) – *Perte d'Emploi, Perte de Soi*. Paris. Éditions Érès.

LOISON, Laurence (2006) – *L'Expérience Vécue du Chômage au Portugal*. Paris: L'Harmattan.

- (2000) – “Mecanismos compensatórios do desemprego em Portugal: família e redes sociais”. *IV Congresso Português de Sociologia, Sociedade Portuguesa: Passados Recentes Futuros Próximos*. Coimbra.

MARUANI, Margaret (2003) - *Travail et Emploi des Femmes*. Paris: Éditions La Découverte.

MINGIONE, Enzo (2001) – “The South European Welfare Model and The Fight Against Poverty and Social Exclusion” in *Our Fragile World: Challenges and Opportunities for Sustainable Development* (1041-1051), EOLSS Publ.

- OLIVEIRA, Carlos (s/d) – A Estrutura Empresarial da Área Metropolitana do Porto.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho) (2000) – *Resolução sobre o Desenvolvimento dos Recursos Humanos*. Conferência Internacional da OIT (88ª reunião). Genebra (disponível em www.oit.org).
- PAUGAM, Serge (2003) – *A Desqualificação Social: Ensaio sobre a Nova Pobreza*. Porto: Porto Editora.
- PEDROSO, Pedro (coord.) (2005) – *Acesso ao Emprego e ao Mercado de Trabalho*. Relatório Final Formulação de Políticas Públicas no Horizonte de 2013.
- PERISTA, Heloísa; MAXIMIANO, Sandra e FREITAS, Fátima (2000) – “Família, género e trajectórias de vida: uma questão de (usos do) tempo”. *Actas do IV Congresso Português de Sociologia - Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos*. 17-19 Abril, Universidade de Coimbra.
- PINTO, José Madureira (1984) – Questões de metodologia sociológica I. *Cadernos de Ciências Sociais*. n.º 1, pp. 5-42.
- PURCELL, Kate (2004) – “Género e insegurança no trabalho no Reino Unido”. *Estudos Feministas*, 12 (2), 264, pp. 147-176.
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van (1998) – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- REBELO, José (2004) – “(Des)Evolução das Políticas Sociais em Portugal: um olhar sobre o impacto nos grupos de excluídos”, *A Questão Social no Novo Milénio - VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra (disponível em www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/).
- RODRIGUES, Maria de Lurdes (1995) – “Atitudes da população portuguesa perante o trabalho”. *Organizações e Trabalho*, n.º 14, pp. 33-63.

- SANTOS, Boaventura de Sousa (2003) – “Prefácio” in SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) - *Democratizar a Democracia: os Caminhos da Democracia Participativa*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 25-33.
- (2001) – “Os processos de globalização” in SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) – *Globalização: Fatalidade ou Utopia*. Porto: Edições Afrontamento. pp. 31-106.
- (2000) – *A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. Porto: Edições Afrontamento (2002, 2ª edição).
- SANTOS, Boaventura de Sousa e FERREIRA, Sílvia (2002) – “A reforma do Estado-Providência entre globalizações conflituantes” in HESPANHA, Pedro e CARAPINHEIRO, Graça (orgs.) – *Risco Social e Incerteza: Pode o Estado Social Recuar Mais?*. Porto: Edições Afrontamento. P. 177-225.
- SCHANAPPER, Dominique (1998) – *Contra o Fim do Trabalho* (1.ª ed 1997). Lisboa: Terramar.
- SENNET, Richard (2001) - *A Corrosão do Carácter. As Consequências Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo* (1ª ed. 1998). Lisboa: Terramar.
- SILVA, Augusto Santos (1988) – *Entre a Razão e o Sentido: Durkheim, Weber e a Teoria das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, Pedro Adão e (2002) – “O modelo de *welfare* da Europa do Sul. reflexões sobre a utilidade do conceito”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 38, pp. 25-59), (disponível em www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n38/n38a03.pdf.)
- TERRA, Carolina *et al* (2006) – “Desemprego: discurso e silenciamento – um estudo com clientes de um serviços de aconselhamento psicológico”. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 9, n.º 1, pp. 33-51.
- TUMOLO, Lúgia; TUMOLO, Paulo (2004) – “A vivência do desempregado: um estudo crítico do significado de desemprego no capitalismo”. *Revista Espaço Académico*, n.º 43.

VAREJÃO, José Manuel (2005) - *Emprego e Desemprego* – Documento de Enquadramento Preliminar – NORTE 2015, Grupo de Prospectiva: As Pessoas, Atelier Temático: Emprego e Desemprego, CCDR-N.

VELOSO, Luísa (2009) – *Aprendizagem e Identificação: o Espaço Social das Empresas*. Porto: Edições Afrontamento.

WEINBERG, Pedro (2004) – “Formación profesional, empleo y empleabilidad” in Debate Temático - *La Formación profesional y la ilusión de la empleabilidad*. Porto Alegre: Fórum Mundial de Educação. pp. 1-12 (disponível em www.ilo.org/).

Diplomas legais

Decreto-lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro de 2006.

Decreto-lei n.º 119/99, 14 de Abril de 1999.

Portaria n.º 8-B/2007, de 3 de Janeiro de 2007.

Portaria n.º 1301/2007, de 3 de Outubro de 2007.

ANEXOS

ANEXO 1

Guião de Entrevista

Guião de Entrevista

Protocolo da Entrevista:

- renovada apresentação da investigadora e do estudo (principais objectivos e fins a que se destina);
- contextualização do procedimento de entrevista;
- explicitação do carácter anónimo e confidencial das informações prestadas;
- solicitação de autorização para a gravação áudio da entrevista;
- apresentação do esquema da entrevista e dos principais temas que serão abordados.

1. Trajectória Profissional

- ◆ Idade com que começou a trabalhar (de uma forma regular);
- ◆ Enumeração e breve caracterização de todos os empregos até ao último;
- ◆ Descrição da situação profissional prévia à actual condição de desemprego (como obteve o emprego, profissão, caracterização e descrição de funções, situação face ao emprego, duração, avaliação da satisfação, motivo pelo qual essa situação profissional terminou);
- ◆ Avaliação da importância do trabalho, nomeadamente do último emprego desempenhado, para o sujeito;

2. Trajectória escolar e formativa

- ◆ Caracterização do percurso académico e relação com a instituição escola;
- ◆ Caracterização do percurso formativo realizado e avaliação da importância conferida pelo sujeito a esta dimensão;

3. Caracterização da situação de desemprego

- ◆ Localização cronológica do início da actual situação de desemprego;
- ◆ Mudanças decorrentes da actual situação de desemprego;
- ◆ Principais inconvenientes e vantagens da actual situação de desemprego;
- ◆ Avaliação subjectiva produzida aquando do desemprego (sentimentos, estratégias e planos tecidos);

4. Caracterização das principais mudanças decorrentes da situação de desemprego

- ◆ Mudanças na esfera familiar restrita e alargada;
- ◆ Mudanças de foro económico e financeiro (alteração de padrões aquisitivos e de compra);
- ◆ Mudanças na estruturação do quotidiano;
- ◆ Mudanças nas relações de sociabilidade;
- ◆ Mudanças no domínio do auto-conceito;

5. Representações sobre o mercado, o estado e a comunidade

- ◆ Avaliação e caracterização da relação estabelecida com o mercado de trabalho (estratégias de procura de emprego; obstáculos percebidos nessa procura);
- ◆ Avaliação e caracterização da relação estabelecida com o Estado, as políticas sociais e o Centro de Emprego (posicionamento sobre as regras de atribuição do subsídio de desemprego; relação com o Centro de Emprego e instrumentos disponibilizados para superar a situação de desemprego);
- ◆ Avaliação e caracterização da relação estabelecida com a família e comunidade (como pensa que os outros vêem o sujeito desempregado; experiência pessoal a esse nível);

6. Planos e estratégias de superação da situação

- ◆ Razões apontadas para a manutenção da situação de desemprego;
- ◆ Estratégias a accionar para superar essa situação.

ANEXO 2

Transcrições das Entrevistas

Anexo em suporte digital (cd rom)

ANEXO 3

Análise dos Percursos Profissionais

Quadro I - Análise do Percurso Profissional de Alexandra

Idade	Identificação do trabalho	Descrição e transição do trabalho	Comentários
N/S	O meu pai tem uma empresa. Não é muito grande, mas é uma pequena empresa. E eu fui trabalhar com ele, ajudar, uma vez que tinha, ehh, pronto que não tinha conseguido continuar a estudar. [L 10-13]	É assim, a empresa do meu pai tem a ver com a numismática, sabe? (...) Tem as capas de plástico para por os sê...Aquelas capinhas para por os selos, as moedas. Ok, portanto ia fazendo isso... Exacto, eu ia ajudando e estudando. Só tinha aulas, como era externato, só tinha de manhã, saía à uma e meia. Depois, de tarde, como o meu pai, trabalhava, não é, eu ia ajudá-lo. [L 34-41]	O diluído início da actividade profissional, por via da inserção laboral em empreendimento familiar
37 anos	Eu terminei o curso, ehhe, deixe cá ver [<i>recorre a um envelope para consultar a documentação, mas desiste</i>]. Eu acho que foi 2002-2003 que eu terminei. Depois, fui, ehhe, portanto, entrei para o colégio D. M. Quer dizer, eu estive um bocadinho, porque acabou em Julho e eu, eu ainda estive ehhe, à espera. E entrei como substituição de uma colega. [L 50-54]	Eu adorei, mesmo! E elas também, porque fizeram-me uma carta de recomendação. Mas, então por que é que essa experiência terminou? Porque a irmã foi, ehhe, recuperou e foi ocupar o lugar. [L 60-63]	A tardia e precária inserção profissional vocacional
38 anos	No ano seguinte, fui para o mesmo colégio, para o externato de Sta. J., mas também foi de substituição. Havia uma educadora que estava grávida, mas já não podia, porque estava quase no final e eu fui ocupar o lugar. [L 65-68]	Depois, ehhe, tive, ehhe. Portanto, vim-me embora, não é? Com muita pena minha [<i>Risos</i>]. [L 77-78]	O exercício profissional intermitente

39 anos		Início da actual situação de desemprego
---------	--	---

Quadro II - Análise do Percurso Profissional de Beatriz

Idade	Identificação do trabalho	Descrição e transição do trabalho	Comentários
18 anos	Eu comecei, ehh, nem era bem trabalhar, era fazer tipo <i>part-times</i> , quando eu estava a estudar. Tinha dezassete, dezoito anos e fazia nas lojas, para ganhar mais uns tostões, não é? [L 11-13]	Era nas lojas, em <i>part-times</i> . [L 13-14] Era conforme, umas vezes tinha, outras vezes não tinha. Era conforme, às vezes distribuir panfletos, ehhh, tudo o que havia, também fiz trabalho como promotora. Era o tipo de trabalhos que normalmente os estudantes acabam por fazer, não é? [L 21-23]	O início da actividade laboral a tempo parcial paralelo ao percurso educativo
25 anos	Entretanto casei e fui trabalhar para África. Fui para o Congo, para o Congo francês, Brazzaville e estive lá a trabalhar. Portanto, eu tive, recebi uma proposta e fui trabalhar para lá. [L 26-28]	(...) estive lá dois anos e tal. Depois, regresssei, porque houve guerra. (...) Não havia hipótese, porque era muito complicado ficar lá, porque aquilo, eles marginalizaram tudo, casas, tudo. Não, não... Era insustentável, principalmente para as mulheres. [L 34-42]	O projecto de conjugalidade na base do movimento emigratório e o forçado e imprevisto regresso
28 anos	Mas, depois, quando nós regressamos, tive uma proposta numa empresa de seguros. [L 61-62]	Só que a empresa de seguros, a sede era em Braga e eu teria que fazer muitas deslocações. Finalmente, descobri que estava grávida e o médico disse-me que eu não podia fazer viagens, assim, pelo menos no início. E não havia outra hipótese, quer dizer, ou a gravidez ou o trabalho. Optei, claro, eu optei pela gravidez [<i>risos</i>], porque era um desejo muito grande. Lá está, foi uma opção. [L 62-66]	A deliberada opção pela hegemonia da dimensão da maternidade face à laboralidade

31 anos	<p>Entretanto, ele nasceu. (...) Aí, voltei novamente à procura, mas aí depois já foi mais complicado. (...) Entretanto, eu andava lá, sempre, no Centro de Emprego e comecei depois, comecei a fazer, eh, a ir ver sempre o... Não trabalhei, o que fazia era cursos. [L 74-78]</p> <p>Entretanto, nasceu, depois, o F.. (...) Veio o F., mas eu, antes do F., comecei a trabalhar numa clínica dentária. Ainda estive lá, eh, foi antes dele nascer, é foi antes dele nascer, acho que foi um ano, mais ou menos um ano. (...) Comecei a trabalhar lá e depois é que descobri que estava grávida, foi isso. [L 85-91]</p>	<p>Estive aí e estava muito bem, estava gostar, gostei imenso do trabalho. Mas, lá está, nasceu o meu filho, nasceu com determinados problemas e a coisa complicou-se. Entretanto, estive quatro meses, depois, a partir dos quatro meses, ainda estive um mês lá, na clínica. Só que depois começaram-me a pedir determinados horários e o meu filho tinha imensos problemas, tive que andar com ele na fisioterapia. Lá, está, eh, dispensaram-me, digamos. Pronto, a partir daí começou outra vez, novamente tudo. [L 93-99]</p>	<p>A forçada opção pela hegemonia da dimensão da maternidade face à laboralidade</p>
33 anos			<p>Início da actual situação de desemprego</p>

Quadro III - Análise do Percurso Profissional de Clara

Idade	Identificação do trabalho	Descrição e transição do trabalho	Comentários
12 anos	<p>Começou a trabalhar com quinze anos, portanto?</p> <p>Quinze nessa casa, porque já tinha trabalhado noutras.</p> <p>Já tinha trabalhado noutras casas...</p> <p>Mas a descontar e essas coisas foi nessa casa.</p> <p>E antes de começar a descontar, como é que foi?</p> <p>Era numa costura, assim, coisas, pronto. [L 21-26]</p>	<p>Sim, era, prontos num <i>atelier</i>. Mas, depois saí e fui para a litografia. [L 34-36]</p>	<p>O trabalho precoce anterior aos “descontos”</p>
16 anos	<p>Sim, era a litografia nacional. Era uma casa grande e prontos, encontrei-me bem e deixei-me estar até...até agora. L [43-44]</p>	<p>(...) fiquei lá, desde os dezasseis até agora. Trinta e dois anos. [L 36-39]</p> <p>Fez sempre o mesmo trabalho?</p> <p>Foi. Quer dizer, agora aquilo mudou um bocadinho. Depois fechou, [L 45-46]</p>	<p>O fim do trabalho regular, estável e duradouro</p>
48 anos			<p>Início da actual situação de desemprego</p>

Quadro IV - Análise do Percurso Profissional de Diana

Idade	Identificação do trabalho	Descrição e transição do trabalho	Comentários
12 anos	Porque não havia hipótese. Naquela altura havia tanta miséria. Tanta fome que eu passei. Eu ia descalcinha para a escola. Era muito miséria. Lá, na minha aldeia, era muita miséria. Pelo menos, na minha família era muita miséria. E eu com doze anos, saí da escola mais ou menos com onze, e com doze anos fui. Porque eles vinham buscar estas meninas para ir trabalhar para as casas, internas, pronto, ficar lá. E, eu na altura fui para Guimarães trabalhar, com doze anos. [L 61-66]	Fazia de tudo. Antigamente era tudo em madeira, era esfregado com uma escova o chão, era encerado com uma cera amarela, depois era com uns panos a puxar o lustro. E eu fui assim dos doze anos até aos dezasseis anos. Depois, com dezasseis anos, uma prima minha trabalhava, estava cá, no Porto. (...) Estava cá e trabalhava numa fábrica. E ela, naquela altura havia mais facilidade de trabalho, não é? E ela perguntou-me se eu queria vir trabalhar aqui, para o Porto, para uma fábrica. (...) E eu disse que antes preferia do que estar a trabalhar a servir. [L 69-77]	“Servir” como destino certo para faltar a miséria ?
16 anos	Era uma fábrica de, da indústria do latão, cobre, latão, taças, assim bonitas. [L 85]	Eu estava numa secção, que vinha a outra, dos polidores, sabe os polidores? Aquilo era muita lixa. Era polidores de loucinhas, assim, pecinhas e vinham para umas máquinas e nós trabalhávamos nessas máquinas. E as máquinas estavam cheias de diluente. E uma pessoa pegava na louça, que estava lavada, e a gente numas mesas, numas mesas assim [<i>aponta para as mesas da sala</i>], de pé, todo o dia, a gente pegava numa pecinha e limpava, esfregava a pecinha com um bocadinho de	A inserção profissional em contexto fabril e urbano

		<p>algodão, para não riscar a pecinha e tal. Depois a gente, mandávamos essas pecinhas para outras colegas, que estavam a passar a revista, chamam-lhe a revista, para ver se estava bem limpinho e não sei quê. E, pronto, era trabalhar com diluentes e com acetonas e com aquela coisa toda.</p> <p>Fez isso durante treze anos?</p> <p>Treze anos. Depois, a fábrica faliu. Faliu, pronto. [L 89-100]</p>	
29 anos	<p>Aquilo chegou a um ponto que aquilo, pronto, não havia encomendas. Ainda estivemos três meses, quase quatro, à porta da fábrica, não deixávamos dali arredar pé nem máquinas, nem nada, para ver ser recebíamos alguma coisinha ou tínhamos um fundo de desemprego. E, então, tivemos o fundo desemprego. [L 100-104]</p> <p>(...) eu, entretanto, fiquei grávida da minha filha de vinte anos. (...) E eu como estava, pronto, fiquei grávida e a fábrica faliu, mas eu já estava aquase perto do fim do tempo. (...) E eu peguei e fui à médica da caixa pedir baixa, porque elas já estavam à porta. Já não havia hipótese daquilo abrir, nem nada. [L 117-121]</p> <p>E, depois meti os papéis para o fundo desemprego.</p>	<p>Acabou o fundo desemprego e eu tinha que me... Tinha que trabalhar, porque já na altura tinha duas filhas: a mais velha e a outra, mais nova. [L 129-130]</p>	<p>A primeira experiência de desemprego e a maternidade desamparada</p>

	(...) Naquela altura, acho que foi ano e meio que tive do fundo desemprego. [L 127-129]		
31 anos	Comecei novamente aos dias. A trabalhar numas senhoras... (...) Trabalhava numa senhora de manhã, numa senhora de tarde. Naquela altura ainda tinha muita saúde, pronto. [L 137-140]	E uma vez fizeram-me uma proposta, já vai para aí há uns, para aí há uns dez anitos... [L 155-156]	O recurso a um expediente possível: “andar aos dias”
39 anos	Uma senhora que era professora da minha filha, da do meio, da que tem vinte anos. (...) Aquela senhora era uma santa! Entretanto, a mãe morreu e ela pediu-me se eu não me importava de ir para casa dela olhar pelo pai. [L 156-173]	Entrava de manhã, às nove e meia (...). Ela de manhã dava-lhe o pequeno-almoço e eu depois ia para olhar pelo pai, fazia o almoço para ela, fazia o almoço para mim e pagava-me, naquela altura, sessenta e cinco contos por mês e pagava-me a caixa. E eu aceitei. Preferia do que estar de manhã numa senhora, de tarde noutra, era mais confortável, assim, estar ali, num sítio e que ela me ajudava. (...) Estive lá três anos e meio. Ó depois, ao fim de três anos e meio, ele faleceu. [L 174-180]	A re-orientação profissional e a casual descoberta de uma vocação
43 anos	(...) então, em Agosto, eu tava de férias e vi o jornal... (...) E vinha lá, empregada de lar. E eu disse assim: “Eu gostava de estar empregada de um lar. Ter uma experiência de olhar por pessoas idosas” Porque eu já estava habituada com aquele senhor. [L 188-198]	Sim, eu tive sete anos lá, sete anos estou desempregada há um ano. Há, mais ou menos, oito anos, nove anos, é. [L 227-228] Depois, um dia, veio lá a fiscalização e tiveram a ver, a ver, a ver. E estiveram com ela e disseram que aquilo que num estava coisa para um lar. Que aquilo que era casa de viver, que não era casa de ter idosos. [L 298-300]	O exercício da nova vocação profissional
50 anos			Início da actual situação de

		desemprego
--	--	------------

Quadro V - Análise do Percurso Profissional de Emília

Idade	Identificação do trabalho	Descrição e transição do trabalho	Comentários
N/D	Eu trabalhava, eh, andava numa escola e trabalhava, nas flores. [L 20] O trabalho, depois de sair da escola era, às vezes, acabava era meia noite ou mais. [L 48]	Era nas flores artificiais. Sabe que aqui, havia muitas flores artificiais. E eu tava na escola. De manhã nas flores e de tarde ia para a escola. Era em casas particulares, pessoas que tinham negócios disto. E a sua mãe tinha e fazia com ela? Não, não tinha. Era assim, ela criou sete filhos e a vida era um bocado difícil. Ela enviuvou aos trinta e cinco anos (...). E nós começamos a trabalhar muito cedo. [L 22-28]	A força do contexto familiar e social na iniciação laboral precoce e informal
12 anos	Não, eu só tinha a quarta classe. Eu saí da quarta classe e fui para as flores artificiais. [L 39]	Aquilo era estar numas mesas, só que custava-me muito quando era para cortar a obra. Havia um molde, cortava e acertava e isso custava. Oh mais, fazer as coisas, com papel, colas, arames e assim, era um serviço muito cansativo. [L 50-53]	
16 anos	Depois, como o meu pai faleceu, e a minha mãe precisava mesmo, eu comecei a trabalhar, tive uma pessoa que me arranjou para uma fábrica de cortiça. Eu estive vinte e cinco anos lá, a trabalhar. [L 34-43]	Vinte e cinco anos, depois comecei a ter problemas de respiração. Queixei-me ao médico lá, da fábrica, do trabalho. Ia fazer os testes, que era para ver se era bronquite, se era alguma coisa maligna. Então, chegaram à conclusão lá, no Hospital do Monte da Virgem, e acusou doença profissional. Então, foi aí que eu tive de sair da fábrica, não podia trabalhar	O início formal da actividade profissional e o seu forçado e prematuro fim por via de doença profissional

		mais. Como era doença profissional, eu não podia trabalhar mais. [L 71-76]	
41 anos			Início da actual situação de desemprego

Quadro VI - Análise do Percurso Profissional de Fernanda

Idade	Identificação do trabalho	Descrição e transição do trabalho	Comentários
18 anos	<p>Já foi há muito tempo! Aos dezoito, por aí.</p> <p>E qual foi o seu primeiro emprego?</p> <p>Empresária agrícola.</p> <p>Empresária agrícola?</p> <p>Sim, na área do Douro, por herança familiar. Entretanto, estava no décimo segundo e acumulei como empresária agrícola, por dificuldades financeiras. [L 16-21]</p> <p>Eu fui acumulando essa actividade com outras do género, arquivista. Trabalhei no I, mas fui acumulando sempre com a actividade agrícola até aos vinte e nove anos. [L 27-28]</p>	<p>A parte de empresária agrícola funcionava sempre como acessório. Foi principal entre os vinte e os vinte e três. [L 31-33]</p>	<p>Início da actividade profissional sob o signo da pluriactividade</p>
23 anos	<p>Estive a trabalhar como arquivista na R, para aí quatro anos. [L 43]</p>	<p>E como é que passou do I, para a R?</p> <p>Por influência de um amigo. Também a recibos verdes e depois contrato. Entretanto a R começou a fazer cortes nos recibos verdes e a Fernanda veio embora. [L 52-54]</p>	<p>A sucessão e a acumulação de actividades profissionais diversas pautadas pela instabilidade e fragilidade dos vínculos contratuais</p>
27 anos	<p>Entretanto, regresssei ao I. Estive para aí um ano, ano e meio. [L 45-46]</p>	<p>Era basicamente entrevistas de rua. Aquela coisa que se chama <i>telemarketing</i>, na altura chamava-se entrevistas de rua, mas pelo telefone. [L 48-49]</p>	
28 anos	<p>Eu fui para a imobiliária em noventa e sete... [L 77]</p>	<p>Comecei pela RE, como comercial. Entretanto,</p>	

		surgiu uma empresa, que estava a começar, que se chamava RU que oferecia bastante melhores condições... [L 89-91]	
28 anos	Depois, mudei para a RU e depois fui para a PL que estava em Gaia. [L 95-96]	Saltei da PL, em que era comercial, e fui para o escritório de uma empresa que se chamava C, para a parte da retaguarda, mas também ligada à imobiliária. [L 103-104]	
29 anos	<p>Aí, entrei como funcionária. Entrei como funcionária da empresa.</p> <p>É a primeira situação que tem mais estável, digamos?</p> <p>É a primeira situação direitinha, das nove às seis. [L 106-108]</p>	Até terminar, até aquilo dar o berro em Agosto de dois mil e um. Portanto, imagine que em Janeiro de dois mil e um, eles tinham que me pagar na totalidade, mas eles não tinham nem trabalho para me dar, nem dinheiro para me pagar. Portanto, mal acabou a licença de parto, digamos assim, acabaram por me despedir. Um despedimento que, na prática, já existia, porque nunca mais voltei ao trabalho depois do F. nascer. Mas, que, pronto, nos papéis diz Agosto de dois mil e um, mas isso já aconteceu desde Novembro de dois mil. [L 139-145]	A primeira experiência “estável” de trabalho
32 anos			Início da actual situação de desemprego
	Eu estava desempregada, mas tinha um trabalho, que era tratar da minha mãe. E mais uma vez não há o problema financeiro, porque para tratar da minha mãe, ela retribuía-me financeiramente e		O apoio familiar prestado como actividade de suporte financeiro e trabalho remunerado

	portanto há aí um acumular... [L 152-155]		
--	---	--	--

Quadro VII - Análise do Percurso Profissional de Graça

Idade	Identificação do trabalho	Descrição e transição do trabalho	Comentários
12 anos	Eu comecei a trabalhar com doze, mas não fazia os descontos, só ajudava. [L 15]	<p>Primeiro, trabalhei numa fábrica de base de madeira, aquelas bases que se põem nos santos. Era envernizar, lixar e dar o verniz, para ficarem com a madeira bonita. [L 15-17]</p> <p>Foi o senhor das bases que falou com a minha mãe, na altura. Ele disse que não me podia meter lá porque já tinha duas irmãs minhas a trabalhar comigo e, como eu era mais novita, estava lá só para lhe fazer o favor, que era mesmo assim, porque a minha mãe não tinha possibilidades. Como eu era novita, arranjou-me noutro lado. Foi ele que arranjou. [L 40-44]</p>	A “necessária” inserção laboral precoce e informal
14 anos	<p>Depois, trabalhei numa fábrica de estatuetas de marfinites... [L 18]</p> <p>Quando fui para a de marfinites tinha para aí catorze. [L 27]</p>	<p>Depois, saí dos marfinites, com dezasseis anos e fui para o curso. [L 50]</p> <p>Tomei essa decisão, porque é assim, eu trabalhava muitas horas. Eu ali fazia muitas horas extras e tudo e decidi que tinha de estudar e decidi que tinha de ter alguma formação sobre aquilo que eu gostasse. [L 71-73]</p>	A transição profissional e manutenção da informalidade
16 anos	Foi nesse ano que fui para o curso de corte e costura onde estive nove meses. O curso que eu tirei. E a estudar à noite. [L 52-53]	<p>E este curso era financiado?</p> <p>Era. Como não tinha descontos, entrei. Se eu tivesse feito os meus primeiros descontos, já não</p>	Em busca de uma vocação através da formação profissional

		<p>entrava. Como eu andei nesses sítios sem descontos, entrei. [L 61-63]</p> <p>A seguir ao curso, fui para a Y.. Já tinha estudado e já estava com o sétimo ano incompleto. Já não estudava à noite. [L 79-80]</p>	
17 anos	<p>Fui-me inscrever, também. Fui pedir uma ficha de candidatura à porta da Y. e fui chamada à entrevista e depois fui para lá trabalhar. [L 83-84]</p>	<p>E, então, entrei para a Y., fiquei lá doze anos. [L 80-81]</p> <p>O motivo é que havia muita falha de trabalho e, pronto... Eles tinham que seleccionar pessoas para virem embora, porque não tinham para todos. Eu, com medo de vir sem nenhum, porque trabalhei lá doze anos, e ouvia-se muito que eles iam fechar, fechar, fechar, era todos os dias. E eu fiquei com receio e vim-me embora. Fiz mútuo acordo e vim-me embora, com medo. [L 87-92]</p>	<p>A inserção profissional formal em contexto fabril</p>
29 anos			<p>Início da actual situação de desemprego</p>
	<p>Nos dois anos, não tive nada assim que me aparecesse. Foi só mesmo tirar isso que eu tirei. Agora, sim. Agora, estou em casa e já estou com outras ocupações. Estou a fazer bijutaria em casa e a vender para fora. [L 355-357]</p>		<p>O desemprego e as actividades paralelas</p>

Quadro VIII - Análise do Percurso Profissional de Helena

Idade	Identificação do trabalho	Descrição e transição do trabalho	Comentários
16 anos	<p>Helena com que idade é que começou a trabalhar?</p> <p>Com dezassete anos hummm, dezasseis. [L 7-8]</p>	<p>Inicialmente, fui para uma fábrica de botões, para o fabrico. Mas, pouco tempo depois, comecei a desempenhar as duas funções que eles acharam, os patrões. Passei para um serviço que era de vendedores, fazer colecções, ainda na fábrica digamos, na fábrica, no fabrico, mas um bocadinho já assim num escritóriozinho à parte. [L 15-18]</p> <p>Trabalhei lá sete anos, por isso temos que fazer bem as contas e só me vim embora porque fechou. [L 27-29]</p>	<p>A primeira experiência de trabalho e a progressão profissional</p>
23 anos	<p>Depois, fiquei desempregada.</p> <p>Quanto tempo?</p> <p>(...) Três anos... Dois ou três, assim em contas certas não lhe sei precisar, mas para aí dois anos, depois fiquei grávida... [L 31-36]</p>	<p>Engravidei do meu filho e pronto, arranjei novo emprego que foi aonde estive até hoje. [L 39-40]</p>	<p>A primeira situação de desemprego e a experiência da maternidade</p>
26 anos	<p>Em Vila Nova de Gaia, numa empresa de refrigerantes. Uma pessoa amiga foi lá, à firma aonde eu trabalhava, buscar bebidas e lá, o patrão disse que precisava de uma funcionária e ela disse: “olhe tenho uma colega, uma moça amiga que quer trabalhar” e ele lá me ligou, mandou-me ir lá e eu lá fui. Ia grávida de poucos meses, pouco tempo e</p>	<p>Não fechou. É assim, não estavam a pagar ordenados, não conseguiam. Pronto, já não vendiam. Não haviam vendas suficientes para os encargos que eles tinham e começaram a não pagar. Então os empregados começaram a lentamente despedirem-se, não é? [L 66-69]</p> <p>E pronto, calhou-me a mim também e eu vim-me</p>	<p>A reinserção profissional</p>

	pronto lá fiquei e lá estive até hoje, até Novembro. Trabalhei nesta empresa dezassete anos. [L 49-54]	embora. [L 91]	
44 anos			Início da actual situação de desemprego

Quadro IX - Análise do Percurso Profissional de Isabel

Idade	Identificação do trabalho	Descrição e transição do trabalho	Comentários
14 anos	<p>Tirou o sexto ano e foi nessa altura que começou a trabalhar?</p> <p>Nessa altura estava um bocado indecisa e disse: "Oh não quero, decidi não querer mais!", depois a minha mãe disse senão queres tens de fazer alguma coisa e então começou por me arranjar a tomar conta de crianças, eu trabalhava na casa das pessoas, não na minha casa, por isso fui tomar conta de crianças de professores, de doutoras. [L 52-58]</p>	<p>Depois fui para uma doutora que trabalhava no Hospital de Santo António que era médica anestesista (...) [L 67-68]</p>	<p>A primeira inserção profissional precária e informal</p>
16 anos	<p>E tomava conta dessa menina, a última criança que tomei conta, eu devia ter dezoito, dezanove anos, foi essa menina. [L 74-75]</p>	<p>Regressou o meu marido, começamos a namorar e dentro de um ano casamos e eu fiquei grávida.</p> <p>Ok, e aí deixou de trabalhar?</p> <p>Aí deixei de trabalhar e deixei de trabalhar, e prontos! [L 109-111]</p>	<p>A transição na informalidade e precariedade</p>
19 anos	<p>Tive logo o meu primeiro filho aos vinte anos, entretanto o menino tinha ano e meio e eu fiquei grávida segunda vez do meio que tem vinte e um, fiquei sempre a viver com a minha mãe, porque as condições não eram boas, não era? Porque eu não tinha possibilidade de arranjar casa e era só ele a trabalhar (...) [L 111-119]</p>	<p>Entretanto, depois o meu, humm, a minha cunhada continua na Venezuela, e vem cá passar férias, vem cá passar férias e viu a nossa situação, e viu que não era das melhores! E disse logo a ele, se ele não queria ir novamente para lá e ele disse que sim, disse que sim! E eu fiquei triste, eu disse, "eu não quero ir, eu não vou! Não sei quê..." [L 128-</p>	<p>A sobreposição do projecto conjugal e maternal</p>

		132]	
23 anos	Mas depois lá me convenceram que lá ia levar uma vida melhor, que tínhamos já dois filhos, que tínhamos de pensar nisso. E eu, pronto, ele ao ir, eu queria ir com ele, eu gostava dele, era o meu marido, não é? [135-137]	<p>Humm, fiquei grávida do terceiro filho lá, que nasceu lá o mais novo dos rapazes, não era uma coisa muito, humm, o país já tava um bocadinho mau, mas prontos, nós fomos para lá para trabalhar e depois construir a nossa vida aqui, em Portugal e o nosso objectivo era esse, era angariar alguma coisa, para depois termos aqui uma casinha. [L 144-148]</p> <p>(...) o meu marido decidiu levar-me para uma zona onde houvesse mais portugueses para conviver mais e então depois decidi meter-me como <i>concierge</i>, (...) quer dizer porteira, tomava conta do prédio, limpava, o meu marido tinha o seu trabalho, mas à noite recolhia o lixo, regava os vasilhos, mais ou menos isso. (...), e nesse sentido passei lá os três anos a trabalhar nessa situação, depois como eu tinha os dois meninos não eram muito grandes, o mais velho tinha três anos, o outro tinha ano e meio, perto de dois anos, portanto tinha que conciliar os meninos com a situação do prédio e como o meu marido viu que aquilo era trabalho demais para mim, fomos para um mais pequenino, um pequenino de quatro pisos, porque depois engravidei, prontos ainda tive filhos lá, tive nove meses de gravidez e depois esperei que crescesse</p>	<p>A inevitabilidade do movimento emigratório, enquanto parte de um casal e manutenção do trabalho precário e informal de cariz doméstico</p>

		mais um bocadinho para vir para Portugal, depois estávamos à espera para trespassar as concergarias, aquela situação que a gente estava lá e não podia trespassar, porque se fossemos embora, podiam arranjar outra pessoa e também não era fácil arranjar alguém. [L 158-175]	
26 anos	<p>Aí as coisas começaram um bocadinho a complicar, porque eu quando cheguei aqui e comecei a ter problemas de saúde, depressão, eu sempre fui uma pessoa nervosa, nervosa, mas o habitual, uma pessoa mais arribitada, mais nervosa, mas nunca tive esse problema de ansiedade, eu nem sabia o que era uma depressão na altura, não é? Não imaginava o que era uma depressão. [L 184-188]</p> <p>Nunca mais, é assim trabalho, trabalho eu nunca mais tive possibilidade de me integrar num trabalho certo, que eu diga... [L 219-221]</p>	<p>Pronto comecei a tomar medicação, comecei a entrar depois numa depressão e não sabia o que era uma depressão, então o médico teve-me a explicar o que era, comecei a entrar em desespero, tudo isso foi muito complicado.</p> <p>Foi nessa altura, que a Isabel não conseguiu arranjar emprego?</p> <p>Não, não! Tive muito tempo sem arranjar trabalho, depois também era muito difícil, porque eu não me sentia depois muito capaz, comecei a sentir-me um bocadinho, humm, um bocadinho, humm, não a cem por cento de realizar o meu trabalho de casa e conciliar as duas coisas. [L 205-212]</p>	<p>O regresso a Portugal e aparecimento de problemas de saúde psíquica desestruturantes</p>
30 anos	<p>Eu fui à entrevista, era sobre a possibilidade desse curso de formação, que era de restauração, que era uma coisa que eu gostava, que também me interessava. E fui e iniciei o curso, era lá em Gaia, era na Avenida da República, eu morava perto.</p> <p>Isso foi quê, há uns dez anos?</p> <p>Não, foi há mais! [<i>pausa de meio minuto para</i></p>	<p>Foi o único curso que eu fui encaminhada para restauração e eu tive a fazer esse curso, não o completei. [L 330-332]</p>	<p>A falhada tentativa da formação profissional</p>

	<i>pensar há quantos anos tinha feito o curso de formação]. Há doze, treze anos, era quando havia mais formação, não sei se havia. [L 324-330]</i>		
32 anos	Depois o meu marido conseguiu meter-me ainda no C. como repositora. [L 373]	Depois do curso. Eu acho que sim, que foi depois do curso, como repositora, mas é assim, eu além de não gostar muito daquilo, também tinha os horários, porque os miúdos eram pequenos e então davam-me o horário, que muitas vezes era o horário da noite, eu tinha que fazer por turnos e era complicado. [L 374-379]	A falhada tentativa de reinserção profissional exterior ao reduto doméstico
35 anos	Não, nunca tive! Eu posso dizer que já fui à Segurança Social pedir o meu histórico. Eu mesmo com esta idade, às vezes diga que não pareça, ou é bom, ou é mau, para mim deve ser mau, tentei meter... Descontos? Sim, anda há volta de meio ano de descontos, por isso, isso não é nada! Tem que se ter três anos, por isso é evidente que praticamente nunca tive um trabalho, quer dizer nunca tive um trabalho... [L 385-391]	Fui, fui eu que procurei a Segurança Social, porque eu há muitos anos, desde que aconteceu estas situações, não é? De eu não poder trabalhar, ou às vezes no desemprego, nas épocas que passava pior tudo o que vinha não dava, porque tinha os filhos pequenos, porque os ordenados não eram compatíveis eu confesso que entrei em dificuldades e fui procurar a Segurança Social, para me apoiar e sempre fui muito complicado na Segurança Social. Era pedir esmola, porque... [L 475-481]	Da acumulação de actos falhados até ao último recurso: um rendimento mínimo para viver

Quadro X - Análise do Percurso Profissional de Joana

Idade	Identificação do trabalho	Descrição e transição do trabalho	Comentários
16 anos	<p>Qual foi o seu primeiro emprego? Bordadeira de tapetes de Arraiolos.</p> <p>E como é que arranjou esse emprego? A minha mãe foi comigo, onde haviam casas de tapetes de Arraiolos e quiseram-me lá, foi assim. O trabalho da minha irmã também como eram tapetes de Arraiolos, ela puxou por mim. Depende, aqui e acolá, depois a gente vai pedindo. [L 15-20]</p>	<p>Depois, aquele acabou o contrato, fui para outro, até que desistiram dos tapetes, acabou. [L 50-51]</p>	<p>O início da actividade profissional em consonância com a “tradição” familiar</p>
N/D	<p>Portanto, do primeiro para o segundo foi porque a fábrica fechou e foi trabalhar para a fábrica da sua irmã que também já estava a trabalhar numa fábrica de tapetes. Depois na fábrica da sua irmã também fechou? Não, acabou o contrato. [L 52-55]</p>	<p>Acabou o contrato e foi ter com amigos. Fui ter com colegas e disse: “Onde é que trabalhas?”, “Trabalho em tal parte.” Então, fui lá e fiquei outra vez. [L 56-58]</p>	<p>A transição de empregos acompanhada da manutenção da área profissional</p>
29 anos	<p>Quer dizer, ainda andei e acabei por desistir. Eu fiz sempre até ter tapetes, fazia em casa, quando tive o fundo de desemprego vim para casa fazer tapetes. Mas, não era muito, como havia, enquanto dava dinheiro. Depois, acabou por desistir aqui, nunca mais me deram emprego. [L 61-64]</p>		<p>A insistência num domínio profissional em declínio</p>
30 anos			<p>Início da actual situação de</p>

		desemprego
--	--	------------

Quadro XI - Análise do Percurso Profissional de Luísa

Idade	Identificação do trabalho	Descrição e transição do trabalho	Comentários
13 anos	<p>O primeiro emprego foi empregada de uma casa particular, onde tomava conta de uma criança. [L 10-11]</p> <p>Não foi não querer estudar, foi as posses que não eram nenhuma, todos nós fizemos só até à quarta classe. Portanto, éramos dez filhos não havia dinheiro para estudar. [L 29-31]</p>	<p>Nessa casa, portanto, trabalhei uma média de treze, catorze, quinze, dois anos mais ao menos. [L 14-15]</p> <p>Portanto, eu não era só olhar pela criança, eu fazia a limpeza da casa da senhora, eu dava a ferro... Com treze anos que fui para lá. Portanto, gostava de estar com eles, gostava da criança, gostava dos patrões, gostava de tudo, pronto. Gostava de fazer aquilo que fazia. Quando mudei para a fábrica, já foi uma coisa diferente, já foi o ver muita gente à minha volta, já foi andar mandada por muita gente, já tinha que fazer uma coisa que não gostava, depois não tinha aquele carinho, aquela atenção. [L 59-64]</p> <p>Depois vim-me embora, fui para uma fábrica. [L 11-12]</p>	<p>A necessária inserção profissional precoce e informal</p>
15 anos	<p>Depois fui para uma fábrica, que fica em M., que fica à beira da feira. Ora, trabalhei lá cinco anos pela fábrica de cortiça. [L 15-16]</p> <p>Esse emprego eu arranjei, porque o meu pai faleceu e ficamos todos sem o apoio dele, não é? A minha mãe não trabalhava. Fui trabalhar, porque na</p>	<p>Depois, abriu ali, aquela fábrica a C., em G., e na alegria de saber que tinha aberto esta fábrica e que estavam a dar emprego, portanto como era mais perto, e tinham um camião que vinha buscar pessoal a G., nós só tínhamos que caminhar este bocadinho. Este bocadinho, este pedaço, de S. a</p>	<p>A transição para o contexto fabril</p>

	fábrica passava a ganhar um bocadinho mais do que estava a ganhar ali. [L 67-69]	G.. Ainda é um pedaço, mas como depois já não tínhamos que pagar transporte, já era muito dinheiro que nós íamos amealhando. [L 103-108]	
20 anos	Depois, aos vinte anos, fui trabalhar para G., para a C., que é de fatos, cordas, portanto, era têxtil. Trabalhei lá vinte e três anos. [L 16-18]	Vim embora, porque estavam a despedir pessoal e eu vim embora. [L 18]	A mudança de empresa, motivada pela progressão salarial
43 anos	Estive três anos no fundo de desemprego. [L 18-19]	Depois, arranjei emprego numa hotelaria, que era empregada, ajudante de cozinha. [L 19-20]	A primeira experiência de desemprego
46 anos	Num restaurante, trabalhei para aí cinco anos nessa casa. [L 22]	O patrão faleceu e a esposa não quis ficar com o encargo de patroa. [L 22-23]	A re-inserção e re-orientação profissional
51 anos			Início da actual situação de desemprego

Quadro XII - Análise do Percurso Profissional de Maria

Idade	Identificação do trabalho	Descrição e transição do trabalho	Comentários
24 anos	(...) eu comecei a trabalhar com, ehh, vinte e, ehh, vinte e quatro anos. [L 10]	(...) fiquei a trabalhar numa... numa firma de... aquilo era publicidade, mas de listas telefónicas, como administrativa. Era administrativa, entretanto, fazia um bocado da parte administrativa e do contacto com os clientes. (...) Isto durante três anos. Depois tive... fiquei grávida, do meu querido filho... [L 13-18]	Início de carreira
27 anos	(...) nessa altura, em que fiquei grávida, o contrato terminava pouco antes de... do meu filho nascer e não renovava ali o contrato. [L 20-21]	Tive em casa durante um ano e depois fui trabalhar para uma clínica médica. [L 22-23]	Gravidez e desemprego
28 anos	Entretanto, chamaram-me, mas isso por intermédio de uma colega, que tinha trabalhado anteriormente comigo na outra empresa e falou-me dessa vaga na clínica e chamaram-me para lá para a clínica. Trabalhei lá durante oito anos... [L 43-46]	Aquilo, na altura, começou a ficar em noventa e cinco. Houve um problema judicial, mas eles conseguiram... depois em tribunal decidiram que não havia viabilidade para a empresa continuar a funcionar. [L 60-63] (...) houve um atraso dos salários e em Novembro, como já estava há três meses sem receber o salário, não recebi subsidio de natal, nada, eu fui a tribunal do trabalho e eles concordaram com o tempo limite, e entretanto despedi-me só que eles nem receberam a carta porque a firma fechou. (...) Decretaram falência. [L 65-69]	O retomar da carreira: segundo e último emprego

36 anos		Início da actual situação de desemprego
---------	--	---